

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

# MENSAGEM

AO

CONGRESSO NACIONAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956

JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

# MENSAGEM

AO

## CONGRESSO NACIONAL

*REMETIDA PELO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA POR OCASIÃO DA ABERTURA  
DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1956*



RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956

Dispõe a Constituição:

«Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

XVIII — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias».

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### CAPÍTULO PRIMEIRO

#### SITUAÇÃO DA POLÍTICA INTERNA

##### PARTE 1

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DOS NEGÓCIOS INTERIORES

##### PARTE 2

AÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ADMINISTRATIVA

##### PARTE 3

AÇÃO DO ESTADO NO CAMPO GEOGRÁFICO-ESTATÍSTICO

#### CAPÍTULO SEGUNDO

#### SITUAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

##### PARTE 1

DEFESA, REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO

##### PARTE 2

SEGURANÇA NACIONAL E ESTADO-MAIOR

##### PARTE 3

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DO EXERCITO

##### PARTE 4

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA MARINHA

##### PARTE 5

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA AERONÁUTICA

**CAPITULO TERCEIRO**  
**SITUAÇÃO DA POLITICA EXTERNA**

PARTE 1

O BRASIL NA CONJUNTURA INTERNACIONAL

PARTE 2

ASSISTENCIA TECNICA: O.N.U. e O.E.A.

PARTE 3

FRONTEIRAS E COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

PARTE 4

DESENVOLVIMENTO CULTURAL

**CAPITULO QUARTO**  
**SITUAÇÃO DA POLITICA SOCIAL**

PARTE 1

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DEMOGRAFICO E SOCIAL

PARTE 2

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL

PARTE 3

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA SAÚDE

PARTE 4

AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**CAPITULO QUINTO**  
**SITUAÇÃO DA POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA**

PARTE 1

ASPECTOS DA GONJUNTURA

PARTE 2

RENDA E PRODUÇÃO

PARTE 3

INFLAÇÃO

PARTE 4

FINANÇAS PÚBLICAS

PARTE 5

POLÍTICA MONETARIA

PARTE 6

COMERCIO EXTERIOR E PAGAMENTOS INTERNACIONAIS

**CAPITULO SEXTO****POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

PARTE 1

DIRETRIZES E BASES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

PARTE 2

POLÍTICA DE AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

PARTE 3

POLÍTICA DE ENERGIA

PARTE 4

POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

PARTE 5

POLÍTICA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**CAPITULO SÉTIMO****DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO DE ÁREAS  
REGIONAIS**

PARTE 1

SISTEMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

PARTE 2

DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO DA AMAZONIA

PARTE 3

DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO DO NORDESTE

**CONCLUSÕES**

## APRESENTAÇÃO

### I — INTRODUÇÃO

*Senhores Membros do Congresso Nacional :*

*Ao apresentar-me diante do Congresso Nacional, para resumir no texto desta Mensagem a atual conjuntura brasileira e delinear o meu programa de govêrno, expresso-vos a convicção de que, em face dos grandes problemas a serem resolvidos pelo Poder Executivo com a patriótica assistência do Poder Legislativo, se muitas são as dificuldades por conjurar, maiores hão de ser os nossos esforços e as nossas esperanças para levá-los a bom termo.*

*Contrariamente ao que afirma um pensador contemporâneo, quando diz que o homem político se desfigura em sua atuação de homem público, posso hoje reconhecer, nos roteiros de minha atuação como Presidente da República, que permaneço fiel, nos meus princípios e nas minhas normas de conduta, ao político que tive a honra de ser na Câmara dos Deputados, quando aqui representei meu Estado natal.*

*Minha experiência de homem de govêrno, iniciada na esfera municipal como Prefeito de Belo Horizonte e continuada na esfera estadual como Governador de Minas.*

*Gerais, atinge o seu coroamento com a Presidência da República, em cuja eminência espero corresponder simultaneamente à confiança dos meus patrícios e ao meu invariável propósito de ser útil ao nosso País.*

*Nada do que estiver ao meu alcance deixará de ser feito, durante o meu governo, para que se desarmem os espíritos no plano político e se aprimore a Nação no plano de suas energias essenciais.*

*Tendo iniciado no Parlamento a minha vida política, e dêle participado em diversas legislaturas, conheço bem os vossos predicados cívicos e estou certo de que facultareis ao meu governo os elementos de que necessito para a execução de um plano de trabalho que visa a encaminhar algumas das soluções básicas do desenvolvimento nacional.*

## **II — PROBLEMAS DE BASE DO BRASIL: VALORIZAÇÃO DE ÁREAS SUBDESENVOLVIDAS E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**

*Ao iniciar o primeiro ano do meu mandato, encontro realmente o País impulsionado por um crescimento dinâmico, nesta fase histórica de transição econômica. Na sua marcha para a definitiva emancipação, as mudanças estruturais estão marcadas, porém, por desequilíbrios e contrastes, cujas correções representam problemas que desafiam, tanto o poder de iniciativa do Governo, como a própria capacidade empreendedora do Povo.*

*A cada ano que passa, a população aumenta em cerca de 2,5 % malgrado alta taxa de mortalidade. Mas com esse surpreendente crescimento do efetivo demográfico, resultante, em grande parte, de elevadas taxas de natalidade, crescem também as necessidades do bem-*

*estar de 59 milhões de brasileiros, ao mesmo tempo que se impõe a expansão do progresso às áreas retardadas do vasto território. E se é necessário que a taxa de população continue a crescer, de modo que a expansão demográfica possa promover em definitivo o aproveitamento das reservas naturais dos espaços interiores e das áreas retardadas do Brasil, impõe-se que cresça também a renda real per capita da população brasileira.*

*A convergência da população, que mais se tem desenvolvido na orla litorânea, continua a obedecer aos rumos da formação histórica da nacionalidade, de modo que o País oferece, ainda hoje, o panorama social de um zoneamento cultural cheio de contrastes, onde, relativamente, apenas poucas regiões ingressaram na era do progresso tecnológico.*

*Na costa atlântica, em que os agregados econômicos se vêm ampliando secularmente sob a injunção dos mesmos fatores geográficos que orientaram a colonização, a concentração de massas humanas tem gerado problemas de alta magnitude, porquanto as áreas de maior densidade são as que mais apresentam características típicas de subdesenvolvimento.*

*Mas, além dessas áreas, dentre as quais sobressai a região nordestina, onde se concentra uma quarta parte da população, tem a Nação Brasileira a responsabilidade de estimular o povoamento e de promover a ocupação dos vazios interiores do Brasil Central e da Amazônia, diante da necessidade de alargar as fronteiras econômicas, no sentido das latitudes geográficas.*

*Na correção daqueles desequilíbrios, o problema do desenvolvimento planejado das áreas regionais não pode ser relegado a plano secundário. Mas a solução defini-*

*tiva se condiciona, em grande parte, à execução dos programas de desenvolvimento econômico, que inspirará a política fundamental do meu Governo.*

*Para a realização dessa política, entretanto, sente-se o Governo na obrigatoriedade de conter as suas metas no limite dos meios de que dispõe, sendo oportuno advertir que, embora o País experimente aquêlê impulso de crescimento, expresso por uma vertiginosa taxa de expansão, a sua economia e as suas finanças se acham comprometidas pelos graves sintomas da crise de transformação.*

*Dando-vos conta da situação em que encontrei o País, logo no início do meu Governo, cumpre-me ressaltar que, se a conjuntura atual, por um lado não justifica prognósticos sombrios, por outro não estimula, para breves dias, otimismos excessivos.*

*A comprovação de fatos perturbadores, sobretudo no setor da economia e das finanças, logo ao início do meu mandato, tem de ser acentuada, porquanto sôbre o meu período de governo recairão os seus reflexos negativos.*

### III — BALANÇO DA REALIDADE NACIONAL

*A quantidade de bens e serviços produzidos no País em 1955 aumentou cerca de 5 % em relação a 1954, o que significa ligeiro declínio na taxa de crescimento da produção nacional, porquanto essa taxa vinha sendo, em média, de 5,6 % por ano, no período de 1950/54. O referido aumento na produção, que em outras circunstâncias poderia ser considerado satisfatório, foi perdido, entretanto, em sua totalidade, através da baixa dos preços da exportação.*

*Em consequência, os bens e serviços à disposição dos consumidores nacionais, inclusive os de importação, por efeito da deterioração dos termos de intercâmbio, sofreram uma redução que pode ser estimada em pouco mais de 1 %.*

*Quanto à alta geral de preços, no mercado interno, o aumento verificado em 1955 foi superior à média do quinquênio 1950/1954, período em que, quando o produto bruto cresceu a uma taxa média de 5,6 % ao ano, a alta média no nível geral dos preços atingia a 12,6 % por ano, tendo consideravelmente subido, no ano findo, o índice do custo de vida.*

*Tem, pois, o Govêrno de enfrentar, desde já, os efeitos perturbadores dessa alta geral, cuja intensidade não pode ser de imediato detida, por força de uma conjuntura que se caracteriza, fundamentalmente, pela desproporcionalidade entre o crescimento do volume das despesas monetárias e a quantidade dos bens e serviços oferecidos.*

*Nessa arritmia econômico-financeira, a superioridade do fluxo monetário, em relação à disponibilidade de bens e serviços, resulta da considerável expansão dos meios de pagamento, que, durante o exercício anterior, atingira cêrca de 26 bilhões de cruzeiros.*

*As medidas de restrição do crédito, de fiscalização bancária, de contenção dos gastos públicos, além de outras executadas pela política de austeridade dos meus antecessores, apenas conseguiram moderar aquela expansão, em confronto com os resultados de 1954.*

*Encontrei, assim, o País sob os intensos e perniciosos efeitos da espiral inflacionária, com um declínio na taxa do progresso econômico; a elevação geral dos preços; o crescimento do custo de vida; a expansão*

*incontrolada dos meios de pagamento e, além dos sérios problemas de reajustamento salarial, com um "deficit" financeiro de pouco mais de onze bilhões de cruzeiros.*

*Ao apresentar-vos, Senhores Membros do Congresso Nacional, o quadro realista da conjuntura encontrada, não me anima nem a crítica sistemática, nem a prévia justificativa de situações incontornáveis, na plena execução dos programas com que o meu Governo pretende modificar as condições atuais do panorama econômico-financeiro do País. Inspira-me, apenas, o intuito construtivo de acentuar o vulto dos problemas que empolgam o Governo e assinalar a imperiosidade da vossa cooperação patriótica para a consecução das soluções possíveis.*

#### IV — RESULTADOS FINANCEIROS

*O orçamento geral da União, para 1955, previa a receita em 53 842 milhões e fixava a despesa em 56 695 milhões, prognosticando um "deficit" de 3 213 milhões de cruzeiros.*

*Para atender a despesas não consignadas, ou insuficientemente consignadas no orçamento, especialmente as decorrentes de mais um abono provisório ao funcionalismo, foram abertos, em 1955, e transferidos de 1954 créditos adicionais, no montante de 14 212 milhões, elevando para 70 907 milhões o total das autorizações para o último exercício.*

*Dessa forma, o "deficit" em perspectiva subia para 17 425 milhões de cruzeiros. Para enfrentá-lo, o então Ministro da Fazenda propôs um Plano de Economias da ordem de 8 bilhões, que foi finalmente aprovado na base*

de 5 200 milhões, alterando assim a estimativa do "deficit" de 1955, que se restringira a 12 223 milhões.

A arrecadação da receita elevou-se, em 1955, a 55 671 milhões de cruzeiros, superando a previsão orçamentária em 2 189 milhões.

A despesa realizada, à conta dos créditos orçamentários e adicionais, elevou-se a 63 287 milhões de cruzeiros, incluindo 3 milhões de despesas provenientes de exercícios anteriores, já registradas pelo Tribunal de Contas, mas não inscritas em Restos a Pagar.

Tendo sido de 70 907 milhões de cruzeiros a despesa total autorizada, houve, pois, uma economia de 7 620 milhões, sendo 4 598 milhões do Plano de Economias e 3 022 milhões de outros créditos orçamentários e adicionais, não utilizados em 1955 e, em grande parte, transferidos para 1956.

Em resumo, as parcelas componentes da despesa orçamentária da União, em 1955, constaram de "Créditos Orçamentários e Suplementares", com 60 088 milhões; "Créditos Especiais", com 3 196 milhões; "Exercícios Anteriores", com 3 milhões, dando o total geral de 63 287 milhões de cruzeiros.

Do confronto entre a receita e a despesa orçamentárias, resultou um "deficit" de 7 616 milhões de cruzeiros. Esta cifra não representa, porém, o resultado negativo real verificado no exercício, devendo-se a ela acrescentar a importância de 3 385 milhões de cruzeiros, referente às despesas realizadas. A soma desses dois totais eleva, assim, o "deficit" financeiro para 11 001 milhões de cruzeiros.

Considerando-se, todavia, que nem toda a despesa "realizada" corresponde a pagamentos efetuados no

exercício e que, por outro lado, parte dos recursos arrecadados em 1955 foram aplicados na liquidação de compromissos assumidos nos exercícios anteriores, esse "deficit", para melhor compreensão, pode ser assim demonstrado, em termos de resultados de "caixa":

Milhões de cruzeiros

I — Despesas efetivamente pagas em 1955		
a) A conta dos créditos orçamentários e adicionais .....	54 719	
b) Sem crédito ou além dos créditos	3 385	
c) Liquidação de restos a pagar e outros compromissos de anos anteriores .....	4 083	62 187
		<hr/>
II — Receita arrecadada em 1955 .....		55 671
		<hr/>
«Deficit» .....		6 516

Além desse "deficit" efetivo, o passivo flutuante da União, representado pelas contas Restos a Pagar e Fundos e Provisões, foi acrescido, em 1955, de mais 4 485 milhões de cruzeiros. Somando-se essa importância ao saldo negativo de "caixa" (6 516 milhões), obtém-se o total de 11 001 milhões do "deficit" financeiro global de 1955.

Esta posição negativa das contas financeiras do Tesouro sobre o Banco do Brasil é agravada pela pressão de outros grupos de contas não orçamentárias.

O movimento global dessas contas aparece nos balancetes do Banco do Brasil com elevados saldos contra o Tesouro, relativamente aos exercícios de 1953, 1954 e 1955.

O saldo negativo referente a 1955 ter-se-ia elevado a 18,5 bilhões de cruzeiros, não fora a encampação de 11 bilhões, autorizada pela Lei n.º 2 426, de fevereiro de 1955, que determinou o cancelamento de débitos do Tesouro no Banco do Brasil em quantia equivalente.

Tendo recebido a Presidência da República com as finanças nacionais agravadas por esse vultoso "deficit", serei obrigado a apelar para uma série de medidas severas, no elevado propósito, tanto de reduzir os efeitos da situação que me foi legada, como, também, de atenuar as perspectivas econômico-financeiras do exercício em curso.

Acrescido aos encargos remanescentes de exercícios anteriores, o deficit apurado em 1955 elevou para 34,9 bilhões de cruzeiros o vulto dos compromissos que virão agravar as perspectivas pouco animadoras da execução orçamentária no corrente exercício.

Essas perspectivas, realmente, não podem ser evidenciadas apenas pelo simples confronto entre a previsão da Receita e a estimativa da Despesa, conforme os algarismos constantes da vigente Lei de Meios.

Com efeito, a proposta orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 1956, enviada ao Congresso Nacional, previa um "deficit" de Cr\$ 2 269 304 984,00, resultante de uma Receita Geral estimada em ..... Cr\$ 62 673 945 000,00 e de uma Despesa Geral calculada em Cr\$ 64 943 249 984,00.

A lei orçamentária votada pelo Congresso Nacional elevou a estimativa da Receita Geral para ..... Cr\$ 70 960 334 000,00 e fixou a Despesa Geral da União em Cr\$ 71 505 208 940,00, resultando daí a previsão de um "deficit" de Cr\$ 544 874 940,00.

A majoração de despesa, no valor de ..... Cr\$ 6 561 958 956,00, feita pelo Congresso Nacional, incidiu quase que exclusivamente sobre os gastos de transferência, desenvolvimento econômico e social, além de investimentos. As despesas de custeio foram mantidas no nível proposto pelo Executivo e mesmo ligeiramente reduzidas.

Todavia, dada a antecedência de mais de um ano, com que são elaboradas as propostas de orçamento das diversas repartições, e as perspectivas de alta de preços das mercadorias e serviços, é bastante provável que, no decorrer da execução orçamentária, surjam necessidades imperiosas de suplementação ao orçamento.

Acresce, ainda, que não estão previstas na lei orçamentária as despesas com o aumento dos vencimentos do pessoal militar e civil, nem tampouco as despesas de transferência, relativas ao aumento dos proventos do pessoal inativo e gastos com o pessoal das autarquias.

Também não consta da lei orçamentária dotação para cobertura da totalidade do "deficit" de exploração das autarquias industriais da União. Dever-se-á, ainda, prever elevada quota para ocorrer às despesas com créditos especiais transferidos de 1955 para 1956.

Aprovado o aumento dos servidores civis, em bases equivalentes às dos militares, o "deficit" previsível para o corrente exercício será da ordem de 26 bilhões de cruzeiros.

O resultado definitivo, entretanto, poderá ser atenuado, pois a experiência indica que, durante a execução orçamentária, há sempre uma parte substancial de dotações votadas, que, por dificuldades técnicas ou administrativas, permanecem no todo ou em parte sem apli-

cação. Poder-se-á, além disso, contar com um acréscimo de arrecadação resultante de medidas adequadas, no tocante à fiscalização das rendas públicas.

Além desses fatores, conta o Governo levar avante uma série de providências saneadoras, destinadas a contornar as dificuldades financeiras do exercício em curso.

Faz-se mister a aprovação, tão rápida quanto possível, do projeto de reajustamento da tarifa aduaneira, porquanto se estima que esse reajustamento possa proporcionar ao Tesouro um acréscimo anual de receita, da ordem de 12 bilhões de cruzeiros, muito embora, a essa altura, suas possibilidades no corrente exercício já se apresentem bastante reduzidas.

Elaborar um plano para a execução orçamentária, visando a distribuir os gastos dos Ministérios, concorrerá para não criar grandes pressões sobre o Tesouro, nos meses de menor arrecadação.

Salvo em casos excepcionais ou de aproveitamento de candidatos habilitados em concurso, os cargos e funções públicas não serão preenchidos, em 1956, nem serão admitidos novos servidores a qualquer título.

A fiscalização das rendas públicas será intensificada, procedendo-se, simultaneamente, à melhoria dos processos de arrecadação, mediante o reaparelhamento das repartições arrecadadoras, notadamente as de maior expressão financeira.

Recomenda-se, ainda, revisão geral das tarifas em vigor nos serviços industriais da União, como providência inadiável, a fim de reduzir ao mínimo os "deficits" das autarquias a serem cobertos pelo Tesouro.

Para a efetivação de medidas dessa natureza, além de outras, estudadas no decurso do exercício, faz-se indis-

*pensável a cooperação patriótica do Congresso Nacional, que saberá avaliar dos sacrifícios que requer a obra comum de estabilização das finanças e da economia do País.*

*Bem sei que se trata de providências drásticas, capazes de suscitar descontentamento na medida de suas incompreensões. Mas devemos convir que, acima da popularidade demagógica, está o sagrado interesse nacional que o Congresso saberá resguardar, amparando convenientemente o Executivo, em proveito do próprio Povo.*

#### V — A SITUAÇÃO DAS DIVIDAS DA UNIÃO

*A dívida fundada da União elevou-se, de 1954 para 1955, de 10 451 para 10 558 bilhões de cruzeiros, à custa de remanescentes de antigas emissões.*

*Um exame da situação dos empréstimos fundados do Governo Federal não conduz a conclusões otimistas, quanto às possibilidades do mercado nacional de crédito público. De um total insignificante de mais ou menos 10 bilhões de cruzeiros de títulos em circulação — representando menos de 20 % da receita orçamentária e pouco mais de 2 % da renda nacional — quase a metade é constituída pelas Obrigações de Guerra, distribuindo-se o restante por 135 emissões, em grande parte já vencidas, com títulos dilacerados, com fôlhas de cupons totalmente esgotados e não possuindo, por vêzes, sequer espaço livre para a carimbagem dos respectivos juros.*

*Com o intuito de regularizar a situação, votou o Congresso Nacional a instituição de um fundo cumulativo para atender ao serviço da dívida, mantidas as taxas contratuais dos juros e garantida a amortização, segundo percentagens determinadas. Estabelece, ainda, princípios*

normativos de intervenção do Governo no mercado e a substituição dos títulos antigos por novos, como, provisoriamente, a anexação de folhas de cupons aos títulos que já as tenham esgotado.

A dívida flutuante federal, no exercício de 1955, totalizava 34 901 milhões de cruzeiros, compreendendo Restos a Pagar, Depósitos, Fundos e Provisões, débitos em conta corrente no Banco do Brasil, Outros Bancos, Letras do Tesouro, e outras dívidas. Esse total não inclui débito acumulado da União para com os Institutos de Previdência.

Para eliminar parte dos 15 bilhões do saldo devedor no Banco do Brasil, está em discussão, no Congresso Nacional, um projeto de lei autorizando nova encampação de emissões, no total de 12 075 milhões de cruzeiros.

Essa providência se afigura indispensável, a fim de evitar uma insuportável pressão de encargos sobre o Tesouro, num momento em que o aumento de vencimentos do funcionalismo civil e militar irá determinar nova e pesada sobrecarga de despesas.

Durante o exercício de 1955 o serviço normal de juros e amortizações da dívida externa brasileira absorveu US\$ 11 817 744 e £ 4 918 653. Os resgates efetuados importaram em £ 4 445 653 e US\$ 10 754 360.

Confrontando os saldos em circulação, no início de 1944, do plano de regularização dos empréstimos externos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 6 019, de 23 de novembro de 1943, com os do último dia do ano de 1955, verifica-se que o Brasil, em apenas 12 anos, conseguiu liquidar 80,63 % de sua dívida em libras e 65,39 % do seu débito em dólares, nos valores reais de 118 379 772 libras e 187 374 600 dólares.

*Para os serviços regulares de juros e amortizações de seus empréstimos em libras e dólares que ainda circulam, o Brasil despenderá, em 1956, £ 4 589 370 e US\$ 11 817 744.*

*O Acôrdio de Resgate Franco-Brasileiro de 1956, em vias de efetivação, e que está sendo redigido com base nos Acôrdios de 1946 e 1951, contém soluções finais para os 30 casos que ainda estavam sendo estudados (26 empréstimos públicos, 3 companhias incorporadas e 1 dívida proveniente da apropriação de títulos e dinheiro). Esse Acôrdio de 1956 permitirá ao Governo Brasileiro anunciar, brevemente, a liquidação final daqueles nossos débitos, alguns deles em circulação desde 1888.*

*Cabe ressaltar que, com a execução dos Acôrdios do Resgate de 1946 e 1951, foram liquidados títulos correspondentes a 91,11 % da dívida em francos-ouro e 81,44 % em francos-papel dos empréstimos federais, estaduais e municipais que circulavam em 1945.*

*A fim de ajustar a solução final para o pequeno saldo (fls. 3 582 300), ainda em circulação, do único empréstimo emitido em florins (São Paulo — 1921), está funcionando uma Comissão assistida pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

*Nas épocas de inflação, como a que o Brasil atravessa, torna-se difícil organizar o mercado de títulos. Permanecendo fixas as suas rendas, não aparecerão compradores para os mesmos, porquanto as rendas obtidas vêm-se reduzindo em valor aquisitivo, à medida que os anos passam. Além disso, grande parte da poupança dos indivíduos se destina aos bens de raiz que se valorizam continuamente.*

No Brasil, êsses bens têm tido um surto de expansão, resultante em grande parte das dificuldades nos financiamentos, não só diretamente feitos pelo empreendedor, como também pelas Instituições de Previdência e Caixas Econômicas. Esse fenômeno se verifica acentuadamente, nas cidades, que crescem de maneira imprevisível, principalmente sob os influxos do deslocamento de populações procedentes do campo. Daí haver, nos grandes centros urbanos, uma procura de habitações que escapa a qualquer previsão.

Além do mais, pelas dificuldades de numerário, alguns Estados da União têm deixado de pagar pontualmente os juros provenientes dêsses títulos. Mas, apesar de tôdas essas dificuldades, novas modalidades de títulos, fora dos moldes clássicos, poderão ter melhor aceitação em face da presente conjuntura econômica.

#### VI — MEIO CIRCULANTE

O meio circulante, em fins de dezembro de 1954, atingiu Cr\$ 59 039 212 372,00. Elevou-se a ..... Cr\$ 69 339 910 050,00, em dezembro de 1955, sendo o total líquido das emissões de Cr\$ 10 300 697 678,00.

#### VII — INVESTIMENTOS

Parcela significativa da renda nacional vem sendo destinada à formação de capital, mas verificou-se, em 1955, que o Governo continuou a participar intensamente da atividade econômica. Com o fim de suplementar a iniciativa privada, no campo dos investimentos básicos, elevou-se a mais de 36% a participação do Setor Público no total de investimentos brutos realizados no Brasil.

No setor privado, entretanto, as estimativas indicam terem sido realizados investimentos reais, em 1955, inferiores aos do ano anterior. A forte pressão inflacionária alterou a direção da tendência, que vinha caracterizando o processamento das atividades econômicas. Todavia, não deixou de ser favorecido o desenvolvimento da produção substitutiva de produtos estrangeiros, face às condições oriundas dos crescentes níveis em que se têm situado os ágios de importação.

A política do Governo, nesse particular, propiciou, especialmente, não só a ampliação, mas também a instalação de novos empreendimentos nos setores básicos de produção de energia, transportes e outros, através da concessão de privilégio cambial (custo de câmbio). Durante o ano de 1955 as concessões de câmbio oficial situaram-se aquém dos níveis de 1954, por motivos relacionados com o vulto dos compromissos já assumidos para os próximos cinco anos.

Realizaram-se, no entanto, importações de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, a título de investimento de capital estrangeiro, montando as autorizações para importações dessa espécie, em 1955, a cerca de US\$ 32,4 milhões.

Um fator de influência negativa sobre o desenvolvimento econômico, verificado em 1955, foi o relacionado com a elevação dos estoques de mercadorias em poder dos setores: Governo e privado. Não só a política de garantia de preços mínimos, como a expectativa de substanciais modificações no sistema cambial motivaram elevações nos estoques de produtos exportáveis, principalmente café e algodão. Com referência ao principal produto, apenas em poder do Instituto Brasileiro do Café, encontravam-se

em 1955 três e meio milhões de sacas, cujo valor de aquisição se elevou a cerca de 9 bilhões de cruzeiros.

No que se refere a investimentos, imperioso se torna medir os seus efeitos na formação da renda real, cujo ritmo de crescimento acusou acentuado declínio em 1955, em comparação com o que se verificou no período de 1950/1954. De fato, naquele ano, ele foi de 1,1 %, ao passo que, no período citado, foi de 8,4 % em média. Esse acentuado declínio, entretanto, na taxa de crescimento, ficou bastante atenuado no correspondente à renda "per capita" real, que decresceu de 1,2 %.

A elevação da capacidade produtiva da economia e, conseqüentemente, da produção real, pode ser medida pelo aumento da taxa de investimentos. Essa taxa deve ser, na medida das possibilidades, bastante alta para que os investimentos permitam a formação e a elevação do capital nacional, de modo que aumente a produção real.

O comportamento da taxa de investimentos real líquido (já deduzidas as parcelas de depreciação) foi o seguinte, no período de 1947/1954: em 1947, atingiu o nível aproximado de 10 %, daí em diante cresceu para atingir o máximo de 13,6 % em 1948; em 1953 e 1954 decresceu para o nível de 10 %, voltando assim para o nível de 1947. Para o ano de 1955, as estimativas preliminares permitem prever que a taxa mencionada decrescerá ainda mais, devendo-se situar em um nível provável de 8 %.

Como conseqüência do declínio na taxa de investimentos líquidos, nos últimos anos, resultou que a taxa de crescimento de produção real passou da média de 5,6 % do período de 1947/1954 para 5 % em 1955, quando comparado com o ano anterior. Tudo indica que os efei-

tos dêsse declínio repercutirão negativamente na produção real.

Diante das dificuldades verificadas em 1955 e em face de seus efeitos pouco animadores nas perspectivas para 1956, tem o Govêrno a necessidade de modificar a estrutura dos investimentos, tanto no setor público como no privado, no sentido de dar-lhes maior produtividade.

Contidos os gastos de custeio governamental, devem ser aumentados os investimentos públicos, mas sob melhor coordenação, mediante programas de desenvolvimento econômico que melhor permitam concentrar a aplicação das disponibilidades dentro de um sistema de prioridade.

A fim de suplementar as deficiências do capital privado nacional, tem o Govêrno ainda de fomentar a entrada líquida de capitais estrangeiros, quer sob a forma de empréstimos particulares, ou ao Govêrno, quer sob a forma de investimentos diretos.

### VIII — PREÇOS E NEGÓCIOS

Durante o ano de 1955 a elevação dos preços de atacado processou-se em ritmo menos intenso que o verificado em 1954, quando o índice se elevou de 212 (1948 = 100) para 263, ou seja, um aumento de 24,1 %, correspondente à média mensal de 2 %. Em 1955, a elevação foi de 9,1 %, ou seja, uma média mensal de 0,8 % (263 em dezembro de 1954, para 287 em dezembro de 1955). É de se notar que, durante o primeiro semestre de 1955, foi mínima a elevação verificada, para o que terá contribuído, certamente, a política de contenção do crédito bancário, realizada naquele período.

*Durante o exercício passado comportaram-se diferentemente os índices do custo de vida no Distrito Federal e em São Paulo. Segundo as estatísticas dos órgãos apuradores o aumento do índice do custo de vida no Distrito Federal foi de 22,6 % com relação ao ano de 1954.*

*Calculado com base no movimento de vendas mercantis e de cheques compensados, o índice do valor nominal dos negócios situava-se em 472,1, em dezembro de 1955 (1948 = 100), apresentando um incremento de, apenas, 8% sobre dezembro do ano anterior.*

*Ajustados esses valores ao índice geral de preços, para correção da influência inflacionária, verifica-se que, ainda assim, o índice do valor real dos negócios, em dezembro de 1955, apresentou incremento de 5,8% sobre igual mês de 1954.*

#### IX — A SITUAÇÃO BANCARIA

*A política monetária e bancária adotada, até abril de 1955, mantinha a orientação seguida no último trimestre do ano anterior.*

*Com o objetivo básico de reduzir a capacidade de expansão de crédito dos bancos comerciais, instituíram-se, para os depósitos obrigatórios dos bancos à ordem da SUMOC, as percentagens máximas que a lei permite fixar: 14% do total dos depósitos à vista e do aviso prévio até 90 dias, e 7% do total dos depósitos a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais. As taxas, até então vigentes, eram de 4% e 3%, respectivamente.*

*Outro ponto fundamental da política monetária e bancária, estabelecida no último trimestre de 1954, e que persistiu em 1955, refere-se à determinação de tetos defi-*

nidos para as operações de empréstimos das diversas Carteiras do Banco do Brasil, entidade responsável, em parte substancial, pelo estímulo à expansão de crédito.

Com a mudança de administração ocorrida em meados de abril, introduziram-se algumas alterações substanciais na política monetária e bancária, entre as quais releva assinalar a relativa ao rebaixamento das taxas para as operações comuns de redescontos, e a revogação da instrução que aumentara o "quantum" de depósitos obrigatórios dos bancos à ordem da SUMOC.

A suspensão da compra oficial de estoques de café foi outra medida adotada em maio de 1955, quando aquelas compras já haviam absorvido 9,2 bilhões de cruzeiros dos ágios cambiais arrecadados.

Quanto aos empréstimos do Banco do Brasil, novas instruções foram expedidas às Carteiras, para conter a expansão de suas operações.

À data da revogação da Instrução n.º 108, a caixa própria da SUMOC já atingira a cifra de 601 milhões de cruzeiros, sendo que as letras do Tesouro, adquiridas pelos bancos comerciais, montavam a 371 milhões. A restituição dos depósitos obrigatórios aos bancos, segundo a Instrução n.º 116, seria feita a partir de 1.º de julho de 1955, em parcelas mensais de 25% do total recolhido. Todavia, a crise bancária de maio de 1955 determinou a devolução imediata e total dos referidos depósitos.

Com o objetivo de combater novas pressões inflacionárias, alteraram-se novamente as taxas de redesconto, tendo-se mantido a taxa de 6% para os redescontos de duplicatas, "warrants" ou promissórias e letras de câmbio, acompanhadas de "warrants", contratos de penhor, conhecimentos de transporte ou recibos de depósitos.

*Para os descontos das demais promissórias e letras de câmbio, estabeleceram-se taxas de 8% e 10%, para serem aplicadas, na prática, a critério da Administração, segundo o grau de essencialidade das transações econômicas representadas por tais títulos.*

*Voltou-se, outrossim, ao tratamento preferencial aos empréstimos da Carteira de Redescontos com garantia de Letras do Tesouro (taxa de 3%), sendo mantida a taxa de 4% para o desconto de contratos de penhor agrícola e pecuário da CREA.*

*A Instrução n.º 106, prevista para breve vigência, de fato o teve, pois foi substituída, em 30 de dezembro de 1955, pela Instrução n.º 125, que restabeleceu a taxa de 6% para as operações comuns de desconto, mantendo as taxas de 3% e 4%, respectivamente, para os empréstimos a bancos e os descontos de contratos da CREA.*

*No campo da política bancária, 1955 foi um ano extremamente importante pelos eventos críticos que levaram as Autoridades Monetárias a atuar intensamente e de maneira decisiva.*

*Após longo período de temporização, foi deliberado o fechamento de alguns estabelecimentos em situação insustentável. Em consequência, no decorrer do mês de maio, diversos bancos sólidos enfrentaram, por alguns dias, o problema de atender a um movimento de retiradas de depósitos bastante superior ao usual, em certas praças importantes do País, exigindo pronta intervenção das Autoridades Monetárias.*

*Ao findar o ano de 1955, os bancos em geral haviam reforçado sensivelmente sua posição financeira, tendo reduzido de 1 027 milhões de cruzeiros o saldo geral de suas dívidas junto às Autoridades Monetárias, no último*

trimestre de 1955, e realizado um aumento de 3 777 milhões em seus depósitos junto a estas últimas, o que representou uma entrega líquida de recursos às Autoridades, na ordem de 4 804 milhões de cruzeiros.

Apesar de tôdas as medidas, a situação monetária e bancária em 1955 continuou a ser caracterizada por forte pressão inflacionária.

O confronto das estimativas dos saldos, em 31 de dezembro de 1955, com aquêles registrados em 31 de dezembro de 1954, indicam que, em 1955, os empréstimos do sistema bancário (total amplo, incluindo contas ajustadas do Tesouro Nacional e excluindo empréstimos interbancários) apresentam um acréscimo de 30 156 milhões de cruzeiros, ou seja, de 14,6% sôbre o exercício anterior.

A diminuição da taxa geral de expansão dos empréstimos, em 1955, foi consequência direta do decréscimo do ritmo de expansão de crédito ao Público e a Governos Estaduais e Municipais pelas Autoridades Monetárias. Mesmo assim, o aumento, em 1955, dos empréstimos pelas Autoridades Monetárias (18 247 milhões, correspondentes a 17,1%) superou a expansão realizada pelos Bancos Comerciais (11 909 milhões, ou 12,0%), como ocorrera em 1954, em que a maior parcela do aumento dos empréstimos foi feita pelas Autoridades Monetárias (30 467 milhões, num total de 45 238 milhões para todo o sistema).

Os principais recursos utilizados pelas Autoridades Monetárias, para a expansão de empréstimos, realizada em 1955, foram os seguintes: acréscimo do papel-moeda em circulação (9 269 milhões), aumento dos depósitos dos Bancos Comerciais, junto àquelas Autoridades

(3 385 milhões) e aumento do saldo disponível de ágios e bonificações (2 309 milhões).

Os recursos que financiaram o aumento dos empréstimos dos Bancos Comerciais foram preponderantemente depósitos derivados, propiciados com a expansão primária de créditos pelas Autoridades Monetárias. Não receberam eles diretamente, em seu conjunto, das Autoridades Monetárias, recursos especiais relevantes. Ao contrário, pelo exame da variação do saldo líquido no período em exame, observa-se que os Bancos Comerciais cederam 2 608 milhões de cruzeiros àquelas Autoridades; receberam eles mais 777 milhões de assistência financeira (sob forma de redescontos e empréstimos), porém ampliaram em mais de 3 385 milhões seus depósitos junto àquelas Autoridades.

Este acréscimo do volume total de crédito não se distribuiu uniformemente por tôdas as regiões econômicas do País. A expansão mais pronunciada do crédito realizou-se na zona Sul. Nesta região, os empréstimos das Autoridades Monetárias cresceram, nos dez primeiros meses de 1955, de 6 391 milhões de cruzeiros (17%) e os dos Bancos Comerciais de mais 9 794 milhões (19%).

Outra característica importante da expansão do crédito em 1955 (dados até novembro) foi a concentração da maior parcela do aumento nas atividades agrícolas. Nos 11 primeiros meses de 1955, enquanto o total dos empréstimos das Autoridades cresceu de 11,3%, os empréstimos à lavoura expandiram-se de 20,6%. O mesmo ocorreu com as operações dos Bancos Comerciais: o total de empréstimos elevou-se de 9,3%, onde os empréstimos à lavoura cresceram de 31,5%.

*Relativamente aos bancos comerciais, os dados disponíveis mostram que, no período de janeiro a novembro de 1955, as entidades públicas atuaram favoravelmente, havendo o Tesouro Nacional fornecido recursos líquidos da ordem de 520 milhões de cruzeiros, e os Governos Estaduais e Municipais, 550 milhões.*

*A comparação da expansão do crédito bancário, nos exercícios de 1954 e 1955, demonstra que o ritmo do crescimento dos empréstimos caiu consideravelmente no exercício anterior. A taxa daquela expansão, que era de 28,1% em 1954, diminuiu para 14,3% em 1955, como conseqüência da diminuição da expansão do crédito ao público e aos Governos locais pelas Autoridades Monetárias.*

#### X — BALANÇO DE PAGAMENTOS

*A sobrevalorização do cruzeiro no mercado exterior, em contraste com a sua depreciação no mercado interno, que até 1953 foi bastante acentuada, acarretou, para o povo brasileiro, maior capacidade de importação, em virtude de se tornarem os produtos importados, relativamente mais baratos em relação aos produtos nacionais e renda aos consumidores. Resultou daí que, em grande parte, o desequilíbrio verificado no intercâmbio comercial com o exterior, teve, entre as suas causas fundamentais, o agravamento do surto inflacionário.*

*O Balanço de Pagamentos, em 1955, registrou "superavit" em transações correntes e movimento de capitais particulares, da ordem de US\$ 65 milhões.*

*Embora as transações correntes hajam apresentado, no mencionado período, um resultado negativo de US\$ 86 milhões, sendo US\$ 112 milhões de "deficit" na*

área das moedas conversíveis e US\$ 22 milhões e US\$ 4 milhões de "superavit" nas áreas de conversibilidade limitada e de moedas inconversíveis, respectivamente — os ingressos de capitais privados, seja sob a forma de investimentos, seja sob a forma de empréstimos ou financiamentos, possibilitaram a inversão total desse resultado, fazendo com que, ao encerrar-se o exercício, apresentasse o Balanço de Pagamentos, em seu conjunto, o "superavit" acima referido.

O "deficit" registrado na área das moedas conversíveis foi coberto por operações de capital a longo e curto prazo, enquanto, nas demais áreas, os "superavits" ocorridos foram utilizados na liquidação de débitos diversos, verificando-se, ainda, aumento de disponibilidades nas áreas de moedas conversíveis e de conversibilidade limitada.

No que tange ao intercâmbio comercial, registrou-se, em relação a 1954, queda de US\$ 182 milhões nas exportações e redução nas importações de US\$ 240 milhões, resultando um saldo na balança comercial de US\$ 212 milhões.

Agravou-se assim, por motivos conjunturais, a tendência de caráter estrutural que vem dominando o intercâmbio de comércio do Brasil com o exterior. O volume das exportações, calculado através do índice do "quantum", manteve-se em 1955 nos mesmos níveis de 1954, não só por serem elas constituídas ainda de produtos cuja demanda no exterior não cresce na proporção do aumento da renda nacional brasileira (fator estrutural), como também, e principalmente, em virtude do contínuo acréscimo dos custos internos de produção, relativamente

aos preços reinantes no mercado externo (fator conjuntural).

Mas não se limitaram ao volume físico das exportações os sinais de crise no comércio exterior. Além desse fator negativo, fêz-se sentir ainda a grave deterioração observada na relação de trocas. De 1954 para 1955, o índice relativo aos termos de intercâmbio acusou uma queda de 26 %, indicando uma redução bastante sensível dos preços-ouro dos produtos de exportação, comparativamente aos que constituem a nossa pauta de importações.

Conseqüentemente, reduziu-se, de maneira considerável (22 %), a capacidade de importar do País, função que é do "quantum" das exportações e da relação de trocas.

Não obstante o declínio do valor das nossas exportações, o saldo da balança comercial foi superior em US\$ 58 milhões ao registrado em 1954, graças à política de contenção das importações.

Confirmando uma tendência, o ano de 1955, em confronto com o ano anterior, apresentou saldo elevado no comércio com os Estados Unidos, reduzindo-se assim o "deficit", também tradicional, das transações com a área de moedas conversíveis.

Mas o saldo no comércio com os Estados Unidos, em 1955, foi conseqüência de acentuada redução das importações brasileiras, uma vez que as exportações para esse país se situaram em níveis pouco satisfatórios.

O comércio, com a área de moedas inconversíveis, sofreu sensível declínio em relação a 1954, sobretudo pelos resultados do intercâmbio com a Alemanha e Reino Unido, decorrentes do baixo nível das exportações brasi-

leiras e dos pagamentos de amortização de atrasados comerciais com aquêles países.

No que tange aos principais produtos de exportação, foi o seguinte o comportamento em 1955 :

*Café* : não obstante ter havido substancial aumento das quantidades exportadas (cêrca de 3 milhões de sacas a mais que em 1954), observou-se sensível decréscimo no valor das cambiais originárias do produto, (menos . . . . US \$ 97,4 milhões de dólares), em virtude da queda vertical dos preços-ouro, iniciada em meados de 1954.

*Cacau* : a queda das exportações dêste produto foi bastante grave em 1955. Aliando-se à redução do volume exportado, a brusca redução dos preços determinou uma diminuição na receita em divisas de US \$ 136,6 milhões, em 1954, para apenas US\$ 81,5 milhões em 1955.

*Algodão* : da mesma maneira que com relação ao cacau, sofreu também o algodão duplamente os efeitos da crise que se vem fazendo sentir em nosso intercâmbio comercial com o exterior. Refletindo a insegurança reinante nos maiores mercados consumidores, em face da ameaça de liquidação dos estoques americanos, reduziram-se não só as quantidades exportadas como os preços-ouro. Conseqüentemente, as cambiais originárias do algodão atingiram, em 1955, apenas o equivalente a US\$ 119,8 milhões, contra US\$ 223,1 milhões em 1954.

A movimentação do item "serviços" seguiu a tendência, por assim dizer permanente, dos períodos anteriores, registrando acentuado "deficit", oriundo da mes-

*ma causa usualmente apontada: o caráter deficitário dos transportes marítimos e despesas correlatas e as remessas de rendas de investimentos.*

*Os ingressos brutos de capitais particulares em 1955 totalizaram US\$ 96 milhões. Este total, compreendendo US\$ 36 milhões de investimentos diretos, nos quais se incluem US\$ 16 milhões em moedas conversíveis, US\$ 18 milhões em moedas de conversibilidade limitada e US\$ 2 milhões em moedas inconversíveis; US\$ 26 milhões de empréstimos e US\$ 34 milhões de capitais não especificados.*

*A movimentação de capitais oficiais a longo prazo denotou aumento dos ingressos em relação a 1954 como consequência dos empréstimos contraídos com o grupo de banqueiros norte-americanos (US\$ 200 milhões — consolidação) e com o EXIMBANK (para complementação da receita de exportação).*

*No período de 1947 a 1955, à exceção de 1953, foi o ano de 1955 o que registrou maiores entradas de capitais de empréstimos (US\$ 216 milhões).*

*Em compensação, ocorreram, também, no mesmo período, as maiores amortizações desses capitais, no montante de US\$ 119 milhões.*

*As reservas em ouro e divisas montavam a US\$ 378 milhões em 31 de dezembro de 1955, registrando-se, portanto, um acréscimo de US\$ 49 milhões em relação a 31 de dezembro de 1954, que se decompõe em majoração de US\$ 27 milhões na área das moedas conversíveis e US\$ 30 milhões, na de moedas de conversibilidade limitada, e decréscimo de US\$ 8 milhões em inconversíveis.*

## XI — COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. SIGNIFICADO DOS ACÓRDOS MULTILATERAIS

No início de 1955 mantinha o Brasil 23 acórdos bilaterais de pagamentos.

Fruto de negociações realizadas nesta Capital, entre representantes brasileiros e alemães, com o fito de colocar em bases mais liberais o intercâmbio comercial e o sistema de pagamentos com a Alemanha, foi assinado um acôrdo com este país, segundo o qual se estabeleceu maior flexibilidade nas operações mercantis e se pôde oferecer, ao mesmo tempo, valiosa contribuição efetiva à remoção de obstáculos ao intercâmbio comercial, pela possibilidade aberta naquele pacto à adesão de outros co-participantes.

Os pagamentos entre os dois países passaram a ser conduzidos em moeda de conversibilidade limitada, instituindo-se, assim, larga área monetária, na qual logo se integraram a Inglaterra e a Holanda, mediante ajustes firmados em 16 de agosto, seguindo-se-lhes a União Econômica Belgo-Luxemburguesa, através de acôrdo concluído em 17 de novembro.

Ressalto, dêsse modo, pela sua expressiva significação no desenvolvimento do intercâmbio comercial com o continente europeu, a transformação, em agosto de 1955, para o sistema multilateral de pagamentos, do sistema de acórdos bilaterais.

No curso do ano, o Governo brasileiro teve ensejo de sugerir aos governos da França e da Áustria que se proceda a uma revisão do regime de pagamentos vigente com aquêles países, externando o propósito de negociar, no mais breve prazo possível, novos ajustes sôbre a ma-



téria, de forma que melhor satisfaça os interesses recíprocos do intercâmbio.

Os restantes acórdos bilaterais de pagamentos deverão ser oportunamente reexaminados, a fim de que se averigüe a conveniência brasileira de lhes dar continuidade, ou adotar-se fórmula nova para a condução das correntes de comércio.

Impõe-se explorar ao máximo as possibilidades que se abrem com o novo sistema multilateral de pagamentos. A flexibilidade dos novos acórdos empresta rumos novos às relações comerciais do Brasil, indicando que muito se poderá fazer, tanto para ampliar o intercâmbio com tradicionais clientes, como para desenvolver as trocas com aquelas áreas, ainda não integralmente exploradas pela política comercial brasileira.

Todavia, não descuidarei do comércio com aqueles países que ainda não podem aderir ao sistema multilateral e que, pela contextura de sua economia, oferecem ao comércio nacional amplas perspectivas.

Ponto importante que consignar ainda é o do comércio com países latino-americanos, sobretudo com aqueles que têm fronteiras comuns com o Brasil. Procurarei atender aos justos anseios das nações fronteiriças, que clamam por maior intercâmbio, a fim de que possam melhor integrar-se no esforço coletivo do soerguimento continental.

Exemplo importante, a esse respeito, é o da Bacia Amazônica, na qual se conjugam interesses de diversos países e esforços de povos vizinhos que apresentam níveis crescentes de atividade econômica.

A cooperação com as nações da América Latina merecerá cuidados especiais, para permitir um esforço

conjugado em prol do desenvolvimento econômico coletivo.

*Estou empenhado em dinamizar a atuação do Brasil nos organismos internacionais de caráter econômico, onde se discutem e equacionam os grandes problemas internacionais. A posição brasileira, de cooperação integral com os demais países do universo, tradicionalmente afirmada, deve ganhar a intensidade de ação que exige a política econômica interna, voltada para o desenvolvimento do País.*

## XII — POLITICA CAMBIAL. O PROBLEMA DAS DIVISAS

*O traço marcante da política cambial brasileira, no ano de 1955, foi a rígida compressão exercida no dispêndio de moedas estrangeiras, face à redução verificada no valor global das exportações. Essa diretriz objetivou, entretanto, a manutenção do crédito do País, no exterior, através do pontual atendimento dos compromissos assumidos.*

*A necessidade da severa restrição, nas distribuições de câmbio em geral, afetou, sem dúvida, o volume de importações.*

*No entanto, o ritmo de captação de divisas converíveis não correspondeu, em 1955, à previsão orçamentária de 60 milhões de dólares por mês, havendo atingido apenas a média de 53 milhões.*

*Esse declínio foi mais acentuado nos primeiros meses do ano, pela diminuição das vendas de café, determinando ainda maior desequilíbrio na balança de pagamentos. Esta circunstância veio compelir a Carteira de Câmbio a utilizar, no mês de maio — após o recurso às linhas de*

*crédito normais, de banqueiros particulares — a parcela de 45 milhões de dólares de um crédito especial, concedido pelo Export-Import Bank of Washington, no valor de 75 milhões de dólares. O resgate da parcela utilizada somente terá início em 1961.*

*Verificando-se, porém, de junho em diante, sensível aumento da receita em dólares — com reinício de compras norte-americanas de café — tornou-se possível a liberação total das linhas de crédito normais concedidas por banqueiros norte-americanos ao Banco do Brasil S. A., bem como a integral liquidação de remanescentes de antigas importações em moedas conversíveis, que ainda se encontravam registradas como atrasados comerciais.*

*Assim, os únicos compromissos, oriundos de atrasados comerciais, que ainda restam, são os relativos a libras esterlinas, de credores domiciliados no Reino Unido — objeto de acórdo celebrado em 1.º de outubro de 1953 — os quais, entretanto, estão sendo pontualmente amortizados, numa base anual de 6 milhões de libras, segundo as condições do ajuste firmado.*

*Terá o Governo de continuar a atender com regularidade aos pagamentos de amortização e juros do empréstimo de 300 milhões de dólares, contraído em 1953 com o Export-Import Bank of Washington. Esse compromisso, cuja liquidação final ocorrerá em maio de 1961, reduziu-se ao montante de US\$ 268 800 000,00, inclusive os juros devidos até aquela data.*

*O empréstimo de 200 milhões de dólares — sob penhor de ouro —, realizado em novembro de 1954 com um consórcio de Bancos norte-americanos, liderados pelo "The First National City Bank of New York", somente terá sua liquidação iniciada em novembro de 1959. Os*

*juros relativos a êsse empréstimo, devidos trimestralmente, continuarão a ser atendidos também com tôda regularidade.*

*As taxas no mercado de câmbio livre mantiveram-se, na maior parte do ano de 1955, razoavelmente estáveis, em tórno de Cr\$ 75,00 por dólar americano. A cotação máxíma, real, dessa moeda, atingiu Cr\$ 84,00, em 6 de abril, havendo a mínima chegada a Cr\$ 66,50, em 29 de novembro.*

*A rigorosa redução das despesas em dólares dos serviços brasileiros no Exterior, a severa restrição nas distribuições de câmbio em geral e o austero contróle imposto pelo atual sistema de câmbio, a par de outras medidas como a instituição do mercado livre de moedas, paralelo ao oficial, vêm-se afirmando como instrumentos básicos de economia de divisas. Não representam, porém, mais do que paliativos, mesmo que justificados, para a permanente crise de divisas, que é tanto do Brasil como da quase totalidade das nações do mundo livre.*

*Se a escassez de dólares se intensifica com as exigências do crescimento do País, não só justificando aquêles instrumentos como também impondo a necessidade do desenvolvimento econômico da produção, de modo que promova a satisfatória expansão das exportações nacionais, é preciso observar que o problema ainda mais se agrava pela alta de preços dos bens, que se tem verificado nos mercados de importação, sobretudo no período de após-guerra.*

*A relativa diminuição do poder aquisitivo do dólar, nos Estados Unidos, por exemplo, reduziu consideravelmente o poder de compra de muitas nações, impondo a necessidade de produzir mais divisas para adquirir.*

em desproporção com as necessidades, bens essenciais, cujos preços de venda realmente inflaram no mercado norte-americano.

Releva consignar que, como resultado concreto da política cambial adotada em 1955, foi conseguida, nesse exercício, a redução de 91 milhões de dólares nas responsabilidades cambiais do País, em tôdas as moedas, em relação às obrigações existentes em 31 de dezembro de 1954, as quais, expressas pelo equivalente a 1 800 milhões de dólares, baixaram para 1 709 milhões, ao término do ano de 1955.

### XIII — SITUAÇÃO DAS RESERVAS-OURO

Em 31 de dezembro de 1954, era de .....  
Grs. 286 022 586,150 a existência de reservas-ouro, contabilizada pelo preço de custo de Cr\$ 6 495 634 899,80.

Durante o exercício de 1955, até meados de dezembro, foram feitas compras, tanto das minas nacionais como do exterior, no total de Grs. 1 053 069 446,00 pelo custo de Cr\$ 21 922 431,00.

No mesmo período, de 1º de janeiro a 13 de dezembro de 1955, não houve vendas no País, mas, para atender ao pagamento do Serviço da dívida com o Fundo Monetário Internacional, foram-lhe entregues, das compras no exterior, Grs. 394 903 484,00 equivalentes a Cr\$ 8 220 941,00.

Em 31 de dezembro de 1955, o total das reservas-ouro existente no "Federal Reserve Bank", no Fundo Monetário Internacional; no Banco do Brasil S. A., e em exame na Casa da Moeda, atingiu Grs. 286 680 752 112,00, no valor de Cr\$ 6 509 336 389,70.



Do ouro depositado no "Federal Reserve Bank of New York", há a notar que uma parte, ou seja, Grs. 181 816 059 509,00, se acha empenhada em garantia do empréstimo de US\$ 200 000 000,00 contraído em 1954 com um Consórcio de bancos americanos liderados pelo "The First National City Bank of New York."

Permaneceu inalterada a cotação de Cr\$ 20,8176 por grama de ouro fino. Nessa base, a existência, em 31 de dezembro de 1955, de Grs. 286 680 752 112,00 corresponde a Cr\$ 5 968 005 225,40, equivalendo a . . . . US\$ 322 594 808,01.

#### XIV — DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DO GOVERNO DIANTE DA CRISE NACIONAL

Através das informações que vos presto, ao ressaltar os fatos primordiais da conjuntura brasileira, havereis de compartilhar a evidência de que, a hora presente se reveste, para o Brasil, de um sentido crucial, impondo ao Governo a necessidade de escolher, com lucidez, os caminhos que nos levarão ao encontro do futuro.

Acentua-se a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base.

Semelhante transição, por si só, apresentaria aspectos graves, suscetíveis de afetar toda a vida econômica do País. Esses aspectos se tornariam ainda mais delicados, dada a influência dos fatores resultantes da situação do mundo de após-guerra e seus reflexos, especialmente no domínio da política monetária internacional e do comércio exterior.

*Entretanto, o grau do desenvolvimento nacional, na verdade insuficiente em relação ao de outros povos que as circunstâncias permitiram aproveitar amplamente os seus recursos, não pode proporcionar os elementos necessários a resolver, de pronto, tanto os problemas estruturais, como aquêles que a conjuntura nos reservou.*

*Dai a persistência e agravamento continuado da crise econômico-financeira, de que uma das feições mais evidentes se manifesta na inflação, com o seu perigoso cortejo a exprimir-se no desapoio às iniciativas criadoras de riqueza, na prática da especulação, na insatisfação social e na perturbação das disposições relativas ao comércio e à organização da produção.*

*Torna-se, por isso, cada vez mais importante promover o saneamento financeiro, visando a constituir base indispensável a um esforço de envergadura, para estimular o desenvolvimento econômico.*

*O combate à inflação não pode deixar de se inscrever como um dos pontos essenciais dessa política. É propósito do Governo, agindo com prudência e espírito realista, pois sabe que não é possível estancar imediatamente, mas só gradativamente, o surto inflacionário, estudar com o máximo cuidado as medidas que possam conduzir, seguramente, a êsse desiderato.*

*Ao lado da desordenada expansão dos meios de pagamento, apresentam-se como fatores da inflação, os "deficits" governamentais pròpriamente ditos e os "deficits" das autarquias e serviços industriais do Estado.*

*Há, dêste modo, que intentar uma política firme, visando especialmente ao setor da administração pública, no sentido de reduzir os "deficits" orçamentários, através de um plano de economia que não importe em sacrifício*

dos investimentos úteis; de realizar a reforma aduaneira, sem prejuízo da expansão do intercâmbio e sem ferir os legítimos interesses nêle empenhados; e, finalmente, de organizar, reaparelhar e disciplinar os serviços públicos industriais, para assegurar-lhes a indispensável rentabilidade, mediante o possível reajustamento seletivo das tarifas.

Esta orientação, de cunho antiinflacionário, deverá ser reforçada pela melhoria do serviço de arrecadação da receita pública, no que se refere, especialmente, aos impostos de renda e de consumo, em que é elevado o índice de evasão fiscal, de modo que alcance recursos que possibilitem o equilíbrio orçamentário, dotando a administração dos meios indispensáveis à solução dos problemas econômicos de infra-estrutura.

Os óbices oriundos da conjuntura, por mais inquietantes e desafiadores que sejam, não devem impedir a concentração de esforços no equacionamento dos problemas de estrutura e infra-estrutura. Mas, se é imprescindível lutar contra a inflação, se é necessário conseguir os recursos com que manter e aprimorar os serviços públicos, torna-se também imperativo, por outro lado, executar a primeira etapa de um plano nacional de desenvolvimento.

## XV — POLITICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ainda em minha campanha de candidato, procurei fixar as diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento econômico, abrangendo principalmente os setores básicos de energia, transportes e alimentação.

Com o auxílio de técnicos abalizados, com o conselho de homens experientes e com a colaboração de especialistas, iniciamos um esforço harmonioso de planejamento, visando a coordenar as atividades da iniciativa privada com os programas governamentais, no quadro de uma política econômica definida, em que se realça a iniciativa privada como elemento fundamental de progresso do País.

O programa ideal de Governo seria aquele que tendesse a tornar dispensável a intervenção do próprio Governo em variados setores da economia. Na impossibilidade de atribuir-se, no momento, à livre empresa, a responsabilidade de todos os investimentos essenciais ao fortalecimento de nossa capacidade de produção, deve o Governo cumprir a missão de investidor supletivo. Deve fazê-lo, todavia, com equilíbrio e critério, restringindo-se à eliminação dos pontos de estrangulamento da atividade econômica e, em alguns casos, à missão de pioneiro na introdução de novas técnicas e novas indústrias, pouco atraentes para os capitais privados.

A fim de que a intervenção do Estado não se torne tumultuária e inibidora para a iniciativa privada, é aconselhável que se processe nas linhas de um plano coordenado de ação e que persiga objetivos definidos em períodos certos.

Por força das circunstâncias, tornou-se o Estado o maior investidor em nossa economia, sendo indispensável por isto que se torne o investidor mais esclarecido e o que melhor aplique os recursos de nossas poupanças coletivas. Não é justificável que se utilizem os fundos públicos ao sabor de esquemas orçamentários mais ou menos improvisados ano a ano. É indispensável que se ampliem,

*gradativamente, os setores de atividades bem planejadas, onde se definam metas e se estudem calendários de gastos e programas objetivos dos fatores de produção a mobilizar.*

*Esta a justificativa do propósito do Governo de dar ênfase ao esforço de planejamento de suas atividades, como condição de eficiência própria e de apoio harmonioso à iniciativa privada.*

*Esta a razão de ser da fixação de um certo número de metas, consubstanciando, o quanto possível, o programa de desenvolvimento a ser executado nos próximos anos.*

*Não nutro qualquer ilusão sobre as imensas dificuldades que se associam à realização desse programa, nem tenho a pretensão de que ele seja definitivo no seu acerto, oportunidade e exatidão. Encontro-me, ainda, no limiar do período presidencial e haverá tempo suficiente à prossecução da análise e estudo desses problemas, para que empreenda a sua constante revisão, alterando o que deve ser alterado, segundo os altos interesses da economia nacional. É preciso não esquecer que o Governo se propõe, sobretudo, oferecer à iniciativa privada um apoio vigoroso para interessá-la, cada vez mais, em objetivos que considero de importância decisiva para a prosperidade nacional.*

## XVI — FIXAÇÃO DE METAS

*No setor de energia, o programa do Governo prevê diversas metas, entre as quais o aumento da potência instalada, de 3 000 000 kw para 5 000 000 kw em 1960; a instalação de uma central atômica pioneira de*

10 000 kw; e a produção de 4 000 000 de toneladas de carvão.

Cito estes algarismos para ilustrar o sentido prático e objetivo que o Governo deseja imprimir à execução do plano de desenvolvimento. Baseiam-se em análise metódica das condições econômicas, sem abandonar nunca o domínio do possível e o viável na realidade brasileira.

As metas aqui propostas abrangem, igualmente, a indústria do petróleo, a fim de imprimir aos serviços da Petrobrás a máxima eficiência e, gradativamente, reduzir a participação do petróleo importado no consumo interno, bem como promover o melhor aproveitamento dos combustíveis vegetais, através da preservação e restauração das reservas.

A nenhum espírito arguto e consciente da evolução moderna escapará a observação de que já se esboça uma revolução industrial, que poderá determinar a revisão das bases em que repousam as técnicas da atualidade. Refiro-me à utilização da energia atômica para fins pacíficos. Deve a Nação preparar-se para participar ativamente das conquistas que se firmarem nesse domínio, a fim de que, uma vez mais, não tenha que encetar longo caminho para atingir, tardiamente, objetivos que outros povos cedo alcançaram.

Quanto aos transportes, em que reside outro ponto clássico de estrangulamento econômico, há que propor objetivos certos como, por exemplo, a construção de 1 500 km de novas linhas férreas e reaparelhamento das ferrovias existentes; a abertura de 10 000 km de rodovias e sua pavimentação na extensão de 3 000 km.

O esforço para ampliar a rede de transportes terrestres pressupõe a sua integração em sistemas nacionais

e regionais maduramente projetados, e será orientado no sentido de servir as regiões onde existam de fato demandas potenciais de tráfego.

As metas relativas aos transportes se completarão com o reaparelhamento e ampliação de portos de mar e fluviais, com o aumento da frota de cabotagem e com a construção e equipamento adequado de novos aeroportos.

Finalmente, contemplando o setor da alimentação — também um dos pontos básicos de meu programa de candidato — os esforços do Governo se concentrarão na instalação de armazéns e silos com capacidade para 400 000 toneladas, no aumento da produção tritícola para, no mínimo, 1,5 milhões de toneladas, na fabricação de fertilizantes e na construção de frigoríficos.

A expansão geral da produção agropecuária, para atender às exigências do consumo interno e para exportação, será igualmente objetivo central, podendo ser alcançada através da difusão sistemática e racional do crédito entre os produtores, da mecanização em larga escala das atividades da lavoura e do estabelecimento de sistemas de educação e assistência que contribuam para melhorar as condições de vida do homem rural e tornar mais atraente e estável o seu labor.

A tendência da economia brasileira para a industrialização intensiva é fato que dia a dia se firma. Mas, como já tive oportunidade de acentuar, jamais evoluiremos seguramente nesse domínio, se não se proporcionarem à livre empresa, única força capaz de operar a desejada transformação, os serviços e bens da infra-estrutura, como energia e transportes.

A consecução das metas relativas ao aumento da potência energética instalada e às comunicações terres-

*tres, fluviais e marítimas, consolidará as bases em que se poderão ampliar, estimular e fundar as indústrias de que o Brasil necessita para sua completa e verdadeira libertação econômica: a indústria siderúrgica, a metalúrgica, a produção de cimento, a fabricação de fertilizantes, a mecânica pesada e a química de base, entre outras.*

*Enquanto se verificarem, simultaneamente, o esforço para o saneamento financeiro em termos adequados e o impulso para atingir as metas propostas, não descurará o Governo das demais atividades públicas, procurando expandi-las, de acôrdo com os reclamos da Nação, tais como: as que se referem à defesa nacional, com o devido aparelhamento das Forças Armadas para sua nobilitante missão; à educação e cultura; à assistência social e à saúde do Povo; à política da valorização de áreas; e à reestruturação e melhor rendimento da máquina administrativa.*

*No setor educacional, a que acima aludi, do próprio plano de desenvolvimento ressalta a necessidade da formação de técnicos, sem os quais a expansão das indústrias e da agricultura não alcançará o ritmo desejado. Ai residirá uma das principais tarefas que serão empreendidas e que, pela importância de que se reveste, chega a assumir, ela própria, aspecto de problema de infra-estrutura.*

#### *XVII — DIRETRIZES DA POLITICA DO PETRÓLEO*

*Desde o início da campanha eleitoral, manifestei, sem indecisões, a minha orientação sôbre a política do petróleo nacional.*

*Insisti em frisar que "nenhum problema de nossa economia tem para o Brasil a importância atual do problema do petróleo".*

*Senti-lhe a gravidade não apenas pela análise das estatísticas e pela verificação de sua importância na balança comercial, mas, sobretudo, através do contato pessoal que mantive com as populações das cidades e dos núcleos do interior. Há uma reivindicação geral de energia e de transporte, implicando a necessidade de maior consumo de petróleo e derivados.*

*Existiam no País, em 1.º de julho de 1955, 2 399 cidades e 6 240 vilas, somando 8 639 sedes de municípios e de distritos, dos quais apenas 41% dispunham de iluminação elétrica pública e domiciliária. As outras 5 086 cidades e vilas, representando 59% do conjunto, ainda não desfrutavam esse benefício essencial e primário da civilização.*

*Os mais humildes agricultores pedem ao Governo que lhes proporcione caminhões, jipes e tratores para o transporte e o aumento de sua produção; e os prefeitos e industriais reclamam geradores e máquinas a óleo para o abastecimento de energia.*

*O estudo das tendências do consumo de petróleo pela coletividade brasileira é motivo de sérias preocupações. Alguns índices de crescimento do consumo são significativos. De 1939 para 1952, o consumo de gasolina comum cresceu de 100 para 549; o de gasolina de aviação, de 100 para 1 505; o de óleo "diesel", de 100 para 595; e o de óleo combustível, de 100 para 394.*

*Acelera-se o consumo de petróleo e derivados, acompanhando os índices do desenvolvimento econômico e cresce paralelamente o dispêndio de divisas para a sua*

importação. Segundo o Conselho Nacional de Economia, o valor de importação de petróleo e derivados representou, em 1945, 4,7% do valor total das importações e, em 1953, atingia 15,6% do conjunto das importações. Em 1955 o Brasil despendeu 257 (duzentos e cinqüenta e sete) milhões de dólares para a importação de petróleo e derivados, significando 19,5% do total das importações.

Apesar desse valor, registram-se ainda índices baixos de consumo "per capita" de gasolina e de outros derivados de petróleo, sendo lógico que o desenvolvimento da produção acarrete crescimento mais acelerado do consumo de petróleo. Para se ter uma idéia das possibilidades de ampliação de consumo, basta notar que, enquanto o Brasil tinha o consumo de 100 kg de petróleo e derivados por habitante-ano, a Argentina consumia 587 kg; a Inglaterra, 710 kg; o Canadá, 1 088 kg; e os Estados Unidos, 1 989 kg.

Um grupo de técnicos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da C. E. P. A. L. elaborou conjuntamente uma projeção de importações de combustíveis e lubrificantes nos próximos anos, concluindo que a importação de 7 200 000 toneladas de petróleo e derivados em 1954, equivalente a 160 000 barris por dia, deverá atingir a cifra de 13 milhões de toneladas, em 1960, equivalente a 280 000 barris por dia.

O consumo atual exige uma importação anual da ordem de 260 milhões de dólares e o consumo, em 1960, será da ordem de 500 milhões de dólares.

Fixei como diretrizes gerais para a Petrobrás os seguintes objetivos: tentar deter o crescimento atual da exportação de divisas, pelo fomento, dentro do País, da

*produção, da refinação e dos transportes, e desenvolver a indústria petrolífera, no sentido de cobrir as necessidades atuais de consumo e de assegurar a sua progressiva expansão.*

*No período 1956-1960, a Petrobrás deverá realizar o seguinte programa: aumento da produção de petróleo para 40 000 barris diários, a ser elevada, na dependência dos resultados das pesquisas, para 100 000 barris diários em 1960; ampliação da capacidade de refinação para 200 000 barris por dia e ampliação correspondente da indústria petroquímica; ampliação da Frota Nacional de Petroleiros em cerca de 180 000 toneladas; construção de oleodutos e de terminais marítimos; expansão da produção de fertilizantes.*

*A empresa Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, criada para promover a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo e seus derivados, receberá todo o apoio do meu Governo.*

*Jamais pretendi mudar a orientação que lhe foi fixada por lei. O meu Governo manter-se-á fiel às afirmações que, durante a minha campanha eleitoral, proclamei a todo o povo, em relação à Petrobrás, e estão assim resumidas :*

*“Como se vê, dispomos de recursos para a realização de um programa de grande significação, que marcará uma etapa decisiva em nosso desenvolvimento econômico.*

*“Na verdade, se soubermos trabalhar com vontade, superaremos a crise atual de nosso suprimento petrolífero, caminhando rapidamente para um desfôgo de nossa balança de pagamentos e construindo simultaneamente uma importantíssima indústria nacional.*

*"Por tudo isso acredito que tomamos o rumo certo. Não estamos arriscando ou comprometendo o futuro de nossa Pátria num jogo de azar, em que entrássemos marcados para perder. Estamos disputando uma prova de resistência, da qual temos certeza de sair vencedores".*

*"O que nos cumpre fazer agora é prestigiar a Petrobrás, exigir de seus diretores e técnicos que cumpram o seu dever e acertem em seus programas. De fato, o Brasil tem tremenda urgência de produzir petróleo em grandes quantidades".*

#### XVIII — ATITUDE DE OTIMISMO DIANTE DA CRISE

*Além de objetivar essas metas, o Governo tem em vista acelerar os setores fundamentais da industrialização, oferecendo o máximo apoio e estímulo à empresa privada, a fim de que o Brasil possa atingir, em 1960, um novo estágio de desenvolvimento econômico.*

*Nesse sentido, não é demais acentuar a relação de interdependência das principais indústrias, conforme ocorre, por exemplo, com a siderurgia, cujo incremento se condiciona, em grande parte, à do carvão e outras.*

*Das indústrias que precisam alcançar mais altos níveis de produção, de modo que satisfaçam as necessidades do crescente consumo nacional até 1960, merecem especial referência as de produção carbonífera; de mecânica pesada; de equipamentos elétricos pesados; de alumínio; de ferro-ligas; de metais não ferrosos; de química de base; soda cáustica e barrilha; de cimento; de celulose; de construção naval; de locomotivas e produção automobilística, além de outras igualmente importantes.*

*Tem o Govêrno a necessidade de estimular a indústria carbonífera brasileira. No exercício de 1955, a produção nacional de carvão bruto atingiu 2 349 562 toneladas, quantidade realmente insatisfatória, uma vez que as exigências industriais e comerciais do País impõem a possibilidade da elevação daquele total ao nível de 4 000 000 de toneladas anuais. Só o Estado do Rio Grande do Sul poderá elevar sua produção, em 1960, a 1 300 000 toneladas.*

*Mas, além da necessidade do aumento da produção bruta, impõe-se incrementar, diante do desenvolvimento da indústria de laminados, a produção de carvão metalúrgico do Brasil, que até agora tem sido utilizado mediante misturas com carvões importados, nas quais figura o produto nacional com uma participação de 30 a 40%. Para 1960, a produção nacional desse tipo poderá ser elevada a 700 000 toneladas, exigindo uma produção de 2 000 000 de toneladas do tipo lavador.*

*A indústria pesada mecânica tem encontrado, na iniciativa privada, o seu principal sustentáculo. Entretanto, mesmo que já existam empresas admiráveis nesse setor, carece o Brasil de linhas especiais de fabricação que o Govêrno deve incentivar, considerando que, entre essas, vultosos investimentos são necessários, como em relação à grande oficina de fabricação de equipamentos pesados para a mineração, para a indústria química e para outras empresas.*

*Apesar da inviabilidade da instalação, em curto prazo, da indústria de equipamentos elétricos pesados, em cujo setor o programa de encomendas se eleva a 2 000 000 de kw, não poderá o Govêrno deixar de estimular empreendimentos no sentido de ampliar, nos*

próximos anos, o potencial elétrico e o fornecimento de equipamentos.

No tocante à importação de equipamentos elétricos e mecânicos, para as usinas e sistemas de transmissão, terá o Brasil de despendar, no decurso deste quinquênio, a média anual de 60 milhões de dólares.

Estima-se o consumo nacional de alumínio, para 1960, em cerca de 50 000 toneladas.

No momento, desloca-se o consumo do referido metal da produção de utensílios domésticos para setores de maior essencialidade econômica, tais como utilização nas indústrias automobilística, aeronáutica, naval, condutores para distribuição de energia elétrica e construção civil em geral. Pretende-se elevar o atual consumo "per capita" brasileiro de 0,3 kg por habitante-ano, para 0,7 kg, no fim do quinquênio. A produção atual da ordem de 6 500 toneladas deverá subir a cerca de 34 000 toneladas, em face do aumento de capacidade dos conjuntos industriais já existentes, principalmente em Sorocaba e Ouro Preto. Pretende o Governo promover, além disso, a instalação de uma indústria com capacidade de 20 000 toneladas, na zona de influência da Usina de Paulo Afonso.

Quanto às indústrias subsidiárias do aço e produção de ferro-ligas, tais como ferro-manganês, ferro-silício, ferro-cromo e outras ligas especiais, a produção a ser atingida, no quinquênio, deverá alcançar o mínimo de 50 000 toneladas anuais, a fim de corresponder à meta prevista de 2 000 000 de toneladas de laminados.

As importações de cobre, níquel, estanho, chumbo e zinco, para citar apenas as mais importantes, foram cal-

culadas em cerca de 100 milhões de dólares em 1960. Levando em consideração os imperativos da emancipação econômica nacional, pretende o Governo realizar amplos programas de substituição de determinados metais, ora importados, por outros de produção local. Neste sentido, estão sendo fixadas metas especiais para obtenção das tonelagens adequadas às necessidades do mercado interno, partindo naturalmente da produção primária, isto é, do melhor aproveitamento dos minérios nacionais disponíveis.

Para o desenvolvimento das indústrias químicas, contrapõem-se às necessidades brasileiras as deficiências das jazidas carboníferas, dos campos petrolíferos, das reservas de enxofre, dos depósitos de sal-gema e outras, além da falta de nitratos naturais. Apesar dessas deficiências, as possibilidades nacionais devem ser aproveitadas ao máximo. Vale salientar, sob esse aspecto, a importância da produção de ácido sulfúrico, cujo consumo constitui índice seguro de aferição de desenvolvimento industrial dos povos. Apesar de ter dobrado, no Brasil, nos últimos dez anos, o consumo de enxofre, o uso médio de ácido sulfúrico, por habitante, é ainda da ordem de dois quilogramas.

O desenvolvimento industrial tem absorvido consideráveis quantidades de soda cáustica e barrilha, sendo que esta última ainda não é fabricada no Brasil. Estima-se que, para 1960, a demanda de soda cáustica será da ordem de 110 mil toneladas e a de barrilha, de 100 mil toneladas.

Muito embora a produção nacional de cimento tenha atingido apreciável nível de expansão, o consumo "per capita", em 1954, não passava de 47 kg. Com a amplia-

ção das fábricas existentes e a criação de fábricas novas, a indústria de cimento nacional poderá eliminar totalmente as importações. Estima-se, para 1960, que o consumo e a produção de cimento se elevarão a 5,0 milhões de toneladas, significando que a produção nacional será dobrada e que o consumo "per capita" ascenderá a 77 quilogramas.

Referentemente à indústria de celulose, o consumo brasileiro é da ordem de 200 mil toneladas, sendo que, desse total, 58% são representados pela matéria-prima importada, 12%, pela parte contida no papel importado e apenas 30% são supridos pelas quinze fábricas que operam no País. Das fontes a que a indústria nacional poderá recorrer para produzir, até 1960, as 200 mil toneladas que tornarão o Brasil auto-suficiente em matéria de celulose, vale salientar a floresta heterogênea da Amazônia, além das reservas de pinheiros, das plantações de eucaliptos e do bagaço de cana. Novos processos de fabricação de celulose, principalmente para papel de imprensa, mediante o aproveitamento dos recursos florestais amazônicos, constituem o prelúdio de radical transformação da infra-estrutura industrial do Brasil nesse setor.

A indústria de construção naval, cuja tradição deve ser retomada, tem a estimular-lhe, além de outros fatores, a crescente demanda anual de tonelagem do mercado brasileiro, estimada, para o próximo decênio, em mais de 60 000 toneladas de carga bruta, incluindo-se aí, tanto as necessidades mínimas anuais da renovação da frota de cabotagem, como as referentes à gradual expansão da de longo curso.

Terá o Brasil necessidade de despende, até 1965, cerca de US\$ 159 milhões, com a aquisição progressiva

de 922 locomotivas "diesel". Diante dessa demanda impõe-se implantar, quanto antes, no País, a indústria de locomotivas, que poderá produzir, no mínimo, 50 unidades por ano.

A indústria automobilística, no Brasil, deve ser implantada em bases amplas e definitivas, sendo oportuno observar que, apesar das restrições cambiais e de importações, os dispêndios de divisas, com aquisições de produtos automobilísticos, ultrapassavam, até bem pouco tempo, os relativos às aquisições de trigo e derivados do petróleo.

Só em matéria de caminhões, as necessidades do mercado nacional evidenciam, a partir de 1962, uma demanda mínima de 100 000 unidades por ano, com um valor que, acrescido do das peças de substituição, ultrapassará o nível de US\$ 200 milhões.

No decorrer dos próximos cinco anos, necessitará o Brasil, no mínimo, de 300 000 caminhões, implicando no dispêndio de centenas de milhões de dólares.

Deve, portanto, o parque industrial brasileiro aparelhar-se de modo que alcance o suprimento, no quinquênio que se inicia, de 190 000 caminhões, que reduzirá para US\$ 240 milhões o dispêndio cambial com a importação de veículos e peças.

Novas fábricas, a serem constituídas com capitais nacionais e estrangeiros, permitirão, até 1961, uma produção mínima anual de 60 000 caminhões.

Eis aí, de forma sumária, as diretrizes do Governo em seu objetivo de consolidar as bases do desenvolvimento econômico do País. A obra que tenho de cumprir é cheia de dificuldades e asperezas, bem o sei. Mas o Brasil exige que ela seja atacada com decisão. É neces-

sário pronunciar a opção definitiva entre a marcha no rumo da expansão, que situará o País, por maiores que sejam os sacrifícios do momento, entre as grandes Nações modernas, ou a permanência na posição insatisfeita e frustrada de não ter sido capaz de conquistar o estágio de progresso a que o destinaram as suas imensas possibilidades naturais.

Combatendo, tenazmente, as influências da mentalidade negativa, evitando os pessimismos desalentadores, fortalecendo minha fé e serena confiança no futuro, hei de encontrar os rumos do desenvolvimento econômico que, paralelamente ao grau de nossa evolução cultural, contribuirão para consolidar a Nação livre e poderosa: nação capaz de retribuir em prosperidade, em justiça, em segurança e bem-estar todo o prolongado esforço de seus filhos, em superar as dificuldades que se originaram em sua maior parte, de condições evolutivas adversas e de fatores da conjuntura internacional, bem como de erros e incompreensões de que nos devemos afinal redimir.

Nas páginas desta Mensagem, descrever-se-á, fielmente, a situação do País e da sua Administração, no momento em que assumi o Poder. Ao mesmo tempo, irei definindo e explanando as diretrizes governamentais que acabo de esboçar, bem como apresentarei as sugestões que me pareçam necessárias aos reclamos do interesse público, nos diversos domínios da atividade administrativa.

**Capítulo Primeiro**

**SITUAÇÃO DA POLÍTICA INTERNA**

## Parte 1

# AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DOS NEGÓCIOS INTERIORES

## I — Situação Interna e Eleições

### 1. SITUAÇÃO INTERNA

Os recentes acontecimentos revelaram o amadurecimento político do povo brasileiro, tendo-se mobilizado tôdas as forças atuantes da nacionalidade, no sentido de fazer respeitar a vontade popular manifestada nas urnas a 3 de outubro de 1955.

Tomaram-se, entretanto, medidas excepcionais indispensáveis à preservação da própria essência do regime democrático, que se expressa na soberana e livre escolha, pelo povo, dos seus mandatários políticos.

Deixou-se a Justiça Eleitoral a salvo de pressões e sobresaltos, certa de que a sua livre decisão seria respeitada, sem transigências nem condições.

No exercício do estado de sítio, limitou-se o Estado ao absolutamente necessário à manutenção da ordem pública. Nesse sentido, preocupou-se o Governo em apaziguar e evitar atritos, conduzindo-se com prudência, num exemplo, talvez único em tôda a história da República, de aplicação da medida de exceção. Logo que se tornou possível a suspensão do sítio, ela se fez com a aquiescência e apoio do Governo, esperando assim, com justiça e magnanimidade, arrefecer os ressentimentos, procedentes ou não.

Espera ainda o Governo que a seriedade, o esforço e o entusiasmo com que está enfrentando as dificuldades de ordem econômica por que passa o País, na atual conjuntura, sirvam para

desarmar rancores, de modo que entre os adversários medre apenas uma oposição construtiva que, longe de perturbar, ajude e apresse o soerguimento nacional.

Os novos rumos da política interna não de vencer os obstáculos e não de triunfar sobre todas as deficiências naturais, a fim de que venha o Povo a ter efetivamente no Governo o defensor legítimo das suas aspirações, dispondo-se todos ao sacrifício de personalismos, em prol dos superiores interesses da coletividade.

Cabe de certo ao Governo arrostar a situação nacional com desassombro e zelo, mas compete igualmente a todos secundar-lhe os esforços nesse propósito apaziguador e construtivo. A crise política deverá cessar ante o imperativo maior da salvação nacional. Nenhum brasileiro de boa formação será indiferente à concórdia política num tão árduo momento nacional.

Volta-se o País, neste instante decisivo de sua história, para as reformas estruturais de sua organização política, econômica e social. O Brasil não pode continuar a manter os preconceitos responsáveis por um atraso injusto no concerto das nações progressistas, cultas e civilizadas do mundo.

A solução dos problemas nacionais terá de ser encontrada dentro de uma organização político-jurídica adequada à nossa índole cristã, bastante eficiente para não se deter ante as dificuldades inerentes ao nosso subdesenvolvimento econômico e financeiro.

## 2. ELEIÇÕES

O Tribunal Superior Eleitoral, ao cuidar da eleição presidencial de 3 de outubro, elaborou a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 1955, fazendo minucioso planejamento de seus trabalhos dentro de uma estimativa das despesas no total de Cr\$ 33 000 000,00. A previsão muito se aproximou da realidade, desde que apenas não foram liquidados compromissos supervenientes e decorrentes da Lei nº 2 550, de 1955.

A execução das medidas preliminares, relacionadas com o pleito, teve início em fevereiro de 1955, com a encomenda, ao Departamento de Imprensa Nacional, do material impresso padronizado e que foi utilizado em todo o território nacional. Esse material — compreendendo títulos, sobrecartas, fôlhas de votação

e variados mapas de apuração, num total de 38 milhões de exemplares, pesando 148 500 kg — foi integralmente preparado por aquêlê Departamento e distribuído pelo Tribunal Superior Eleitoral às capitais dos Estados, durante os meses de junho a setembro de 1955. Foi decisiva a colaboração da Marinha de Guerra e da Força Aérea Brasileira, referentemente ao transporte do material eleitoral, cabendo à Marinha de Guerra 88 200 kg; à Aeronáutica 31 500 kg, e a emprêsas aéreas particulares 28 800 kg.

O Tribunal Superior Eleitoral, à conta da verba global de que dispunha, concedeu, em abril de 1955, a todos os Tribunais Regionais do País, destaques de crédito, para despesas locais com as eleições, totalizando Cr\$ 22 800 000,00. Posteriormente, vários Tribunais tiveram reforçados os seus créditos.

Com a promulgação das Leis n.º 2 550, de 25 de julho, e 2 582, de 30 de agosto de 1955 (cédula única), teve o Egrégio Superior Tribunal Eleitoral de desenvolver sôbre-humana atividade, dada a premência do tempo, na fase final das providências preparatórias do pleito, que tiveram de ser ajustadas às novas disposições legais.

Foram elaboradas, impressas e distribuídas por todo o País «Instruções» relativas à propaganda, ao registro de candidatos, às eleições e, finalmente, às apurações, contendo, tôdas elas, normas e interpretação dos novos textos legais.

Em oito dias foram impressos, pelo Departamento de Imprensa Nacional, 18 milhões de cédulas únicas, que os aviões da F.A.B. se encarregaram de espalhar pelo território nacional. Importa assinalar que, apesar da opinião generalizada na época de que seria impraticável aquela distribuição em tempo útil, apenas um município do Brasil — o de Faro, no Estado do Pará — não recebeu cédulas únicas para a eleição presidencial, isto mesmo em virtude de um acidente no avião que as deveria transportar.

Cumprê realçar o que exigiu de esforço, dedicação e espírito público da magistratura brasileira o diuturno e continuado labor de redistribuir todo êsse material pelas comarcas do interior e, nestas, a tarefa de preparação das fôlhas de votação, distribuição dos eleitores por seções, organização das mesas receptoras e distribuição do material pelos seus presidentes.

No dia do pleito, os 1 426 juizes eleitorais do Brasil organizaram 52 579 seções eleitorais, mobilizando, para isso, 525 790 pessoas, entre mesários e suplentes. Se adicionarmos a este número o dos delegados e fiscais de Partidos e o funcionalismo dos cartórios eleitorais, concluiremos que 1 000 000 de pessoas se dedicaram à sua execução.

Não ocorreu, no dia do pleito, nenhum incidente propriamente político, a não ser raríssimos atritos pessoais sem maior extensão.

Dos resultados aprovados pelo Tribunal Superior, os primeiros foram os dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a 21 de novembro, e o último, o do Pará, julgado a 13 de janeiro do corrente ano.

É de ressaltar a perfeita normalidade do pleito e a receptividade ao novo sistema de votação, através da cédula única. Notou-se, apenas, ligeiro acréscimo na taxa dos votos nulos (de 1,5% para 3%, aproximadamente), fato perfeitamente justificado, em face das condições em que foi o sistema adotado.

Comparada com a de 1950, a última apuração realizou-se com maior rapidez, embora a proclamação tenha sido retardada de seis dias em relação à daquele ano. Prende-se isso à reforma do regimento do Tribunal Superior, tornando obrigatória a publicação de certos atos no *Diário da Justiça* a qual, embora feita com a maior presteza, acarretou natural dilatação dos prazos, de acôrdo com a lei que regula a sua contagem.

## II — Atividades de Segurança Pública

### 1. SEGURANÇA PÚBLICA

Acontecimentos de alta relevância, no terreno social, espiritual e político, exigiram eficiente colaboração dos órgãos de segurança pública. Dentre êsses, ressaltam o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, que atraiu para a capital do País milhares de peregrinos representando as inúmeras nações católicas, a realização das eleições para a magistratura suprema do Estado, processadas após intensa campanha política, e, finalmente, as ações militares de 11 e 21 de novembro pretérito. Tais acontecimentos

movimentaram todos os setores do aparelhamento policial, cujas atividades atenderam plenamente ao interesse público.

No plano administrativo, operou-se, no Departamento Federal de Segurança Pública, uma reforma no sistema de policiamento preventivo. Expediu o Governo novo regulamento dos serviços policiais, no qual promoveu inovações, tanto no que se refere à vigilância da cidade, como ao trânsito, problema este que absorve ainda as atenções das autoridades federais e municipais.

Grave continua sendo o problema das prisões, porquanto há alguns anos que o Presídio do Distrito Federal e a Penitenciária Central permanecem superlotados, numa situação que se agrava cada dia, tornando difícil e deficiente a ação repressiva.

Para obviar esses inconvenientes, que tanto emperram a atuação das autoridades policiais, o Governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para atender às despesas relativas ao reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.

No ano em curso, inclui o Departamento Federal de Segurança Pública, entre outros encargos pertinentes à segurança da ordem pública, as primeiras providências com relação às atividades de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

Desde que a polícia metropolitana foi transformada em departamento federal, um dos seus principais encargos é o do policiamento marítimo e aéreo e o da segurança das fronteiras, exercido por uma das repartições integrantes do D.F.S.P. Essa atribuição, a Constituição não retirou da competência da União, ao restituir às polícias estaduais plena autonomia com relação ao exercício da função policial e ao processamento dos crimes que anteriormente competiam à polícia federal.

Todavia, não foi possível, até agora, por motivos vários, tornar realidade a ação federal na superintendência da Polícia do mar, do ar e das fronteiras do País.

Um desses motivos consiste na dificuldade de criar e instalar nas diversas unidades da Federação repartições adequadas ao cumprimento do preceito constitucional.

Permite, entretanto, a Carta Magna que a União, custeando as despesas, cometa aos governos dos Estados, por meio de acôrdos, aquela atribuição policial.

Para que êsses acôrdos melhor se pudessem fazer, o Congresso Nacional elaborou a Lei que tomou o nº 2 492, de 21 de maio de 1955. No Orçamento Geral da República, para o corrente exercício financeiro, foi inserida a dotação indispensável ao custeio dos convênios que a União entender necessários.

## 2. POLICIA MILITAR

Essa corporação vem contribuindo com grande contingente para o policiamento da cidade, quer no tocante ao policiamento ostensivo das vias públicas e do tráfego, quer quanto ao emprêgo de oficiais e praças no serviço de Rádio Patrulha.

A verba orçamentária destinada às despesas da corporação, no ano de 1955, foi de Cr\$ 344 368 480,00, tendo-se verificado, até dezembro daquele ano, um saldo total, entre a dotação orçamentária e a despesa realizada, no montante de ..... Cr\$ 181 169 283,50. Com pessoal, despendeu a corporação .... Cr\$ 233 193 991,00; com material, Cr\$ 32 045 875,00; e, finalmente, com serviços e encargos, Cr\$ 260 297 897,50.

Foram solicitadas, entretanto, suplementações de verbas, sendo o comando geral autorizado a exceder as despesas relativas a: vencimentos do pessoal militar; gratificações para o pessoal militar; abono militar de família; abono provisório; aposentados, jubilados, reformados; abono provisório e pensões; etapas, para alimentação; combustíveis e lubrificantes; vestuários, uniformes; matérias-primas.

As referidas suplementações atingiram o total de ..... Cr\$ 257 205 000,00.

Pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foram ainda redistribuídos reforços para as dotações destinadas aos pagamentos dos funcionários civis, compreendendo gratificações para trabalhos com risco de vida, salários de mensalistas, vencimentos do pessoal civil, num total de Cr\$ 830 417,80. Nesse total, não se inclui a quantia de Cr\$ 70 000,00 distribuída para pagamento do

abono especial da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

No exercício em curso, o Governo incluí a Polícia Militar no Plano de Economias, com um total de cortes, nas dotações orçamentárias, que se eleva a Cr\$ 3 740 000,00.

Dentre os problemas que mais de perto dizem respeito à Polícia Militar, destacam-se os referentes ao Estatuto dos Militares da Polícia Militar Federal; à criação do Quadro Auxiliar de Administração (QAA); do Quadro de Subtenentes (QS) e do Quadro de Motoristas (QM).

A solução desses problemas é de especial importância para a Polícia Militar, notadamente o Estatuto dos Militares da Polícia Militar Federal. Os direitos, prerrogativas, deveres e responsabilidades inerentes aos militares dessa corporação estão regulados por várias leis, decretos-leis, decretos e portarias esparsas, que sofreram modificações a partir da promulgação, em 1946, da Constituição. No sentido de unificar e atualizar essa legislação, à semelhança do que ocorreu com as Forças Armadas, foi elaborado o referido Estatuto.

### 3. CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros, instituição de âmbito local, constitui, no entanto, força auxiliar e reserva do Exército, de conformidade com o que estatuem o art. 2º do Decreto nº 16 274, de 20 de dezembro de 1923, e o art. 1º da Lei nº 427, de 18 de outubro de 1948.

Dispõe essa corporação, atualmente, de um efetivo de 127 oficiais e 1 500 praças.

Falho de recursos materiais, não se encontrando eficientemente equipado, segundo suas necessidades, o Corpo de Bombeiros não tem podido cumprir satisfatoriamente os seus deveres e atender cabalmente às suas finalidades.

Sua dotação orçamentária foi fixada no Orçamento para 1955 em Cr\$ 20 925 400,00. Ainda naquele exercício, autorizou o Governo a abertura dos créditos suplementares de ..... Cr\$ 196 000,00, Cr\$ 469 000,00 e Cr\$ 301 000,00, para reforço

das dotações de medicamentos, combustíveis em geral e consumo de energia elétrica, força motriz e gás, respectivamente, que se achavam deficitárias.

Em 1955, essa corporação atendeu a 1 747 incêndios, além de 513 socorros de outra natureza. Observou-se, dentre os locais onde se verificaram tais incêndios, maior incidência em matas, capinzais e terrenos baldios, com o registro de 504 casos; em residências, 415, e em automóveis, 279, seguindo-se 259 incêndios, verificados em estabelecimentos comerciais e industriais.

É propósito do Governo o reaparelhamento do Corpo de Bombeiros, a fim de torná-lo eficiente e apto, não só para suas atividades de âmbito local, mas, também, para que possa atender às zonas de influência do Distrito Federal que não disponham de meios de segurança contra o fogo.

A importância dessa instituição aumenta, naturalmente, com o desenvolvimento da metrópole e os novos aspectos urbanísticos e arquitetônicos, e será indispensável que o Corpo de Bombeiros preencha totalmente as funções de sua especialidade e possa desincumbir-se dos encargos que lhe são atribuídos, na defesa da população contra a eventualidade dos sinistros.

#### 4. ASSISTÊNCIA A MENORES

O ano de 1955 registrou, nas atividades do Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), uma série de providências e medidas que objetivam solucionar o gravíssimo problema dos menores abandonados e desajustados no País. O aumento alarmante do número de menores em tais condições e a falta de instituição devidamente aparelhada levaram o Governo a sugerir ao Congresso reformas nesse campo da atividade social do Estado.

Vários anteprojetos foram apresentados, para que se efetive algo de mais eficiente em favor da infância abandonada, o que demonstra o patriótico interesse dos Poderes Públicos por este problema de relevância que não deve permanecer em plano secundário, uma vez que da sua solução dependerá o futuro de parte não desprezível das novas gerações.

Os estabelecimentos do S.A.M. não oferecem condições satisfatórias, principalmente com relação ao aprendizado profissional

eficiente de que carecem os internados e à segurança de que ali possam permanecer em ambiente próprio e sadio, necessário à correção do caráter.

Todos os esforços devem ser empregados no encaminhamento de problema tão delicado. Não devemos, porém, esperar solução pronta e satisfatória, se não se alcançar a causa, ou causas dos desajustamentos dos menores, o que somente será possível através de um processo social que penetre os cortiços, as favelas e as zonas miseráveis dos grandes centros urbanos, em que se amarga existência sub-humana e crescem jovens sem escola, sem religião e sem pais que os assistam.

A preocupação primordial de reestruturação desse serviço, ou seja, a reforma dos serviços oficiais de assistência a menores, a fim de corrigir as suas falhas, sanar abusos e dar-lhes orientação educacional condizente, transformando-os em órgãos eficientes e adequados, tem sido pensamento constante de todos os Governos e será também o nosso, porque lhe sentimos e compreendemos as dificuldades.

Ainda recentemente, o Governo designou comissão de técnicos para elaborar um Plano de Emergência, destinado à realização de uma Campanha de Assistência ao Menor, em todo o território nacional. Nessa oportunidade, todos os assuntos foram estudados e debatidos, em sucessivas reuniões, realizadas em Seminários de Menores, sob a presidência do titular da Vara de Menores com a participação do Ministério Público e de representantes das entidades assistenciais particulares, desta Capital e dos Estados.

Com o propósito de reconstrução dessa obra social, foi designada uma comissão para elaborar a reestruturação do Serviço de Assistência a Menores que, consoante anteprojeto de lei, enviado ao Congresso Nacional em 17 de agosto de 1955, se transformou no Instituto Nacional de Assistência à Menores (I.N.A.M.).

·Não se trata de um plano segundo o qual o novo Instituto terá autonomia administrativa e disporá de amplos recursos orçamentários para atendimento de suas obrigações, mas de uma organização técnica à qual será possível desenvolver qualquer programa regular de ação preventiva e educacional e realizar a fixação

de uma política de entrosamento das atividades estatais e particulares para fins sociais e filantrópicos idênticos.

Encareço, nesta oportunidade, a atenção do Congresso para o referido anteprojeto, o qual consubstancia medidas que devem ser consideradas de urgente necessidade.

Em fins de janeiro dêste ano, o Governo enviou ao Congresso Nacional o projeto do novo Código de Menores. Segundo esse projeto, contém o referido código inovações necessárias a harmonizá-lo com o progresso e o desenvolvimento do país. Entre suas atribuições, está a de conceder permissão para o trabalho de menores, consoante a legislação trabalhista, além de outras medidas tendentes à atualização da legislação em vigor, para mais perfeita e integral recuperação dos menores abandonados, transviados ou delinqüentes.

## 5. ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E REGIME PENITENCIÁRIO

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, atendendo à recomendação do Governo, providenciou a melhoria da rede de presídios do Distrito Federal. A deficiência dos estabelecimentos penais acentua-se nos xadrezes das delegacias de Polícia e no Depósito Central de Presos do Departamento Federal de Segurança Pública.

Procurando solucionar esse angustioso problema, o Governo dedicou especial atenção aos estabelecimentos de repressão à delinqüência, mantidos pela União, a fim de reaparelhá-los, aumentando-lhes a capacidade de reclusão, dado que, nesse particular, não acompanharam o crescimento acelerado da Capital Federal. Foram projetadas e executadas pequenas ampliações e reformas nos diversos institutos penais.

Após estudos, concluiu-se que, para pôr termo à superlotação dos xadrezes do D.F.S.P. e dos estabelecimentos penais, urgia a construção de um *presídio de emergência*, em terrenos da Penitenciária Central em Bangu, onde já se encontram instaladas outras unidades presidiárias.

A fim de que pudesse entrar em funcionamento essa nova unidade dos serviços penitenciários, mister se tornou a abertura de crédito especial, solicitado ao Congresso Nacional.

Tudo indica que 1956 será o ano da superação da crise acima exposta, principalmente se a Penitenciária Central efetuar sua mudança para Bangu, ficando tôdas as instalações da Rua Frei Caneca, como o Presídio do Distrito Federal, para abrigar os indivíduos presos preventivamente e os condenados a prisão simples.

A incidência da criminalidade, nos últimos anos, e o conseqüente aumento do número de sentenciados levaram o Ministério da Justiça a elaborar o anteprojeto do novo Regimento para a Inspeção Geral Penitenciária que, como órgão de cúpula do sistema, disporá de um patronato de egressos, a fim de orientar os indivíduos saídos das prisões, ajudando-os a se reintegrar na sociedade, como valores positivos.

Outro problema que mereceu especial cuidado dos órgãos que integram e superintendem a administração penitenciária foi o que se relaciona com a internação de psicopatas e nevropatas nos estabelecimentos penais. Examinado exaustivamente o referido problema, o Ministério da Saúde mandou construir, em terreno que lhe foi cedido, um pavilhão para 150 doentes, do sexo masculino, enquanto fará remover para um anexo do Hospital Pedro II os doentes crônicos. O Ministério da Justiça, por sua vez, aproveitará uma estrutura de concreto na Rua Frei Caneca, cedida, em caráter permanente, pelo Ministério da Saúde, concluindo-se ali um prédio onde funcionará a Casa de Custódia e Tratamento, para personalidades psicopáticas. Tão logo tal programa tenha sido executado, ver-se-ão os institutos penais livres dos presos portadores de distúrbios mentais que ora ali permanecem, criando os mais difíceis problemas disciplinares.

## 6. INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENAS

No ano findo, registraram-se 76 decretos de indulto e 305 de comutação de penas, num total de 7 473 pedidos. Foram dirigidas ao Presidente da República, por ocasião do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, solicitações de indulto coletivo. Aten-

dendo, entretanto, à inconveniência da medida, que não se coadunava com o caráter, por via de regra individual, do direito de graça, e contrariava ainda os princípios de individualização das penas e defesa social que orientam a nova legislação penal, manifestou-se o Ministério da Justiça contrário ao atendimento da medida sob tal modalidade.

### III — Funcionamento do Sistema Federativo

#### I. RELAÇÕES ENTRE OS PODERES DA UNIAO

A ação do Govêrno, em regime de separação e harmonia de poderes, conforme o direito constitucional brasileiro tem invariavelmente consagrado, não cabe apenas ao Poder Executivo, nem mesmo a êste e ao Legislativo, comumente chamados poderes políticos, mas aos três poderes, entre os quais se distribuem as funções do Estado.

Governar é ação complexa, em que se harmonizam os órgãos responsáveis pela legislação, pela administração e pela jurisdição, todos êles concentrados para o objetivo supremo : o bem comum.

Êsse conceito, teóricamente incontrovertido, precisa ser transformado em norma viva, em preceito de ação prática e de aplicação quotidiana. Não só no Brasil, mas em muitos outros países, se tem acentuado a tendência para separar, a tal ponto, os campos de competência e os objetivos dos poderes públicos, que desaparece, ou pelo menos se confunde, na consciência dos que se acham investidos nas funções de cada um dêles, a noção viva e constante do objetivo comum.

Os administradores se deixam impacientar pelo mecanismo do Poder Legislativo que, às vêzes, não consagra as aspirações de um Executivo dinâmico, ou não converte em lei os planos administrativos senão com morosidade, que lhes retira a oportunidade ou a eficiência. Há, nesse desencontro, algo que urge ser superado. Nem o legislador pode alhear-se ao imperativo do bem público, que reclama às vêzes urgência na feitura de leis propostas pelo Executivo, nem podem os agentes dêste desconhecer o método

consubstancial ao trabalho legislativo, diante da necessidade de fazer passar pelo aparelho da representação popular qualquer idéia ou designio do Govêrno para impregná-la dos matizes da opinião pública, tornando assim assimilável, orgânico e real, o que até então nada mais era que um alvitre de técnico ou ideal de administrador.

Do mesmo modo que Legislativo e Executivo precisam entender-se, visando a uma colaboração pronta e fecunda, indispensável à vitalidade do Govêrno, assim deve o Judiciário integrar-se, através da consciência esclarecida dos magistrados, nesse triplice esforço de objetivação do bem comum.

A independência moral e intelectual da magistratura brasileira constitui um dos mais significativos valores do patrimônio cívico da nacionalidade. Não é descabido lembrar, porém, que, muitas vêzes, aqui como em outros países, essa independência tem sido interpretada como faculdade de o magistrado alhear-se ao objetivo supremo do Estado, que é o bem da comunidade, lançando sôbre imperfeições das leis e faltas da administração a responsabilidade de descalabros, que uma jurisprudência severa, isenta e construtiva, poderia evitar ou pelo menos mitigar.

O juiz não está fora do Govêrno, indiferente aos fins dêste, que são os da comunidade, moldados na ordem jurídica. Tem sido o mérito do Supremo Tribunal Federal, como dos tribunais superiores dos grandes países civilizados, integrar a Constituição e a própria legislação ordinária numa interpretação construtiva, consciente dos problemas do seu meio e do seu tempo; e não, abrir as portas a abusos e desordens por lhes parecer que textos de leis menos perfeitos e precedentes administrativos infelizes ensejam pretensões anti-sociais de alguns ambiciosos.

A jurisprudência brasileira vem sendo edificada ao calor de uma cultura jurídica, que pertence ao melhor e mais rico patrimônio das tradições intelectuais do País. Essa jurisprudência e a legislação forjada nas assembléias, onde palpita a consciência popular, têm necessariamente o mesmo objetivo, que é também aquêle a que se encaminha a ação do Chefe do Estado e dos demais agentes da Administração.

Meu Governo colocará o seu maior empenho em fundir numa unidade indissolúvel, sobre o denominador comum que é o bem público, a ação dos três poderes constitucionais da República. Tratará, assim, de insuflar vida ao conceito dogmático da harmonia dos poderes, respeitando-os integralmente na esfera de suas competências e assegurando-lhes o reconhecimento incessante de cada uma de suas prerrogativas. Conclamo-os a uma colaboração sincera, sem quebra de independência, antes com reforço dela, para a obra permanente de edificação de uma ordem jurídica onde se harmonizem, e mutuamente se dinamizem, a grandeza do Estado, o exercício pleno dos direitos individuais e a felicidade e prosperidade do Povo. Estes objetivos não são do Executivo, mas dos três poderes da República.

## 2. RELAÇÕES DA UNIÃO COM OS ESTADOS

A colaboração íntima da União com os Estados é uma das condicionantes fundamentais do regime federativo, principalmente no que transcende o âmbito da jurisdição restrita e da competência específica dos governos regionais e locais, face ao grande número de problemas, cuja solução exige orientação ou ajuda do Governo Federal. Politicamente autônomos, no gozo dessa irredutível autonomia que caracteriza o sistema constitucional, são os Estados interdependentes na conjuntura econômica e precisam do Poder Federal para o adequado desempenho de suas atribuições peculiares e pleno desenvolvimento das suas possibilidades.

É importante consignar que a Constituição, longe de desonerar a União dos compromissos com a economia regional ou local, libertando-a da obrigação de assistir as unidades federadas, amplia e define as suas responsabilidades nesse domínio.

Cabe à União, conforme o art. 5º do Estatuto Fundamental, velar em todo o território brasileiro pela produção e o consumo, tratar do comércio interestadual, dispor sobre as extrações minerais e o aproveitamento hidrelétrico, estabelecer os planos de viação, defesa interna, educação e trabalho, sem deixar ao abandono as zonas flageladas pelas calamidades periódicas. Se lhe competem estes encargos em caráter privativo, ou com a ressalva de que as

providências estaduais serão, no caso, supletivas ou complementares (art. 6º), isto é, virão depois, ou anteciparão as diretivas federais, é indispensável que a União sistematize os tipos fundamentais de auxílios que há de dispensar aos Estados: assistência técnica em proveito das forças criadoras da riqueza comum; contribuições financeiras e subvenções para que êsses potenciais alcancem a desejável rendabilidade; e auxílios diversos, devidamente planejados e coordenados.

Neste sentido, as suas relações têm de ser inspiradas por um entrosamento oportuno, em tudo o que se referir àqueles designios constitucionais. O pensamento do legislador foi amparar as Unidades federativas com recursos supletivos que se presume aumentem anualmente.

A cooperação útil e dinâmica que deve articular a União, os Estados e os Municípios, num grande esforço conjunto de superação das crises ocasionais ou cíclicas e do subdesenvolvimento em geral, é um imperativo do regime federativo. Devem ser eliminados quaisquer fatores de perturbação ou embaraço a essa política de estreita colaboração e harmonia entre as três órbitas de govêrno e administração. Os governos não se exercem em compartimentos estanques ou esferas apartadas, propícias à atuação desarticulada ou negligente dos governantes. As tendências do regime federativo fortalecem essa política de cooperação intergovernamental e interadministrativa no sentido de mais perfeita assistência da União às populações rurais, às administrações regionais e a tôdas as formas do trabalho pôsto sob a égide da Constituição e das Leis.

O aperfeiçoamento do sistema de relações entre a União e os Estados assegura a unidade moral e humana da Nação e permite sejam atendidos os clamores do Povo, cujo direito à vida (Constituição, art. 141) num clima de justiça social (art. 145) a União protege sem desfalecimentos.

### 3. A UNIÃO E OS MUNICÍPIOS

O desenvolvimento do Municipalismo tem-se operado, a partir da redemocratização do País, num sentido objetivo e realizador.

Problemas de água, esgoto, energia elétrica, calçamento, novas escolas, racionalização administrativa e tantos outros de caráter urbano, estão sendo atacados pelas Prefeituras do interior, com uma intensidade que revela o adiantamento da maioria das Municipalidades Rurais. Diante da necessidade de mais eficiente e coordenado planejamento, não pode a União ficar alheia à solução desses problemas que assoberbam notadamente os pequenos Municípios do interior.

A cooperação interadministrativa não deve e não pode apenas se limitar à ajuda técnica e ao auxílio financeiro, concedidos, desordenadamente, ao sabor de influências pessoais ou políticas, não obstante já representarem razoável parcela no Orçamento Federal.

A conjuntura nacional impõe o aproveitamento dos fatores políticos e econômicos, exigindo a reunião de todas as parcelas da administração, de modo que conjugue os esforços e oriente os investimentos, assim como os recursos de tributos ou de crédito público, no sentido do bem-estar generalizado.

A cooperação federal, convém repetir, deve ser feita dentro dos princípios constitucionais, assegurando-se e prestigiando-se a autonomia municipal.

A padronização orçamentária, que uniformizou as rubricas e a nomenclatura de receita e despesa dentro de um esquema único de apresentação dos orçamentos dos Estados e Municípios, vigora desde 1940, constituindo exemplo do quanto se pode obter da cooperação interadministrativa para a solução desses problemas.

No mesmo sentido, e tendo em vista regulamentar o item XV, letra b, do art. 5º da Constituição, encontra-se no Congresso o projeto de Código Tributário Nacional, que representa antiga reivindicação municipalista.

Dentro das normas gerais de direito financeiro, torna-se ainda necessária a fixação de princípios básicos que orientem e disciplinem o crédito público.

Esses assuntos, cuja solução vem sendo há algum tempo estudada, tornam-se agora mais urgentes; uma vez que devem necessariamente preceder qualquer estudo de planejamento mais amplo.

A elevação à categoria de Município de núcleos populacionais, destituídos de condições econômicas e sociais necessárias à vida autônoma, tem agravado sobremaneira a situação das populações rurais.

Em mais de 1 200 Prefeituras do interior, ou seja, em mais de 50% delas, a quota constitucional do imposto de renda é superior às rendas locais, sendo que em algumas chega a representar até 20 vezes a receita tributária municipal.

“” Cabe mais uma vez alertar os Estados para esta questão do desmembramento municipal, de sua competência, mas cuja repercussão se estende a todos os Municípios.

O Governo Federal está atento à evolução da política municipal e desejoso de manter maior intercâmbio com os Municípios, certo de que a identidade de propósito e a mobilização de esforços serão fatores decisivos para fortalecer a unidade nacional, através do equacionamento dos problemas municipais.

Podem os Municípios brasileiros confiar em que, no exercício da suprema magistratura, saberei honrar os compromissos assumidos pelo candidato no sentido de promover uma completa renovação dos métodos de governo e administração. O Interior do País não continuará olvidado e desservido à mingua de iniciativas, obras, empreendimentos ou serviços de desenvolvimento econômico e social.

Sobre os problemas que mais de perto interessam às nossas Comunas já tive oportunidade de formular diversas sugestões concretas oriundas de minha experiência como Prefeito de Belo Horizonte.

A este respeito desejo renovar e condensar as linhas gerais do meu pensamento sobre esses assuntos cuja importância ultrapassa o limite de simples anseios das populações do Interior para se enquadrar no âmbito geral dos problemas fundamentais da organização nacional.

Efetivamente, “cumpre destacar a importância do Município como unidade de planejamento e campo de trabalho administrativo que mais de perto interessa ao povo. Durante vários anos fui administrador municipal e pude ver, de dentro, os pro-

blemas angustiantes do Município, pejado de responsabilidades e falta de recursos. Ainda que prefeito de uma grande capital, como Belo Horizonte, tive a oportunidade de estudar e discutir longamente as teses que defendem um acréscimo de responsabilidades e de meios para todos os Municípios, grandes e pequenos. A política municipalista é uma fatalidade do nosso meio, porquanto serão tanto mais eficientes e úteis os serviços públicos quanto mais de perto forem dirigidos e fiscalizados pela comunidade que deles se beneficia. A imensidão de nosso território é um fator a aconselhar a nucleação dos serviços de interesse direto do povo no âmbito do Município. Esta verdade vem sendo melhor compreendida na medida em que aperfeiçoamos as nossas instituições politico-administrativas. Tem havido, entretanto, resistências ponderáveis à atribuição de maior percentagem das rendas públicas aos Municípios, quase sempre baseadas na alegação de que as administrações municipais são em grande parte incompetentes, o que não é verdade. A simples fiscalização direta do povo obriga o administrador municipal a um máximo de dedicação e eficiência. De mais recursos dispusesse o Município maiores serviços prestaria à comunidade."

"Isso não quer dizer que seja desnecessário melhorar o padrão da administração municipal. Apesar do esforço que já se tem feito, é possível maior aperfeiçoamento dos órgãos administrativos do Município, de sua contabilidade, de seus serviços técnicos, de seu funcionalismo. O ponto crítico da administração municipal é o da continuidade dos programas administrativos. Como célula fundamental do corpo político da nação, o Município é o campo essencial das transformações políticas e do choque das tendências opostas. Somente através de uma técnica de planejamento que defina programas objetivos a longo prazo e que os despersonalize ao máximo, será possível obter-se o ideal da continuidade administrativa, que permitirá a solução gradativa dos problemas essenciais do Município.

«O Município é a unidade básica de planejamento administrativo. É necessário que os Estados e a União organizem serviços de assistência municipal, que auxiliem os Municípios a organizar os seus "Planos Diretores" de obras públicas. Es-

lôrço semelhante deve ser despendido pelas associações nacionais e regionais em Municípios que precisam ser apoiados efetivamente pelo Governo. Os maiores problemas dos Municípios, como os de abastecimento de água e esgotos, só podem ser resolvidos através de financiamento a longo prazo. Por falta de um plano diretor e de uma equilibrada gestão financeira, quase sempre os Municípios encontram as maiores dificuldades em obter empréstimos que lhes permitam realizar as grandes obras da comunidade. Cumpre aos governos estaduais e federal criar condições que facilitem o pagamento a longo prazo das obras essenciais ao Município. Tenho em elaboração um plano de grande interesse, em que procuro dar ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e às Caixas Econômicas Federais uma participação mais ativa nos financiamentos municipais. Espero poder revelá-lo dentro em breve: ver-se-á que minhas convicções municipalistas, temperadas pela experiência de antigo prefeito municipal, se transformarão em intensa ação municipalista».

## Parte 2

### AÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ADMINISTRATIVA

#### I — Organização de Pessoal e Material

##### 1. ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Pretende o Governo dar novo impulso à ação do Estado na Ordem Administrativa. Nesse setor, o Departamento Administrativo do Serviço Público, desde sua criação, tem procurado empreender oportunas realizações. Urge eliminar as falhas ainda existentes no sistema de organização, simplificar rotinas, racionalizar estruturas de órgãos administrativos.

Na colaboração com as unidades da Administração direta e indireta e na coordenação dos sistemas de pessoal, de orçamento e de organização, tem o referido Departamento atribuições da maior responsabilidade, que exigem perfeita entrosagem com os Ministérios e os demais setores incumbidos da execução administrativa.

O Governo cogita de suprimir os órgãos dúplices ou inócuos e reaparelhar os serviços existentes, tornando-os mais produtivos. Cumpre fortalecer a administração federal, com o fim de adaptar as repartições às novas exigências do Estado, aos objetivos do Governo e aos progressos da técnica. A assistência da Administração Federal aos Governos Estaduais ou Municipais que a solicitarem será assegurada simultaneamente com a execução de um programa de reorganização administrativa, interessando os três níveis de Governo.

## 2. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

As atividades inerentes à administração de pessoal se desenvolvem independentemente das de organização administrativa. Isso faz pressupor a necessidade de reestruturar órgãos de pessoal, de modo que funcionem segundo as normas de racionalização, preconizadas pela técnica de organização e métodos. O problema de lotação de pessoal nos diversos serviços, por exemplo, tem de ser resolvido em função do volume de trabalho e de atribuições de cada repartição.

### SISTEMA DO MÉRITO

O sistema do mérito, após quase duas décadas de esforços, consolidou-se auspiciosamente no âmbito da administração federal direta. Não é menos certo, entretanto, que ele ainda precisa impor-se no domínio da administração indireta, particularmente nas autarquias. Com efeito, nesse setor ainda não vem sendo cumprido, de modo satisfatório, o preceito constitucional que torna os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros.

A Lei nº 1 584, de 27 de março de 1952, determinou que as admissões de pessoal nos quadros de órgãos autárquicos se devam processar em rigorosa obediência ao sistema do mérito. Essa norma legal não tem sido, entretanto, observada. Para restabelecê-la não apenas no texto, mas na prática administrativa, um dos primeiros atos do Governo consistiu em proibir o ingresso de servidores nos quadros dos órgãos paraestatais, sem que tivessem prestado concurso.

Por outro lado, cumpre proceder à revisão dos processos de aferição de conhecimentos. É propósito do Governo: aperfeiçoar

o sistema vigente de seleção de candidatos ao serviço público; a instituição de um sistema de recrutamento, capaz de interessar a mocidade estudiosa das escolas e de atrair para o serviço público valores que constituam uma elite funcional; a adequação das provas de seleção às atribuições reais dos cargos públicos.

#### REMUNERAÇÃO DO FUNCIONALISMO CIVIL E CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Outro aspecto relevante da política de pessoal é o que diz respeito à classificação de cargos e à justa remuneração dos servidores do Estado.

No primeiro discurso pronunciado, em fevereiro último, o Governo expressou ao Povo Brasileiro e especialmente aos funcionários públicos civis federais, com lealdade e franqueza, as intenções governamentais em relação ao projeto de lei, referente ao Plano de Classificação e à inadiável necessidade em que se encontra a classe dos servidores de obter justa melhoria de seus vencimentos, para atender à alta do custo de vida.

Disse, então, que aos servidores civis deveria ser concedido um aumento de vencimentos equivalente ao que fôra votado para os militares, ou através do esquema de pagamento justo e razoável do Plano de Reclassificação, ou mediante equiparação dos padrões, atualmente em vigor no serviço público civil, aos níveis de remuneração vigentes para o pessoal militar.

Claramente fixada esta opinião, por certo não ficou no espírito dos servidores do Estado nenhuma dúvida a respeito do propósito governamental de ir ao encontro de suas aspirações e necessidades, sem esquecer os supremos e legítimos interesses do Povo.

#### APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO

Completando o sistema do mérito, o treinamento e o aperfeiçoamento dos servidores públicos estão a exigir iniciativas do Governo. A falta de adequado regime de treinamento profissional, perde-se parte sensível do esforço despendido com a seleção inicial. Esse problema requer atenção, uma vez que está diretamente ligado à eficiência e ao rendimento dos trabalhos governamentais.

A escolha de funcionários para o exercício dos cargos de direção constitui, outrossim, um dos mais sérios objetivos da política de pessoal a ser adotada pelo Governo. Algumas medidas se tornam indispensáveis neste particular: criar meios adequados ao aperfeiçoamento das aptidões dentro do serviço público; efetuar a seleção em bases reais; e organizar um cadastro de funcionários e personalidades que já deram provas de eficiência e inequívoca idoneidade moral no desempenho de postos de responsabilidade.

### 3. SISTEMA DE MATERIAL

É recomendável a reestruturação dos sistemas de material sob um regime de coordenação, análogo aos dos demais sistemas de atividades-meio, conforme consta de projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados.

## II — Administração Orçamentária

Cada vez mais difícil se torna a elaboração da proposta orçamentária que o Poder Executivo deve, anualmente, apresentar ao Congresso Nacional. Leis sucessivas aumentam o número de compromissos incontornáveis, além daqueles decorrentes de imperativos constitucionais, retirando ao orçamento a desejável flexibilidade.

A escassez de recursos, em face da variedade e do vulto dos encargos públicos, impõe cuidadosa seleção de objetivos, com a correspondente dosagem dos créditos necessários ao cumprimento das obrigações governamentais. Para esse fim, durante a elaboração da proposta orçamentária, procura-se fixar critérios de hierarquização de despesas, mediante os quais se manifesta a opção do Governo entre as alternativas de aplicação dos recursos disponíveis.

A reiterada adoção de encargos novos, de feição imperativa, vem restringindo a possibilidade do exercício satisfatório daqueles critérios. Esses encargos resultam, ora de reajustamentos salariais, ora de encampação de emprêsas deficitárias, ora da federalização de estabelecimentos de ensino superior, ora da vinculação de receitas, que imobilizam massas enormes de recursos em função

de prioridades rígidas, predeterminadas, insuscetíveis de adaptação a cada conjuntura.

Ao elaborar-se a Proposta Orçamentária de 1956, a receita federal já estava comprometida em cerca de 32%, em virtude de vinculações consagradas, quer em dispositivos constitucionais, quer em leis ordinárias. Computadas as despesas fixas de pessoal, pouco resta ao Governo para a parte pròpriamente programática de sua Proposta.

### 1. PROPOSTA ORÇAMENTARIA PARA 1957

Neste momento, em que se prepara a Proposta Orçamentária para 1957, as dificuldades expostas assumiram vulto capaz de inspirar prognóstico sombrio. Esforça-se o Govêrno por articular a despesa da União dentro das possibilidades da receita. Mas é visível que essa preocupação pode perturbar sèriamente os programas governamentais de investimentos.

Quanto à apresentação formal, no documento orçamentário ocorreu apreciável progresso, com a adoção de novo esquema de classificação da despesa que, sem sacrificio do contròle administrativo, facilita a análise econômica.

O exame da Proposta do Poder Executivo pelas Casas do Congresso, bem como as sugestões dos administradores em geral e dos especialistas na matéria, ensejaram o aperfeiçoamento da metodologia, de que se beneficiará a Proposta para 1957. Entre as vantagens do método atual, deve ressaltar-se a possibilidade do conhecimento do custo de cada repartição, resultado que se obtém sem quebra do mecanismo de administração centralizada de determinadas dotações.

A apuração do custo das unidades administrativas proporciona um instrumento valioso para a aferição da eficiência de cada unidade, torna mais eficaz o contròle de gestão, acentua e estimula a responsabilidade dos administradores e, conforme já se verificou na prática, no início dêste exercício, facilita a distribuição dos créditos.

O indiscutível progresso técnico que se conseguiu não deve obscurecer a necessidade de prosseguimento dos estudos sôbre o assunto. Dia a dia revela-se imperiosa a formulação de lei dis-

ciplinação do processo orçamentário, em todas as suas fases. É sabido que a Comissão de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados encarregou um grupo de técnicos do estudo e do preparo de um anteprojeto nesse sentido. Para o êxito dessa providência dará o Governo toda a cooperação necessária.

A espera de medidas definitivas e radicais fixadas em lei, determinou-se que o documento orçamentário seja preparado com o máximo de objetividade, rigor e coerência, em consonância com a tática de combate à inflação.

## 2. DEFICIT DAS AUTARQUIAS INDUSTRIAIS

Neste particular, um dos aspectos que mais têm preocupado o Governo é a repercussão sobre o Tesouro da gestão deficitária das autarquias industriais e das empresas administradas pela União, em regime especial. Não é possível que esse estado persista e se agrave, sem uma providência saneadora do Governo.

Entre as medidas que se justificam, figura a iniciativa de uma lei com normas gerais da gestão e controle que, não descurando das peculiaridades de cada entidade, contribua para a redução do desperdício, assegurando o emprego mais judicioso dos recursos próprios e dos fornecidos pelo Tesouro Nacional.

A autarquização de serviços públicos visa a propiciar melhor administração. Não deve constituir-se, portanto, com o fundamento de liberalidades e de empreguismo, nem concorrer para a criação de regimes de irresponsabilidade e de autonomia excessiva que conduzem a administração autárquica à negação de seus fins.

O ônus que esse estado de coisas representa para o Tesouro vai atingindo índices alarmantes. A União é chamada a cobrir os *deficits* e há casos de *deficit* diário, superior a três milhões de cruzeiros.

Faz-se mister instituir um sistema de coordenação, controle e sanções, que melhor defenda o patrimônio de cada uma dessas entidades.

Impõe-se atualizar as tarifas que cobram, quase sempre em nível demasiado abaixo do custo de produção dos respectivos serviços, outorgando a seus usuários uma espécie disfarçada de privilégio, em detrimento dos contribuintes de todo o País.

Em grande parte, o esforço para obtenção de equilíbrio financeiro será frustrado com os reajustamentos salariais inevitáveis. De imediato, é impossível compensar com incremento da receita os encargos novos e crescentes.

O orçamento tem decisiva importância nesse combate. Compreenda-se, pois, a atitude do Governo, preferindo a eficácia à popularidade e atribuindo, por vêzes, menos urgência e prioridade à execução de obras e serviços porventura úteis, mas não tão prementes e indispensáveis nesta conjuntura.

Não é aconselhável permitir o desvio indiscriminado dos recursos cambiais e orçamentários para fins alheios à correção da conjuntura presente e à obtenção de solidez estrutural de economia do País.

As aplicações de recursos em empreendimentos auto-amortizáveis far-se-ão preferentemente por via bancária, através de financiamento a cargo dos bancos federais de investimentos. Este propósito sugere e exige um mecanismo de coordenação, o qual já foi criado e se consubstancia no Conselho de Desenvolvimento, órgão capacitado para a tarefa de orientação do desenvolvimento econômico nacional.

### III — Reorganização da Administração

#### 1. REFORMA ADMINISTRATIVA

Para que se possa exigir mais intenso trabalho dos órgãos de Administração, impõe-se uma série de providências, como simplificação dos organismos administrativos, redefinição de competências, clarificação das linhas de autoridade, bem como, em certos casos, descentralização ou desconcentração, sem prejuízo do controle, afora profundas mudanças estruturais.

Passo inicial para a Reforma Administrativa, a criação do Conselho de Desenvolvimento constitui a solução, que se exigia de imediato, para o problema de coordenação superior, de caráter interministerial.

Transita no Congresso o projeto de lei sobre a reforma administrativa federal. Tal projeto não se limita a indicar simples renovação do esquema de organização dos órgãos da administra-

ção. Visa a ampliar o aparelhamento administrativo, adaptando-o a novas exigências do Estado.

Necessita o Presidente da República de maior tempo para dedicar-se aos problemas gerais de Governo. Cumpre aliviá-lo da sobrecarga de trabalho oriundo do excesso de contato de ordem administrativa, impondo-se reduzir a pletora dos atos que lhe devem ser submetidos à assinatura e liberá-lo do volume das tarefas de rotina que podem ser transferidas ou delegadas.

É tempo de imprimir mais alto senso de responsabilidade à execução administrativa, através de legislação que discipline a movimentação dos dinheiros públicos. Três itens de interesse para a reforma administrativa se encontram em andamento: a sua transformação em lei é útil aos objetivos do Governo. São eles: a revisão do Código de Contabilidade; a centralização da administração de material em órgão especialmente destinado ao estudo das questões dessa natureza e, finalmente, o restabelecimento da Divisão de Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

## 2. PLANO SALTE

As leis orçamentárias de 1949 a 1954 consignaram ..... Cr\$ 10 681 178 150,00 aos programas compreendidos no PLANO SALTE. Dêsse total, deduz-se a quantia de Cr\$ 1 043 444 616,60, correspondente a parcelas de diversas dotações consideradas economia de exercício. Foi, portanto, de Cr\$ 9 637 733 533,40 o montante dos créditos disponíveis.

Até 1955, inclusive, foram entregues a diversos responsáveis Cr\$ 9 153 822 468,80, sendo Cr\$ 8 736 882 768,80 de 1949 a 1954, e Cr\$ 416 939 700,00, em 1955.

Os quantitativos entregues em 1955 totalizaram ..... Cr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros) para os programas do Setor Saúde, Cr\$ 327 995 700,00 para os do Setor Transporte e Cr\$ 87 944 000,00 para os do Setor Energia.

Como efeito das operações de 1955, em 31 de dezembro dêsse ano, as disponibilidades classificadas como «Restos a Pagar» atingiam Cr\$ 499 955 680,30.

Estas operações foram acompanhadas por um Liquidante, assistido por um grupo de servidores, tendo-se prorrogado o prazo para os trabalhos de liquidação até 31 de março corrente. Até essa data, devem ser apresentadas contas, superando um bilhão de cruzeiros, correspondentes a despesas efetuadas pelos responsáveis pela execução dos diversos programas em curso.

No momento, as disponibilidades do Plano Salte funcionam como uma espécie de orçamento paralelo, de cujo mecanismo se valem os administradores para complementar recursos destinados aos mesmos programas constantes do orçamento da União.

Afigura-se prudente evitar a dualidade ou paralelismo de programas, tornando-se recomendável, pois, a cessação da vigência dos «Restos a Pagar» do Plano Salte em 1956, de modo que o exercício de 1957 se inicie sem nenhum resíduo do mesmo Plano.

Do contrário, as quantias atualmente computadas em «Restos a Pagar» poderão ter parcelas válidas até 1959, nos termos do art. 19 da Lei nº 1 102, de 18 de maio de 1950.

Uma vez levadas a «Restos a Pagar», na forma do citado dispositivo, as dotações vigoram por mais cinco (5) anos, prazo que se revela excessivo, em relação aos programas de obras.

### Parte 3

## AÇÃO DO ESTADO NO CAMPO GEOGRÁFICO-ESTATÍSTICO

### I — Sistema Geográfico e Estatístico

#### 1. I.B.G.E.

As tarefas afetas ao Conselho Nacional de Geografia e ao Conselho Nacional de Estatística, que integram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desenvolveram-se em ritmo satisfatório no ano de 1955.

O sistema estatístico brasileiro obteve acentuado realce com a realização, em Petrópolis, no mês de junho, sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística, da III Conferência Interamericana de Estatística, da XXIX Sessão do Instituto Internacional

de Estatística, da III Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e I Sessão da Comissão de Educação do Instituto Interamericano de Estatística. Ainda sob o patrocínio do Conselho e da Organização das Nações Unidas, realizou-se, no Rio de Janeiro, o Seminário Latino-Americano sobre Assuntos Demográficos. Completaram-se, no ano findo, as apurações do Recenseamento Geral de 1950.

A progressiva participação de técnicos brasileiros, na direção de organismos internacionais e em congressos e conferências mundiais e continentais, dá a medida do estágio do desenvolvimento que o País já atingiu no campo estatístico.

O Conselho Nacional de Geografia participou das Reuniões Pan-Americanas de Consulta sobre Geografia, Cartografia e História e da V Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizadas na Cidade do México, em julho e agosto de 1955.

## 2. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Os trabalhos de nivelamento de primeira ordem cobriram 2 031 km de extensão e acham-se em curso, no Estado da Bahia, orientados para o interior da Região Nordeste.

### LEVANTAMENTOS

A triangulação geodésica de primeira ordem, cujas cadeias abrangeram 827 km no último ano, acompanha as áreas niveladas, situando-se as medições angulares, de preferência, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Reconhecimentos estão sendo ativados para prossecução da grande cadeia litorânea de 700 km entre o Rio de Janeiro e Salvador.

A medição de bases geodésicas e o estabelecimento de pontos astronômicos de primeira ordem, na direção das cadeias trianguladas, estão-se processando ao longo do meridiano de 57° W. Gr. e do paralelo de 28°S. Mediram-se cinco bases de primeira ordem, com o total de 55 quilômetros.

Os levantamentos mistos, taqueométricos e expeditos, cobrem uma área de 91 000 km<sup>2</sup>, compreendendo os Estados da Bahia.

Minas Gerais e Rio de Janeiro. No tocante a êste, consoante convênio firmado com o governo estadual, êsses levantamentos visam ao preparo da Carta na escala de 1:250 000.

As atividades de campo não puderam ser ampliadas, em virtude de dificuldades financeiras que não permitiram a renovação da frota de veículos e, ainda, do encarecimento do material de consumo. A campanha gravimétrica programada não teve execução, também, por impossibilidade de aquisição do material indispensável.

#### TRABALHOS CARTOGRÁFICOS

No setor das atividades cartográficas, os serviços de campo estão sendo atacados nas regiões de maior potencial demográfico e econômico, ou seja, a parte oriental e meridional do País, com exclusão da área a oeste do meridiano de 49°, e ao norte do paralelo de 16°. Nos trabalhos cartográficos de gabinete espera-se, no corrente exercício, substancial redução do tempo de execução e das despesas, em decorrência da introdução de nova técnica de preparo de mapas e cartas para impressão.

O Conselho divulgou oito fôlhas da Carta do Brasil, na escala de 1:500 000, e tem cinco outras, prontas para impressão. Espera-se concluir, em 1956, com a elaboração das últimas doze fôlhas, o plano desta Carta. Estará feita, assim, a cobertura cartográfica completa do País, parte pelas fôlhas de 1:1 000 000 e parte pelas fôlhas de 1:500 000. O plano da Carta ao milionésimo será impulsionado, mediante redução das fôlhas em 1:500 000, além dos levantamentos de campo e aproveitamento do máximo de recursos de restituição aerofotogramétrica disponíveis. Em virtude da plena aceitação do mapa do Brasil, na escala de 1:2 500 000, o Conselho programou nova tiragem do mesmo, com sensíveis aperfeiçoamentos.

#### ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

Dedicou-se o Conselho ao preparo do *Atlas Escolar*, constituído de 77 mapas, nos termos do convênio firmado com o Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura, o qual se encarregou da respectiva edição de 100 000.

exemplares. A este trabalho, seguir-se-á a elaboração de compêndio, sob métodos modernos, que reunirá, ordenadamente, os conhecimentos acumulados sobre a Geografia do Brasil. Deverá preceder o compêndio, a execução do Atlas do Brasil, de que será trabalho preliminar o Atlas da População.

A obra de difusão cultural do Conselho desenvolve-se normalmente, quer pela realização de Cursos para informação e aperfeiçoamento de professores da Capital e do interior, quer por intermédio de publicações periódicas — a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico —, quer por meio de livros e folhetos. Destaca-se a edição do primeiro número do Anuário Geográfico do Brasil, cuja série agora se inicia.

#### XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

A cooperação do Conselho Nacional de Geografia com os organismos internacionais tem sido a mais ampla possível, notadamente com a União Geográfica Internacional. Por iniciativa da União será realizado, em agosto do corrente ano, no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, o primeiro que se realiza no hemisfério sul. O Congresso, a cuja organização o Conselho Nacional de Geografia vem dedicando especial cuidado, desperta grande expectativa nos meios geográficos de todo o mundo. Constituirá excelente oportunidade para demonstrar o estado de conhecimento dos aspectos regionais do País e recolher, na forma da agenda estabelecida, os ensinamentos de técnicos de reconhecida competência em problemas tropicais. Cuida o Conselho do preparo das excursões, em número de nove, às diversas regiões do País, por ocasião do Congresso Internacional de Geografia. Para tanto, serão editados livros-guias, ao mesmo tempo que se organizará uma exposição fotográfica e outra cartográfica, para registro das principais características geográficas do país.

Encaminha o Conselho as necessárias gestões, no sentido de aderir à União Geodésica e Geofísica Internacional, com o objetivo de assegurar a participação do Brasil no Ano Geofísico Internacional, programado para 1957.

### 3. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Empenhou-se o Conselho Nacional de Estatística, durante o ano de 1955, no trabalho de atualização dos levantamentos estatísticos, que se processam por intermédio da rede coletora municipal sob sua administração. Do esforço coordenado, entre os departamentos regionais e serviços federais, logrou-se apreciável redução nos prazos de execução de vários inquéritos compreendidos no plano anual de pesquisa da vida brasileira.

Com a reforma do plano dos Inquéritos Econômicos, a sua apuração ficou atualizada. Quanto ao Registro Industrial, uma vez removidas certas deficiências, divulgaram-se informações relativas a períodos recentes, devendo, daqui por diante, proceder-se a imediato aproveitamento dos dados coletados.

Os resultados coligidos constam de repositórios numéricos periodicamente lançados como o Anuário Estatístico do Brasil, cujo volume, referente a 1955, foi distribuído em dezembro desse ano. Amplia-se a série de monografias municipais.

Deu-se conveniente difusão, por intermédio dos órgãos de divulgação do Conselho — Boletim Estatístico, Revista Brasileira de Estatística e Revista Brasileira de Municípios —, às séries estatísticas, aos estudos e análises e, finalmente, à literatura especializada de interesse dos municípios.

No plano administrativo, o Conselho procedeu à reestruturação do quadro de suas repartições regionais e municipais. A revisão do enquadramento do pessoal tornou efetivo o direito de aposentadoria aos servidores da entidade. Duzentos e vinte novas Agências de Estatística foram instaladas. Deu-se início ao programa de aquisição e construção de sedes próprias para as Inspetorias Regionais.

#### ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

Prosseguiram as atividades de competência da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, mantida pelo Conselho. Aham-se em funcionamento os cursos de formação, de aperfeiçoamento, de especialização, de extensão e de doutorado. Cogita-se, para o corrente ano, da organização de curso especial a professores de Estatística das escolas técnicas de comércio do Distrito Federal.

Devidamente autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura, começará a funcionar o Curso Técnico de Estatística instituído pelo Decreto-lei nº 6 141, de 28 de dezembro de 1943, e destinado a formar, com a duração de três anos, em nível médio, técnicos de estatística, indispensáveis ao serviço público e à administração de empresas comerciais e industriais. Está em pauta a realização, em Pernambuco, de um Centro de Treinamento de Aplicação da Amostragem à Estatística Agrícola, para servidores dos órgãos do sistema estatístico nacional.

#### 4. SERVIÇO GRAFICO

O Serviço Gráfico do Instituto atendeu plenamente ao encargo de fornecer material de expediente, formulários de campanhas estatísticas, publicações, mapas e encomendas diversas dos dois Conselhos, inclusive do Serviço Nacional de Recenseamento.

A par disso, executou trabalhos para outras entidades públicas e empresas particulares, em bases industriais, os quais produziram renda superior a 50% da receita do estabelecimento. Tal resultado tornou-se viável, em virtude do aumento da capacidade das oficinas, com a aquisição, em 1955, de novas máquinas de alto rendimento, em condições excepcionais de preço. A política de assistência ao pessoal continua a merecer os melhores cuidados da administração, devendo ser construídos, em 1956, novos prédios no conjunto residencial do Serviço Gráfico.

## II — Atividades Censitárias

### RECENSEAMENTOS GERAIS

Ficaram concluídas, em dezembro de 1955, as apurações do Recenseamento Geral de 1950, abrangendo os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, dos Serviços, além de inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações.

Deram, assim, o Instituto e o Conselho Nacional de Estatística, como já acontecera em relação ao Recenseamento Geral de 1940, cabal desempenho à tarefa, que lhe fôra confiada, de proceder ao levantamento completo da população do Brasil, e de suas

atividades, operação que se incorporou ao programa do Censo das Américas de 1950.

Com o término das apurações censitárias, dar-se-á o encerramento das atividades do Serviço Nacional de Recenseamento, órgão de natureza transitória, criado na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, com a finalidade exclusiva de executar o Recenseamento Geral de 1950. A Secretaria-Geral incumbir-se-á do prosseguimento das publicações, cuja conclusão se verificará no decurso de 1956.

#### ORGANIZAÇÃO CENSITÁRIA

Os Recenseamentos de 1940 e de 1950 foram executados por órgãos de caráter precário, extintos com a conclusão dos trabalhos. A existência de órgão censitário permanente não pode mais ser protelada. O Governo, nos termos dos pronunciamentos do Conselho Nacional de Estatística, encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo a modificação da legislação censitária nacional, notadamente no que respeita à periodicidade dos censos econômicos e à continuidade da repartição censitária brasileira.

#### RECENSEAMENTO GERAL DE 1960

De acôrdo com a legislação em vigor, o Brasil deverá realizar, em 1960, os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, além dos levantamentos complementares julgados necessários. Por força de entendimentos mantidos, os países americanos comprometeram-se a executar, em 1960, censos de população e econômicos, dando, assim, caráter continental aos censos programados. Participa o Brasil do órgão do Instituto Interamericano de Estatística, encarregado do planejamento e coordenação do Censo das Américas de 1960.

Enquanto não se modifica a legislação brasileira, concernente a recenseamentos, o Conselho Nacional de Estatística organizará um Núcleo de Planejamento Censitário, que estudará as operações censitárias anteriores e proporá as providências indispensáveis ao aperfeiçoamento dos futuros censos brasileiros. O Núcleo funcionará até a criação do serviço permanente.

**Capítulo Segundo**

**SITUAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA  
NACIONAL**

## Parte 1

# DEFESA, REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO

## 1. PROBLEMAS DE DEFESA NACIONAL E CONTINENTAL

Os acontecimentos que se desenrolaram no complexo quadro da política internacional, desde o fim da segunda Guerra Mundial até hoje, levam à convicção de que não estamos imunes a novas lutas, sejam de caráter regional ou geral.

Dois grandes blocos de forças nitidamente definidos pelas suas ideologias e conseqüentes sistemas de vida — o democrático, de um lado, e o totalitário, de outro — encontram-se em choque, desde a rendição da Alemanha, em 1945. A guerra fria na Europa e as guerras na Corêia e na Indochina, para não falar em outras de menor extensão, são marcos evidentes da intolerância e da agressividade com que atuam os totalitários.

Vão seus processos de ação desde as infiltrações disfarçadas e sutis em todos os ramos da atividade humana, até à própria luta armada.

No sentido da preservação do nosso sistema de vida e conseqüentemente da nossa independência e da própria civilização cristã, somos signatários de compromissos internacionais na Organização das Nações Unidas (O.N.U.) e, particularmente, no Continente, na Organização dos Estados Americanos (O.E.A.).

A Nação Brasileira é parte de um sistema coletivo de segurança, para cujos compromissos e obrigações deve estar preparada, nele empenhando todos os recursos, como imperativo de sua própria sobrevivência.

## 2. PROBLEMAS GERAIS DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas do Brasil, desde a sua participação no último conflito mundial, não têm conseguido aparelhar-se eficientemente para a eventualidade de guerra, em virtude principalmente dos limitados recursos que lhes são destinados. A vertiginosa evolução dos meios necessários à guerra e o envelhecimento progressivo do equipamento bélico disponível agravam o problema.

No campo militar, impõe-se fortalecer o potencial nacional, pela estreita coesão das Forças Armadas e seu adequado reaparelhamento. A criação de um Fundo de Defesa Nacional constitui providência indispensável à realização deste último objetivo. Esse reaparelhamento, entretanto, não poderá concretizar-se, enquanto não for produzida, no País, pelo menos a maior parte dos equipamentos.

Propõe-se, por isso, o Governo a estimular por tôdas as formas a implantação ou o desenvolvimento das indústrias de construção naval e aeronáutica, da indústria-automóvel e da indústria eletrônica, além de assegurar a preservação das reservas de minerais estratégicos, especialmente dos físséis.

## 3. APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E TREINAMENTO DO PESSOAL

O preparo técnico e o treinamento do pessoal, nos três ramos das Forças Armadas, vêm sendo conduzidos nas escolas e centros de instrução especializada, baseados ambos nos ensinamentos obtidos na última grande guerra. Necessário se torna que tais escolas e centros sejam dotados de material moderno e que seja retomada a prática de proporcionar ao pessoal o aperfeiçoamento em centros de instrução no estrangeiro.

Outro ponto importante a ressaltar é a organização de áreas de instrução (comuns ou não às três Forças Armadas), para a realização de exercícios singulares ou combinados, pelo que se torna imperiosa a preservação das já existentes e a aquisição de

outras. Deve ser salientada a necessidade do prosseguimento da construção de bases navais e aéreas que, além de proporcionar facilidades à instrução, asseguram o apoio à navegação marítima e aérea, na paz e na guerra.

## Parte 2

### SEGURANÇA NACIONAL E ESTADO MAIOR

#### 1. CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Compete ao Conselho de Segurança Nacional estabelecer os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, assessorar o Presidente da República no estabelecimento das linhas gerais da Política de Segurança Nacional e elaborar as conseqüentes diretrizes governamentais, coordenar as tarefas de planejamento decorrentes dessas diretrizes, opinar sobre quaisquer assuntos ligados à Segurança Nacional, conceder as autorizações de que trata o art. 180 da Constituição federal, tudo com a finalidade de preparar a Nação para defender-se eficientemente em caso de guerra e de fortalecer o potencial nacional, condicionando-o à consecução e à salvaguarda dos propósitos nacionais. A complexidade dessas tarefas e a utilização crescente de informações como base de planejamento, do que decorre a necessidade de busca e manutenção de informações nos âmbitos nacional e internacional, levaram o Executivo, no exercício passado, a sugerir ao Congresso a reorganização do Conselho, em particular de sua Secretaria-Geral, visando dar-lhe novos padrões consentâneos com suas finalidades.

Uma das mais importantes atribuições do Conselho de Segurança Nacional diz respeito à defesa do País contra a ameaça das ideologias extremistas.

O problema do comunismo, sua expansão e articulação como movimento político internacional, continua a ser preocupação constante do Governo. Neste particular, a ajuda do Conselho de Segurança Nacional tem sido das mais proveitosas.

O combate ao comunismo é, certamente, necessário à salvaguarda da Soberania Nacional, porque o movimento se situa,

no campo internacional, como instrumento ostensivo e eficiente do desenvolvimento de política de dominação internacional, como o tem provado o caso de numerosas nações do Velho Continente, onde os comunistas conseguiram situação de preponderância política local. Entretanto, mister se faz evitar o emprêgo da violência e dos métodos primários de repressão: a questão é muito mais social de que policial.

Os desajustamentos sociais e os desequilíbrios econômicos que se observam no País podem ser satisfatoriamente corrigidos dentro do próprio regime democrático, sem o recurso aos métodos de violência e às modificações de estrutura tendentes aos sistemas totalitários.

No tocante à ordem legal, econômica e financeira, a Constituição consigna princípios, estimuladores de profundas reformas de base, cuja realização gradativa implicará o desaparecimento progressivo das principais fontes que têm inspirado a campanha subversiva no Brasil.

Não desconhece o Governo os sérios problemas sociais, econômicos e financeiros que afligem o País na presente conjuntura. O desequilíbrio econômico entre as várias regiões do País, as crescentes necessidades de bem-estar, o elevado custo de vida, o reduzido poder aquisitivo de grande parte da população, além de outros fatores, conseqüentes quase todos do crescimento desordenado, natural a todo país de grandes recursos em rápida expansão, constituem problemas que não podem deixar de ser equacionados e resolvidos, respeitadas, porém, as tradições nacionais e cristãs da Nação Brasileira.

Por tôdas essas razões não pode ser esquecida a conveniência do esclarecimento das massas, que devem ser conduzidas à exata compreensão dos verdadeiros objetivos da solerte propaganda vermelha.

Torna-se imprescindível levar até ao homem do povo a noção de que o comunismo é, à luz de nossa formação histórica, de nossas tradições e de nossos costumes, uma forma de totalitarismo anti-cristão.

Do êxito obtido nessa missão esclarecedora e das providências do Governo para exterminar aquêles desajustamentos e desequilíbrios dependerá o enfraquecimento da campanha comunista, cujos doutrinadores, dessa forma, ficarão confinados à posição de minoria insignificante, sem clima próprio à sua ação, e, portanto, inoperante.

## 2. ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

Órgão incumbido de, especificamente, preparar as decisões do Presidente da República sôbre organização e emprêgo em conjunto das Fôrças Armadas, bem como elaborar os planos para a Guerra, o Estado-Maior das Fôrças Armadas vem acumulando, na inexistência de um órgão superior competente, funções administrativas. Há, por isso, conveniência da revisão de seu regulamento, para adaptá-lo às suas reais finalidades.

No exercício de 1955, além dos trabalhos de planejamento que lhe são próprios, elaborou o Estado-Maior das Fôrças Armadas: o regulamento do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval; o anteprojeto de lei do Serviço Militar; bem como as diretrizes para Exercícios Combinados ou Conjuntos e para os Cursos da Escola Superior de Guerra. Concluiu, ainda, as instruções para organização e funcionamento dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa e um manual de Estatística para as Fôrças Armadas. Foi realizado, igualmente, o estudo da ligação Guaira-Pôrto Mendes.

Estão em curso, no momento, alguns trabalhos de importância, entre os quais as normas para a coordenação e unificação do Ensino Superior e Secundário nas Fôrças Armadas, o manual de Comando e Estado-Maior, o projeto de criação dos Comandos Aerostáticos Naval e Terrestre e a organização do Sistema de Alarme Aéreo para o Brasil.

### COMISSÕES DE ESTUDO

As diversas Comissões de estudo, criadas no Estado-Maior, funcionaram regularmente em 1955. Entre os problemas exami-

nados, figuraram o da participação da indústria nacional nos suprimentos das Forças Armadas, o da produção de munições pirotécnicas pelo Departamento Técnico e de Produção do Exército e o da qualificação da indústria militar e sistematização da classificação do material em uso no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

Foi estudado o problema da criação de um Banco de Sangue para as Forças Armadas, o qual se encarregaria, não só da coleta do sangue e da distribuição de plasma congelado, mas também da fabricação de plasma seco.

No tocante ao suprimento de rações, concluíram-se os estudos sobre a confecção do tipo R-7 (Ração de Abandono), inclusive quanto ao equipamento de salvamento, e foram intensificados os correspondentes ao tipo R-2 (Individual de Combate).

Prepararam-se 30 000 rações R-6 e 10 000 rações E-5, sendo a distribuição feita de preferência ao Ministério da Aeronáutica, dada a finalidade do seu emprêgo pelo pessoal dos aviões de caça ou de bombardeio e transporte.

#### ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Não obstante a precariedade de suas instalações, continuou a Escola Superior de Guerra a firmar seu prestígio nos meios culturais do País. Nela funcionaram, em 1955, o Curso Superior de Guerra, para militares e civis, e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, exclusivamente para militares. Prosseguem os estudos para organização do Curso de Mobilização Nacional, prevendo-se o seu funcionamento no ano de 1957.

Foram matriculados no Curso Superior de Guerra 86 estagiários, dos quais 50 civis e 36 militares. Concluíram o Curso 79 estagiários. Os trabalhos abrangeram três períodos, com a duração total de 40 semanas, compreendendo a revisão dos conhecimentos relativos à doutrina e à técnica de planejamento da Segurança Nacional, com o balanço das condições econômicas do País, visando à mobilização nacional.

O Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas contou com a freqüência de 28 oficiais, dos quais 8 da Marinha, 14 do Exército e 6 da Aeronáutica.

O serviço de assistência religiosa desenvolveu-se através de 65 Capelanias.

#### INSTALAÇÕES

A instalação do Estado-Maior das Fôrças Armadas e dos órgãos subordinados, em sede adequada, constitui problema cuja solução se torna dia a dia mais premente.

A Lei nº 2 507, de 17 de junho de 1955, autorizou a abertura do crédito de Cr\$ 30 000 000,00 para o início da construção de um prédio destinado ao Estado-Maior das Fôrças Armadas, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, aos Comandos de Zonas de Defesa e à Escola Superior de Guerra. Competiria à Diretoria de Obras e Fortificações do Exército construí-los em terrenos da União, localizados na praia do Arpoador. Dificuldades de ordem financeira, contudo, levaram o Governo a adiar a construção.

#### PROGRAMA PARA 1956

Dentro de suas atribuições específicas e dos recursos disponíveis, o Estado-Maior das Fôrças Armadas estabeleceu um programa mínimo de realizações, em 1956, cujos pontos fundamentais são os seguintes :

- a) prosseguir nos trabalhos de planejamento da Defesa Nacional, atualizando-os;
- b) instalar os Núcleos de Comando de Zonas de Defesa e dar início às suas atividades;
- c) estimular o estudo dos problemas de emprêgo de energia nuclear, cooperando com os órgãos credenciados;
- d) promover a realização de exercícios combinados;
- e) iniciar a construção do edificio que se destinará à instalação do Estado-Maior e bem assim da Escola Superior de Guerra.

dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional;

f) reestruturar o Ensino Militar Superior, visando à formação de oficiais das três Forças Armadas, aptos a exercerem funções em altos postos da conduta militar da guerra;

g) rever o seu próprio regulamento.

### Parte 3

## AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DO EXÉRCITO

### 1. MODIFICAÇÕES DE ESTRUTURA

Os bons resultados obtidos pelas atividades do Exército Nacional, que desfrutava um clima de paz, trabalho e disciplina, decorreram, sobretudo, de uma série de planos parciais, projetados e executados pelos diversos órgãos da Administração e do Comando.

No Alto Comando houve algumas alterações, sendo a mais apreciável a supressão da Inspetoria-Geral, que havia sido criada com o objetivo precípua de supervisionar as atividades do Exército no que respeita à Instrução e à Administração. Entretanto, esse escalão administrativo, na prática, revelou pouca eficiência, uma vez que se impunha, para realização integral de sua missão, dar-lhe organização mais ampla e maiores recursos, o que o tornaria um pesado e complexo instrumento de trabalho.

Brevemente, terá o Ministério da Guerra outra organização, quando aprovado o projeto que o Governo enviou ao Congresso Nacional, com o objetivo essencial de assegurar maior flexibilidade à Administração da Guerra e à organização do Comando.

### 2. INSTRUÇÃO

A Academia Militar das Agulhas Negras iniciou os trabalhos do ano letivo com 1 377 cadetes e o concluiu com 1 339.

As Escolas Preparatórias funcionaram com um total de 748 alunos, e o Colégio Militar do Rio de Janeiro funcionou com 2 022 alunos.

Tôdas as Escolas e Cursos do Exército tiveram seu funcionamento normal, com bons resultados. Na Escola Técnica funcionaram 11 cursos, com um total de 295 alunos.

A instrução da tropa processou-se em ritmo normal, apesar da escassez de recursos orçamentários.

Manobras de conjunto e exercícios de guarnição foram realizados como coroamento do ano de instrução. Em Mato Grosso fizeram-se importantes manobras, cujos resultados, inclusive na fase preparatória do planejamento e da montagem, acarretaram ensinamentos de extraordinária valia para o Exército.

### 3. INSTALAÇÕES

A criação do Arsenal de Guerra de São Paulo foi um grande passo na solução de velho problema das Fôrças Armadas daquela Região. Será êle construído em próprio do Exército, na Fazenda Baurueri, onde também estão sendo instalados o Quartel do 2º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos de 40 mm e a Fábrica de Material de Comunicações.

O Campo de Provas da Marambaia foi dotado de apreciáveis melhoramentos. Esse campo é a única organização especializada no território nacional e está em condições de atender ao Exército e às demais Fôrças Armadas, bem como à indústria civil, quando dêle necessitar.

Com estabelecimentos civis, foram concluídos contratos no valor de Cr\$ 95 000 000,00, tendo sido entregue todo o material.

As dotações orçamentárias para obras, equipamentos e aquisições de imóveis elevou-se, no exercício de 1955, à quantia de Cr\$ 352 000 000,00, à qual foram adicionados Cr\$ 15 000 000,00 para ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens imóveis.

Por intermédio da Diretoria de Obras e Fortificações, a Administração do Exército iniciou e concluiu várias obras, de acôrdo com o plano preestabelecido.

Foram concluídos 5 blocos de apartamentos e 58 casas para oficiais, num total de 88 moradias; 2 blocos de apartamentos e 104 casas para sargentos, num total de 108 moradias; 43 pavilhões diversos; 8 paióis e depósitos e 3 galpões; além do Quartel-General

da Divisão Aeroterrestre; da sede do Instituto Militar de Tecnologia; do Quartel-General da 3ª Região Militar; da sede da 13ª Circunscrição de Recrutamento; do Quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte; do Quartel-General da 6ª Região Militar; do Quartel do Comando dos Elementos de Fronteira, e do Hospital da Guarnição de Curitiba.

Cerca de 53 obras diversas estão em andamento, para serem concluídas no corrente exercício.

#### 4. ENGENHARIA

O Ministério da Guerra, através de seus Batalhões de Engenharia, executou trabalhos rodoviários na importância de ..... Cr\$ 133 000 000,00, nas rodovias de Ponta Grossa-Foz do Iguaçu; São José do Rio Preto-Ponte Mendonça Lima-Canal São Simão; Jardim-Porto Murinho e Aquidauana-Jardim-Bela Vista; Cuiabá-Porto Velho; Lorena-Itajubá e Santa Cecília-Lajes-Passo do Socorro. Quanto ao setor ferroviário, o Ministério da Guerra, por intermédio da Diretoria-Geral de Engenharia, controlou 666 quilômetros do Tronco Principal Sul, realizando nesse trecho 87 obras de arte e 98 em andamento, conseguindo fazer avançar a linha férrea de mais 15 720 km.

Foram criados e organizados o 1º Grupamento de Engenharia (1º Batalhão Rodoviário, 3º e 4º Batalhões Ferroviários) e o 12º Batalhão de Engenharia. O Grupamento de Engenharia do Nordeste tem por missão cooperar nos trabalhos de ligações ferroviárias e rodoviárias daquela importante região do País, e vem cumprindo sua missão com recursos dotados pelo Ministério da Viação.

#### 5. SAÚDE

Por intermédio da Diretoria-Geral de Saúde foi feita a manutenção dos efetivos do Exército no mais alto grau de eficiência.

Foram construídos e melhorados diversos estabelecimentos de saúde. Construiu-se uma enfermaria para oficiais no Hospital Central do Exército e concluiu-se um pavilhão de isolamento e um pavilhão de recreação, no mesmo nosocômio.

## 6. SUPRIMENTO

No setor Remonta, foram adquiridos 861 animais e feito o controle técnico de centenas de granjas, tendo sido obtida uma produção agropecuária no valor de Cr\$ 26 869 237,70.

Por intermédio da Diretoria de Motomecanização, foram recuperados 420 motores, 240 viaturas, 1 200 pneus e fabricadas 59 500 peças e 3 000 baterias. O órgão de motomecanização distribuiu à tropa suprimentos e combustíveis no valor de . . . . . Cr\$ 118 599 000,00 e instalou 90 tanques de 10 000 litros de capacidade, com as respectivas bombas. Colocou em tráfego, na Zona Militar Centro, 2 vagões-cisternas, com a capacidade de 30 000 litros cada um e abriu o seu depósito em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, com a capacidade de 80 000 litros.

## 7. REAPARELHAMENTO

### PROBLEMAS DE MECANIZAÇÃO

O Governo está preocupado com o reaparelhamento do Exército, uma vez que as disponibilidades de material não permitem prover os corpos de tropa de todo armamento e material técnico, correspondente às suas dotações orgânicas.

Para isso há necessidade do estabelecimento de um plano de provimento, baseado na existência de um fundo especial para o reaparelhamento do Exército, independente de dotação orçamentária.

Brevemente o Governo submeterá ao Congresso projeto de lei criando o «Fundo Especial para o Reaparelhamento do Exército», no qual serão previstas novas fontes de tributação, para não agravar as atuais, e as condições para aplicação do referido Fundo.

Contando com tais recursos, poderá o Ministério da Guerra realizar o plano de provimento de material de guerra, com a fabricação de material no País e aquisição no exterior, o que colocará as unidades do Exército em padrões de eficiência previstos nos quadros de efetivos e de dotações de material.

O problema de fornecimento de viaturas militares precisa ser resolvido. A motomecanização do Exército obriga a aquisição de viaturas, automóveis de vários tipos, inclusive carros de com-

bate. Sem recursos que assegurem a substituição desses materiais, perde o Exército sua eficiência, uma vez que as unidades motorizadas ou mecanizadas ficam reduzidas em seu valor combativo. A indústria nacional precisa ser incentivada a fabricar peças e certos materiais para fornecer às Forças Armadas. O Fundo de Reparamento permitirá à Administração do Exército planejamento eficiente com essa finalidade.

Outro problema é o do cavalo de guerra, que ainda não foi resolvido. Apesar do emprego do elemento motorizado, não pode o País descuidar da criação de animais para suas necessidades militares. Ainda por muito tempo terá o Exército Brasileiro de utilizar o cavalo como animal de guerra, e a tração animal como meio de transporte.

A motorização integral exige alto nível de progresso industrial para fazer face às imposições oriundas da motorização. Não basta adquirir o material mecanizado. É preciso mantê-lo, recuperá-lo e substituí-lo. Acresce que condições peculiares a certas regiões do País impõem a utilização da tração animal e da arma montada. O Governo está, assim, preocupado em promover o desenvolvimento da criação de solípedes, particularmente do cavalo de guerra.

#### OUTROS PROBLEMAS

O problema da assistência social aos militares e funcionários do Ministério da Guerra será uma das preocupações da administração federal. Com a lei que autoriza o Governo a despendar Cr\$ 1 500 000 000,00, poderão ser construídas, em média, 700 casas anuais.

O atendimento da saúde e do bem-estar dos militares e funcionários do Ministério da Guerra e suas famílias merecerá atenção especial do Governo, com a instalação de novas policlínicas e ampliação de outros hospitais.

A construção de depósitos, silos e paióis para as grandes guarnições do Exército é medida inadiável. Com o Fundo de Reparamento, será possível executar um plano de envergadura que dote as Regiões Militares dessas construções tão necessárias ao aproveitamento da tropa e à segurança do armamento e

das munições. Uma rede de silos e depósitos regionais facilitará o problema da alimentação da tropa e concorrerá para a melhoria da produção agrícola das diversas regiões do País.

Outra preocupação do Governo será a construção de mais alguns arsenais destinados a reparar o material de guerra distribuído ao Exército e a fabricar peças e outros materiais. Os três arsenais existentes — o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, o da Urca e o General Câmara — não atendem a tôdas as necessidades do Exército. O Arsenal de Guerra de São Paulo, do qual já foi lançada a pedra fundamental em Baurueri, terá a sua construção impulsionada e possivelmente concluída no corrente exercício. Enquanto isso, a Administração da Guerra projetará a construção de outros arsenais.

## 8. FORMAÇÃO DE NÚCLEOS COLONIAIS MILITARES PARA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DE FRONTEIRAS

O Exército Nacional que, além das suas funções de defesa e segurança, tem contribuído, através de vários de seus órgãos, para desenvolvimento social e econômico de várias regiões do País, iniciou, em 1955, a realização de um plano de valorização e nacionalização da faixa amazônica de fronteiras, no sentido da criação de núcleos coloniais militares, para os quais lhe foi concedida a importância de Cr\$ 17 020 000,00.

A aplicação específica dessa dotação resultou da alteração, mediante decreto executivo, do Plano de Emergência aprovado em 1954, para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, já tendo sido, nesse sentido, elaborado um convênio com a 8ª Região Militar, sediada em Belém.

Dada, porém, a magnitude dos problemas da faixa, aquela quantia se revela insignificante para a realização de obras e empreendimentos relativos à melhoria dos quartéis, aquisição de veículos indispensáveis, criação de novas sedes para destacamentos e batalhões de fronteiras, além da formação dos núcleos que representam o primeiro passo para a implantação, em locais estratégicos devidamente selecionados, das colônias militares de fronteiras.

## 9. COLÔNIAS MILITARES DE FRONTEIRAS

Tendo em vista a importância que representa para a valorização econômica da Amazônia o plano elaborado pelo Exército, a Superintendência aprovou a concessão de recursos que vão a quase Cr\$ 100 000 000,00, a fim de que o Exército possa desenvolver as suas atividades, sem solução de continuidade e a longo prazo.

Na verdade, cumpre intensificar a atuação governamental na faixa de fronteiras, consoante os programas traçados pelo Exército em colaboração com a S.P.V.E.A.

São investimentos de cunho nitidamente reprodutivo, geradores de núcleos de irradiação civilizadora, se porventura apoiados em dotações de caráter permanente no Orçamento Geral da União.

Neste sentido, torna-se imperativo assegurar, desde já, a continuidade dos referidos empreendimentos, mediante consignação anual de recursos orçamentários da ordem de ..... Cr\$ 100 000 000,00, previamente vinculados a esquemas objetivos de providências, obras, serviços, equipamento mecanizado, tratores, em resumo: aparelhamento em condições de assegurar a pronta realização dos programas de trabalho, sem o perigo das tradicionais e nefastas soluções de continuidade.

Uma das metas preferenciais, por atingir, é a instalação de campos de pouso, completamente aparelhados para qualquer emergência, levando-se em consideração, não somente os imperativos da segurança nacional, mas, ao mesmo tempo, a sua utilização na obra de ocupação, aproveitamento racional e desenvolvimento regional.

### Parte 4

## AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA MARINHA

### 1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As atividades da Marinha, no ano de 1955, foram principalmente orientadas na expansão do apoio logístico à operação da Força Naval, consubstanciada na execução do seguinte programa:

- a) construção de bases navais; b) construção de escolas; c)

reaparelhamento das Diretorias e Órgãos de apoio técnico e administrativo.

Nesse sentido, foram postos à disposição da Comissão de Construção de Bases Navais os recursos possíveis. Forçoso é reconhecer, porém, que as obras em execução nas Bases Navais de Val-de-Cães, Natal, Recife e Aratu não podem ser concluídas em curto período.

Tiveram andamento satisfatório as obras de construção das novas Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Maceió e Vitória e do Centro de Instrução de Paranaguá, para especialização e aperfeiçoamento de praças. Em dezembro, foi inaugurado o Centro de Instrução da Ilha do Governador, do Corpo de Fuzileiros Navais.

As Diretorias e os demais serviços da Marinha receberam apoio e recursos necessários à consecução de suas tarefas.

Além dos dois navios-transporte, já adquiridos no Japão, resolveu a Administração Naval contratar a construção, naquele país, de mais dois outros, de tipo semelhante.

Mantendo o elevado padrão de eficiência da Armada, a Esquadra tem-se movimentado com grande freqüência no decorrer do ano, visitando numerosos portos nacionais.

Com o propósito de disciplinar a aplicação das verbas de obras, dentro dos recursos disponíveis e estabelecer escala de prioridade, foi elaborado um Plano de Obras para 1956, em que se enquadraram as principais realizações futuras.

Pela Lei nº 2 419, de 10 de fevereiro de 1955, foi criado o Serviço de Patrulha Costeira, destinado a vários fins de natureza social, econômica e militar, exercendo a fiscalização sobre a pesca, prestando assistência às populações litorâneas desprovidas de recursos, colaborando com os serviços de repressão ao contrabando e prestando socorro marítimo.

Em colaboração com o Ministério da Agricultura, promoveu a Marinha a vinda de uma Missão Técnica portuguesa, que trabalhou intensivamente, durante um período de três meses, no exame da situação da pesca no Brasil.

A Secretaria-Geral da Marinha, que controla as atividades administrativas da corporação, procedeu à distribuição das verbas,

à administração do pessoal civil e à contabilidade, tendo elaborado o anteprojeto do Regulamento para o Fundo Naval, aprovado pelo Decreto nº 37 682, de 2 de agosto de 1955.

## 2. ESQUADRA

O ano de 1955 caracterizou-se por intensa movimentação dos navios da Esquadra. Foram organizadas várias Forças-Tarefas, com missões específicas, que desenvolveram as operações programadas, com exercícios de treinamento e adestramento de suas próprias guarnições, uma viagem de instrução anual com os alunos da Escola Naval e instrução de alunos do Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha e do Centro de Adestramento «Almirante Marques Leão».

Entre as comissões atribuídas à Esquadra, destacaram-se a distribuição de material eleitoral para os Estados do nordeste e do norte do País, e a manutenção da ordem no pôrto de Santos sob ameaça de greve e de distúrbios.

O cruzador-ligeiro «Tamandaré» transportou o Presidente da República em visita oficial a Portugal, acompanhado de grande comitiva.

## 3. CONSTRUÇÃO NAVAL

O principal estabelecimento industrial da Marinha, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, durante o ano de 1955, terminou a construção de uma barca d'água e de uma barca de óleo, tendo iniciado, a 21 de novembro, a construção de três navios-hidrográficos de pequeno porte, dotados, porém, de todos os requisitos modernos exigidos pelo serviço. Encontra-se em adiantado estágio a construção dos contratorpedeiros «Ajuricaba» e «Araguari», retardada pela falta de material e dificuldades de importação.

No correr do ano foram executados reparos nos navios da Armada, de acôrdo com o programa geral de reparos, elaborado pelo Estado-Maior da Armada.

Chegaram ao Rio de Janeiro, e foram incorporadas ao serviço nával, nove das dez corvetas construídas na Holanda; a décima partiu para o Brasil nos últimos dias de dezembro.

#### 4. ARMAMENTO

A Diretoria do Armamento da Marinha, órgão da Administração Naval que tem a seu cargo importante setor diretamente responsável pelo poder combatente da Esquadra, desenvolveu suas atividades no sentido de ampliar seus recursos próprios, com a finalidade de reduzir as necessidades de importação.

Prosseguiu o planejamento para instalação da Fábrica de Armamento da Marinha, dando-se início às obras preliminares.

A Fábrica de Artilharia da Marinha terminou a construção e a prova de tiro de mais um canhão de 127 mm. Foram iniciados os trabalhos para instalação da artilharia do contratorpedeiro «Ajuricaba» e do radar de artilharia do contratorpedeiro «Amazonas». Em colaboração com o Ministério da Guerra, foram fabricadas cargas de pólvora para canhões de 3"/50 cal., 5"/38 cal. e 6"/47 cal.

O Centro de Armamento da Marinha executou obras, visando a aumentar a capacidade e a segurança dos paióis de munição. A Fábrica de Torpedos da Marinha produziu peças destinadas à montagem de várias séries de torpedos.

#### 5. OBRAS CIVIS

Durante o ano de 1955, a Diretoria de Engenharia da Marinha exerceu o contróle das obras do atêrro dos terrenos da Marinha na Avenida Brasil, onde se constroem a nova Escola de Marinha Mercante e o Quartel de Marinheiros, bem como orientou a construção da Escola de Aprendizes-Marinheiros de São João da Barra (Atafona).

A Comissão de Construção de Bases Navais tem a seu cargo as obras civis de maior vulto, como sejam as Bases Navais de Val-de-Cães, Natal, Recife e Aratu, as Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Maceió e Vitória e o Centro de Instrução de Paranaguá.

Na Base Naval de Val-de-Cães foram concluídas as obras do dique-sêco, iniciadas em 1950, estando em vias de acabamento as instalações necessárias ao seu funcionamento. Também a Usina de Fôrça da Base está concluída, tendo-se comprometido a

Marinha a fornecer o excedente de força disponível à cidade de Belém.

Na Base Naval de Natal foram concluídos os primeiros 100 metros de cais acostável, com todos os seus acessórios, estando programada a construção de mais 100 metros em meados de 1956. Está sendo realizada a dragagem da bacia de manobras e do canal de acesso ao cais, e prossegue a construção do dique-sêco.

Na Base Naval do Recife continuou a construção do dique-sêco, tendo sido locada a primeira soleira em sua posição definitiva. A segunda soleira está em fase de acabamento, para o respectivo transporte e locação definitiva. A construção do cais prossegue em andamento satisfatório.

Em Maceió, as obras da Escola de Aprendizes-Marinheiros se encontram com sua parte estrutural bastante adiantada; as da Capitania dos Portos foram concluídas, devendo a residência do Capitão dos Portos ser entregue em meados de 1956. A Agência da Capitania dos Portos em Penedo já foi completamente terminada.

A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Vitória encontra-se em adiantado estágio de construção.

Na Base Naval de Aratu, encontra-se em andamento a construção do cais norte, projetado para a atracação de navios até 12 metros de calado. Sua continuação exigirá, porém, a inversão de grande soma de recursos. Está sendo construída no Rio Macacos uma barragem para atender às necessidades da Base.

Em colaboração com a Diretoria de Eletrônica da Marinha, está sendo construído pela Comissão de Construção de Bases Navais o prédio da futura Estação Radiotelegráfica da Marinha em Salvador. Foram também construídas a Estação Radiogoniométrica e três residências em Salinas da Margarida.

Na região sob o controle do 5º Distrito Naval, foram concluídas as obras de quartéis para os postos de Fuzileiros Navais da fronteira do sul do País. No 6º Distrito Naval construiu-se o novo Quartel da Base Fluvial de Ladário e remodelou-se o Hospital Naval.

Foram inauguradas as novas sedes das Capitania dos Portos dos Estados do Amazonas e Alagoas, e adquiridos prédios para

instalação da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, para residência do Capitão dos Portos em Santos, e para a Agência de Uruçuí, no Maranhão. Iniciaram-se as construções das sedes das Agências de Eirunepé (Amazonas) e São Lourenço do Sul (Rio Grande do Sul), e aprovou-se a construção da nova sede da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão.

## 6. NAVEGAÇÃO

Entre os trabalhos realizados em 1955 pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, destacam-se o levantamento hidrográfico do braço norte do Rio Amazonas com um moderno equipamento eletrônico para fixação das posições de sondagens, e o de parte da Baía de Todos os Santos, acesso ao futuro porto petroleiro de Madre Deus, da Refinaria de Mataripe.

O setor da sinalização náutica mereceu especial atenção, tendo sido inaugurados os Serviços de Sinalização Náutica do Norte e do Nordeste, para descentralização e mais eficiente controle dos sinais de auxílio aos navegantes. Foram construídos cinco novos faróis e efetuados reparos em 18. ao longo de toda a costa.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação ressentiu-se da falta de navios-hidrográficos, o que se espera resolver com a construção, no País, de três unidades, de pequeno porte, e com a solução dos estudos em andamento para aquisição, no estrangeiro, de outros de grande porte.

## 7. SAÚDE

As atividades da Diretoria de Saúde da Marinha foram pro-ficuas, merecendo especial destaque o trabalho que vem sendo realizado na Clínica Cirúrgica Torácica do Hospital Naval Mar-cílio Dias e que tem despertado o interesse dos círculos médicos em geral.

## 8. INTENDÊNCIA

A Diretoria de Intendência da Marinha desenvolveu seus trabalhos para implantação dos serviços de suprimentos em moldes modernos. Tendo a seu cargo o Serviço de Subsistência Social da Armada, promoveu nova organização do mesmo, que passou

a se chamar Serviço de Reembolsáveis da Marinha. No mês de dezembro foi inaugurado o Panificio Central da Marinha, que abastecerá as unidades sediadas no Rio de Janeiro.

## 9. PESSOAL

Em todos os setores da Marinha, tem sido sensível a falta de pessoal, quer militar, quer civil.

Para reduzir os efeitos dessas faltas, o Govêrno encaminhou ao Congresso Nacional, onde vem tendo andamento favorável, um projeto de lei criando o Quadro de Oficiais da Reserva Incorporada, para permitir o aproveitamento da reserva naval formada no Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha.

Quanto ao pessoal civil, a mesma situação se apresenta. Por outro lado, o estabelecimento de regimes diferentes de trabalho para os serviços industriais e burocráticos acarreta uma série de embaraços administrativos.

## 10. INSTRUÇÃO

O principal órgão de ensino básico da Marinha, a Escola Naval, ressen-te-se da falta de espaço para receber o número de aspirantes necessários ao programa de formação de oficiais, tendo funcionado, em 1955, com 563 aspirantes matriculados. Para minorar êsse problema, foi iniciada a construção de novo edifício de alojamento, que aumentará a capacidade da Escola para 650 aspirantes.

O Colégio Naval, que fornece o maior contingente de alunos à Escola Naval, funcionou normalmente em suas instalações em Angra dos Reis, com 375 alunos. No Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha estão matriculados 137 alunos.

Funcionaram normalmente os Cursos de Especialização de Oficiais de Hidrografia e Navegação, Máquinas, Eletrônica, Armamento e Submarinos, com um total de 80 alunos.

Aproveitando facilidades propiciadas, diversos oficiais e subalternos foram enviados aos Estados Unidos da América para a realização de cursos na Marinha Norte-Americana; na Itália encontram-se dois oficiais, um cursando o Instituto Hidrográfico



em Gênova, e outro aperfeiçoando-se em direção de tiro; na Inglaterra, um oficial engenheiro naval especializa-se em reatores nucleares.

O curso que mais onera a Marinha é o de formação de Engenheiros Navais, não só pelo elevado número de oficiais que se destinam a êsse Corpo, como pela grande duração do curso, que é realizado nos Estados Unidos da América. Visando a reduzir êsse gravame, foram efetuados entendimentos com a Universidade de São Paulo, para a realização dos Cursos de Construção Naval nessa Universidade, com o que passariam os Engenheiros Navais a se formarem no Brasil, estagiando, posteriormente, nos arsenais norte-americanos.

A especialização do pessoal subalterno procedeu-se de acôrdo com a programação estabelecida pela Diretoria do Pessoal da Marinha, funcionando normalmente os cursos do Centro de Instrução «Almirante Wandenkolk» e do Centro de Esportes da Marinha, ambos na Ilha das Enxadas; do Centro de Instrução «Almirante Tamandaré», na Base Naval de Natal; e da Escola de Escrita e Fazenda, em Florianópolis, ao todo 24 turmas, com 757 praças.

As Escolas de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Santa Catarina funcionaram normalmente.

Os cursos de Estado-Maior, a cargo da Escola de Guerra Naval, diretamente subordinada ao Estado-Maior da Armada, tiveram seu desenvolvimento de acôrdo com os programas estabelecidos.

No ano de 1955 foi criado o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, para preparo de oficiais observadores aéreos e para operação de helicópteros. Como medida preliminar para seu funcionamento, diversos oficiais realizaram cursos na Força Aérea Brasileira, no Exército e nos Estados Unidos da América.

No que se refere à preparação dos oficiais da Marinha Mercante, iniciou a Administração Naval a construção de uma nova Escola, ao mesmo tempo que promovia reforma profunda na sua organização e respectivos currículos, estando em trânsito na Câmara dos Deputados o projeto referente à transferência definitiva da Escola de Marinha Mercante para o Ministério da Mari-

nha. A Escola de Marinha Mercante do Pará, apesar da precariedade de suas instalações, tem apresentado rendimento bastante apreciável.

## 11. TRANSPORTE

Com a chegada ao Brasil dos dois navios-transporte, construídos no Japão, foi criado o Serviço de Transportes do Ministério da Marinha, que iniciou suas atividades a 6 de abril. A criação desse serviço veio proporcionar, à Marinha e às Forças Armadas em geral, completa liberdade nos transportes de pessoal e material.

Com o propósito de cooperar na minoração do angustioso problema do transporte marítimo de cabotagem, unidades da Marinha também transportaram cargas comerciais, cuidando sempre de não estabelecer concorrência com as companhias particulares e carregando de preferência gêneros alimentícios.

Dois problemas capitais têm entravado a Administração Naval; até o momento, não foi encontrada solução que, sem pesar demasiado nos recursos do País, atenda aos reclamos da Defesa Nacional, no setor naval.

O primeiro prende-se à aplicação dos ágios às aquisições militares que, onerando as despesas em mais de 100%, constitui severa sangria no orçamento da Marinha.

O segundo problema refere-se ao pessoal civil. Além de submetidos a normas completamente estranhas aos hábitos militares, o que cria dificuldades enormes, principalmente nos estabelecimentos industriais da Marinha, imposições legais reduzem a possibilidade de recrutamento de elementos capazes para a condução de serviços essenciais.

## Parte 5

### AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA AERONÁUTICA

Os trabalhos realizados pelo Ministério da Aeronáutica, no exercício de 1955, traduzem esforço apreciável de seu pessoal, quer militar, quer civil, no sentido da melhoria continuada dos índices de eficiência da Força Aérea e do amparo e estímulo à aviação comercial.

Os quadros de pessoal são insuficientes para atender às necessidades dos diversos órgãos, o que decorre da dificuldade do aproveitamento de candidatos às escolas de formação de oficiais e sargentos, e dos constantes pedidos de transferência, para a reserva remunerada, de militares estimulados pela concessão de favores instituídos em leis especiais.

No que se refere a pessoal civil, as dificuldades se agravaram com as restrições à admissão de extranumerários, pois representam eles cerca de 97% do total dos servidores civis.

A insuficiência de pessoal exigiu distribuição eqüitativa dos efetivos pelas diversas unidades, repartições e serviços, a fim de não comprometer os trabalhos que lhes são afetos. Ao mesmo tempo, incentivou-se a propaganda dos cursos de formação de oficiais, sargentos e praças, visando a aumentar o volume de inscrições de candidatos.

Com exceção dos aviões a jato, que são relativamente novos, o material aéreo é em sua grande maioria constituído de aviões obsoletos há anos e, conseqüentemente, de difícil manutenção por falta de muitos itens de suprimento, críticos no momento.

São críticos certos itens de equipamento, tais como colêtes e botes salva-vidas, pára-quedas e radares; urge, portanto, atacar o problema de renovação de material de vôo, na seguinte ordem de urgência: patrulhamento, bombardeio e transporte.

Têm concorrido para essa situação a falta de divisas e os âgios que vieram agravar os recursos de que podemos dispor.

Em conseqüência do Acôrdo de Assistência e Defesa Mútua, assinado pelos Governos dos Estados Unidos e do Brasil, foram recebidos pela Comissão Brasileira, em Washington, 12 aviões *Fairchild* tipo C-82, dos quais 3 já se encontram em nosso país, tendo sido transportados em vôo por oficiais da Fôrça Aérea.

Em tôdas as Zonas Aéreas foram efetuadas manobras conjuntas com o Exército e a Marinha, havendo vários deslocamentos de Unidades aéreas para êsse fim. Realizaram-se levantamentos aerofotográficos da Baixada Fluminense, da Bacia Amazônica e de Pôrto Alegre.

## 1. INSTRUÇÃO

Dentro dos limites de suas possibilidades, a Aeronáutica realizou com êxito seus programas de ensino e instrução, procurando aprimorar os métodos de trabalho e as instalações das diversas escolas de formação e especialização.

A afluência aos exames de admissão às escolas militares continua sendo elevada. Entretanto, o número de candidatos habilitados é ainda inferior ao de vagas. Em consequência, as escolas de formação de oficiais, embora razoavelmente aparelhadas, não fornecem pessoal suficiente às necessidades da Força Aérea.

Em cumprimento ao programa de desenvolvimento do serviço de saúde da Aeronáutica, realizou-se o XI Curso Especial de Saúde, possibilitando o recrutamento de 17 novos oficiais médicos.

No que se refere à instrução aérea, foram formados, no exercício passado, 26 oficiais de patrulha, sendo 9 no esquadrão de Belém e 17 no de Salvador. Quanto à instrução de bombardeio, foram preparados 79 oficiais, em Fortaleza e Natal, ao tempo em que o esquadrão de caça de Natal, tendo iniciado instrução com 33 estagiários, registrou 27 aprovações.

Concluiu-se, em 1955, a instrução de quadrimotor de 15 primeiros e 6 segundos pilotos, especializados em busca e salvamento, fotografia e meteorologia.

Em vôos de instrução, a Força Aérea utilizou 15 023 horas, na formação de 217 novos pilotos operacionais e instrutores. O 1.º Grupo de Aviação de Caça, sediado em Santa Cruz e equipado com aviões a jato, preparou mais 8 oficiais, com um total de 2 628,15 horas de vôo.

Em referência à cooperação com as forças aeroterrestres, aviões do Comando do Transporte Aéreo lançaram 13 814 homens e 466 fardos.

## 2. PROTEÇÃO AO VÔO

No setor de Proteção ao Vôo, as exigências constantes e crescentes do sistema nacional de transportes aéreos forçam o Ministério da Aeronáutica a permanente ampliação dos serviços correspondentes. Por não dispor do número necessário de técnicos.

e não possuir em estoque o equipamento necessário às instalações previstas para 1955, o Ministério não pôde realizar grande parte do seu planejamento para aquele ano.

A escassez de pessoal especializado foi e continuará sendo um grande obstáculo à expansão das rêsdes-rádio, meteorológica e de tráfego aéreo. Ocorreu mesmo, em 1955, o fechamento de algumas instalações, por falta de operadores para fazê-las funcionar a contento. Quanto ao equipamento de comunicações, a situação vem melhorando paulatinamente e tem-se processado a padronização de transmissores e receptores de fabricação nacional, que agora já perfazem cêrca de 50% do total da rêsde.

### 3. EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES

No exercicio de 1955, continuou em pleno desenvolvimento a fabricação de sobressalentes e utilização de matérias-primas, tendo a Aeronáutica intensificado a produção dos parques e procurado criar condições para a regular manutenção de material aéreo.

As instalações de infra-estrutura da Aeronáutica mereceram a devida assistênciã, tendo sido realizadas obras de vulto nos aeroportos, principalmente ampliação e pavimentação das pistas, construção de estações de passageiros e instalações destinadas à proteção ao vôo.

A fim de facilitar o acesso dos militares às repartições em que servem, foi providenciada a construção de cêrca de 400 residências nas proximidades dos locais de trabalho.

### 4. ASSISTENCIA MÉDICA

Além do prosseguimento das obras de ampliação do Hospital Central da Aeronáutica, especialmente a construção de uma nova ala que aumentará, sobremaneira, a capacidade de internação daquele nosocômio, foi instalado um pôsto médico na Fábrica de Aviões de Lagoa Santa e ampliado e reformado o Hospital de Aeronáutica de Belém, com a finalidade de ajustá-lo às necessidades da 1ª Zona Aérea, estando já concluídas as obras do pavilhão destinado à maternidade.

## 5. CORREIO AÉREO

Durante o ano de 1955, foram transportados, pelo Correio Aéreo Nacional, 78 594 passageiros e 1 832 toneladas de carga, compreendendo material de aviação e de outra natureza. A correspondência transportada alcançou 231 toneladas.

O percurso total, percorrido pelos aviões do Correio Aéreo Nacional, foi da ordem de 8 599 925 km.

## 6. AVIAÇÃO COMERCIAL E CIVIL

Prosseguiu em ritmo satisfatório, em 1955, o desenvolvimento das atividades da aviação comercial: foram voadas 423 288 horas, em um percurso de 113 185 896 quilômetros, no transporte de, respectivamente, 2 988 724 passageiros, 39 116 696 kg de bagagem, 2 156 776 kg de correspondência postal e 62 322 160 kg de carga.

Esses resultados, superiores aos de 1954, mais se destacam, se considerados em função das dificuldades financeiras e das majorações tarifárias ocorridas em 1954, encarecendo o transporte aéreo comercial.

Houve, além disso, já em 1º de janeiro de 1955, majoração de tarifa de 22%, a fim de atender-se a reajustamento de salários e aos ônus dos transportadores, com o novo ágio adotado para as importações de combustível. As tarifas para o transporte aéreo internacional mantiveram-se, em dólares, no mesmo nível. Entretanto, na conversão operada em cruzeiros, essas tarifas sofreram a majoração da diferença cambial entre as duas moedas.

No período de janeiro a dezembro de 1955, foram pagas subvenções no montante de Cr\$ 135 169 323,70.

As subvenções relativas aos serviços internacionais, cujo regime era defeso na Lei nº 1 181-50, desde julho último foram suspensas, visto o prazo, nela estabelecido para essa concessão, ter expirado em junho do mesmo ano. Contudo, em 9 de dezembro próximo findo, foi sancionada a Lei nº 2 686, restabelecendo as subvenções em aprêço e instituindo um novo regime sôbre bases financeiras diversas, variando estas de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 15,00 e Cr\$ 20,00, por quilômetro voado, e em função das características técnicas da aeronave empregada.

Dentro de suas restritas possibilidades, o Governo facilitou as operações financeiras para melhorar, aparelhar e, mesmo, renovar a frota mercante das empresas aéreas.

Assim também ocorreu com as solicitações das empresas, relativas a sobressalentes e demais acessórios necessários à manutenção do material de voo.

Em 1955 existiam 493 aeronaves de transporte público, das quais 263 engajadas no voo regular. As aeronaves privadas atingiam o total de 2 184 em todo o País.

Quanto à política adotada pelo Governo, no âmbito internacional, a fim de acautelar os interesses da aviação comercial brasileira, prosseguiram as gestões para o estabelecimento de acordos aéreos entre o Brasil e a Venezuela, Colômbia, Uruguai e Alemanha, sendo que o convênio com este último está prestes a ser consumado. Igualmente, o estágio dos entendimentos atuais com o Japão permite supor a ultimação, para breve, do seu acordo aéreo com o Brasil.

A padronização da contabilidade das empresas nacionais de navegação aérea prosseguiu em 1955, proporcionando assim ao Governo o conhecimento objetivo das necessidades dessas empresas.

No que se refere à aviação aerodesportiva, manteve-se o trabalho de recuperação das aeronaves imobilizadas em escolas de pilotagem de alguns aeroclubes. Com esse trabalho, 64 aeronaves foram de novo postas em condições de voo. O Governo distribuiu, além disso, Cr\$ 11 399 000,00 a 97 aeroclubes, dentre os 430 em funcionamento, para incrementar a formação de pilotos.

**Capítulo Terceiro**

**SITUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA**

## Parte 1

# O BRASIL NA CONJUNTURA INTERNACIONAL

## 1. POSIÇÃO E AÇÃO DO BRASIL

No quadro contemporâneo da política externa e da vida internacional, define-se a atuação e a posição do Brasil, como exata e precisa, principalmente nos âmbitos da O.N.U. e da O.E.A. Nesses organismos, firmou o Brasil a sua política de país americano, membro da comunidade cristã e ocidental, defensor da igualdade jurídica dos Estados e da solução pacífica dos dissídios, cultor da convivência amistosa e de tôdas as formas ativas de cooperação.

Tem o Brasil um destino iniludível de prestígio crescente no conceito das nações. Mas, de par com o relêvo internacional, resultante do progresso interno, da expansão econômica e da atuação da sua diplomacia, aumenta igualmente para o Brasil o campo de riscos e responsabilidades, reclamando novos empenhos, que se traduzam em mais efetiva presença e vigilância.

Na ação conjugada e perfeita cooperação dos órgãos governamentais, visando ao desenvolvimento econômico intensivo do País, mediante uma política planificada, corresponderá ao Itamarati, no presente quinquênio, maior soma de tarefas, referentes à política de absorção e expansão, à importação de indústrias e capitais estrangeiros, à exploração de novos mercados e ao incremento do comércio exterior. A diligência da nossa Chancelaria se concentrará na intensificação e ampliação das relações internacionais, no estudo e negociações de mais fecundos acórdos, no estabelecimento de novos contatos.

## 2. AÇÃO DO BRASIL NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

### ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O Brasil tomou parte na X Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em New-York, de 20 de setembro a 16 de dezembro, reunião essa que assinalou o primeiro decênio de funcionamento da entidade.

A Delegação Brasileira teve ocasião de manifestar-se favorável à redução efetiva dos armamentos e à proibição do uso das armas atômicas e nucleares. Não deixou, contudo, de atentar para as necessidades de uma política realista, capaz de manter o mundo afastado da guerra e livre da ameaça de destruição do bloco ocidental, que pode ser ocasionada pela fraqueza de seus componentes.

Colaborou no patrocínio da moção que visava a admitir, como novos membros, os 18 países candidatos qualificados. Fêz a declaração de que o Governo Brasileiro está decidido a utilizar, em benefício da cooperação internacional, seus recursos de matérias-primas de energia atômica, no campo das aplicações com finalidade pacífica, assim como conhecimentos técnicos e contribuições científicas. Já tendo sido firmado com os Estados Unidos da América um acôrdo que versa certos aspectos do problema, estamos dispostos a estender a mesma cooperação a outros países, por darmos primordial importância aos acôrdos bilaterais, que devem ser mantidos em pleno vigor.

Ainda no que se refere à energia atômica, a Delegação Brasileira votou pela Resolução no sentido de recomendar-se nova Conferência, nos moldes da de Genebra, sobre seu uso pacífico, assim como pelo incentivo da criação de uma Agência Internacional de Energia Atômica. Defendeu a tese latino-americana de ampliar-se a Comissão Científica para o Estudo dos Efeitos das Radiações Atômicas, para que nela haja uma representação geográfica mais eqüitativa. Fêz a declaração de que o Brasil receberia com prazer aquêles dos 88 ex-prisioneiros de guerra norte-coreanos — os quais, nos têrmos do armistício, estavam no direito de ser repatriados ou não, conforme desejassem — que quisessem

emigrar para o Brasil. Participou, com a Delegação dos Estados Unidos da América, da autoria de um projeto de resolução, com o fim de as Nações Unidas ratificarem a modificação do *status* do Surinam e das Antilhas Holandesas, para desobrigar os Países-Baixos de apresentarem anualmente informações, de acôrdo com o art. 73 (e) da Carta das Nações Unidas.

O Brasil foi convidado a colaborar nas negociações e estudos sôbre o projeto de Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Outrossim, foi eleito membro da Comissão Científica para o Estudo dos Efeitos das Radiações Atômicas.

#### ELEIÇÕES NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Em 1955, vale destacar a eleição do Brasil para membro dos seguintes órgãos: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para o período de 1956/1958; Conselho Executivo da Organização para a Alimentação e a Agricultura (F.A.O.), no período de 1957/1959; Conselho de Administração do Fundo Internacional de Socorro à Infância, em 1956; e Conselho Executivo do Comitê Intergovernamental de Imigrações Européias.

#### ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Objetivando a universalização das normas de proteção ao trabalho, sob a égide da Justiça Social, a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) terá, nessa magna tarefa, o apoio e a cooperação do Governo brasileiro.

Dado o grau de desenvolvimento alcançado, em nosso país, pelo sistema jurídico de amparo ao trabalhador, tem o Brasil o dever de propugnar, por motivos de índole social e de ordem econômica, nas sessões da Conferência Internacional do Trabalho, pela integral consecução das altas finalidades dêsse organismo internacional.

No concernente às obrigações do Brasil como Estado membro do O.I.T., velará o Governo pela sua fiel observância, não só quanto à sua participação nos conclaves internacionais, como no que tange ao encaminhamento das convenções e recomenda-

ções, nelas adotadas, à autoridade competente e à remessa anual de relatórios pertinentes à aplicação dos instrumentos ratificados. Releva assinalar, nesta oportunidade, que, pela Mensagem nº 412, de 1954, o Poder Executivo solicitou ao Congresso Nacional a aprovação de quatorze convenções adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, visando à sua ratificação pelo Brasil (Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1956, ora em estudos na Câmara dos Deputados).

### 3. REPRESENTAÇÕES EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS

O Brasil fêz-se representar na VIII Sessão da Conferência da F.A.O., enviou observador às XXI, XXII e XXIII Sessões do Conselho Executivo, cuja Presidência independente foi ocupada pelo seu representante nacional, por dois mandatos consecutivos, de dois anos, o último dos quais terminou a 4 de novembro transato; na I Sessão da Conferência Internacional do Trigo, realizada em Genebra, de 26 de outubro a 16 de novembro de 1955, convocada pelas Nações Unidas com o objetivo de estudar a renovação ou modificação do atual Acórdo Internacional do Trigo; e no VI Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas (Bogotá, agosto a setembro de 1955), onde a delegação nacional apoiou uma resolução na qual se consubstanciaram princípios disciplinadores da colocação dos excedentes agrícolas, o que influiu na criação de um Comitê para tratar do intercâmbio latino-americano. Naquela mesma Comissão, apresentou uma resolução conjunta, unânimemente aprovada, apoiando os estudos em curso sobre o problema do café, da Comissão Especial do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, com vistas à adoção de medidas de cooperação internacional capazes de reduzir, de maneira substancial, as flutuações do preço desse produto e mantê-las dentro dos limites satisfatórios para produtores e consumidores.

De maio a junho, celebrou-se a XXV Sessão do Comitê de Produtos Essenciais da F.A.O., quando o Brasil apoiou as medidas tendentes a ajustar a oferta e a procura, antes pela expansão

do consumo do que pela redução dos níveis de produção e, por outro lado, salientou as necessidades de não interferir, nas correntes tradicionais do comércio mundial, na colocação de excedentes.

O Brasil estêve representado normalmente na Organização dos Estados Americanos, seja no Conselho e respectivas Comissões, como nos diversos Organismos Especializados e na Comissão Interamericana da Paz.

O Delegado do Brasil à Reunião de Consulta, convocada por motivo do conflito diplomático Costa-Rica-Nicarágua, foi escolhido para participar da Comissão Investigadora designada pelo Presidente do Conselho da O.E.A.

O Delegado do Brasil à IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (abrangendo a VII Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Cartografia, a IV Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre História) foi eleito Presidente da Comissão de Geografia do Instituto, tendo sido a cidade do Rio de Janeiro escolhida para sede da próxima reunião, a realizar-se em julho de 1956, como colaboração ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.

#### 4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Govêrno Brasileiro foi dos primeiros a reconhecer o Govêrno Provisório da República Argentina.

Por solicitação do Govêrno Equatoriano, reuniram-se no Itamarati, a 8 e 14 de setembro e a 26 de dezembro, os representantes dos Estados Garantes do Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Equador e o Peru, assinado no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1942, prosseguindo-se no exame dos problemas relativos à execução daquele instrumento diplomático.

Respondendo a pedido daquele Govêrno, o Govêrno Brasileiro reconheceu a neutralidade perpétua da Áustria, definida em Lei Federal Constitucional, aprovada pelo Parlamento austriaco em 26 de outubro.

Convidado pelo Govêrno Português, o Brasil aceitou o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido,

a 8 de agosto de 1955, tal investidura, reconhecida em nota de 22 do mesmo mês pelo Governo de Nova Delhi.

Respondendo a uma solicitação de apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federal Alemã, na sua resistência às tentativas da Alemanha Oriental de ganhar acesso e fazer-se representar junto às organizações internacionais, o Governo brasileiro, em nota de 14 de novembro, reafirmou os termos de declaração anterior de que não reconhecia, direta nem indiretamente, a chamada República Democrática Alemã e, em consequência, enviou as competentes instruções às Delegações brasileiras a Organismos e Conferências internacionais.

O Governo brasileiro assinou, no decorrer do ano de 1955, 58 atos internacionais — entre tratados, convenções, ajustes, acordos, protocolos de emenda, convênios adicionais, — dos quais 45 por troca de notas. Ratificaram-se 10 atos internacionais diversos, promulgaram-se 12, sendo denunciados 4. A atos internacionais referiram-se 22 decretos executivos e 6 decretos legislativos.

## Parte 2

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA: O.N.U. E O.E.A.

#### 1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Em 1955, a Comissão Nacional de Assistência Técnica dilatou o campo de suas atividades, tendo o Brasil aumentado, de dois para três milhões de cruzeiros, sua contribuição em espécie para o Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas.

Além da instituição de um Fundo de Bolsas, no valor de Cr\$ 2 000 000,00, para cursos especializados, concederam-se numerosas bolsas — em Universidades, organismos de pesquisas e usinas metalúrgicas no Brasil — a técnicos e especialistas estrangeiros, principalmente hispano-americanos.

## 2. PLANO GERAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA O.N.U. NO BRASIL PARA 1956

A C.N.A.T. aprovou o Plano Geral de Assistência Técnica da O.N.U., no Brasil, para 1956 — o qual representa a maior inversão de utilidades e serviços até hoje realizados pela O.N.U. no Brasil, importando no total de US\$ 458 956,00. Seu programa compreende as mais diversas atividades: fornecimento de serviços e técnicos de Administração à Fundação Getúlio Vargas; envio de economistas, destacados pela F.A.O., para o Banco do Nordeste; de técnicos da U.N.E.S.C.O. para o Museu Nacional e para o Centro Brasileiro de Pesquisas Nacionais; de seis peritos na formação de professores técnicos, destinados ao SENAI; de um especialista em hidrogeologia para a Universidade do Recife; de três peritos para a Caça e Pesca; de um perito para Estudos dos Solos; um perito em Colonização para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Dois projetos novos, da maior importância nacional, serão executados através do Ministério da Saúde, graças à prestação de serviços de dois peritos em erradicação da boubá, no Nordeste, e de um perito para treinamento de enfermeiras.

O maior passo dado pela assistência técnica no Brasil, em 1955, foi o Acôrdo concluído entre a O.N.U. e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através da C.N.T.A., para a prestação, em larga escala, àquela região brasileira, de serviços em setores completamente novos, como sejam o levantamento e inventário de zonas da floresta amazônica, inclusive pela técnica da aerofotogrametria. O Acôrdo monta a 15 milhões de cruzeiros, dos quais 7 milhões e meio pagos pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e 7 milhões e meio pelas Nações Unidas.

## 3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Paralelamente ao Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, o Brasil vem cooperando também no Programa de Assistência Técnica da O.E.A. Para êsse fim, contribuiu com

Cr\$ 2 800 000,00, ficando em segundo lugar entre os países da América Latina.

O Brasil vem recebendo também assistência técnica da O.E.A., que aqui mantém dois empreendimentos pan-americanos de relêvo: o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, que fornece vacinas e soros para todos os países da América, e o Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais — cuja instalação trouxe equipamentos e material técnico até então inexistentes nos centros científicos nacionais, abrindo novas perspectivas para o estudo do solo, silvicultura, hidrologia e caça e pesca.

O Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais deveria ter seu funcionamento encerrado no Brasil em fins de 1956, devendo o Governo brasileiro arcar com toda a responsabilidade de sua manutenção financeira; o Itamarati, entretanto, negociou, através de sua Delegação junto à O.E.A., a prorrogação do prazo, com as responsabilidades financeiras à conta da O.E.A., até 1958, sendo gradativamente assumidos pelas entidades brasileiras os encargos e atribuições do referido organismo.

### Parte 3

## FRONTEIRAS E COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

### 1. FRONTEIRAS

Prosseguiram os trabalhos relativos à demarcação e caracterização de fronteiras, nos setores Sul e Norte, correspondendo respectivamente aos limites Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai e Brasil-Venezuela.

Entre a Comissão Brasileira Demarcadora (2ª Divisão) e a Comissão Paraguaia, realizou-se a XXI Conferência.

Na fronteira com a Bolívia, demarcou-se um trecho de 85 km, com 6 marcos construídos e 1 300 km<sup>2</sup> de área levantada. Com a cooperação do Ministério da Aeronáutica, foi observada e fotografada uma área de 5 000 km<sup>2</sup>.

Na fronteira com a Venezuela, a C.B.D. (1ª Divisão) concentrou as atividades demarcatórias de campanha nos setores

da Cordilheira de Paracaima e de Parimá, com levantamento topográfico em extensão superior a 150 km.

Entre 13 e 20 de setembro, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência entre a C.B.D. (1ª Divisão) e a Delegação Francesa, a fim de constituírem a Comissão Mista Brasileiro-Francesa para a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa — a única que não tivera ainda iniciada a respectiva demarcação. A caracterização do arroio Chui continua a ser objeto de estudo por parte do Governo uruguaio que, atendendo a uma solicitação do Itamarati, prometeu submeter ao Conselho Nacional do Governo a apreciação da Ata da XXXIV Conferência da Comissão Mista de Limites Brasil-Uruguaí.

## 2. COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

### ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA

Concluída, de acôrdo com as obrigações assumidas no Tratado de vinculação ferroviária de 1938, a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, ligará ela definitivamente os sistemas ferroviários dos dois países. Acha-se em vias de acabamento a construção da ponte definitiva sobre o Rio Grande, última obra de vulto na ferrovia, para a qual o Ministério das Relações Exteriores solicitou crédito especial de ..... Cr\$ 50 000 000,00, já tendo sido encomendada no estrangeiro sua estrutura metálica.

### LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI

Concluído pela Comissão Mista Brasil-Paraguai o estudo dos restantes 70 quilômetros da rodovia Pôrto Presidente Franco-Coronel Oviedo, na zona de Pôrto Presidente Franco, e efetuada a locação de 32 quilômetros na zona de Coronel Oviedo, calcula-se que uma primeira ligação, por caminho de serviço, poderá ser aberta ao tráfego de veículos até 10 toneladas, em março ou abril do próximo ano, para o que já foram solicitados os necessários recursos financeiros.

A concessão ao Paraguai de um entreposto de depósito franco em Paranaguá constitui, por outro lado, um marco de

extrema importância na história de nossas relações com aquele país, que vê assim satisfeita a sua secular aspiração de acesso livre ao mar.

#### Parte 4

### INSTITUIÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS

#### 1. DIFUSÃO CULTURAL, EM GERAL

No plano da difusão cultural, em 1955, as atividades do Itamarati sofreram restrições, em consequência das medidas de economia orçamentária. Suprimiram-se as Cadeiras de Estudos Brasileiros, que haviam sido criadas, com grande êxito, em várias Universidades estrangeiras. Suprimiram-se também os convites a personalidades estrangeiras para darem cursos de extensão ou pronunciarem conferências no Brasil.

Puderam ser mantidas, todavia, com aumento, as bolsas de estudo concedidas em cumprimento de dispositivos de Acórdos culturais. Mantiveram-se, outrossim, os auxílios financeiros ministrados — mediante seleção, considerada a natureza dos estudos e a comprovada necessidade de ajuda oficial — aos estudantes brasileiros bolsistas de Governos estrangeiros.

Ainda que de maneira reduzida, distribuíram-se no exterior livros, publicações, seleções de partituras e discos de música clássica e folclórica brasileira. O Itamarati organizou uma filmoteca, a fim de melhor atender a solicitações de exibição de filmes. Providenciou, outrossim, sobre a participação do País em festivais internacionais de cinema.

#### 2. MISSÕES CULTURAIS

Continuaram normalmente seus trabalhos o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideu; o Instituto Cultural Paraguai-Brasil de Assunção; o Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires; e os Cursos de Português e Estudos Brasileiros de Rosário.

Ao melhor aluno de cada um deles, destinou-se um prêmio-viagem ao Brasil, com excursões e visitas aos meios científicos e industriais.

Em Buenos Aires, professores dos Cursos de Estudos Brasileiros foram designados provisoriamente para atender à parte prática do curso de «Licenciatura em Língua e Literaturas portuguesa e brasileira», criado na Faculdade de Filosofia. Em Assunção — onde prosseguem as obras da construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, estabelecimento de ensino doado pelo Governo Brasileiro ao do Paraguai — a Missão Cultural Brasileira prossegue seu labor de difusão da nossa cultura e de assistência técnico-administrativa, de acordo com os convênios.

### 3. I. B. E. C. C.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que representa uma Comissão Nacional da U.N.E.S.C.O., desempenhou normalmente suas atividades, quer no referente ao intercâmbio cultural, quer nas esferas nacionais, através de suas comissões especializadas. Publicou o II volume de *Pintura Brasileira*, reprodução a cores de telas, para divulgação no estrangeiro, e o III volume dos *Anais do I Congresso Brasileiro de Folclore*. Seus estatutos foram modificados pelo Decreto nº 38 383, de 9 de dezembro de 1955.

### 4. SUBVENÇÕES

Pela Divisão Cultural do Itamarati, forneceram-se auxílios ou subsídios a diversas instituições incumbidas de difundir a cultura brasileira no exterior: Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires; Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideu; e Instituto de Cultura Paraguai-Brasil, de Assunção. Foram subvencionados o Curso Livre de Português e Estudos Brasileiros de Rosário; o Instituto Luso-Brasileiro de Lisboa; a Anglo-Brazilian Society de Londres; a União Brasil-Belga de Bruxelas, e algumas escolas de nome «Brasil» em capitais de países ame-

ricos. Destinaram-se verbas ao prosseguimento das obras do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, à vista das obrigações contraídas pelo Governo brasileiro em convênio firmado com aquêlê país. Auxiliaram-se financeiramente também duas iniciativas culturais da Legação do Brasil em Berna; a Exposição de Gravuras e Desenhos em Lugano e a Exposição de Artes Primitivas e Modernas Brasileiras em Neuchatel.

**Capítulo Quarto**  
**SITUAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL**

## Parte 1

# ACÇÃO DO ESTADO NO SETOR DEMOGRAFICO E SOCIAL

## I — Situação Demográfica

### 1. A POPULAÇÃO

O Brasil possui um patrimônio humano quantitativamente considerável e em crescimento acelerado, comparativamente ao de países de mais antiga civilização. Estima-se em 59 milhões o atual número de habitantes, com a possibilidade de atingir, em 1960, a cifra de 65 milhões. A cada ano que passa, o efetivo demográfico da Nação aumenta cerca de 2,5%, a despeito dos desfalques substanciais que a alta mortalidade determina.

Deve-se isso, principalmente, às elevadas taxas de natalidade. A imigração tem concorrido com parcelas reduzidas para o crescimento global da população, sendo relevante, todavia, a sua contribuição para o povoamento de determinadas áreas regionais.

### 2. CARACTERÍSTICAS DEMOGRAFICO-SOCIAIS

Uma parte ponderável dos habitantes — 42% na data do último Recenseamento — é constituída por crianças até 14 anos de idade. Os adultos maiores de 60 anos, presumivelmente retirados da área de trabalho, representam fração proporcionalmente inexpressiva, que atingira 4% na época do Recenseamento de 1950. Em conjunto, êsses dois grupos de mais fraca capacidade produtiva perfaziam 46% da população total, o que parece desvantajoso, tanto pela repercussão econômica como pelo significado para a segurança nacional. A quota de crianças e anciãos, nos

países da Europa Ocidental e da América Saxônica, não ultrapassa 38%. Dessa maneira, o equilíbrio entre o contingente das pessoas válidas e o das pessoas dependentes seria ali expresso pela relação de dois prováveis produtores econômicos para um consumidor, ao passo que, em nosso país, o ônus de cada consumidor recai sobre um só adulto economicamente válido.

As condições físicas e intelectuais da maior parte das pessoas economicamente produtivas debilitam, por outro lado, sua capacidade de produção, ou por limitar-lhes o rendimento do trabalho, ou por estreitar o âmbito das atividades a que se podem dedicar.

Ignora-se até que ponto as doenças, a subnutrição, as precárias condições de higiene, reduzem a produtividade do trabalhador brasileiro, sendo, porém, fora de dúvida os seus reflexos negativos. Não é por outro motivo que a mortalidade acusa índices tão elevados, limitando a vida média do brasileiro quase à metade dos níveis alcançados em países de maior adiantamento.

Por sua vez, o analfabetismo e a deficiente organização do ensino técnico-profissional contribuem para a formação de massas de trabalhadores sem nenhuma qualificação. Daí resulta a mão-de-obra paupérrima que se desloca paradoxalmente à procura de emprego, em um país que precisa de recorrer à contribuição estrangeira para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Qualitativamente insatisfatória, a situação demográfica do Brasil reflete o atraso e os desajustamentos da infra-estrutura econômica. Mais de metade da população economicamente ativa está ligada à terra, na qualidade de lavradores, criadores ou simples extratores de produtos naturais. Só nas atividades agropecuárias estavam ocupados, na data do último censo demográfico, cerca de 10 milhões de brasileiros — uma quinta parte da totalidade dos habitantes do País. Desses trabalhadores agrários dependiam cerca de 20 milhões de pessoas economicamente inativas. Dessa forma, nada menos de 30 milhões de brasileiros, ou sejam, 58% da população, retiravam diretamente da agricultura os proventos para a própria subsistência.

Essa generalizada dependência agrária explica, de certo modo, as limitações que peculiarizam o quadro demográfico da Nação. Infelizmente, o Brasil não alcançou ainda um estágio aceitável

de desenvolvimento rural, quer do ponto de vista econômico, social ou cultural.

As populações do campo recebem parcimoniosa assistência dos Poderes Públicos, não dispondo de recursos próprios para compensar a omissão governamental.

Por todos êsses motivos, a melhoria dos padrões de existência da gente dos campos é tarefa inadiável, impondo um programa de realizações de natureza econômica, educativa e assistencial de larga envergadura.

## II — Migração Interna

### 1. MOBILIDADE DEMOGRAFICA

A marginalidade econômico-social da maioria dos moradores dos campos deve-se, outrossim, a crescente mobilidade das massas rurais, traduzida nos deslocamentos migratórios intra-rurais ou rurais-urbanos que modificam o panorama demográfico nacional.

Na origem desses movimentos, preponderam, sem dúvida, os fatores repulsivos, particularmente o empobrecimento da região afetada, cujos meios de produção se tornam insuficientes para assegurar a sobrevivência da totalidade da população. O êxodo, perspectiva imediata de melhoria, apresenta-se aos habitantes mais desprovidos de recursos econômicos como solução natural. Começam, então, a atuar os fatores atrativos: de um lado, as possibilidades de emprêgo melhor remunerado nas cidades industrializadas; de outro, a miragem do enriquecimento, nas zonas pioneiras de penetração agrícola.

As correntes que demandam os centros industriais concorrem para o engrandecimento extraordinário das principais áreas metropolitanas do País, onde se está localizando o parque fabril. A medida desse deslocamento agrícola-industrial da mão-de-obra pode ser aferida pelo crescimento das duas maiores cidades brasileiras. No decurso de 78 anos, entre o primeiro e o último recenseamentos brasileiros, a população do Distrito Federal multiplicou-se nove vezes, e a da Capital de São Paulo, setenta vezes, enquanto, em conjunto, a população brasileira aumentou apenas cinco vezes. A crescente urbanização ocorre, aliás, em tôdas as

Unidades Federadas, como conseqüência dessa atração citadina que tem, no desenvolvimento da indústria, a explicação primordial.

Os deslocamentos para as zonas rurais de penetração têm-se revelado mais volumosos. Impressionam pouco a opinião pública, refletindo, porém, a desarmônica evolução das áreas rurais, além de criar problemas que têm desafiado gerações de brasileiros. De positivo, realizam o desbravamento de novas áreas geográficas e, em conseqüência, o alargamento das fronteiras econômicas e demográficas. No entanto, a indisciplina, a falta de orientação que os caracterizam — como, aliás, às migrações para as zonas industriais — constituem fatores negativos, concorrendo para a submissão das massas migrantes a interesses de exploradores de toda ordem.

Áceitando a realidade dos fenômenos migratórios internos, cumpre ao Governo realizar uma obra de intervenção no sentido de dar-lhes orientação e assistência, em vez de coibi-los direta ou indiretamente. Qualquer medida de caráter proibitivo ou cerceador, além de desumana e contraproducente, significaria frontal atentado aos princípios democráticos de livre locomoção.

## 2. ASSISTÊNCIA AO MIGRANTE NACIONAL

No plano federal, só recentemente cuidou o Governo do problema de assistência ao migrante nacional. A desigualdade de tratamento dispensado a imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, em detrimento destes últimos, exige mudança radical da política imigratória, de que resulte um plano objetivo de orientação e assistência às migrações internas. Ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização está confiada sua elaboração e execução. Embora ainda em fase de implantação, o setor competente pôde desenvolver, em 1955, uma série de trabalhos de inegável eficiência. No setor de hospedagem, encaminhamento e transporte, por exemplo, dinamizou-se o ritmo das atividades de assistência aos migrantes, tanto no que concerne às correntes migratórias que descem do Nordeste para o Sul, ou dali rumam para a Amazônia, como no referente à reemigração de nordestinos para os Estados de origem. Durante o ano, foram atendidos pelo Instituto 9 683 imigrantes que desejaram regressar à terra natal.

Funcionam no Ceará, Pará, Amazonas e Minas Gerais, hospedagens de migrantes mantidos pelo Instituto, nas quais foram assistidas, no ano de 1955, mais de 60 000 pessoas. Com objetivos semelhantes, fundaram-se, nos últimos dias do ano, Postos de Recepção e Encaminhamento em Monte Azul e Pirapora, Estado de Minas Gerais, cidades localizadas no itinerário normal dos deslocamentos provenientes do Nordeste.

Dentre as realizações projetadas para este ano, consta a instalação de Postos de Recepção e Colocação em outros centros urbanos, situados no trajeto das correntes migratórias do Nordeste para o Distrito Federal e São Paulo. As localidades serão escolhidas, tendo em vista a possibilidade de absorverem parte dos migrantes, na própria cidade ou na área rural adjacente.

### III — Imigração e Colonização

#### 1. MIGRAÇÃO

O imigrante estrangeiro tem contribuído, quantitativa e qualitativamente, para o engrandecimento do País, em escala de que dá medida a prosperidade de Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, dos mais beneficiados pelo afluxo imigratório. Calcula-se que, no século completado em 1950, o número de imigrantes que se radicaram no Brasil montou a 3,4 milhões, menos de um décimo do aumento global da população, no mesmo período. Mas a essa contribuição direta, indiscutivelmente baixa em relação a outros países de imigração, deve acrescentar-se a descendência brasileira desses adventícios, para formar idéia, numéricamente precisa, acêrca da influência da imigração no conjunto demográfico nacional.

A política imigratória brasileira nem sempre se pautou pelas diretrizes mais acertadas. As campanhas governamentais de recrutamento nos países emigratórios têm sido retardadas por um complexo de dificuldades de natureza burocrática, quando não se prestam a especulações. Entendimentos têm sido promovidos junto aos governos estrangeiros e entidades internacionais, para

uma conjugação de esforços em benefício da imigração. Das providências adotadas nos últimos anos, puderam-se colher alguns resultados, como demonstra a ascensão do número de imigrantes, que atingiu mais de 300 000 no último quadriênio.

A franca maioria dos imigrantes para aqui se dirigiu espontaneamente. Os registros estatísticos de 1954 indicam que à imigração dirigida correspondeu apenas uma quinta parte dos estrangeiros entrados no País, durante o ano. Para algumas nacionalidades, no entanto, o volume das correntes dirigidas toma vulto, por força de convênios estabelecidos com diversos governos. No ano referido, deveu-se à imigração dirigida 81% dos italianos imigrados, 40% dos japoneses, e 45% dos holandeses.

O mecanismo vigente de estímulo à imigração nos países de origem, mediante seleção por delegados brasileiros especialmente designados, tem-se revelado inoperante. Houve, assim, necessidade de extinguir Comissões de Seleção mandadas para o Exterior.

Com base nas reais necessidades do mercado de trabalho nacional, pretende o Instituto Nacional de Imigração e Colonização incentivar a imigração dirigida, mediante eficaz seleção no estrangeiro e adequada assistência no País. Serão adotadas providências para acelerar o recebimento, sob o patrocínio das Nações Unidas, de 15 000 imigrantes, que este ano deverão ingressar no Brasil.

A revisão, ou complementação, de convênios deverá assegurar melhor controle das imigrações holandesa e japonesa, que vêm sendo irregularmente realizadas. Ainda como medidas assecuratórias dos objetivos delineados, programou o I.N.I.C. para este exercício, entre outras iniciativas: a melhoria das instalações das hospedarias existentes, particularmente a da Ilha das Flores, que será transferida para a zona continental próxima ao centro comercial do Rio de Janeiro; a adaptação de determinadas hospedarias situadas no norte do País — possivelmente as de Fortaleza, Belém e Manaus — para alojar simultaneamente migrantes nacionais e imigrantes; finalmente, a instalação de novos postos de hospedagem para imigrantes que se destinem ao sul do País, especialmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

## 2. COLONIZAÇÃO

Só uma parcela mínima das terras pertencentes à União está sendo utilizada com objetivo colonizador. A área total dos 26 Núcleos Coloniais mantidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Imigração — um dos quais, o de Ceres (Goiás), emancipado em 1955 — cobre menos de 2,7 milhões de hectares, aproximadamente a centésima parte da área agropecuária do País. A pressão de lavradores sem terra, que procuram condições de sobrevivência manifestada freqüentemente através de pedidos de lotes coloniais, não está o Governo aparelhado para atender convenientemente.

A colonização praticada até o presente, com exceções expressivas, não teve o sucesso desejado. Dos múltiplos fatores que concorrem para a precariedade existente, ressaltam-se os seguintes: cessão gratuita de terras e precária assistência técnico-social aos colonos, nos núcleos mais antigos; absoluta impropriedade das terras escolhidas, em determinadas colônias; localização dos núcleos longe dos centros de consumo; desídia e, em certos casos, falta de escrúpulo de algumas administrações coloniais; postergação indefinida dos levantamentos topográficos em geral e da demarcação dos lotes. Mais grave ainda é a situação de elevado número de Núcleos, nos quais já foram investidas quantias elevadas, sem que as terras estejam juridicamente livres e desembaraçadas.

Dentre as medidas projetadas pelo I.N.I.C. para este ano, o levantamento perimétrico e a demarcação dos lotes dos Núcleos Coloniais assumem significação especial. Além de disciplinar a vida colonial, representarão um passo decisivo para solução das pendências jurídicas que intranqüilizam os colonos.

Do programa fixado pelo I.N.I.C. para o corrente ano, cumpre salientar a fundação de três novos Núcleos Coloniais, nos Estados de Ceará, Pernambuco e Goiás, bem como a instalação dos Núcleos de Jeremoabo e Queimados, ambos na Bahia, fundados em fins do ano passado. Estudará, paralelamente, essa autarquia, o entrosamento com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, visando a ampliar as disponibilidades

financeiras para aparelhar os Núcleos Coloniais do Vale Amazônico, de modo que passem também a funcionar como centros de imigrantes selecionados e de migrantes nordestinos.

#### IV — Reorganização Agrária

##### 1. REGIME DE PROPRIEDADE DA TERRA

A propriedade rural, no Brasil, implantou-se sob o signo do latifúndio, permanecendo fiel a êsse regime. Nem as transformações econômicas, nem os dispositivos do direito sucessório lograram anular êsse legado histórico.

Entretanto, se a concentração da terra produtiva foi necessária, no passado, quando a grande lavoura de exportação resumia a vida econômica da Colônia, já não é oportuna, na República, quando o País avança para a industrialização progressiva. Dificilmente se consolidará a revolução industrial, sem uma sólida base agrícola e sem um mercado interno em expansão.

A ampliação do parque fabril nacional está-se fazendo sob o estímulo dos mercados urbanos. Nas zonas rurais, os artigos manufaturados penetram tímida e limitadamente: poucas indústrias, como a têxtil, podem levar até ao homem do campo os seus produtos, com possibilidade de venda, embora modesta. O insignificante poder de compra dos moradores rurais impõe-lhes barreira intransponível.

A inferioridade econômica da população camponesa é uma resultante, antes de tudo, da inadequada estrutura agrária, no que respeita ao regime de propriedade da terra: um desequilíbrio entre o número reduzido dos proprietários rurais e o número elevado dos que trabalham em gleba alheia.

Analistas da vida rural geralmente concordam em que, na origem de quase todos os problemas agrários está a distribuição desigual das terras. A Organização das Nações Unidas já endossou, aliás, êsse ponto de vista, ao referir-se às condições da vida rural no mundo, apontando como defeito dos mais graves do subdesenvolvimento «a má distribuição da propriedade agrária, com a concentração de grandes propriedades insuficientemente utilizadas, e a falta de terras para grande parte da população rural».

No Brasil, 7,8 milhões de famílias tiravam o sustento das atividades agropecuárias, segundo o último recenseamento. Mas apenas 1,5 milhões possuíam a terra ocupada. Da numerosa população dependente da agricultura, por conseguinte, quatro quintas partes também dependiam de terra alheia, para sobreviver.

## 2. REFORMA AGRÁRIA

O espírito de renovação, que clama pela reforma dêsse sistema conservador e antieconômico, contagiou a opinião pública nacional. Assentaram-se providências para a fixação das diretrizes por que se pautará a ação do Estado, a fim de corrigir o anacronismo. A política de Reforma Agrária, escudada nos princípios constitucionais do distributismo econômico, objetiva fundamentalmente propiciar aos trabalhadores agrários o acesso à propriedade, de modo que se evite a proletarização das massas rurais e se anulem os efeitos antieconômicos e anti-sociais da exploração da terra.

Nesse sentido, a Comissão Nacional de Política Agrária elaborou anteprojeto de lei dispondo sobre a redistribuição da terra, para assegurar sua utilização com proveito social; incrementar a produção; e fixar o homem no campo. No interesse social, as terras adequadas ao abastecimento dos centros de consumo, as que se beneficiem de obras públicas, as destinadas à edificação de instalações de conservação e beneficiamento dos produtos rurais, as necessárias à defesa ou proteção do solo, serão desapropriadas e loteadas entre lavradores que se comprometerem a cultivá-las de acordo com os programas elaborados pelos órgãos técnicos competentes. Prevê também esse anteprojeto o arrendamento compulsório à União de partes dos imóveis de extensão superior a 300 hectares, ou que se localizem em zonas necessárias ao abastecimento de centros urbanos.

A conveniência das medidas indicadas pela Comissão Nacional de Política Agrária tem sido contestada. Não há dúvida que a questão se presta a interpretações contraditórias. Acredito que toda medida tendente à efetivação da reforma agrária no País deverá ser precedida de debate construtivo, em que se confrontem

e ponderem os argumentos de tôdas as classes interessadas. A prudência ditará as normas acertadas. Não deve, entretanto, constituir pretexto para a postergação indefinida da solução de um dos mais sérios problemas do desenvolvimento nacional.

### 3. LOCAÇÃO RURAL

Quando é desproporcional a relação entre a propriedade da terra e a população rural tende a progredir aceleradamente o regime de arrendamento rural, mediante a fragmentação das grandes propriedades, desde que a densidade da população agrícola esteja em ascensão.

A situação brasileira enquadra-se na hipótese formulada pelos técnicos das Nações Unidas. Na verdade, o arrendamento rural está-se difundindo rapidamente no País. Quase 10 % dos estabelecimentos agropecuários, em 1950, eram dirigidos por arrendatários, que em maioria pagavam aluguéis extremamente elevados.

A relação entre as despesas com arrendamento e o valor das terras sobrepassa, no País, o dizimo tradicional do rendimento imobiliário. Em regiões valorizadas pela proximidade de centros consumidores ou qualidade do solo, atinge proporções que alcançam 50% sôbre o valor do imóvel.

Embora não traduza providência assecuratória da Reforma Agrária, a disciplinaçào do arrendamento rural constitui medida de valia para minorar determinados desajustamentos freqüentes na vida rural. A Comissão Nacional de Política Agrária, o Conselho Nacional de Economia e outras entidades que estudaram o assunto, formularam diretrizes consubstanciadas em anteprojeto de lei ainda em elaboração na esfera executiva.

### 4. SERVIÇO SOCIAL RURAL

A política agrária do Govêrno tem por principal objetivo a elevação do padrão de vida das populações camponesas. Assim, as inovações de ordem jurídica, que se fizerem necessárias para equilibrar as relações do trabalho rural, só terão sucesso, se firmemente apoiadas em um programa de assistência técnica, social, sanitária e educacional de larga envergadura.

Efetivar-se-á a reforma agrária com a conjugação de elementos propiciatórios à vitalização da economia rural e à dignificação social das massas campestres ao nível de sua contribuição para a prosperidade do País. No cumprimento desse plano, o Serviço Social Rural, instituído nos moldes das autarquias congêneres no campo da indústria e do comércio, poderá desenvolver decisiva atividade. O âmbito de sua atuação estende-se a diferentes setores da vida social, desde a alimentação, vestuário e habitação, até à assistência sanitária, educativa e recreativa das populações do campo.

## Parte 2

### AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### I — Política Social e Legislação Trabalhista

No exercício da função de promover o bem-estar social, cumpre ao Estado Brasileiro assegurar, na presente conjuntura, melhores relações entre o Capital e o Trabalho.

#### 1. PLANEJAMENTO DA POLÍTICA SOCIAL

Nesse sentido, proclama o Governo, não só a necessidade de consolidar as conquistas até agora obtidas por uma das mais progressistas legislações contemporâneas, mas também a imperiosidade de concretizar e aprimorar os seus princípios fundamentais.

Os desequilíbrios determinados pelo próprio crescimento econômico do Brasil — sob os impactos de um surto inflacionário sem precedentes; do acelerado desenvolvimento industrial e da premente necessidade de se ativar a produção primária, além do elevado custo de vida e dos reduzidos níveis de consumo — têm realmente agravado as condições existenciais do Povo Brasileiro, mas sem atingir, em compensação, um grau que impossibilite o próprio Estado de resolver, pacificamente, por si mesmo, os conflitos daí decorrentes.

Ao prosseguir na obra de conciliação das forças do Capital e do Trabalho, mobilizando-as a serviço do bem-estar social do Povo Brasileiro, cumpre tanto eliminar os clássicos antagonismos, que em outros países serviram de fonte das doutrinas de subversão, como também, e sobretudo, realizar o necessário equilíbrio das mesmas, de modo que assegure a perenidade dos princípios democráticos e cristãos em que se alicerça a estrutura estatal do Brasil.

Na revisão dos sistemas jurídicos que visam ao bem-estar coletivo, a ação estatal deve ser empreendida num plano amplo que, em vez de restringir-se às relações de trabalho, deve visar à proteção sócio-econômica do homem.

Para a consecução de tais objetivos, imprescindível se torna que, além das medidas de natureza assistencial, beneficiadoras de toda a coletividade, sejam assegurados aos trabalhadores direitos sociais concernentes: às condições básicas de execução dos contratos de trabalho, a fim de evitar que a desigualdade econômica dos contratantes possibilite a exploração do homem pelo homem; à faculdade de associação em organizações de classe, para estudo e defesa dos interesses profissionais; enfim, ao amparo contra os riscos de diversas origens, por meio da previdência social obrigatória.

Releva ponderar, contudo, que, — por melhor que se organize o regime jurídico atinente às relações do trabalho; por mais eficiente que se apresente o funcionamento da Previdência Social; por mais benéfica que se configure a assistência social —, a eficácia dos sistemas legais será sensivelmente afetada pelos males do desajustamento da economia nacional.

Problemas sociais, como o do desemprego, famílias numerosas, desamparo da velhice, concessão de aposentadorias e pensões, em desacôrdo com as necessidades mínimas da vida, e tantos outros que evidenciam desníveis de classes, constituem uma resultante dos desequilíbrios econômicos e financeiros do país.

Sob êsse aspecto, o que se observa, no Brasil, Nação que ainda não pode ser considerada capitalista, é um forte contraste entre a superestrutura jurídica da legislação social e a infra-estrutura da organização econômico-financeira.

Modificada essa infra-estrutura, mediante o desenvolvimento planejado da economia brasileira, — o que acarretará a possibilidade do emprego total, maiores oportunidades, melhores condições de vida, aumento das metas de produção, saneamento da moeda e valorização, enfim, do próprio trabalho —, conseqüentemente também se modificarão as condições sociais, possibilitando, assim, a completa prática daquela superestrutura legal.

Com efeito, as responsabilidades do Estado, no setor do trabalho, mais se avolumam nos períodos de crise econômica. Além do mais, a depreciação monetária, acarretando a redução real dos salários e dos benefícios previdenciários, culmina sempre no imperativo de justiça social da revisão dos proventos de manutenção, ampliando ainda mais as necessidades assistenciais.

O programa de política social deve, portanto, ser delineado e executado em consonância com o planejamento do desenvolvimento econômico.

Não será suficiente a ação do Estado, no setor do trabalho, se empresas e trabalhadores, além das obrigações, não cumprirem os deveres sociais que lhes são impostos. Por sua vez, as entidades sindicais, quer de empregados, quer de empregadores, não podem apresentar-se apenas como porta-voz de reivindicações classistas. Constituindo poderosos elementos de integração social, assistem-lhes, além dos indeclináveis deveres da defesa dos direitos dos seus representados, os de propugnar pela harmonia e pela solidariedade entre os fatores básicos da produção, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico planejado do país e promover o bem-estar generalizado do Povo.

## 2. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

### FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E COMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS VIGENTES

O sistema jurídico de proteção ao trabalho obedece, ainda, aos preceitos fundamentais estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1953.

Na verdade, essa consolidação ordenou as regras jurídicas, de conformidade com a filosofia social, oriunda da própria formação histórica do Direito do Trabalho do Brasil.

Entre os extremos do liberalismo individualista e do dirigismo integral, situou-se na posição, defendida pela doutrina social católica, de conciliação da liberdade contratual com a tutela e a valorização da pessoa humana.

As pequenas alterações ali introduzidas, além de algumas leis complementares que lhe foram impostas pela própria evolução dinâmica do Direito do Trabalho, não perturbaram o ordenamento jurídico, os princípios básicos e os objetivos da referida Consolidação.

A Constituição, apesar de ensejar a modificação de algumas regras e a regulamentação de novos princípios, tanto justifica como fundamenta a diretriz doutrinária do texto legal em vigor. Sob esse aspecto, vale considerar, como postulado cardeal, o preceito de que "a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano".

Afigura-se, portanto, que a revisão da principal lei trabalhista, já considerada no Congresso Nacional, deveria manter os princípios doutrinários em que se esteia a Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que os mesmos já se corporificaram, como normas jurídicas, na regulamentação das relações individuais e coletivas de trabalho.

Na revisão que se impõe, torna-se, porém, necessário considerar os novos preceitos constitucionais, além da experiência de mais de doze anos de aplicação do texto consolidado.

#### PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR NOS LUCROS DA EMPRESA

Entre os novos preceitos constitucionais, avulta, sem dúvida, o referente à participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa.

A cautelosa análise do problema foi, aliás, oportunamente recomendada, em 1951, pela Pastoral Coletiva dos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados Residenciais do Brasil.

Salientando ser "preciso buscar um equilíbrio difícil em tão arriscado assunto, que não comporta precipitação", advertiu, com sabedoria, a referida Pastoral, que se não deve concluir «que a participação nos lucros seja um problema da alçada exclusiva da benevolência dos patrões. É bom lembrar que, se o direito de propriedade é um direito natural que nenhuma lei humana pode desconhecer, esse direito não é absoluto, nem ilimitado, pois deve ser submetido a outros direitos superiores, como o direito à vida e o direito ao trabalho».

Tudo leva a crer que o maior obstáculo à definitiva aplicação do preceito constitucional em foco resulta de não se poder estabelecer uma regulamentação rígida para todas as categorias econômicas. Nesse sentido, difícil se torna a prefixação de uma taxa universal para a repartição dos lucros e que subordine o pagamento de apenas uma semana de salário aos empregados de uma indústria e de seis meses de salário aos de determinado escritório comercial.

Com efeito, a diversidade de aspectos da conjuntura econômica, quer do ponto de vista regional, quer do ponto de vista dos vários setores da indústria e do comércio, fora as atividades agrícolas, reclama uma legislação essencialmente plástica e flexível, para atender à situação decorrente da própria realidade brasileira.

Daí por que a lei atinente à participação dos trabalhadores nos lucros da empresa deve conter, apenas, regras gerais relativas à matéria. Ao Poder Executivo, por meio de regulamentos especiais, ou às próprias classes interessadas, mediante convenções coletivas, caberia o encargo de disciplinar a efetiva e prudente aplicação dos dispositivos específicos.

#### SALÁRIO MÍNIMO FAMILIAR

Outro preceito constitucional, que urge ser regulamentado, diz respeito ao salário familiar. Trata-se do pagamento de um abono sobre o salário mínimo, proporcional ao número de dependentes, esposa e filhos menores, do trabalhador.

Toda dificuldade, concernente à regulamentação do mencionado princípio, resulta, obviamente, da capciosa admissão, por parte dos empregadores, de só empregados solteiros ou, pelo

menos, sem filho, diante da obrigatoriedade legal do pagamento de abonos familiares complementares do salário mínimo. Evidentemente, tais recursos transformariam a lei em instrumento de injustiça e desagregação social.

Parece, entretanto, que a questão poderia ser solucionada com a criação de carteiras de compensação, junto às atuais instituições de previdência social. Mediante recebimento de modesta percentagem sobre o montante das folhas de pagamento de todos os empregadores, essas carteiras se incumbiriam da concessão dos abonos familiares devidos aos empregados, relativamente a suas espôsas e filhos menores.

A viabilidade do sistema preconizado e o atendimento às ponderações ressaltadas poderão tornar realidade, dentro em breve, a aplicação de uma das mais humanas disposições da Lei Maior.

#### DIREITO DE GREVE

No que tange ao direito de greve, como tal conceituado pela Constituição, vigora ainda o Decreto-lei nº 9 070, expedido antes da promulgação da Carta Magna.

Contra esse decreto-lei têm-se pronunciado, reiteradamente, as entidades sindicais de trabalhadores. Inúmeras são as tentativas, tanto da parte dos parlamentares como do Poder Executivo, para disciplinar o exercício desse direito em harmonia com a Justiça do Trabalho, à qual assiste estabelecer normas e condições de trabalho no julgamento dos dissídios coletivos.

A Constituição reconhece a eficácia jurídica das convenções coletivas de trabalho e confere poder normativo à Justiça do Trabalho, para solucionar os dissídios que se não resolveram pela negociação direta das categorias interessadas. Se isso ocorre, torna-se imperioso que o exercício do direito de greve seja regulamentado em harmonia com os dois mencionados institutos peculiares ao Direito do Trabalho. Neste sentido, a Comissão de Estudos e Planejamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio está elaborando um anteprojeto sobre as relações coletivas de trabalho.

## REVISÃO DA C. L. T.

A revisão da Consolidação das Leis do Trabalho deverá visar não só à disciplinação dos novos direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição, mas também à alteração de pequenas regras consolidadas, imposta pela experiência ou pela própria evolução do Direito do Trabalho, no mundo contemporâneo.

Dentre os tópicos que estão a merecer acurado estudo, no sentido da revisão que se impõe, é oportuno acentuar os seguintes: o conceito atual do salário mínimo, que corresponde à remuneração destinada a atender somente ao custeio das necessidades materiais do trabalhador; a faculdade que possui o empregador de pagar, em moeda corrente, apenas 30% do valor do salário mínimo regional; a possibilidade do trabalho noturno ser executado sem a percepção de salário adicional; a definição legal de noite, que se restringe, para os efeitos da tutela do trabalho noturno, ao período compreendido entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte; a revogação ou modificação de algumas disposições atinentes à organização sindical, que objetivam proporcionar o funcionamento de uma estrutura orgânica prevista na Constituição de 1937.

## CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Ao ensejo dessa revisão, todavia, merece ser acentuada a conveniência de um reexame mais profundo no que toca às convenções coletivas de trabalho. Constituem essas, em alguns países, eficientes instrumentos de entendimento, conquista social e prevenção de dissídios entre o capital e o trabalho. No Brasil, entretanto, ainda não lograram a difusão e o êxito desejáveis.

Cumprir facilitar a pactuação das convenções, nos seus aspectos formais, e ampliar as possibilidades de apelo das organizações de trabalhadores e dos empregadores à negociação coletiva, de modo que tais instrumentos possam ter, por objeto, certa condição de trabalho e, por campo de incidência, determinada empresa.

A pleiteada e razoável instituição do salário profissional, por exemplo, que visa a atender à natureza do empreendimento eco-

nômico e às qualidades normalmente exigidas do profissional, deve resultar preferentemente da auto-regulamentação decorrente das convenções coletivas.

Os métodos de consulta e cooperação entre trabalhadores e empregadores, esteados na negociação coletiva, aconselham, ainda, seja estudada a conveniência de a legislação respectiva permitir a criação, no âmbito da empresa, de Comissões Sociais, de constituição paritária. Teriam esses órgãos colegiados a incumbência de tentar a conciliação dos dissídios trabalhistas na empresa; opinar sobre medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos métodos de produção e rendimento do trabalho; dirigir os serviços sociais da empresa. Oportuno é recordar o recente depoimento do Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, segundo o qual tais Comissões, já instituídas em alguns países, vêm apresentando resultados positivos no equacionamento e solução de inúmeros problemas técnicos e humanos do trabalho, criando um ambiente de progresso e bem-estar, prevenindo ou resolvendo dissidências que, no âmbito da empresa, poderiam afetar as correspondentes categorias e a própria economia nacional.

## II — Estrutura e Funcionamento dos Sindicatos

### 1. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

No primeiro quartel deste século, a preponderância da economia rural, a incipiente industrialização e a separação entre os raros núcleos proletários existentes, impediram, no Brasil, a formação espontânea de organização de classe. Dêsse modo, quando o Governo, que se implantou com a Revolução de 1930, iniciou a elaboração do sistema de amparo ao trabalhador, tomou a iniciativa de estimular e fortalecer a organização dos sindicatos, resultando daí a legislação decretada depois de 1930.

### 2. MOVIMENTO SINDICAL

Ao contrário do ocorrido em diversos países, onde a união dos trabalhadores em poderosas organizações espontaneamente ins-

tituídas precedeu a conquista de normas de proteção ao trabalho, no Brasil o sindicato tornou-se efeito e não causa dessa legislação. É que as reivindicações operárias dependem de sindicatos fortes e estes só poderiam surgir nas localidades de grande concentração de trabalhadores, onde se caracterizam, naturalmente, o espírito associativo e a necessidade de união para defesa dos interesses comuns.

O resultado da política social, iniciada com o Decreto número 19 770, de 1931, corresponde, aliás, a um dos mais importantes característicos da legislação brasileira: as entidades sindicais, tanto de empregadores como de trabalhadores, sem embargo da liberdade e da autonomia que lhes são asseguradas na representação e defesa dos interesses dos seus associados e das respectivas categorias, constituem órgãos de colaboração do Estado, podendo exercer funções delegadas pelo Poder Público. Destarte, os sindicatos colaboram com os poderes constituídos no estudo e solução dos problemas relacionados com os grupos que representam; mantêm serviços sociais de interesse da classe, que participam, através de representantes, de órgãos da Administração Pública e da Justiça do Trabalho.

O movimento sindical brasileiro se organiza nos planos hierárquicos dos sindicatos (em regra, de base municipal), das federações (normalmente, de base estadual) e das Confederações (sempre de âmbito nacional). Devido ao estímulo que o sistema legal tem exercido na motivação do espírito associativo e no fortalecimento dessas entidades, tornou-se altamente representativo de tôdas as atividades, exceto as agrícolas, realizadas nas diferentes regiões do país. Segundo revelou o censo sindical, publicado no ano próximo passado, existiam, nesse ano, sete confederações, sendo três de trabalhadores, três de empregadores e uma de profissionais liberais; 115 federações, sendo 61 de trabalhadores, 51 de empregadores e três de profissionais liberais; 2 172 sindicatos, sendo 1 254 de trabalhadores, 816 de empregadores e 102 de profissionais liberais.

### 3. LIBERDADE, UNIDADE E IMPÔSTO SINDICAL

A necessidade, já proclamada, de ser revista a legislação sindical em vigor, para dela excluir, ou alterar, algumas normas que se tornaram incompatíveis com preceitos consubstanciados na Carta Política, aconselha que, paralelamente à garantia da liberdade sindical, sejam mantidos o princípio da unidade sindical e a obrigatoriedade do imposto sindical, nos quais se esteiam o poder de representação e a auto-suficiência dos sindicatos brasileiros.

Vale acrescentar que o sistema vigente permite a pluralidade das associações profissionais, atribuindo, porém, a investidura sindical de representação unitária da categoria ou profissão à associação mais representativa, segundo os princípios estatuidos em lei.

### 4. FUNDO SOCIAL SINDICAL

No que tange ao Fundo Social Sindical, sua administração compete ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através de Comissão integrada por pessoas representativas dos empregadores, dos trabalhadores, dos profissionais liberais e do Governo. É mister que seja objeto de nova regulamentação legal, consultada uma experiência de mais de doze anos, sob diretrizes, estruturas e regimes jurídicos diversos, e até antagônicos.

Os serviços que o Fundo Sindical mantém, ou pode manter, constituem instrumentos de alta valia para a integração social do trabalhador e o bem-estar da coletividade. Beneficiam, outrossim, indistintamente os trabalhadores, sindicalizados ou não, com atividades que não podem ser custeadas exclusivamente pelos sindicatos, como legítima contraprestação a todos os que pagam o imposto sindical. Estruturados e eficientemente administrados, poderão êsses serviços contribuir de forma decisiva para a melhoria das condições de vida da família operária.

A 28 de fevereiro dêste ano, o saldo em caixa da Comissão do Imposto Sindical era apenas de Cr\$ 4 464 795,40. Em conta bancária possuía, entretanto, Cr\$ 41 000 000,00, destinados à construção da Casa do Trabalhador.

A arrecadação do Fundo Sindical prevista para o corrente exercício deverá oscilar entre 90 e 100 milhões de cruzeiros.

### III — Previdência Social

#### 1. O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

A manutenção, pelo Estado, de instituições destinadas a prevenir os riscos do trabalho e a empreender a recuperação profissional ou a reparação econômica dos que por êles foram atingidos, amplia consideravelmente a noção clássica do seguro social. Não mais se restringindo a simples indenização de acidentes de que foi vítima o trabalhador, o campo de ação da moderna Previdência Social vai além dos que trabalham nas regiões urbanas. Dêsse modo, a finalidade da segurança social é a de universalizar a assistência e os seguros sociais a todos os que dela necessitem, qualquer que seja a atividade realizada e o local onde as executam.

Convém ressaltar, entretanto, que, para a consecução de tais objetivos, avolumam-se as responsabilidades do Estado, não só no concernente à estruturação e administração do sistema, como no que tange ao custeio do seu funcionamento.

#### 2. PANORAMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A Previdência Social é realizada por cinco institutos e uma caixa de aposentadoria e pensões, tôdas de âmbito nacional, além do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) e do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social (S.A.M.P.S.), que executam encargos de natureza assistencial, relativos à alimentação e à assistência médica. Quanto à política habitacional, cumpre àquelas instituições complementar a ação da Fundação da Casa Popular, cujo âmbito de ação não se limita aos segurados das referidas entidades.

Com exceção dos servidores públicos, civis e militares, que estão amparados por sistema que lhes é peculiar, e dos trabalhadores rurais e domésticos, todos os demais trabalhadores se encontram filiados àquelas instituições seguradoras. Na conformidade das últimas estatísticas, 12 729 713 pessoas foram amparadas, pela Previdência Social, compreendendo 3 323 746 segu-

rados; 8 309 365 beneficiários (dependentes dos segurados); 302 756 aposentados; e 793 847 pensionistas.

O orçamento das referidas instituições, para o exercício em curso, prevê uma receita de Cr\$ 25 319 673 789,90, dos quais Cr\$ 7 982 900 440,00 correspondem à contribuição da União Federal. Do total da despesa de Cr\$ 18 850 816 352,20, mais de doze bilhões de cruzeiros se destinaram a benefícios, mais de dois bilhões e meio à assistência médica e mais de dois bilhões e duzentos mil à administração das entidades.

### 3. REFORMAS URGENTES NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Da simples enumeração dessas cifras e do fato de não vir a União contribuindo há vários anos com a quota que lhe cabe, fácil será inferir que as instituições seguradoras se encontram em situação precária, no que se refere aos aspectos econômicos e financeiros. Tendo de capitalizar reservas para cobertura dos riscos futuros, vêm consumindo toda a receita real nos encargos de manutenção, nos serviços assistenciais e no pagamento de benefícios.

A elaboração de uma Lei Orgânica para a Previdência Social, capaz de proporcionar solução definitiva a todos os seus aspectos sociais, econômicos, jurídicos e administrativos, tem sido debatida na Câmara dos Deputados, desde 1947.

Entretanto, dois problemas, fundamentais para a vida das instituições de previdência social, devem ser resolvidos com a máxima urgência, independentemente da aprovação da Lei Orgânica de Previdência Social. Esses problemas dizem respeito à elevação do limite de incidência das contribuições e à responsabilidade da União no tocante às suas contribuições.

#### ELEVAÇÃO DO TETO DE CONTRIBUIÇÕES

O atual limite de incidência das contribuições, salvo no regime da Caixa de Aposentadoria e Pensões, é de Cr\$ 2 000,00 mensais para as localidades em que o salário mínimo é inferior a

essa quantia e, no nível do salário mínimo, no lugar em que este fôr superior à referida quantia.

Esse teto de contribuição, instituído para as antigas Caixas de Aposentadoria e Pensões em 1932 e estendido aos Institutos que se criaram posteriormente, tornou-se inteiramente obsoleto, constituindo fonte de inúmeras insuficiências e dissabores.

Como exemplificação, ressalta-se o maior dos Institutos, o I.A.P.I., que conta hoje com mais de um milhão e meio de segurados ativos. Quando começou a funcionar, em janeiro de 1938, os salários superiores a Cr\$ 2 000,00 correspondiam a menos de 1 000 associados. Em 1946, já havia mais de 20 000 segurados, percebendo mais do que a aludida remuneração. Em 1950, supera de 150 000 o número daqueles que tinham salário acima do teto de contribuições. Atualmente, cêrca de 1 000 000 de segurados percebem mais de Cr\$ 2 000,00 mensais. Destarte, é óbvio que um segurado, cujos salários atingem Cr\$ 5 000,00 ou Cr\$ 6 000,00 — o que é comum — não pode ficar satisfeito com uma aposentadoria de Cr\$ 1 680,00 ou Cr\$ 1 400,00 mensais, segundo o nível do salário mínimo da região, sabendo que, em caso de morte, deixará uma pensão de Cr\$ 800,00 ou Cr\$ 700,00.

Mas, se o aspecto focalizado revela o prisma desumano e anti-social do atual limite de incidência de contribuições, cumpre ressaltar, igualmente, os concernentes à técnica do seguro social e à economia das instituições seguradoras. Tôda vez que, para aliviar os efeitos da constante elevação do custo da vida, têm sido majorados os níveis dos salários mínimos, vêem-se os Institutos obrigados a reajustar os benefícios em vigor.

Destarte, os benefícios provenientes de salários inferiores aos novos níveis de salário mínimo passam a ser pagos em valores para os quais não contribuíram as seguradoras durante sua atividade profissional.

Por sua vez, há prestações cujo custo não guarda correspondência com o salário de contribuições e, portanto, não podem sofrer restrições conseqüentes às limitações impostas a este.

## DÍVIDA DA UNIÃO PARA COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os sistemas de seguro social que cobram contribuições e pagam benefícios proporcionais aos níveis de salário precisam adotar o regime financeiro de capitalização da receita, sobretudo no que concerne aos seguros a longo prazo. Por conseguinte, as diferenças entre os totais arrecadados e as despesas realizadas, deduzidos os investimentos de caráter social, devem ser empregadas de forma que seja obtida, pelo seu adequado rendimento, a capitalização necessária à formação da respectiva reserva técnica, destinada à cobertura dos compromissos futuros.

Infere-se, portanto, que, na realidade, o custeio das autarquias seguradoras advém, não só da contribuição triplíce e igualitária dos segurados, das empresas e da União Federal, mas também da capitalização dos saldos oriundos dessa receita.

Essas noções de seguro social realçam, com toda a ênfase, a grave ameaça que paira sobre a Previdência Social Brasileira, resultante do crescimento ininterrupto do débito da União, para com as respectivas autarquias. A 31 de dezembro de 1954, esse débito atingia dezessete bilhões de cruzeiros e, segundo estimativa do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, já deve atingir vinte e três bilhões.

O corolário desta situação corresponde a que as instituições consomem, em administração, benefícios e assistência, toda a receita realmente arrecadada, restringindo os investimentos de natureza social e deixando de realizar as operações indispensáveis à capitalização de suas reservas. Em relação ao I.A.P.I., por exemplo, onde o débito da União atingiu, no exercício de 1955, ..... Cr\$ 13 873 905 262,70, sua receita real, a partir de 1954, não tem sido suficiente para cobrir as despesas, obrigando a entidade a lançar mão dos próprios bens do ativo, para atender ao pagamento das despesas.

Cumpra, pois, ao encarar esse magno problema, considerá-lo em relação ao débito já configurado e aos compromissos futuros.

Sobre o primeiro aspecto, se a União iniciar o pagamento anual dos juros de sua vultosa dívida, equivalerá tal fato à rentabilidade dos investimentos que as instituições seguradoras deveriam ter feito, visando à formação das reservas técnicas. A Lei

nº 2 250, aliás, já previu essa modalidade, obrigando a União a pagar 7% sobre o seu débito e autorizando o Governo a efetivar o pagamento, mediante abertura do crédito necessário. Até hoje, porém, nada foi pago, uma vez que não se estabeleceu a correspondente fonte de receita para atender a êsse encargo.

Dentre as sugestões para a solução do atual débito para com a Previdência Social, vale ressaltar a emissão de apólices nominativas e intransferíveis, que seriam entregues às instituições credoras, pelo seu valor nominal.

A percepção dos juros dessas apólices, à taxa de 6% ao ano, daria um resultado suficiente, segundo os cálculos atuariais, para assegurar a formação das reservas técnicas das entidades credoras.

No atinente aos compromissos futuros, afigura-se aconselhável a modificação do vigente sistema de custeio da Previdência Social. Para a solução do referido problema, vem a Comissão de Estudos e Planejamentos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio cuidando da elaboração do projeto de lei, a ser oportunamente encaminhado ao Congresso Nacional.

#### 4. PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA

S. A. M. P. S.

A assistência médica se enquadra, para a consecução dos altos objetivos da Previdência Social, entre as suas mais relevantes funções, seja na prevenção dos riscos sociais a que estão sujeitos os respectivos segurados, seja na recuperação dos que se tornaram enfermos ou profissionalmente incapazes.

Considerando que os serviços médicos das diferentes instituições de previdência social, a fim de exercerem uma ação mais profunda e extensa, deveriam ser fundidos em órgãos assistenciais comuns aos beneficiários, determinou a Lei nº 1 532, de 31 de dezembro de 1952, constituição de "comunidade de serviços para a execução, em todo o território nacional, da medicina preventiva e curativa, por meio de profilaxia e assistência nosocomial, para os segurados ativos ou aposentados, e seus beneficiários e para seus pensionistas".

Em consequência, expediu o Poder Executivo o Decreto nº 37 271, de 21 de abril de 1955, que aprova o Regulamento do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social (S.A.M.P.S.), logo depois alterado pelo Decreto nº 37 881, de 13 de setembro do mesmo ano. Esse novo organismo, que objetiva incorporar e ampliar os serviços médicos das instituições de previdência social e o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (S.A.M.D.U.), teve sua implantação suspensa, a título transitório, pelo Decreto nº 38 482, de 30 de dezembro de 1955, o qual atribuiu ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o encargo de rever o precitado Regulamento e propor as alterações que se tornarem necessárias.

O Governo está empenhado em dar solução definitiva e adequada a tão relevante problema, de forma que a assistência médica alcance, de maneira eficiente, a todos os beneficiários da Previdência Social.

S.A.P.S.

Dentro da Previdência Social, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) tem a finalidade de concorrer para a melhoria das condições de subsistência da família operária.

Qualquer programa de assistência ao trabalhador perde seu conteúdo, se a alimentação escasseia, ou quando as populações operárias não encontram gêneros alimentícios ao alcance do seu poder econômico, ou, ainda, não estão preparadas para realizar a adequada escolha dos alimentos de que necessitam. Por outro lado, não há atividade produtiva quando o trabalhador está debilitado pela desnutrição.

Foi atendendo a esses pressupostos que o Governo incluiu o problema da alimentação na trilogia fundamental do seu programa de ação, a fim de que os gêneros indispensáveis à saúde do trabalhador e de sua família possam ser vendidos por preços razoáveis.

Com a expansão da rede de transportes, com a construção de armazéns e silos para a estocagem dos gêneros perecíveis, com o fomento à produção e leis que estimulem o trabalho no

campo, ter-se-á resolvido, em grande parte, o problema alimentar brasileiro. Mas ao S.A.P.S. caberá, nesse planejamento, relevante ação complementar, visando, especificamente, à assistência ao trabalhador: no fornecimento de refeições, a preço reduzido; na educação alimentar; na formação de médicos especializados em nutrição, nutricionistas e assistentes visitadoras de alimentação; ou na manutenção de Postos de Subsistência para venda de produtos alimentícios a baixo preço.

Releva acentuar que o S.A.P.S. possui, atualmente, 27 Restaurantes Populares, que servem, em média, 43 950 refeições diárias e mantém 301 Postos de Subsistência, muitos dos quais em cidades do interior, onde os trabalhadores das localidades circunvizinhas se vão abastecer periodicamente.

#### I.P.A.S.E.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) que congrega, como seus segurados, os servidores públicos civis da União Federal, está sujeito a regime jurídico peculiar, distinto do que concerne aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

A receita dessa autarquia, para o exercício fluente, deverá atingir Cr\$ 2 624 629 760,00, dos quais mais de 800 milhões constituirão o orçamento de inversões; mais de 450 milhões serão aplicados em Previdência; mais de 500 milhões em Assistência; mais de 230 milhões em Administração, além de outros encargos de menor vulto.

Para o ano em curso estão previstos diversos melhoramentos no setor de assistência, entre os quais cumpre destacar a duplicação da capacidade do Sanatório de Correias, no Estado do Rio de Janeiro; o funcionamento do Sanatório de Pocinhos, na Paraíba; a execução de um plano de assistência e internamento de cancerosos e doentes mentais; a instalação de creches nas agências do Instituto; a venda de produtos farmacêuticos aos servidores públicos, pelo preço de custo, e funcionamento da Maternidade e Policlínica de Marechal Hermes, nesta Capital.

Por outro lado, o I.P.A.S.E. manterá, permanentemente aberta, a Carteira de Empréstimos Simples e providenciará a reabertura, consoante seus recursos orçamentários, da Carteira Imobiliária. Aliás, no que tange à política habitacional, construirá conjuntos residenciais em todos os Estados que ainda não foram beneficiados por essa medida, independentemente da conclusão das obras já iniciadas em diversas regiões do país.

A melhoria do plano de pensões do I.P.A.S.E. constitui, por fim, um dos objetivos do Governo.

#### IV — Assistência Social

##### 1. AÇÃO DO ESTADO

O dever do Estado, no concernente à assistência social, não se restringe, obviamente, aos beneficiários diretos e indiretos da Previdência Social, alcançando a todos os que dela necessitam. Seu custeio, oriundo de tributos cobrados ao próprio Povo, proporciona, assim, parcial distribuição de riquezas, fundada no princípio da solidariedade social.

Hoje, a ação direta do Estado, no campo da assistência social, vem sendo absorvida, em vários aspectos, pela ampliação do conceito de Previdência Social. É que a filosofia da seguridade social objetiva abranger, pelo seguro universal, quase todas as modalidades de assistência e seguros sociais, conceituando-as como um direito dos seus beneficiários.

Excluídas as realizações assistenciais empreendidas pelas Federações Estaduais, pelas Prefeituras Municipais, pela Legião Brasileira de Assistência e por serviços próprios mantidos pelas Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, preocupa-se o Governo Federal com a solução de dois problemas de transcendente importância no setor da assistência social: a habitação popular e a assistência às famílias numerosas.

## 2. HABITAÇÃO POPULAR

Dentre os problemas sociais de maior gravidade em nosso país, cumpre realçar o da habitação. Condições peculiares às diferentes regiões, às quais correspondem sensíveis desníveis econômicos, bem como a ação descoordenada dos vários órgãos com atribuições pertinentes ao assunto, têm impedido a adoção de uma política habitacional de caráter rígido, visando a obter da casa um rendimento financeiro, humano e social.

Segundo dados estatísticos, recentemente revelados, o "deficit" habitacional no Brasil ultrapassa, presentemente, dois e meio milhões de casas, cumprindo acentuar que, como decorrência do crescimento da população, em ritmo superior ao da construção de moradias, a mencionada carência é anualmente acrescida de mais cem mil habitações.

No concernente às condições de habitabilidade, demonstrou o censo de 1940 que 65% das casas brasileiras são do tipo de madeira e que, nas zonas rurais, onde estas prevalecem, a média de pessoas por domicílio é de 5,16, índice que sublinha um dos mais trágicos fatores da mortalidade infantil.

Nas grandes cidades, o problema da habitação é fortemente agravado pela natural convergência de pessoas que, vivendo em precárias condições nas diversas regiões do país, se sentem atraídas pelos centros de maior densidade populacional. Quando as cidades para as quais convergem os movimentos de migração interna apresentam topografia suscetível de ensejar seu racional crescimento, a solução do problema, relativo à habitação, dependerá, apenas, de fatores de índole econômica; quando, porém, tal não ocorre, nascem as favelas, as malocas e os mocambos. O êxodo rural é, conseqüentemente, a resultante da precariedade das condições de vida do homem do interior e dele decorre o agravamento do problema habitacional nos grandes centros urbanos. Cabe ressaltar a respeito que, de 1940 a 1950, as populações urbanas cresceram na proporção de 41,1%, as suburbanas de 57,4% e as rurais de apenas 16,9%, embora seja sabido que estas últimas apresentam os mais altos índices de natalidade.

## 2. HABITAÇÃO POPULAR

Dentre os problemas sociais de maior gravidade em nosso país, cumpre realçar o da habitação. Condições peculiares às diferentes regiões, às quais correspondem sensíveis desníveis econômicos, bem como a ação descoordenada dos vários órgãos com atribuições pertinentes ao assunto, têm impedido a adoção de uma política habitacional de caráter rígido, visando a obter da casa um rendimento financeiro, humano e social.

Segundo dados estatísticos, recentemente revelados, o "deficit" habitacional no Brasil ultrapassa, presentemente, dois e meio milhões de casas, cumprindo acentuar que, como decorrência do crescimento da população, em ritmo superior ao da construção de moradias, a mencionada carência é anualmente acrescida de mais cem mil habitações.

No concernente às condições de habitabilidade, demonstrou o censo de 1940 que 65% das casas brasileiras são do tipo de madeira e que, nas zonas rurais, onde estas prevalecem, a média de pessoas por domicílio é de 5,16, índice que sublinha um dos mais trágicos fatores da mortalidade infantil.

Nas grandes cidades, o problema da habitação é fortemente agravado pela natural convergência de pessoas que, vivendo em precárias condições nas diversas regiões do país, se sentem atraídas pelos centros de maior densidade populacional. Quando as cidades para as quais convergem os movimentos de migração interna apresentam topografia suscetível de ensejar seu racional crescimento, a solução do problema, relativo à habitação, dependerá, apenas, de fatores de índole econômica; quando, porém, tal não ocorre, nascem as favelas, as malocas e os mocambos. O êxodo rural é, conseqüentemente, a resultante da precariedade das condições de vida do homem do interior e dele decorre o agravamento do problema habitacional nos grandes centros urbanos. Cabe ressaltar a respeito que, de 1940 a 1950, as populações urbanas cresceram na proporção de 41,1%, as suburbanas de 57,4% e as rurais de apenas 16,9%, embora seja sabido que estas últimas apresentam os mais altos índices de natalidade.

Presentemente, além dos empreendimentos resultantes de operações deferidas pelas Caixas Econômicas e da ação direta de Governos Estaduais, de Prefeituras Municipais e de algumas instituições privadas, dentre as quais incumbe destacar a Fundação Leão XIII, a política habitacional, por parte do Governo Federal, vem sendo realizada pela Fundação da Casa Popular e pelas instituições de previdência social. Mas, além dessas instituições executarem suas tarefas sem um plano comum, num desperdício de esforços paralelos e quase sempre improvisados, não têm capacidade material para solucionar tão grave problema. Basta que se recorde que a mencionada Fundação construiu apenas 2 057 unidades residenciais e projeta iniciar a construção de mais 7 242 habitações.

Tenho conhecimento objetivo das lamentáveis condições de vida em que se encontram apreciáveis contingentes demográficos da Capital Federal, principalmente no que se refere aos problemas de moradia e alimentação. Em visita a um dos núcleos sobre os quais se estende a ação humanitária da Cruzada São Sebastião, pude sentir que o problema, em sua complexidade, exige ação enérgica, não somente do Governo e da Igreja, mas de todas as classes que constituem as forças mantenedoras da estabilidade social brasileira. Duas correntes demográficas alimentam esses focos marginais da grande área urbana: de um lado, grupos de migrantes deslocados das zonas rurais; de outro, grupos de imigrantes, ainda não assimilados. Não pouparei esforços no sentido de erradicar esses fatores de desequilíbrio e desajustamentos urbanos.

No que tange às instituições de previdência social, apesar de terem construído, desde que funcionam, mais de 100 mil unidades e possuírem, presentemente, 929 conjuntos residenciais com 32 936 habitações alugadas aos trabalhadores, certo é que tais números ainda se mostram insuficientes em face das necessidades sempre crescentes da população.

Dará o Governo prioridade a tão angustiante e complexa questão. Para tanto, imprescindível será coordenar a política nacional da habitação, com a elaboração de um planejamento criterioso, com empreendimentos paralelos de emergência e a lon-

go prazo, cuja execução seja atribuída não só aos órgãos federais, mas também, por meio de acordos, a autoridades estaduais e municipais e entidades de natureza privada, configurando uma verdadeira cruzada para solução desse magno problema da política social.

### 3. ABONO FAMILIAR

Visando à proteção da família com prole numerosa, o Decreto-lei nº 3 200, de 19 de abril de 1941, regulamentado pelo Decreto nº 12 299, de 22 de abril de 1943, instituiu o pagamento do abono familiar, cujas despesas são atendidas por verba própria prevista no Orçamento da União.

No ano de 1955 foram concedidos 135 000 abonos a chefes de família numerosa, no valor de Cr\$ 162 341 980,00. Ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (S.E.P.T.), com o auxílio direto das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, incumbe a direção e execução das tarefas pertinentes a tais abonos.

Por força da legislação em vigor, o abono familiar é concedido na base de apenas Cr\$ 100,00 mensais ao chefe de família com oito filhos, com o acréscimo de Cr\$ 20,00 para cada filho que exceda do oitavo. Não só quanto ao valor do benefício, mas igualmente no que se refere ao número de filhos exigido para a sua concessão, está a matéria a exigir um reexame, já iniciado, aliás, pelo próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

## Parte 3

### AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA SAÚDE

#### I — Balanço das Atividades no Setor da Saúde

A direção das atividades do Estado, no que se refere aos problemas sanitários, cabe ao Ministério da Saúde, o qual, criado em 1953, se desmembrou do então Ministério da Educação e Saúde. Dado esse curto período de existência, não se pode emitir um julgamento preciso sobre os resultados positivos de sua ação.

As atividades do Ministério da Saúde, em 1955, não sofreram nenhuma interrupção, nem foram afetadas pelo plano de economia estabelecido pelo Governo, para diminuir o *deficit* orçamentário.

De um modo geral, o estado da saúde pública, no ano que passou, não sofreu perturbações, podendo, por conseguinte, ser considerado normal. Não se verificaram epidemias de vulto, sendo de notar, como quebra desta normalidade, o aparecimento de 25 casos de peste bubônica no Município de Conquista, Estado da Bahia, e um recrudescimento na mortalidade por disenteria, entre as crianças, na cidade de Belém.

Ainda em conseqüência de deficiências no programa de vacinação contra a varíola, em alguns Estados, foram verificados surtos epidêmicos desta doença. sob seu aspecto benigno, o alastrim. Porém as medidas tomadas colocaram rapidamente, sob contróle, a difusão da enfermidade, que não chegou a causar alarme.

## 1. MINISTÉRIO DA SAÚDE

Distribuída pelos diferentes órgãos do Ministério da Saúde, foi consignada, no orçamento de 1955, a dotação de ..... Cr\$ 2 605 312 000,00. Este total, entretanto, foi acrescido de muitas outras verbas, destinadas a atividades de Saúde Pública. Só a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia contribui com consignações no montante de Cr\$ 383 000 000,00.

Desenvolve-se a ação do Ministério da Saúde através dos seguintes sistemas: I — Supervisão e Administração Geral; II — Política, Estudos e Pesquisas de Saúde Pública; III — Organização Sanitária e Assistência Médico-Social; IV — Educação, Fiscalização e Defesa Sanitária.

Em 1955, as atividades desses diferentes setores se fizeram sentir através de muitas iniciativas que, certamente, deverão contribuir para a melhoria das condições sanitárias do País.

Os serviços de supervisão e administração geral corresponderam ao que deles era necessário esperar, tendo colaborado com

os demais órgãos para que pudessem executar as tarefas que lhes cabem.

O Conselho Nacional de Saúde teve funcionamento regular, cooperando no estudo de planos e programas, para a formulação de uma política nacional de saúde pública, e opinando sobre sugestões e propostas levadas ao seu conhecimento.

#### INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Não sofreram descontinuidade os trabalhos do I.O.C., tendo sido realizadas, em seus laboratórios, numerosas pesquisas científicas, que se exprimiram em 202 trabalhos. Manteve, além disto, em alto nível, suas atividades didáticas, com o funcionamento de aulas em Bacteriologia, Imunologia, Micologia, Protozoologia, Entomologia e Helminologia.

Tanto as atividades de rotina do Instituto como as referentes ao preparo de soros e vacinas foram aumentadas. As quantidades produzidas atenderam às necessidades nacionais e foram cedidas a muitas nações amigas.

#### DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA

Mantiveram-se, em 1955, no mesmo ritmo de progresso, as atividades dêste setor da administração pública, que tem a seu cargo a importante tarefa de orientar os trabalhos de proteção à maternidade e à infância.

Continuou o D.N.Cr. desenvolvendo sua campanha educativa, tendo introduzido um fator mais objetivo e dinâmico, nas suas atividades, com a organização de Clubes de Mães, com estas finalidades: formar no País uma mentalidade voltada para o bem da criança; evitar a mortalidade materno-infantil; fortalecer a vida familiar; elevar o nível social, e estimular a fixação do homem à terra. Auxiliou, ainda, as organizações particulares, interessadas na luta contra a mortalidade infantil.

#### DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

Manteve o D.N.S. a coordenação de tôdas as atividades dos órgãos executivos a êle subordinados, procurando dar maior harmonia ao trabalho para obter melhor rendimento.

## DELEGACIAS FEDERAIS DE SAÚDE

Constituindo elemento de ligação entre os organismos estaduais de saúde e o Governo da União, as Delegacias Federais de Saúde não descuraram de seus objetivos, informando sobre as condições sanitárias locais e acompanhando as obras que, por conta do Govêno Federal, vêm sendo realizadas nos Estados.

## DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO SANITÁRIA

Tendo como finalidade principal a colaboração com as repartições sanitárias nos Estados, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento de sua administração, vem sendo a Divisão de Organização Sanitária sobrecarregada com a administração de vários programas de luta contra endemias, para as quais não existem Serviços específicos. Dêsse modo, são-lhe afetos os trabalhos referentes ao tracoma, boubá, leishmaniose visceral, sífilis, febre tifóide e bócio endêmico. Os trabalhos que realizou em 1955, dentro dos seus limitados recursos financeiros, muito contribuíram para a melhoria do nível de saúde de algumas regiões.

Foi concluído, no decorrer do ano passado, o inquérito, que a D. O. S. vem realizando no País inteiro, sobre a infestação verminótica da população brasileira.

Está, também, a cargo da D.O.S. a pesquisa para a delimitação das áreas bocígenas do País.

## DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR

Manteve-se a Divisão de Organização Hospitalar no seu ritmo de trabalho, procurando atualizar o cadastro das instituições hospitalares. Na execução dessa incumbência, verificou que nem todos os hospitais, que têm existência legal para o recebimento de subvenções, possuem condições reais de prestar os serviços para os quais recebem o amparo do Governo. Em 1955 realizou a D. O. H. o 1º Congresso Brasileiro de Hospitais, apresentando um plano geral de reorganização da rede hospitalar.

A rede dispensarial no País elevou-se a 107 unidades, que executaram 374 467 abreugrafias, 21 034 provas tuberculínicas e 261 621 vacinações pelo B.C.G.

#### SERVIÇO NACIONAL DE LEPROSA

O S.N.L. ampliou, em 1955, suas atividades por intermédio de Superintendências que foram instaladas nos Estados de maior incidência da doença e, por conseguinte, mais necessitados do auxílio da União: Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Em acórdos firmados com os respectivos governos, estabeleceram-se normas que muito auxiliarão o combate a esse mal.

Integram, atualmente, a estrutura da luta contra a lepra no Brasil: 36 leprosários, 83 dispensários e 31 preventórios, elevando-se a 22 320 os doentes internados e a 4 572 as crianças mantidas em preventórios.

O Ministério da Saúde auxilia, orienta e, muitas vezes, fiscaliza esses estabelecimentos. Em 1955 foram fornecidos auxílios financeiros da ordem de Cr\$ 18 000 000,00 para os leprosários; Cr\$ 19 000 000,00 para instalação e manutenção de preventórios; e Cr\$ 9 000 000,00 para montagem e funcionamento dos dispensários.

#### SERVIÇO NACIONAL DE MALÁRIA

Manteve o S.N.M. em 1955, a Campanha contra a Malária, com a utilização dos inseticidas de ação residual. Tão bons resultados vem apresentando essa campanha, que a malária pode ser considerada no grupo de males já sob definitivo controle sanitário. Foi iniciada, no mesmo ano, nova fase da campanha, no sentido da erradicação da doença.

Em 1955, só nas áreas dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro, escolhidos para o plano de erradicação, foram feitas 1 199 419 visitas domiciliares, sendo realizadas 826 903 dedetizações de prédios e elevando-se a cerca de 3 milhões o total de habitações dedetizadas no ano, em 55 360 localidades trabalhadas pelo S.N.M.

## SERVIÇO NACIONAL DE FEBRE AMARELA

Com o desaparecimento da febre amarela urbana, as atividades do S.N.F.A. foram dirigidas para as zonas rurais, pois o problema atual da febre amarela silvestre impõe medidas de profilaxia mais trabalhosas.

As atividades do S.N.F.A., em 1955, podem ser resumidas na imunização de 2 734 826 pessoas, inspeção de 44 595 localidades e realização de 5 757 viscerotomias.

## SERVIÇO NACIONAL DE PESTE

O S.N.P., em 1955, manteve com a mesma eficiência sua rotina de trabalho. O pequeno surto de 25 casos em Conquista, Estado da Bahia, não teve maior significação, demonstrando a eficiência do Serviço.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA — FISCALIZAÇÃO  
DA MEDICINA — BIOMETRIA MÉDICA

Mantiveram esses Serviços, em 1955, o ritmo normal de suas atividades, procurando desenvolver e aperfeiçoar os processos de trabalho e cuidando da instalação do Laboratório Central de Drogas e Medicamentos, que resolverá um grave problema de defesa da saúde da população.

## SERVIÇO DE SAÚDE DOS PORTOS

As atividades do Serviço de Saúde dos Portos mantiveram, em 1955, a rotina costumeira, visitando navios e expurgando aviões.

## SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Órgão contratual, criado em 1942, para atender a uma situação específica, ligada às condições determinadas pela guerra, o S.E.S.P. vem mantendo suas atividades por todos os Estados, suplementando as funções dos órgãos permanentes do Ministério da Saúde. De organização excessivamente dispendiosa, os empreendimentos que o S.E.S.P. mantém em alguns municípios são de tal custo, que dificilmente poderão ser transferidos para a responsabilidade das administrações locais.

Passadas em revista as atividades do Ministério da Saúde em 1955, fácil será verificar que muito trabalho foi realizado, mas ainda muito resta por fazer. Nesse particular, cumpre ressaltar, por exemplo, que não são apresentados os elementos mais importantes para a análise e apuração dos resultados obtidos, conforme acontece com os coeficientes de mortalidade.

Se o objetivo fundamental da ação sanitária consiste em evitar a doença e prolongar a vida pela redução das taxas de mortalidade, o desconhecimento daqueles coeficientes não possibilita aferição precisa da melhoria das condições sanitárias alcançadas pelo Povo Brasileiro. Providências devem ser urgentemente tomadas, portanto, para que se possa saber se os bilhões de cruzeiros despendidos para a solução dos problemas sanitários estão dando o rendimento esperado.

### 3. CENTRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PARA COMBATE AS ENDEMIAS RURAIS

A criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais é o primeiro passo para um trabalho coordenado na luta contra as endemias rurais que ainda afligem grande parte da população brasileira.

As recentes descobertas nos campos da química e da terapêutica, entretanto, vêm permitir, pela simplificação do trabalho, sensível ampliação das atividades de saúde pública, sem aumento de recursos.

Por intermédio do novo órgão executivo do Ministério da Saúde, contra o Governo, com os atuais recursos, obter melhores resultados, pelo aproveitamento mais racional dos 14 000 funcionários atualmente trabalhando nos três serviços antes existentes: Malária, Peste e Febre Amarela.

Os resultados da unificação, ora realizada, permitirão não só o melhor atendimento de maior massa da população bem como o tratamento de um número maior de doentes.

Do ponto de vista técnico, deve ser considerada esta providência um grande avanço, pois cada doença não será tratada como

problema autônomo. A população de cada região será considerada no conjunto das doenças que a atingem, cabendo a um mesmo agente do Serviço verificar o complexo de cada situação local.

Desta transformação técnica no encarar as endemias e da existência de um órgão especificamente destinado ao seu combate, resultará que o aparecimento de qualquer nova entidade mórbida do mesmo gênero na zona rural não necessitará, para ser combatida, de aguardar a inevitável demora das providências administrativas, pois ao Departamento Nacional de Endemias Rurais compete o estudo e a luta contra tôdas as endemias.

## II — Saúde e Desenvolvimento Econômico

Para a boa compreensão do programa que, no terreno da Saúde Pública, o Governo pretende desenvolver, convém examinar o complexo de medidas de longo alcance sanitário, em benefício de largas camadas da população brasileira, ainda à margem das grandes conquistas da ciência médica.

É bom acentuar que, tradicionalmente, se desligavam os problemas de saúde dos planos de desenvolvimento econômico. Tôda a estrutura da organização sanitária brasileira assentou e ainda assenta nestes fundamentos. Partindo dessa premissa, supunha-se que, sendo proporcionada à população assistência médico-sanitária, semelhante à desfrutada pelos países de alto nível econômico-social, não tardaríamos a alcançar condições semelhantes de progresso.

Nos últimos tempos, porém, novos estudos e investigações a respeito de desenvolvimento das populações, bem como as pesquisas referentes aos problemas de acumulação de capital, financiamento de bens e serviços à disposição das comunidades, revelaram que a tese era falsa.

Não é possível imaginar que países de baixo nível de renda possam ter uma organização médico-sanitária semelhante à dos países de elevado rendimento *per capita*, pois, entre outros motivos, haveria um, por si só, intransponível: falta de recursos para mantê-la.

Cumprе ressaltar que, apesar de a redução da mortalidade ser o principal reflexo da eficiência das medidas sanitарistas, pouca ou nenhuma influência exerceu a medicina, nas épocas em que mais cresciam as populações dos países hoje plenamente desenvolvidos.

A melhoria da saúde e do bem-estar social resultará, sempre, de um incremento dos bens de consumo e serviços que possam ser postos à disposição das populações, inclusive, evidentemente, dos médico-assistenciais.

Assim, o baixo nível de saúde da população brasileira, é, sem dúvida, resultante muito mais de sua pobreza, que de outra qualquer circunstância.

Cabe assinalar que os estudiosos do problema da saúde do homem brasileiro vêm atribuindo, em grande parte, suas deficiências ao estado de subnutrição em que vivem amplas camadas da população. Com efeito, diversas pesquisas, realizadas em todo o território nacional, demonstram que, na maioria das vezes, as doenças existentes representam, principalmente, pobreza biológica de organismos subnutridos, só passando a constituir problemas especificamente sanitários, à proporção que essa subnutrição pesa na coletividade.

Encarando a melhoria da saúde neste sentido mais geral, isto é, como derivada da elevação dos níveis econômico-sociais da população — e é assim que todos hoje o aceitam — tomam outra feição as medidas de caráter sanitário que devam ser postas em prática.

Não quer isto dizer que o Governo deixe de incluir no seu programa, além de medidas que venham acelerar o desenvolvimento econômico do País, outras no campo específico da medicina com as quais possa, desde logo, aliviar muitos sofrimentos provocados por enfermidades que continuam afligindo grandes camadas da população.

## 1. A POSIÇÃO DO ESTADO EM FACE DOS PROBLEMAS DE SAÚDE

Como é natural, a posição do Estado diante dos problemas de Saúde Pública, está em constante evolução. Outrora, eram de seu interesse apenas medidas que se destinassem à defesa da coletividade, em face das doenças contagiosas. Tudo o mais ficava na esfera e na responsabilidade dos indivíduos.

Atualmente, a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem considera, como um imperativo do Estado, assegurar a todos, além de alimentos, vestimenta e habitação, os cuidados médicos indispensáveis à manutenção da saúde.

Por isto mesmo, torna-se indispensável estabelecer uma escala de prioridade para pôr em prática as medidas que possam atender ao maior número, dentro dos recursos disponíveis.

## 2. GRUPAMENTO DE CAUSAS QUE MINAM A SAÚDE

Encarando, de um modo geral, as causas de ordem médica mais importantes que minam a saúde das populações, podem essas, para efeito de simplificação, ser divididas em três grandes grupos: doenças pestilenciais; doenças de massa; e doenças degenerativas.

As do primeiro grupo, as chamadas doenças pestilenciais — cólera, varíola, febre amarela, peste bubônica e tifo exantemático — estão praticamente dominadas no mundo inteiro. São doenças que, por sua natureza e epidemiologia, puderam ser controladas, sem que necessária se tornasse a cooperação ativa das populações envolvidas.

Do segundo grupo, fazem parte as seguintes doenças: malária, verminose, incluindo a esquistossomose, boubá, tracoma, tuberculose, sífilis, doenças gastrintestinais e doenças de nutrição. Têm a designação de doenças de massa, porque, em geral, atingem grande número de pessoas na mesma ocasião. E não raro mascaram outras manifestações mórbidas de que possam sofrer os seus portadores.

São elas, atualmente, o pesado fardo das nações subdesenvolvidas, mas que em nenhum dos países de elevado grau de desenvolvimento econômico constituem, atualmente, problema sanitário. Como a sua disseminação é diferente da do primeiro grupo e não põe em risco a população de outras regiões, não há interesse generalizado no seu controle. Muitas delas estão, ademais, de tal maneira ligadas às condições do meio ambiente e impõem, para seu combate, tal cooperação da coletividade, que só uma modificação substancial da estrutura sócio-econômica da comunidade tem o poder de produzir as condições necessárias a que a eliminação das mesmas se torne possível.

No terceiro grupo estão incluídas as seguintes manifestações mórbidas: doenças do coração e da circulação, acidentes vasculares intracranianos, desordens glandulares e câncer. Estas enfermidades são características das coletividades humanas evoluídas e de maior vida média. A sua prevalência só se torna importante, quando tais populações atingiram altos padrões de vida.

Ocorrendo tais enfermidades mais freqüentemente nas pessoas de idade avançada, os habitantes de regiões subdesenvolvidas são por elas atingidos em muito menor percentagem, porque, antes de alcançarem a velhice, são vitimados por doenças perfeitamente evitáveis.

Outros estados mórbidos, mas de importância mais acentuada nas populações de alto nível de vida, são: diabetes, algumas formas de reumatismo, úlceras gástricas e duodenais, e as perturbações mentais. Todas, até certo ponto, apresentam-se dentro da grande chave das doenças degenerativas ou associadas ao desgaste da vida moderna.

Nos dois primeiros grupos, não seria erro afirmar, situam-se as doenças de medicina quantitativa e, no terceiro grupo, as de medicina qualitativa.

### 3. DOENÇAS PREDOMINANTES NO BRASIL

Focalizando os problemas sanitários, dentro deste esquema, seria fácil verificar que as doenças predominantes no Brasil se enquadram no segundo grupo, desde que o esforço extraordinário

rio dos trabalhadores da Saúde Pública no Brasil livrou, há muito, o território nacional das doenças pestilenciais.

Os casos pestilenciais isolados que ainda surgem não têm maior significação e pode o Govêrno declarar que tanto a febre amarela, como a peste e a variola, estão sob rígido contrôle. A cólera só surgiu nos idos do século passado, e o tifo exantemático nunca foi problema sanitário no Brasil.

As doenças do segundo grupo, porém, constituem hóspedes indesejáveis do País, causando enormes danos. Algumas, mesmo, têm incidência alarmante, determinando sofrimentos tais ao povo, que exigem do Govêrno as encare com decisão e firmeza.

Pela simples enunciação das entidades nosográficas que compõem o segundo grupo, verifica-se que são doenças da pobreza, isto é, do subdesenvolvimento nacional. Felizmente, a ciência, nestes últimos anos, graças a algumas notáveis descobertas, permite superar muitas das antigas dificuldades.

Embora não seja possível dar saúde, no seu conceito mais amplo, — que não é apenas a ausência de doença ou enfermidade, mas um estado de completo bem-estar físico, mental e social — torna-se, no entanto, possível evitar os sofrimentos de muitas delas por meio de medidas simples, de custo reduzido. O Govêrno terá o maior empenho em aplicar os métodos modernos e práticos na eliminação dessas doenças.

A nosso favor está a coincidência de que, exatamente para muitas destas enfermidades que mais afligem as populações dos países subdesenvolvidos, novas descobertas da terapêutica e da profilaxia tenham tornado o seu combate e, conseqüentemente, sua grande redução, ou mesmo eliminação, independente dos problemas de desenvolvimento econômico e de aparelhamento médico-sanitário de custo elevado.

Os inseticidas de ação residual vêm contribuindo de maneira extraordinária na luta contra as doenças transmitidas por insetos vetores, enquanto os agentes terapêuticos, como os chamados anti-bióticos e as sulfas, se revelam instrumentos que podem trazer às populações, mesmo as de baixo nível, acentuada redução dos índices de morbidade e mortalidade.

## MALÁRIA

A malária foi, até 1948, a doença que atacou maior número de brasileiros anualmente.

Com os processos, até então existentes, não era possível, em virtude das enormes despesas que acarretava, a aplicação de medidas preventivas em todo o território nacional. A utilização dos inseticidas de ação residual permitiu reduzi-la e, até certo ponto, colocá-la sob controle sanitário, sendo muito limitados em número os casos agora verificados no País.

Manterá o Governo tôdas as medidas que vêm sendo tomadas e prosseguirá na campanha de completa erradicação que, de acôrdo com as novas técnicas, já se tornou possível.

## BOUBA

É outra doença que, atacando muitas centenas de milhares de brasileiros, tem hoje processo rápido e seguro para a sua eliminação, dentro de um período relativamente curto. Nada será recusado para a sua eliminação do território brasileiro, no menor prazo possível.

Esta enfermidade vem causando a perda total ou parcial da visão de grande número de habitantes. Conta, também, agora, o arsenal terapêutico com elementos que podem reduzir-lhe rapidamente a danosidade. Tudo será feito para que não falte às populações a necessária e rápida libertação dessa terrível enfermidade.

## TUBERCULOSE

Não são novas as atividades do Governo no combate à tuberculose e, se é verdade que, durante muitos anos, relativamente pouco foi obtido, — pois a tuberculose, como causa de morte, era, até 1948, uma das mais importantes em tôdas as capitais brasileiras, — a partir desse ano o seu declínio vem-se acentuando cada vez mais.

Vários fatores devem ter contribuído para este resultado, devendo ser citados, entre eles: a melhoria das condições de vida de parte das populações das nossas cidades; a descoberta de agentes terapêuticos de grande importância na luta contra a enfermidade (estreptomocina e hidrazida); e a maior atividade dos

órgãos governamentais, como a instituição da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, que, dispondo de recursos ponderáveis, vem utilizando todos os meios existentes para a descoberta de novos casos e sua eliminação como focos de infecção.

O esquema de luta contra esta doença que se fundava, em grande parte, no isolamento dos doentes em hospitais e sanatórios, terá de ser modificado, pois, com os novos elementos terapêuticos disponíveis, a tuberculose, em muitos casos, entra para o grupo das doenças de quantidade, não sendo necessárias ao seu combate as organizações altamente especializadas e por isto mesmo muito dispendiosas.

#### BÓCIO ENDÊMICO

Milhões de brasileiros, vivendo em Estados centrais, sofrem de carência de iôdo na sua alimentação, fato que se traduz numa perturbação da glândula tiróide em alterações mentais que chegam até a idiotia. O processo de eliminação desta manifestação mórbida é de grande simplicidade e custo verdadeiramente insignificante: adição de iodeto ao sal de cozinha. Há vários anos, por iniciativa do então deputado Miguel Couto, foi apresentado um projeto, transformado em lei, determinando essa providência. O Governo vai tomar medidas para que, com a maior urgência, sal iodetado seja pôsto à disposição das zonas de bócio endêmico.

#### VERMINOSE

Em inquéritos realizados, em quase todos os Estados do Brasil, verifica-se que, nas zonas rurais e em muitas de nossas cidades e capitais, 80% da população são infestados por vermes, sendo que, em certas regiões, a esquistossomose atinge até 40%.

A luta contra êste grupo é, nas condições atuais, muito mais difícil. Não existem meios de profilaxia eficazes que não dependam de largos investimentos e de modificação dos hábitos das populações em causa. Ainda mais, a maior ou menor gravidade dêste grupo de doenças está na dependência, quase exclusiva, do regime alimentar dos pacientes. As infestações verminóticas, em pessoas bem nutridas, não têm maior significação, sendo de consi-

derar à importância que representa para este grupo de enfermos o teor em ferro na alimentação.

#### ESQUISTOSSOMOSE

No caso da esquistossomose, tendo em vista a sua gravidade, vem o Governo, por intermédio dos órgãos competentes, realizando um grande trabalho na tentativa de, ao menos, limitar os seus efeitos, e na pesquisa de processos que possam, com eficiência, ser utilizados na profilaxia. O Governo não esmorecerá nestes estudos, incentivando, por todos os meios, a sua continuidade e as medidas de combate que se vêm realizando.

#### DOENÇAS GASTRINTESTINAIS

Situa-se este grupo nas condições do anterior, não contando o arsenal sanitário com elementos de aplicação autônoma para o seu combate. São doenças que, representadas principalmente pela febre tifóide e disenterias, se enquadraram tipicamente como sócio-econômicas, isto é, decorrentes do conjunto geral das condições de populações de baixo nível de renda e que englobam habitação sem as condições elementares de saneamento e baixo nível cultural. Não é a Saúde Pública que poderá resolver estes problemas. Entretanto, não descontinuará o Governo o que vem sendo realizado. Embora consciente de que só o desenvolvimento geral do País poderá contribuir decisivamente para solucioná-los, não desconhece que medidas de ordem médica reduzem os sofrimentos dos pequenos grupos.

#### DOENÇAS DA NUTRIÇÃO

As chamadas doenças da nutrição resultam igualmente do complexo pobreza e ignorância. No Brasil, as denominadas doenças de nutrição, — excluída, é claro, a subnutrição, que é, como já foi dito, o pano de fundo onde se instalam, como aspecto grave, muitas outras enfermidades, e o bócio endêmico já referido — ou não foram ainda identificadas na sua extensão, ou realmente, por condições particulares do clima e da disponibilidade de certos alimentos protetores, não constituem problema de grande importância sanitária.

O aspecto fundamental da alimentação da população brasileira reside na sua deficiência em quantidade e principalmente em qualidade. Todas as estatísticas de consumo e as pesquisas realizadas revelam como é pobre a alimentação das populações brasileiras em proteínas de origem animal, decorrendo daí muitos dos estados mórbidos que a atingem. Não é este, pois, um problema que possa ser solucionado dentro de um programa sanitário. A solução está em que o povo brasileiro possa adquirir alimentos protéicos em quantidade satisfatória.

#### SÍFILIS

Em virtude da larga utilização dos novos elementos do arsenal terapêutico, vêm diminuindo, de maneira acentuada, os malefícios causados à nossa população, não só pela sífilis, como pelas outras doenças venéreas. Médicos e leigos facilmente verificam esta modificação no panorama da nosologia brasileira. Não descontinuará o Governo, na parte que lhe cabe, em combater tal enfermidade.

#### 4. OUTRAS CAUSAS DE MORBIDADE

Além desses, ainda se abatem sobre a população brasileira outros problemas sanitários de suma gravidade e que decorrem, como já referidos, de sua condição de País que não pôde ainda resolver as questões fundamentais de sua evolução econômico-social. Não os abandonará o Governo e, paralelamente ao esforço que será desenvolvido para livrar o povo brasileiro dos males evitáveis que sofre, continuará a empenhar-se nos outros setores.

#### LEPRA

A luta organizada contra a lepra no Brasil, no seu atual aspecto, data de 1935, — mais de 20 anos. O problema, entretanto, continua com a mesma gravidade, apesar de não terem faltado, para solucioná-lo, recursos financeiros e técnicos, pois só no período 1945/55 foram gastos pelo Governo Federal cerca de Cr\$ 500 000 000,00 no combate à lepra. A situação decorre de que esse mal é uma infecção, cujo combate, pelas suas características próprias, mais exige interesse da população. Sem a colaboração íntima e efetiva de todos, o problema continuará insolú-

vel. Essa adesão à luta contra a lepra é uma conquista da evolução social.

É por isto que a lepra é hoje desconhecida nos países de elevado nível econômico-social e constitui pesado ônus para os que ainda não romperam as barreiras de sua libertação econômica.

Não fugirá, entretanto, o Governo às responsabilidades de continuar amparando os leprosários e os preventórios, como medida indispensável de assistência social aos doentes e aos seus filhos sadios.

#### DOENÇAS MENTAIS

Continuará o Governo a dedicar especial atenção a este problema que tudo leva a crer aumenta de gravidade, na proporção em que, com o desenvolvimento nacional, surgem, cada dia, maiores condições para desajustamentos. Não serão interrompidas as medidas de cooperação com os Estados para o bom funcionamento dos hospitais, nem diminuirão os auxílios destinados à construção e equipamentos de novos nosocômios. Por outro lado, procurará incentivar a criação de centros de prevenção com o estabelecimento de programas de higiene mental.

#### DOENÇAS DEGENERATIVAS

Das chamadas doenças degenerativas, as de maior importância — doenças do aparelho circulatório e o câncer — são a causa de morte em mais de 75 % dos óbitos ocorridos nos países que completaram sua revolução demográfica. No Brasil, entretanto, mesmo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam seus óbitos mais aproximados do modelo desses países, tais causas não constituem mais de 35% do total. O fato resulta de que 52% da população brasileira são constituídos por menores de 20 anos e os maiores de 60 representam pouco mais de 3%, ao passo que nos de alta incidência dessas doenças, os menores de 20 anos compreendem cerca de 30% e os maiores de 60 anos estão entre 12 e 15%.

Não deixará o Governo de tomar medidas de longo alcance em benefício dos brasileiros portadores dessas enfermidades. Trata-se de providências de caráter de assistência social que a civilização impõe.

### III — Proteção, Assistência, Saneamento e Pesquisa

#### 1. PROTEÇÃO A INFANCIA E A MATERNIDADE

De todos os problemas sanitários do Brasil, incontestavelmente o mais conflagrador é o da mortalidade infantil. Muito embora pareça evidente que esta não seja tão elevada atualmente, quanto em geral se afirma, dado o extraordinário incremento que vem tendo a população brasileira — 11 000 000 de habitantes em 10 anos (1940-1950) — os cálculos mais exatos a situam em torno de 160 por mil nascidos vivos, cifra esta que mesmo assim é de assustar, quando comparada à de muitas nações, nas quais é inferior a 30 por mil.

A mortalidade infantil é aceita como o melhor instrumento de aferição das condições sócio-econômicas dos povos. Hoje, todos concordam que ela está na dependência direta de muitos fatores que nada têm com a saúde pública. A elevada mortalidade infantil, como igualmente a alta mortalidade geral e a reduzida vida média são fenômenos diretamente ligados ao processo pelo qual se mantém o balanço vital de populações, como a do Brasil, em contraste com aqueles em que este equilíbrio resulta da combinação de uma baixa natalidade com uma baixa mortalidade.

Este processo, cheio de sofrimento para a população e sempre dispendioso para o País, é característico dos povos coloniais que, não tendo realizado sua revolução industrial, não podem também realizar a revolução demográfica que dela decorre.

Conta, entretanto, o Brasil com enormes vazios demográficos, tornando-se indispensável defender a vida das crianças aqui nascidas. Não recuará, portanto, o Governo nas medidas que, embora incapazes de solucionar em definitivo estes problemas, sempre concorrem para diminuir os sofrimentos da população menos favorecida e, para dentro de certos limites, reduzir as elevadas taxas de mortalidade infantil.

No que se refere à maternidade, procurará o Governo melhorar as leis que a amparam e criará condições para que as mães que trabalham possam atender aos filhos menores em melhores condições.

## 2. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

De maneira desordenada e, não poucas vezes, mais para servir aos interesses de clientelas eventuais do que às reais necessidades do Povo Brasileiro, vêm sendo construídos hospitais que, por isto mesmo, nem sempre podem preencher suas finalidades. Deve ser mesmo acentuado que não são poucas as obras, iniciadas com esta finalidade, que se encontram paralisadas; outras que, apesar de concluídas há vários anos, continuam fechadas, e muitas que funcionam precariamente. O hospital é um organismo muito complexo e de elevado custo de funcionamento, exigindo pessoal de alta qualificação nem sempre disponível. Além do mais, as doenças que mais afligem o Povo Brasileiro, em sua grande maioria, não necessitam de hospitalização, mas de prévio e oportuno tratamento.

O Governo planificará uma rede de hospitais que será construída por etapas, para que possa realmente atender às necessidades do país, evitando os desperdícios que vêm sendo observados.

## 3. SANEAMENTO

É um dos elementos de grande importância na eliminação de muitas doenças. Trata-se, porém, de medida que implica inversões consideráveis e que exige a utilização de grande massa de mão-de-obra. Em países como o Brasil, de capitais muito escassos e que dificilmente são empregados em empresas de serviço público, sempre de baixo rendimento e de utilização intensiva de força muscular, sua disseminação ainda terá de ser por muito tempo reduzida.

Deve ainda ser levado em consideração que o baixo nível de urbanização do país, com mais de 65% de sua população localizada em zonas rurais, limita de muito o que se possa esperar de medidas de saneamento. Além do mais as populações urbanas, em geral, são constituídas de coletividades de tão reduzido número, que tornam as obras de saneamento, não poucas vezes, anti-econômicas, representando assim verdadeiras dádivas do Poder Público.

trabalho, os princípios decorrentes das novas conquistas da terapêutica, de modo que os benefícios da Campanha possam ser estendidos a maiores setores da população.

IV — Estudo da situação da assistência médica hospitalar, principalmente das comunidades menos favorecidas, para organização de um plano orgânico geral, a fim de que, em período curto, toda a população, não só a das cidades como a das zonas rurais, possa desfrutar um mínimo de recursos médico-assistenciais a que inegavelmente tem direito.

V — Execução de uma política de alimentação, que se esforçará por dar ao Povo Brasileiro a possibilidade de sair do estado de subnutrição em que se encontra.

VI — Continuidade dos planos de saneamento dos núcleos de população mais densos, sendo estudadas as soluções mais indicadas e tendo em vista as condições locais e as possibilidades econômicas.

#### Parte 4

### AÇÃO DO ESTADO NO SETOR DA EDUCAÇÃO E CULTURA

#### I — Educação e Cultura

##### 1. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País vem criando novas condições de vida social. Conseqüentemente, impõe-se a adoção de novos processos educativos e a atualização dos em vigor, a fim de que encaminhem as novas gerações ao estágio de comportamento sócio-cultural, requerido por esse progressivo e acelerado desenvolvimento.

Só assim educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil.

Proveniente da transmissão conjunta da herança cultural e da cultura que está sendo elaborada todos os dias, a formação

educacional moderna concretiza, plasmando personalidades socialmente úteis, a harmonia construtiva entre o humanismo e a técnica, os dois componentes da educação integral.

Urge, pois, que o Governo se empenhe em assistir a todos os tipos de escolas necessárias à formação do homem, sèriamente integrado na realidade nacional, quer em tÈrmos de cultura humanística, quer de cultura tÈcnica, quer, sobretudo, de cultura tÈcnico-humanística.

Daí a premência de criá-las ou reestruturá-las nos objetivos, nos métodos e nas conveniências sócio-econômicas de cada uma de nossas diferenciadas regiões.

Dois princípios alicerçam, pois, essa reestruturação: a descentralização administrativa, que lhes dará autonomia funcional, facultando-lhes a integração regional; e a flexibilidade dos currículos que, assim, poderão atender aos interesses regionais e às tendências vocacionais de cada indivíduo. Assim reestruturadas, radicarão elas as populações locais e propiciarão, ainda, a convivência das diferentes espécies de escolas, reclamadas pelos mais diversos interesses nacionais, em tÈrmos de formação humana e de trabalho produtivo.

Dêsse modo, todos os níveis de ensino conviverão, com a mesma utilidade social: as escolas de objetivos puramente humanísticos e as de fins predominantemente tÈcnico-profissionais. Estas transmitirão, não só o conteúdo dinâmico da herança cultural, mas também o acervo das apropriadas conquistas da ciência e da tÈcnica modernas, indispensáveis aos trabalhos científicos e de forçosa aplicação nos meios fabris, no setor dos transportes, na produção de energia, nas atividades rurais. Uma cultura, enfim, que está em tôdas as formas do trabalho e destrói a absurda e tradicional incompatibilidade entre o trabalho e o estudo.

Salientada a urgência de criar ou reestruturar as escolas, em todos os níveis de ensino, e fixados os objetivos superiores dessas providências, com o intuito de preparar eficientes construtores da economia e cultura do País, exime-se o Governo de expender considerações meramente críticas ao precário funcionamento do ensino.

#### 4. APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Entre as responsabilidades do Governo de maior importância, deve ser incluída a de aperfeiçoar o pessoal técnico, indispensável às tarefas sanitárias que pretende realizar. Deve, por conseguinte, ser expandido o programa que vem sendo realizado, providenciando-se os recursos indispensáveis.

#### 5. PESQUISA

Em país como o Brasil, que apresenta uma série de problemas de saúde, cuja solução ainda está para ser encontrada, deve ser dada importância muito especial aos órgãos de pesquisa. Neste sentido, o Governo está no firme propósito de prestar todo o apoio aos Institutos de pesquisas e aos seus cientistas.

#### IV — Medidas de Ação Imediata

Levando em conta que o fundamento básico de qualquer programa de saúde pública é evitar a doença e prolongar a vida, deverá a política sanitária do Governo dirigir sua atenção para os problemas que maior importância apresentem como fatores de morbidade e mortalidade. Ainda mais, tomando em consideração que as populações rurais do País são as que, até o momento, têm recebido menos benefícios das grandes conquistas no campo da medicina, no seu programa de trabalho gozarão de prioridade os seguintes pontos básicos:

I — Ação decisiva na luta contra as endemias rurais — doenças de massas. Todas as doenças para as quais existem meios eficientes de luta serão atacadas de maneira decisiva, com a finalidade de sua erradicação, figurando, em primeira linha, a boubá e o tracoma.

II — Continuação, sem desfalecimentos, da Campanha contra a Malária, estendendo a todo o território nacional as medidas de controle e aproveitamento das novas técnicas, no sentido de conseguir sua completa erradicação.

III — A Campanha Nacional Contra a Tuberculose continuará a merecer todo o apoio, devendo ser introduzidos, no seu

Fácil seria comprovar as suas deficiências, nos exames de admissão às escolas de ensino médio, nos vestibulares às de ensino superior, nos concursos para funções públicas.

Mas o simples registro dessas deficiências nenhum valor terá, se não se analisarem as causas e não se tomarem as providências decorrentes dessa análise.

Forçoso é convir que a preocupação com os problemas educacionais, de objetivo e real fundamentação nos fatos, tem sido rara, quer da parte da opinião pública, quer da parte dos governos. Por isso, os planos e as realizações educacionais têm-se restringido aos aspectos exteriores ou formais do ensino e aos seus ramos ou graus mais elevados.

A escola primária, incapaz de atender à crescente procura de mais educação por parte do povo, se multiplica indiscriminadamente ou apenas amplia seu corpo discente pela multiplicação dos turnos de aulas, perdendo por isso em substância e eficiência. Fenômeno semelhante ocorre com as escolas secundárias, o que, a despeito da pouca valia social e cultural dos seus cursos, se deve principalmente à crença de, só por meio dêles, ser possível atingir um patamar de grande importância na vida social, com a obtenção do diploma universitário. Ao lado disso, relega-se a preparação técnica à classe das coisas de menor importância.

Com a preocupação, talvez, de sair do estado de subdesenvolvimento que caracteriza o País, tem-se tentado construir nossa civilização, de cima para baixo, como se tal fôsse possível sem os alicerces firmes de uma ampla educação de base, tanto de nível elementar quanto de grau médio.

Uma vez analisada a situação, cumpre atacá-la frontal e imediatamente, visto como a tarefa educativa está intimamente ligada às providências que se destinam a corrigir as carências sentidas nos demais aspectos da vida nacional.

Em primeiro lugar, porém, será necessário investigar as causas da frustração do sistema escolar, a fim de reunir os dados sobre os quais seja possível planejar, em todos os níveis e ramos do ensino, medidas de longo alcance, visando à reconstrução educacional do País.

## 2. A PESQUISA COMO BASE DO PLANEJAMENTO

A análise dos problemas educacionais brasileiros, em suas bases sociais, econômicas, morais e políticas, será realizada pelo Governo, sem perder de vista o acervo das experiências acumuladas em administrações anteriores.

Cumpra, assim, pesquisar as condições escolares do País, em suas diversas regiões. O levantamento dos recursos de administração, aparelhamento, métodos e conteúdo de ensino, apurará até onde a escola brasileira está dificultando ou satisfazendo a uma sociedade em mudança para o tipo industrial, o que implica uma substituição de tecnologias, inclusive na própria vida rural.

Esse levantamento envolverá, ainda, a necessidade de pessoal especializado, de grau médio e superior, no que diz respeito a número, qualidade e distribuição.

A luz dessas informações, serão elaborados os planos de educação para cada região do País, nos níveis primário, rural e urbano, médio e superior, emendativo e supletivo.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através de seus órgãos especializados, se incumbirá de realizar o levantamento da situação educacional, com o esclarecimento de suas condições reais, quer favoráveis, quer desfavoráveis à solução dos problemas nacionais e regionais.

A exigência popular por educação tem crescido — pode-se dizer — em progressão geométrica, obrigando, por isso, a improvisação de soluções ou de organização; daí a possibilidade de se perceberem certos aspectos da situação educacional, tão evidentes, aliás, que ressaltam à mais superficial análise e determinam medidas imediatas, para remediar os males mais agudos do ensino no Brasil. Só, no entanto, uma reforma, ampla, de base, cientificamente estruturada, poderá mudar definitivamente os rumos da educação, ainda dissociada de nossa realidade.

### II — A Situação do Ensino de Nível Superior

#### 1. ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior está atravessando, no Brasil, grave crise de saturação de institutos de baixa qualidade ocasionada pela grande atração que as carreiras liberais exercem sobre o Povo.

A enorme procura de estabelecimentos daquele grau de ensino está incentivando a criação de universidades, sem a prévia avaliação das condições e possibilidades da região, quanto a recursos econômicos e didáticos.

Nos últimos anos, vem-se acentuando a improvisação dessas escolas, sobretudo daquelas em que a ausência de técnicas específicas permite a simulação do ensino, ou o ensino simplesmente expositivo, como os de economia, direito, filosofia e letras. Assim, enquanto funcionam no País 14 Faculdades de Medicina, 16 de Engenharia e duas de Química, existem 42 de Filosofia, 32 de Ciências Econômicas e 31 de Direito.

Se se levar em conta que cada Faculdade de Filosofia pode comportar até 13 cursos diferentes e as de Economia três, pode-se prever um total de 673 cursos.

Incapazes de se manterem com seus próprios recursos, essas escolas vão sendo federalizadas indiscriminadamente, assumindo o Governo o pesado ônus de custear esse simulacro de ensino superior que acarreta para o País sérios problemas, não só de natureza educacional, como de ordem social e econômica.

Os gastos da União com a manutenção de escolas de ensino superior, previstos para o corrente ano, elevam-se a mais de 2 bilhões de cruzeiros, absorvendo, por conseguinte, quase 50 % do total das verbas orçamentárias para Educação e Cultura.

Cumpra, portanto, como providências imediatas no setor do ensino universitário, rever as leis que regulam o funcionamento de suas escolas e impedir que prossigam as federalizações.

Uma vez contida a expansão numérica dos institutos de ensino superior do tipo tradicional, o Governo adotará medidas visando à renovação da Universidade Brasileira, com os seguintes objetivos :

1º) preparo de profissionais, cada vez mais especializados, através da diversificação dos cursos;

2º) formação de uma elite cultural, altamente categorizada, nas letras, nas artes e nas ciências. Os mais bem dotados serão encaminhados para os centros e insti-

tutos de pesquisa, a fim de que, pela observação da natureza e experimentação nos laboratórios, venham a concorrer para o progresso das ciências e do engenho humano.

## 2. UNIVERSIDADES

As universidades, coroamento do ensino, constituem a segurança de formação dos quadros das elites dirigentes, para a supervisão cultural e técnica do progresso do País. São as forças vivas empenhadas no desenvolvimento da cultura, imprescindível às realizações construtivas. Da prosperidade das nossas instituições de ensino superior e especializado decorrerá a própria Civilização espiritual da Pátria.

Já existem sete Universidades federais, a primeira delas, a Universidade do Brasil, criada em 1920, mas efetivamente autônoma em 1946. Essa autonomia didática, administrativa e financeira tem sido a base da evolução e da descentralização dessas entidades culturais, entregues em boa hora às inspirações douradas de seus órgãos peculiares, conforme o mais adiantado sistema universitário da hora atual.

Quanto à federalização, cumpre observar que nem sempre representa a melhor solução para o estímulo da instrução superior e técnica nos Estados. É preferível encorajá-la pela forma eficiente da cooperação do Governo Federal, sem contudo insistir em sobrecarregar o orçamento da União com novos e crescentes encargos, em prejuízo, menos da despesa pública, do que da espontaneidade da cultura regional nas suas possibilidades e conveniências reais. A ação federal, nos termos constitucionais, é eminentemente supletiva e deverá exercer-se com todo o proveito e a firmeza de um programa orgânico de distribuição de recursos e orientação pedagógica, tendo em vista, antes de mais nada, as necessidades das várias regiões, algumas ainda ao desamparo dessas providências, ou delas clamorosamente carentes.

Registramos os índices de crescimento das Universidades que florescem na República e verificamos que acompanham as solicitações do meio brasileiro, sobretudo no que se refere à conscienciosa habilitação para as profissões liberais, em que, no entanto,

a qualidade cede à quantidade. Mas num país com a complexidade de problemas do Brasil, é inadiável o desdobramento desses cursos, para que atendam o maior número de candidatos, e se torna imperiosa a sua articulação com os centros de trabalho, a fim de que não continue a ressentir-se o interior da ausência daqueles profissionais, cuja fixação nas capitais dá a idéia errônea de que os há em demasia. Essa falsa idéia de saturação, que está muito longe da verdade das coisas, produziu a caricatura, de que somos terra de doutores, quando na realidade há extensas zonas inteiramente desprovidas de assistência médica, numerosas localidades sem serviços clínicos, muitas comarcas sem magistrados, e numerosas, onde as profissões liberais nunca tiveram representantes saídos das escolas respectivas. Eficácia, intensidade, descentralização e distribuição desses ensino qualitativo, são as palavras de ordem de uma política de reconstrução nacional.

### 3. CIDADE UNIVERSITÁRIA

Proseguirão as obras de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil a qual, congregando em área contínua tôdas as organizações de ensino, educação, cultura e pesquisa da capital do País, contribuirá para a implantação de nova mentalidade no campo do ensino superior.

Os recursos financeiros, já aplicados no empreendimento, atingem Cr\$ 832 085 577,35, dos quais cerca de 250 milhões nos trabalhos de atêrro para a união das nove ilhas que, assim, totalizam uma área útil de mais de 560 hectares.

Estão previstos para o corrente ano : a conclusão do edificio da Faculdade Nacional de Arquitetura, o andamento das obras da Faculdade de Engenharia e do Hospital de Clinicas.

## III — A Situação do Ensino de Nível Médio

### 1. ENSINO MÉDIO

A acentuada afluência de estudantes, oriundos de tôdas as camadas sociais, ao curso secundário está a exigir a atenção especial do Governo.

Ao passo que, em 1955, o total de matrículas nas escolas técnicas e industriais foi de 17 000 alunos e nas comerciais de 100 000, no ensino secundário aquele número se elevou a cerca de 480 000.

A rede de ginásios e colégios, no entanto, tornou-se insuficiente para atender às solicitações das matrículas, donde a necessidade do fracionamento das atividades escolares em turnos e a improvisação de professores, com evidentes prejuízos para o rendimento do ensino.

Mais grave, ainda, é que o curso secundário atual, acadêmico e verbalista, não cuida de formar o educando, servindo, quando muito, para possibilitar-lhe o acesso às escolas superiores. Ao cabo de longo percurso, os egressos dos colégios, que não logram matrícula nas academias, ficam desajustados e se lançam à aventura de qualquer trabalho de pouco proveito social e limitados horizontes.

O ensino secundário particular é caro, inacessível à maioria de jovens, criando-se o problema de ordem econômica, evidenciado nas solicitações de gratuidade, crescentes de ano para ano.

No presente estágio do nosso desenvolvimento industrial, urge encaminhar a mocidade, preferentemente para as escolas técnico-profissionais, destinadas a preparar especialistas qualificados para os variadíssimos ramos da produção moderna.

Entretanto, torna-se imperioso dar relêvo à escola profissional que representa a entidade capaz de preparar, na fase atual, os construtores de nossa grandeza cultural e econômica.

Pelo que sábiamente estatui a Lei de Equivalência do Ensino Médio, podem os estudantes dessas escolas profissionais ingressar na escola superior correspondente, para que se tornem profissionais de mais alto nível.

## 2. ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A realidade econômica, em plena expansão industrial, está solicitando um número cada vez maior de técnicos e operários qualificados. O próprio programa do Governo, de explorar as riquezas, naturais do País, está na dependência, pois, de operários e técnicos bem preparados para manejar os instrumentos e aplicar

as técnicas da produção altamente especializada e mecanizada de nossos dias.

Assim, a realização eficiente do trinômio — Energia, Transporte e Alimentação — está, evidentemente, implícita na operosidade formadora do Ensino Técnico-Profissional.

Esse ramo do ensino vai merecer tratamento relevante do Governo porque constitui o processo educativo específico para integração do homem na civilização industrial, não somente habilitando-o para o domínio da máquina, como ainda orientando-o para uma nova atitude diante da vida.

Há no Brasil 1 600 000 operários, dos quais 80% são meramente braçais e os 20% restantes necessitam de preparação altamente qualificada. Nossas escolas industriais estão mal equipadas e funcionam algumas em prédios adaptados, impróprios e velhos; as novas construções estão paralisadas ou prosseguem muito lentamente, por falta de recursos orçamentários suficientes. Uma delas, a de Belo Horizonte, iniciada em 1942 — há, portanto, 14 anos — está ainda muito longe de concluir-se; a de São Paulo precisa ser ampliada e reequipada, cumprindo salientar que 47 % de nossa produção industrial provém daquele Estado; a rede escolar, incluindo as escolas federais, as equiparadas e as reconhecidas, atende a uma matrícula de apenas 17 mil alunos; a legislação respectiva necessita de ser atualizada, em virtude da própria natureza do ensino, em mutação permanente.

Indispensável é, portanto, que se execute, desde logo, um plano de larga envergadura, no setor do Ensino Industrial, compreendendo :

a) expansão da rede escolar e reequipamento das escolas existentes :

b) aperfeiçoamento de professores e administradores das Escolas de Ensino Industrial mediante cursos intensivos, e concessão de bolsas de estudos no estrangeiro ;

c) aprovação do Projeto de Lei nº 501-55, que reajusta a legislação vigente e dá nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial.

Tal reorganização tem como objetivo principal colocar a rede de escolas industriais e técnicas em condições de bem preparar

seus alunos para trabalhos na indústria, nas empresas de transporte, de energia, de construção de estradas, de portos e de outras obras de interesse para produção e circulação de riquezas; prevê, ainda, o projeto a realização de cursos intensivos e de pequena duração para operários, além de consubstanciar uma organização escolar descentralizada, flexível, ajustável à realidade do mercado de mão-de-obra e do grau de desenvolvimento fabril de cada região:

d) elaboração de material didático e de instrução profissional, mediante a publicação de obras para o professor e para o aluno, livros de psicologia e metodologia, séries didáticas para as oficinas, etc.;

e) orientação profissional e educacional, para o necessário ajustamento da juventude às exigências da produtividade e bem-estar social:

f) assistência direta à indústria por meio de treinamento e aperfeiçoamento de seus operários e pessoal qualificado, com o propósito de introduzir métodos de trabalho mais eficientes e corretos, no referente à supervisão de serviços, seleção para emprego, relações humanas no trabalho, etc.

Essa assistência já foi iniciada, em colaboração com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), que adaptou, às condições nacionais, o método de supervisão conhecido por TWI (Training Within Industry):

g) prosseguimento dos inquéritos sobre mercado de mão-de-obra e utilização dos resultados em benefício das regiões estudadas.

#### INFORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRÍCOLA

A ação educativa do Estado no meio rural atinge amplas camadas da população, através de campanha informativa sistemática de orientação agronômica e zootécnica. As diretrizes desse programa, delineadas pelo Serviço de Informação Agrícola, visam a levar até o lavrador ou criador, de forma acessível ao seu entendimento, noções práticas sobre as conquistas da ciência e da técnica, nos diferentes setores da atividade agropecuária. Publicações de interesse, como Calendários Agrícolas, referentes

a cada região do País, repositórios de informações veterinárias, objetivando o combate a zoonoses, estudos agrotécnicos sobre determinadas culturas, são distribuídos gratuitamente entre os produtores rurais, através das várias repartições regionais do Ministério da Agricultura, de entidades representativas da classe, de escolas rurais, e de instituições religiosas, ou mesmo, diretamente. Promove o S. I. A. a edição de obras científicas e didáticas, para uso de professores e estudantes das escolas agrônomicas e veterinárias; mantém programas radiofônicos destinados à difusão de problemas ruralistas; atua nas escolas rurais, fomentando a criação de Clubes Agrícolas de alunos; realiza certames para discussão das questões de interesse da agropecuária, tais como Semanas ruralistas em municípios do interior.

Em 1955, o Serviço de Informação Agrícola patrocinou um convênio entre o Ministério da Agricultura e o Clero católico do País, para execução de extensiva campanha de educação rural. Dêsse acôrdo, realizado por ocasião do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, já se fizeram sentir resultados animadores.

A fim de possibilitar uma ação educacional extensiva, eminentemente ruralista, surgiu, em tempo, a Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais (C. B. A. R.). Entre os trabalhos por êste órgão realizados em 1955, cumpre destacar: 1 Curso de Treinamento para a formação de líderes; 2 Cursos de Treinamento para professoras rurais; 1 Curso de Formação de Líderes Rurais: 4 Semanas — 1 Ruralista e 3 Educativas; 1 Concentração de agricultores; 1 Campanha Ruralista em Municípios da Zona da Mata, em Minas Gerais, além de Cursos Rápidos de Indústrias Rurais, em diversas instituições de ensino do meio rural. Na Universidade Rural realizou-se a "VIII Semana do Fazendeiro", ministrando-se 83 cursos com a inscrição de 388 fazendeiros e 3 144 horas de aulas.

#### ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO

No sentido de encaminhar êste setor da administração dentro de diretrizes convenientes, foram, em 1955, assinados vários acôrdos, para a instalação de novos estabelecimentos de ensino, entre a União e os Estados do Ceará, Goiás e Rio Grande do

Norte. Além desses, lavraram-se acórdos especiais entre o Ministério da Agricultura e autarquias, para a execução de um programa de educação rural e para a manutenção de um Centro de Tratoristas.

No campo do ensino de grau médio, realizaram-se o contróle, a fiscalização e a orientação de 20 escolas agrícolas, encontrando-se 26 unidades em instalação. Reconheceram-se duas, e outras duas estão em via de reconhecimento.

Elevou-se para 3 120 alunos a matrícula nessas 20 unidades escolares, situadas nos diversos Estados da federação.

Procedeu-se à inspeção das Escolas de Veterinária de Pernambuco e da Bahia, além de outras inspeções nos estabelecimentos beneficiados por subvenções e auxílios. A Escola de Agronomia do Ceará passou a integrar a Universidade do Ceará. Processa-se, no momento, a federalização da Universidade Rural de Pernambuco, composta da E.S.A. e E.S.V. e Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão; concretiza-se a federalização da E.S.A.V. do Paraná. Atingiu, em 1955, 576 o registro de diplomas e certificados. Sessenta e sete bôlsas de estudo foram concedidas a alunos de Veterinária e 99 de Agronomia.

No concurso de habilitação para matrícula nas Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária em 1955, inscreveram-se 152 candidatos, tendo sido habilitados 39 candidatos à Agronomia e 30 à Veterinária.

Assim, com repetentes e estrangeiros novos, foram matriculados na E.N.A., no 1º ano, 57 alunos. No 2º ano, 48. No 3º, 37. No 4º, 57.

Na E.N.V., com repetentes e estrangeiros, foram matriculados no 1º ano, 35 alunos. No 2º ano, 32. No 3º ano, 25. No 4º ano, 27.

Realizaram-se 39 Cursos entre regulares, avulsos e de outros níveis; tendo-se matriculado 655 alunos e habilitado 339.

Obedecendo ao critério de suplementar as condições financeiras menos favorecidas do aluno, foram adjudicadas 100 bôlsas de estudo na base de 60% aos alunos da E.N.A. e 40% aos da E.N.V.

Em dias de dezembro de 1955, diplomaram-se 52 em Agronomia e 25, em Veterinária.

Realizaram-se, ainda, concursos para catedráticos da Universidade Rural.

#### CURSOS DE MOTOMECANIZAÇÃO

Com os recursos orçamentários específicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino motomecanizado, funcionaram 19 Centros e Escolas de tratoristas localizados em vários pontos do país, tendo sido habilitados 492 alunos.

#### EDUCAÇÃO RURAL DOMÉSTICA

Incentivando este tipo de ensino profissional, foram mantidas 4 escolas de Economia Rural Doméstica e 17 Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, alguns junto aos estabelecimentos agrícolas e outros em dependências próprias, com 803 concluintes.

### 3. ENSINO SECUNDÁRIO

No setor do Ensino Secundário, a medida mais urgente é a reforma de sua Lei Orgânica.

O projeto respectivo, que se encontra em discussão no Congresso Nacional, vem atender à maior parte das aspirações dos educadores brasileiros, isto é, instalar no País um sistema de ensino de maior liberdade e de maiores possibilidades de expansão.

Outra solicitação urgente da escola secundária nacional é, sem dúvida, o aperfeiçoamento de professores, técnicos, administradores e inspetores de ensino.

Ao crescimento da rede de estabelecimentos de ensino e ao número sempre maior de alunos matriculados nos cursos de segundo grau não correspondeu o aumento necessário de professores com formação específica.

As Faculdades de Filosofia, criadas em 1934, apesar de já numerosas, atendem apenas às necessidades das capitais, estando o interior em estado de carência de professores para as escolas secundárias, que, assim, continuam recorrendo a docentes improvisados, autodidatas, sem a conveniente formação pedagógica.

Em dias de dezembro de 1955, diplomaram-se 52 em Agronomia e 25, em Veterinária.

Realizaram-se, ainda, concursos para catedráticos da Universidade Rural.

#### CURSOS DE MOTOMECANIZAÇÃO

Com os recursos orçamentários específicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino motomecanizado, funcionaram 19 Centros e Escolas de tratoristas localizados em vários pontos do país, tendo sido habilitados 492 alunos.

#### EDUCAÇÃO RURAL DOMÉSTICA

Incentivando este tipo de ensino profissional, foram mantidas 4 escolas de Economia Rural Doméstica e 17 Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, alguns junto aos estabelecimentos agrícolas e outros em dependências próprias, com 803 concluintes.

### 3. ENSINO SECUNDÁRIO

No setor do Ensino Secundário, a medida mais urgente é a reforma de sua Lei Orgânica.

O projeto respectivo, que se encontra em discussão no Congresso Nacional, vem atender à maior parte das aspirações dos educadores brasileiros, isto é, instalar no País um sistema de ensino de maior liberdade e de maiores possibilidades de expansão.

Outra solicitação urgente da escola secundária nacional é, sem dúvida, o aperfeiçoamento de professores, técnicos, administradores e inspetores de ensino.

Ao crescimento da rede de estabelecimentos de ensino e ao número sempre maior de alunos matriculados nos cursos de segundo grau não correspondeu o aumento necessário de professores com formação específica.

As Faculdades de Filosofia, criadas em 1934, apesar de já numerosas, atendem apenas às necessidades das capitais, estando o interior em estado de carência de professores para as escolas secundárias, que, assim, continuam recorrendo a docentes improvisados, autodidatas, sem a conveniente formação pedagógica.

Para remediar este fator do baixo rendimento da escola secundária, pretende o Governo realizar um trabalho amplo e intensivo de assistência ao magistério, por meio de cursos e de publicações, com informações didáticas e orientação metodológica das disciplinas.

Assistência semelhante será oferecida, também, aos próprios estabelecimentos particulares que, por não disporem dos recursos necessários para aulas práticas de ciências, nem para a formação nos alunos de hábitos de leitura e pesquisa, continuam a ministrar ensino de forma verbalista e dissociada dos aspectos fundamentais da vida.

Os meios para execução desse plano serão fornecidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão de Ensino Secundário. Fundo Nacional de Ensino Médio e Fundação do Ensino Secundário.

#### COLÉGIO PEDRO II

Relativamente ao Colégio Pedro II, instituto oficial padrão do ensino secundário, cumpre salientar a precariedade das instalações, inadequadas e insuficientes.

A sede do Externato funciona num velho edifício, inadequável às exigências da moderna pedagogia.

A procura de matrículas cresce cada ano. Inscreveram-se, no último exame de admissão, 6 500 candidatos, sendo 600 o limite máximo de vagas para a 1ª série, compreendendo a sede e os dois anexos (Seção Norte e Seção Sul).

Os 3 500 alunos que freqüentam as aulas são distribuídos por 3 turnos, multiplicando-se, também, o número de docentes contratados para atender às exigências do desdobramento das turmas.

Esses fatores prejudicam a qualidade do ensino no estabelecimento que, por isso, está ameaçado de perder suas características de colégio padrão.

Para atender ao duplo aspecto do problema — aumento da capacidade do estabelecimento e melhoria do rendimento do ensino — o Governo estudará a conveniência de ser ministrado, no Colégio, ensino diversificado, de acordo com as aptidões dos alunos

e objetivos pedagógicos de experimentação, a que deve obedecer um instituto padrão como o Colégio Pedro II. Feita a triagem dos estudantes, serão estes distribuídos pelas diversas possibilidades educacionais do estabelecimento, capazes de a todos atender.

O Governo tomará providências para obter, no centro urbano, uma área onde se construa a nova sede do estabelecimento, uma vez que foram sustadas as desapropriações, destinadas a ampliar a sede atual.

Prosseguem as obras de ampliação da sede do Internato desse Colégio.

#### 4. ENSINO PRIMARIO

Os dados estatísticos mais recentes, que se referem ao ano de 1954, revelam que a matrícula nas escolas primárias atingiu, aproximadamente, 4 700 000 alunos e que, por conseguinte, dos 8 milhões de crianças em idade escolar, cerca de 40% não recebem instrução.

Esse "deficit" de matrículas apresenta agravantes, por deficiências quantitativas e qualitativas: a escolaridade média da criança brasileira é das mais baixas do mundo, não vai além de um ano e quatro meses —, funcionando as aulas em reduzido número de dias por ano e em períodos diários de curta duração; a evasão escolar é acentuadíssima, bastando mencionar que, em média, de cada 100 alunos que se matricularam na 1ª série, apenas 16 atingem a quarta série; as instalações e equipamentos das escolas são muito deficientes; o preparo dos professores é, em geral, bastante precário, e os currículos, programas e métodos de ensino não estão ajustados às condições de nossa época e às peculiaridades de cada meio.

Sendo o ensino primário problema eminentemente nacional, não pode o Governo ficar indiferente a estas duas graves afirmações: as oportunidades de instrução primária são insuficientes, em contradição com o dispositivo constitucional que a declara obrigatória; a instrução ministrada não satisfaz, dado o pouco rendimento escolar.

E' imperioso, pois, que o Governo Federal intervenha de maneira mais efetiva no ensino de primeiro grau, no sentido de

tornar acessíveis as escolas públicas primárias a toda a população e melhorar as condições do ensino nelas ministrado.

O esforço deve ser feito, com a mobilização dos elementos capacitados e todos os recursos técnicos recrutáveis. Os meios financeiros estão previstos na própria Constituição, que não descurando da relevância da matéria, estipulou as percentagens mínimas das rendas tributárias que a União (10%), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (20%) devem reservar aos serviços educativos, instituindo, em fundos de educação, quotas da receita pública que se não devem aplicar em outros empreendimentos (Art. 169).

Entretanto, o cumprimento desse imperativo constitucional não se tem verificado, e o Orçamento da União destina à Educação recursos que vão pouco além de 8% da sua renda tributária (6,8% para o M.E.C. e 1,3% para outros Ministérios).

Forçoso é, portanto, que se integralize aquela quota constitucional, destinando-se a percentagem complementar — cerca de 2% — ao fundo Nacional do Ensino Primário, através do qual a União contribui para manter o sistema escolar elementar.

Cuidará o Governo de rever a forma de aplicação do referido Fundo, visando a um melhor aproveitamento daqueles recursos, não apenas no que se refere à distribuição da rede escolar: formação de professores e administradores do ensino primário e normal; aquisição de equipamento e material didático; publicações de manuais de ensino para uso dos mestres; à organização de um Cadastro Escolar, com o objetivo de tornar real a obrigatoriedade da matrícula e a frequência à escola; mas também à instituição de serviços auxiliares de transporte, colônias, etc., para incrementar a educação primária na zona rural.

Com o desenvolvimento das técnicas industriais de trabalho, os países desenvolvidos estenderam a educação comum a maior número de anos e modificaram a escola primária em si mesma, a fim de aumentar as oportunidades de educação para as classes menos abastadas, como condição básica da vida econômica e de trabalho da moderna civilização industrial.

No Brasil, porém, a evolução das necessidades sociais não foi acompanhada da evolução do sistema escolar. A educação primária é considerada uma ampliação da capacidade normal das pessoas verem e sentirem as coisas. Limita-se, praticamente, aos rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo.

Urge, portanto, que o ensino primário eduque também para o trabalho, transmitindo o que o indivíduo precisa aprender, para cobrir as necessidades do trabalho em sua variada forma, atendendo, assim, à real integração na economia e na sociedade modernas. Tais objetivos podem ser alcançados num segundo nível de ensino elementar, acrescentando-se às 4 séries já existentes, mais duas. Essa escola elementar de segundo grau, ou cursos complementares, se constituiria pelo processo completo de formação básica, capaz de permitir às novas gerações o ingresso na vida profissional da sociedade.

## 5. ENSINO EMENDATIVO

O último recenseamento registra a existência, no País, de 100 mil cegos e 50 mil surdos-mudos, dos quais apenas 0,3% e 1,5%, respectivamente, recebem educação oficial sistemática.

O ensino ministrado nos institutos oficiais de ensino emendativo atende, apenas parcialmente, às suas finalidades, pois que utiliza métodos desaconselhados pelas modernas técnicas de aprendizagem, por serem antiquados e morosos.

Assim, a assistência oficial ao cego e ao surdo-mudo, além de insuficiente em quantidade, o é, também, em qualidade.

Não se cogitou, ainda, de criar institutos oficiais para a recuperação dos mutilados e educação aos débeis de inteligência.

Quase nada tem feito o Poder Público no sentido de dar emprego aos indivíduos de capacidade reduzida, embora o Decreto nº 5 895, de 20 de outubro de 1943, tivesse autorizado o Departamento Administrativo do Serviço Público a estudar as normas para aproveitá-los nos cargos e funções do Serviço Federal.

Impõe-se, portanto, a realização de um largo programa de amparo ao indivíduo de capacidade reduzida, entregue, em geral, a campanhas filantrópicas.

Esse programa deve compreender o aperfeiçoamento dos métodos de ensino emendativo; a ampliação da ação federal nesse campo e estímulo às iniciativas, no mesmo sentido dos Governos Estaduais e Municipais, de entidades privadas e de particulares; o levantamento das profissões acessíveis aos indivíduos de capacidade reduzida, de acôrdo com as suas limitações; oferecimento de oportunidades de trabalho aos mesmos indivíduos.

## 6. EDUCAÇÃO FÍSICA

Não pode o Govêrno descurar das atividades concernentes à educação física, tendo em vista que a prática constante e racional dos exercícios, não sômente se traduz em maior vigor corporal, como ainda se projeta favoravelmente no comportamento social, através do espirito da cooperação e da competição leal.

Se o adulto carece da atividade e recreação físicas para manter perfeito o equilíbrio orgânico e psicológico, a criança e o adolescente delas necessitam muito mais. O nervosismo, a irritabilidade, a instabilidade emocional, tão comuns em nossas crianças, decorrem, em parte, dêsse viver sem atividade física e sem satisfação pessoal, em constante estado de inibição e refreamento imposto pela falta de terrenos nas residências e de parques de recreação.

A escola tende, assim, a tornar-se uma instituição que venha compensar as deficiências da vida urbana dos nossos dias, oferecendo condições especiais para que a educação se promova na forma desejada.

Entretanto, a maioria dos estabelecimentos de ensino não está convenientemente aparelhada para oferecer aos alunos condições convenientes à realização de um programa de exercícios físicos, rico, atraente, recreativo, eficaz.

A solução do problema parece estar nos Centros de Educação Física, que devem ser instalados e mantidos pelos esforços conjugados do Govêrno Federal, dos estaduais e municipais e dos particulares, mas, embora previstos nas leis do ensino, não tiveram ainda realização.

#### IV — Assistência aos estudantes e aos estabelecimentos de ensino

Uma das causas do elevado índice de evasão, que se verifica nas escolas de níveis elementar e médio, é o desequilíbrio entre o poder aquisitivo da maioria do Povo e o custo da educação. As mensalidades escolares são elevadas, os livros e o material de estudo são caros, os uniformes custosos, grandes as distâncias da casa à escola e a condução dispendiosa.

Para atenuar essa situação, o Governo incrementará as seguintes medidas de auxílio aos estudantes e aos estabelecimentos de ensino, para possibilitar a um maior número a freqüência às aulas.

##### 1. BOLSAS DE ESTUDO

Expansão do programa de bolsas de estudo para alunos pobres, intelectualmente bem dotados, podendo compreender, não apenas o pagamento da anuidade escolar, como ainda material de estudo, vestuário e transporte, assistência médico-dentária e, em alguns casos, internato e pensão.

Esses benefícios serão custeados pela quota própria do Fundo Nacional do Ensino Médio que, para o corrente exercício, está calculada em 25 milhões de cruzeiros, equivalente ao total aproximado de 5 000 bolsas.

##### 2. LIVRO ESCOLAR E MATERIAL DE ENSINO

O problema do livro didático é matéria que também não pode escapar à atenção especial do Governo.

O preço da obra didática e a multiplicidade de livros que o aluno deve adquirir cada ano e que se tornam imprestáveis para o ano seguinte, são fatores ponderáveis do encarecimento do ensino.

Propõe-se o Governo a publicar, em larga escala, obras de referência — dicionários, atlas geográficos, tabelas matemáticas — de uso geral e utilidade permanente e que, na maioria dos casos,

faltam aos estudantes, por serem, justamente, as de preços mais elevados.

O valor dos livros de referência, em seu conjunto, representa praticamente a metade do custo total dos livros que os estudantes devem adquirir durante o curso. O Governo poderá produzi-los e vendê-los pela quarta parte do preço corrente no mercado, concorrendo, assim, para diminuir de 37% as despesas dos alunos com a aquisição de livros.

Procurará, também, o Governo adotar medidas que repercutam sobre a produção, importação e distribuição do livro e do material didático escolar. Dessa forma, estará o Estado contribuindo, não somente para o barateamento do material de ensino, como ainda para a difusão de seu emprêgo e melhoria de sua qualidade.

### 3. MERENDA ESCOLAR

Fornecimento, aos escolares necessitados, de refeições gratuitas, nutritivas e econômicas, através da Campanha da Merenda Escolar e mediante convênios com os Estados e os Territórios e entidades privadas.

A Campanha conta com a dotação orçamentária de 10 milhões de cruzeiros e com o concurso do Fundo Internacional de Socorro à Infância e do «Comodity Credit Corporation», sob a forma de cerca de 5 mil kg de leite em pó. Está, portanto, em condições de fornecer, no corrente ano, merenda diária a 2 milhões de colegas do curso primário, o que representa uma razoável elevação dos níveis de saúde da criança brasileira.

### 4. RESTAURANTES ESTUDANTIS

Manutenção da rede de restaurantes dos centros estudantis, com refeições completas a baixo preço. No Restaurante dos Estudantes, que funciona na Ponta do Calabouço e que forneceu, no ano passado, mais de 800 mil refeições, a contribuição dos beneficiados foi mantida a 2 cruzeiros, embora seu custo, integralizado pelas verbas oficiais, seja de 15.

## 5. AMPARO A INICIATIVA PARTICULAR E AOS ESTADOS

Num país em que 80% dos estabelecimentos de ensino médio são mantidos pela iniciativa particular, esse ensino forçosamente tem de ser caro.

Tomando conhecimento da situação, o Poder Público adotará medidas para melhor aproveitamento dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, que dará maiores oportunidades educacionais, sem prejuízo da qualidade do ensino e da remuneração do professor.

### V — Cultura

A atuação do Estado deve ter em vista, principalmente, criar condições propícias ao desenvolvimento cultural do País, competindo-lhe para esse fim assegurar a melhoria do conhecimento das obras e dos métodos científicos e artísticos; valorizar, culturalmente, tôdas as camadas da população e tôdas as regiões do País, segundo suas necessidades econômicas e sociais; promover o aprendizado e o exercício de atividades culturais.

Para a realização desses objetivos, o Governo adotará medidas efetivas que aparelhem, convenientemente, instituições culturais e artísticas do País.

#### 1. INSTITUTOS DE ALTOS ESTUDOS

Impõe-se o funcionamento de institutos de altos estudos, nos domínios das ciências, das artes e das letras, já aperfeiçoando os atuais, já criando novos. A matéria, apenas enunciada, será objeto de estudo e devido equacionamento.

#### 2. ESTUDOS BRASILEIROS

Incrementar-se-ão as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (I.S.E.B.), criado para divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política. Terá por fim aplicar os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, com o propósito de incentivar e promover o desenvolvimento nacional.

O programa, para o corrente ano, compreende a realização de cursos e conferências, publicações e concessão de bolsas de estudo.

### 3. BIBLIOTECA NACIONAL

O problema mais premente da Biblioteca Nacional é o que se relaciona com a catalogação, classificação e a conservação do seu patrimônio. Algumas centenas de milhares de obras, documentos, mapas e estampas ainda não foram catalogadas ou recatalogadas, classificadas ou reclassificadas. A produção de 1955 se aproximou de 12 000 obras, o que corresponde, mais ou menos, às aquisições de um ano, por força de contribuição legal, doação, permuta e compra.

É também insuficiente o aparelhamento da Biblioteca Nacional para conservação de seu valioso patrimônio que está sendo gravemente ameaçado, não só pelos parasitas como pelas intempéries, as deficiências da rede elétrica e a impossibilidade do conveniente policiamento.

### 4. MUSEUS

Os museus brasileiros — Histórico, de Belas Artes, Nacional, do Ouro, Imperial, da Inconfidência — reúnem valioso acervo de objetos de importância histórica, de valor artístico e científico. São, entretanto, ignorados pela grande massa, em virtude da grande extensão territorial do País e do baixo nível cultural e econômico da maioria da população.

É propósito do Governo tornar os museus dinâmicos, vivos e atuantes, com aproveitar as múltiplas oportunidades que oferecem de educação extra-escolar. É, sobretudo, cuidar de levar os museus a todos os recantos do País, por meio do cinema e da projeção fixa (diafilmes). Esse material será produzido, em larga escala, com os recursos do Instituto Nacional do Cinema Educativo, para exibição nas escolas, nos cinemas, clubes, hospitais, quartéis, etc.

Serão, também, incentivadas outras atividades tais como exposições temporárias, excursões, conferências, cursos, publicações, concursos e visitas.

O programa, para o corrente ano, compreende a realização de cursos e conferências, publicações e concessão de bolsas de estudo.

### 3. BIBLIOTECA NACIONAL

O problema mais premente da Biblioteca Nacional é o que se relaciona com a catalogação, classificação e a conservação do seu patrimônio. Algumas centenas de milhares de obras, documentos, mapas e estampas ainda não foram catalogadas ou recatalogadas, classificadas ou reclassificadas. A produção de 1955 se aproximou de 12 000 obras, o que corresponde, mais ou menos, às aquisições de um ano, por força de contribuição legal, doação, permuta e compra.

É também insuficiente o aparelhamento da Biblioteca Nacional para conservação de seu valioso patrimônio que está sendo gravemente ameaçado, não só pelos parasitas como pelas intempéries, as deficiências da rede elétrica e a impossibilidade do conveniente policiamento.

### 4. MUSEUS

Os museus brasileiros — Histórico, de Belas Artes, Nacional, do Ouro, Imperial, da Inconfidência — reúnem valioso acervo de objetos de importância histórica, de valor artístico e científico. São, entretanto, ignorados pela grande massa, em virtude da grande extensão territorial do País e do baixo nível cultural e econômico da maioria da população.

É propósito do Governo tornar os museus dinâmicos, vivos e atuantes, com aproveitar as múltiplas oportunidades que oferecem de educação extra-escolar. É, sobretudo, cuidar de levar os museus a todos os recantos do País, por meio do cinema e da projeção fixa (diafilmes). Esse material será produzido, em larga escala, com os recursos do Instituto Nacional do Cinema Educativo, para exibição nas escolas, nos cinemas, clubes, hospitais, quartéis, etc.

Serão, também, incentivadas outras atividades tais como exposições temporárias, excursões, conferências, cursos, publicações, concursos e visitas.

## 5. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

O Serviço de Radiodifusão Educativa sofrerá uma transformação de base para melhor atender à sua finalidade. Será montado um novo transmissor de ondas médias e dois outros de ondas curtas.

A Rádio Ministério da Educação passará a ter uma influência mais profunda na valorização da nossa cultura, estimulando os talentos e oferecendo-lhes oportunidades mais amplas. A sua atividade não se restringirá à Capital da República. Os principais empreendimentos artísticos de todo o País serão por ela irradiados, possibilitando, assim, melhor divulgação do que aqui se faz no terreno da arte.

Entre os planos do Serviço de Radiodifusão Educativa, inclui-se a manutenção de uma orquestra sinfônica padrão e de conjuntos de câmara também modelares. Organizar-se-ão concursos com o oferecimento de bolsas de estudo para os vencedores.

Julgamos da maior importância instalar o transmissor de televisão da Rádio Ministério da Educação, que armará o Poder Público de mais um poderoso veículo da educação e da cultura.

## 6. TEATRO

No que se refere ao teatro, o Governo, por intermédio do Serviço Nacional de Teatro, terá como objetivo, não só auxiliar amplamente o que se vem realizando, como também estimular tôdas as iniciativas de caráter cultural e artístico.

Inicialmente, ocupar-se-á em dar corpo ao Teatro Nacional de Comédia, restaurando a Companhia Dramática Nacional, com casa própria, que seja a expressão, no seu sentido mais elevado, de nossa cultura teatral.

Desenvolverá o sistema de publicações de peças teatrais e obras sobre o teatro de valor técnico e artístico, de autores nacionais e estrangeiros.

Regularizará a publicação da revista "Dionysios".

Ampliará a biblioteca e o museu especializado de teatro.

Esforça-se-á por dar maior amplitude ao ensino da arte dramática, da cenografia, do «ballet», etc., que vem sendo realizado pelo Conservatório Nacional de Teatro.

Agirá, de acôrdo com as associações de classes, no sentido de proteger o teatro profissional e estimular o teatro de amadores.

Organizará um plano para a restauração e conservação dos teatros em todo o País, bem como para a construção de novas casas de espetáculo.

Com a Rádio Ministério da Educação, iniciará um programa popular para a difusão de obras teatrais de alto valor cultural.

Em todos os sentidos, colaborará para elevar o nível artístico e educacional do teatro e torná-lo acessível a tôdas as camadas sociais.

## 7. CINEMA

No campo do cinema, o Governo incentivará as atividades do Serviço Nacional do Cinema Educativo, com o fim de intensificar a educação áudio-visual.

Continuará a confecção de filmes de experimentação científica, de aprendizagem, documentários e artísticos.

Estabelecerá maior articulação do S.N.C.E. com os demais órgãos de Cultura e os de Educação do Ministério, a fim de aproveitar todos os recursos e possibilidades do cinema como processo educativo.

Prosseguirão as atividades normais de empréstimo de filmes e revenda dos projetores, para utilização, cada vez maior, da imagem animada e fixa, a fim de difundir a cultura nos meios estudantis e no seio do Povo.

Encontra-se, no Senado, o projeto de Lei nº 1. de 1954, que cria o Instituto Nacional do Cinema. Inegável a grande conveniência dessa iniciativa, pois virá dar nova orientação a êsse importante setor.

**Capítulo Quinto**

**SITUAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICO-  
FINANCEIRA**

## Parte 1

### ASPECTOS DA CONJUNTURA

No ano de 1955, persistiram os desequilíbrios e desajustamentos resultantes de dificuldades de ordem monetária e financeira e também do comportamento das transações com o exterior. Não obstante, o desenvolvimento econômico prosseguiu, se bem que com nível ligeiramente inferior ao observado nos anos precedentes.

A produção global de bens e serviços, no território nacional, experimentou, no ano passado, um aumento de 5%, em relação a 1954, importando num declínio da taxa de progresso econômico do País, que foi, em média, no período de 1950/54, de 5,6%.

Além disso, o ritmo de crescimento da quantidade de bens e serviços à disposição da comunidade, por efeito de deterioração dos termos de intercâmbio externo, caiu mais do que o ritmo de aumento da produção nacional.

Em 1955 continuou, com forte intensidade, embora algo menor do que no ano anterior, a perturbadora alta geral de preços, que reflete um fluxo de despesas monetárias superior ao fluxo de bens e serviços disponíveis. Essa acentuada desproporcionalidade se tornou possível, em virtude da expansão dos meios de pagamentos. Conquanto relativamente mais moderada do que a verificada em 1954, foi considerável essa expansão, no exercício anterior, atingindo 25 952 milhões de cruzeiros. O *deficit* total do setor público, da ordem de 14 milhões de cruzeiros, para o qual contribuiu a posição deficitária das contas da União com

aproximadamente 11 bilhões. exerceu influência preponderante nessa ampliação, que não pôde ser coartada pela política monetária.

Apesar de pequena elevação no *quantum* das exportações brasileiras, registrou-se, no Comércio Exterior, em 1955, diminuição na capacidade para importar, provocada por forte deterioração da relação de termos de intercâmbio.

As transações correntes, isto é, o resultado líquido dos balanços de comércio e serviços, encerraram-se com um *deficit* estimado em cerca de 86 milhões de dólares. Esta cifra, comparativamente baixa, não indica melhoria no grau de desequilíbrio latente de nossas transações internacionais, uma vez que resultou da aplicação de medidas restritivas rigorosas. Cabe assinalar, entretanto, o fato auspicioso de que o afluxo de capitais privados, na forma de investimentos, financiamentos ou empréstimos, mais do que compensou o *deficit* das transações correntes, originando o pequeno *superavit* no balanço de pagamentos.

Comparadas às do ano passado, não são mais animadoras as perspectivas financeiras, monetárias e cambiais do ano em curso. O *deficit* previsível do setor público federal alcança magnitude capaz de suscitar vertiginosa expansão do volume de meios de pagamentos, com perigosa elevação do ritmo de aumento de preços. No que tange ao comércio exterior, se prosseguir o processo de deterioração da relação de trocas, sem aumento equivalente do *quantum* das exportações, decrescerá a capacidade para importar, com reflexos negativos na taxa de crescimento da economia do País.

A situação reclama enérgicas medidas compensatórias. O Governo, cujo objetivo fundamental é promover, no ritmo mais rápido possível e sem diminuição no nível presente do bem-estar geral, o progresso econômico do País, está ultimando a elaboração de um plano sistemático de medidas para serem imediatamente postas em prática e que permitirão, ainda no ano em curso, um combate eficiente às dificuldades da presente conjuntura.

## Parte 2

## RENDA E PRODUÇÃO

## 1. O RITMO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL

Pela primeira vez desde 1942, a renda real *per capita* experimentou, em 1955, declínio em relação ao ano anterior. De fato, o período 1943/54 caracterizou-se por um aumento contínuo da renda real *per capita*, a qual, no quinquênio 1950/54, havia alcançado a expressiva taxa de crescimento de 6% ao ano. Em 1955, porém, essa renda deixou de crescer, sendo assim interrompida a benéfica tendência que se mantivera firme em um período de 12 anos.

Em termos globais, o ritmo de crescimento da renda real, que havia sido de 8,4% por ano no período 1950/54, caiu para apenas 1,1% no último ano. Este declínio brusco foi ainda agravado pela diminuição sensível na entrada líquida de recursos do exterior, representada pelo *deficit* nas «transações correntes» do balanço de pagamentos, o qual alcançou US\$ 198 milhões em 1954 contra apenas cerca de US\$ 86 milhões em 1955. Assim, o volume total de bens e serviços de que dispôs a economia brasileira em 1955 foi praticamente igual ao de 1954.

Tomando-se por base o nível de renda e de dispêndio *per capita* de 1954, força é admitir que a economia brasileira em 1955 empobreceu relativamente. Em verdade, à base dessas estimativas e considerando-se que a população brasileira cresce a uma taxa de cerca de 2,5 % por ano, a renda real *per capita* apresentou um decréscimo de 1,2 %.

## 2. INVESTIMENTOS E PRODUÇÃO REAL

A produção real, ou seja, o volume dos bens e serviços produzidos no País, aumentou no período 1950/54 à taxa média de 5,6% ao ano. Tomando-se um período mais longo — 1947/54 — verifica-se que a taxa pouco se altera, situando-se em torno de 5,8%.

O determinante imediato do comportamento da série da produção real é a taxa de investimentos: quando esta é suficientemente alta para permitir, além da substituição do equipamento desgastado, aumento no capital nacional, eleva-se a capacidade produtiva da economia e, conseqüentemente, a produção real.

Durante o período a que me refiro, a taxa de investimentos, isto é, o ritmo da formação de capital, situou-se em nível bastante elevado, relativamente à renda nacional ou à quantidade de bens e serviços à disposição da economia. A taxa real de investimento líquido (já deduzidas as parcelas de depreciação) aumentou de um nível de cerca de 10 % da renda líquida, em 1947, para atingir um máximo de 13,6%, em 1952, voltando, em 1953 e 1954, para o nível de 1947. As estimativas preliminares para 1955 indicam que a taxa de investimento líquido real teria sido, quando muito, igual a 8% da renda real líquida.

O declínio da taxa de investimentos nos três últimos anos e, especialmente, em 1955, refletiu-se negativamente sobre o ritmo de crescimento da produção real que, em 1955, já teria registrado um aumento de apenas 5% sobre o ano anterior, enquanto a taxa média do período de 1947/54 havia sido de 5,8%. Além disso, a diminuição da taxa de investimentos de 1955 repercutirá negativamente sobre o ritmo de crescimento da produção no futuro, sobretudo no ano em curso.

### 3. RELAÇÃO DE TROCAS E AUMENTO DA RENDA REAL

Outro fator determinante da evolução da renda real é o comportamento da relação de trocas, isto é, da relação entre os preços de exportação e de importação. Quando melhora a relação de trocas, ou seja, quando os preços de exportação sobem mais (ou caem menos) que os de importação, resulta que, com a mesma quantidade de mercadorias exportadas, o País pode adquirir uma quantidade maior de bens e serviços no exterior. Verifica-se, assim, um ganho de substância. Ao contrário, quando pioram as relações de troca, a economia nacional sofre perda de substância.

Nos últimos anos ou, mais precisamente, desde o fim da guerra até 1954, a relação de trocas evoluiu favoravelmente no Brasil, contribuindo para aumentar a renda real a um ritmo mais rápido que o do aumento da produção. Tomando-se como termo de comparação a situação vigente em 1948, observa-se que, em 1950, o índice das relações de troca já alcançava 195, atingindo, em 1954, o nível de 247. Isto significa que o poder aquisitivo no exterior de cada unidade física exportada aumentou de 100% entre 1948 e 1950 e de 147% entre aquele ano e 1954: em outras palavras, a mesma quantidade de mercadoria exportada adquiria no exterior, em 1954, duas vezes e meia o que adquiriria em 1948. O aumento da renda real entre estes dois anos foi de cerca de 60%, e calcula-se que 1/5 deste aumento tenha sido originado diretamente pela melhoria das relações de troca, a qual significou para o País, no período de 1948/54, um ganho líquido acumulado de perto de três bilhões de dólares.

#### 4. ENTRADA LÍQUIDA DE RECURSOS

Por outro lado, no período em consideração, a economia brasileira foi beneficiada ainda por uma entrada vultosa de recursos do exterior, representada pela liquidação de parte das reservas internacionais acumuladas anteriormente e pela formação de atrasados comerciais, posteriormente consolidados em empréstimos a prazo médio. A entrada líquida destes recursos, que pode ser medida pelo *deficit* acumulado da conta de "transações correntes" do balanço de pagamentos, montou, entre 1947 e 1954, a 1,5 bilhões de dólares.

A melhoria das relações de troca e a entrada de recursos do exterior proporcionaram à economia brasileira apreciável soma de recursos adicionais (além daqueles provenientes da produção corrente), os quais permitiram, diretamente, um aumento da renda e do dispêndio maior que o da produção, e resultaram, indiretamente, na própria elevação do ritmo de aumento desta, ao possibilitar alta taxa de investimentos sem sacrifício do consumo.

## 5. REVERSAO DA TENDENCIA EM 1955

Foi a conjugação dos fatores favoráveis, cuja atuação se apontou, que permitiu a fase de intenso crescimento econômico por que o País passou até 1954. Em 1955, porém, houve a reversão da tendência: a relação de trocas moveu-se contra o País, a entrada de recursos do exterior foi insignificante e caiu a taxa de investimentos. Como consequência, declinou o ritmo de crescimento da produção real e a renda global acusou aumento diminuto, tendo mesmo baixado a renda real por habitante, relativamente ao nível de 1954.

## 6. PERSPECTIVAS

A reversão da tendência que se verificou em 1955 não é, infelizmente, fenômeno passageiro, devendo persistir ou mesmo piorar ainda mais em 1956 e nos anos seguintes. Efetivamente, não se pode esperar, dada a situação atual e previsível do mercado de café, que os preços deste produto voltem a alcançar os níveis de 1954, nem é lícito, tampouco, contar com entrada de recursos externos da ordem da verificada nos anos anteriores. Pelo contrário, tudo indica que a relação de trocas continuará a se mover contra o Brasil e que, em vez de entrada, ocorrerá saída líquida de recursos para o exterior, dada a necessidade de amortizar as dívidas contraídas anteriormente.

As perspectivas não são, pois, nada lisonjeiras: o aumento que houver na produção real tenderá a ser perdido através da piora das relações de troca, fazendo com que a renda real fique estagnada em termos globais e decresça em termos *per capita*. A economia, por outro lado, tenderá a manter, na ausência de medidas firmes em contrário, o nível de consumo já atingido, de modo que a poupança, isto é, os recursos disponíveis para investimento, tenderá a reduzir-se. Acresce, ainda, que, do pequeno volume de poupança formada, parte terá de ser desviada para atender aos compromissos no exterior. Desta maneira, a taxa de investimentos tenderá a reduzir-se substancialmente, com reflexos negativos na taxa de crescimento da produção real.

Há, entretanto, uma série de medidas que, se não compensarem integralmente, pelo menos poderão atenuar sensivelmente os efeitos negativos da tendência assinalada, as quais, no devido tempo, serão postas em prática. Elas visam, principalmente, aos seguintes objetivos:

a) modificação na estrutura dos investimentos, a fim de elevar-lhes a produtividade, o que importa num programa de desenvolvimento econômico;

b) fomento à entrada no País de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos a particulares ou ao Governo, ou, ainda mesmo, de investimentos diretos;

c) melhor coordenação dos investimentos públicos de sorte que se evite a pulverização dos recursos e se concentrem estes em aplicações de alta prioridade econômica, a fim de aumentar a eficiência das aplicações governamentais;

d) contenção dos gastos de custeio dos serviços governamentais;

e) defesa dos preços dos produtos de exportação, a fim de impedir ou atenuar a deterioração das relações de troca.

A ação do Governo será nesse sentido. É mister, porém, não alimentar ilusões. Sem aumento da propensão a poupar, o que reclama conter o ritmo de expansão do consumo, a manutenção da taxa de investimento bruto será bastante difícil, mesmo com uma bem sucedida política de orientação racional das inversões, a qual exige também providências rigorosas, tendentes a assegurar o fluxo das exportações e a combater a inflação.

## 7. O CRESCIMENTO SETORIAL DA PRODUÇÃO

De 1954 para 1955, a produção real global da economia aumentou de 5%, enquanto no quinquênio 1950/54 o crescimento médio anual havia sido de 5,8%. Verificou-se, assim, pequena queda no ritmo de crescimento. Os diversos ramos das atividades econômicas costumam ser agrupados em três setores básicos: agricultura e pecuária, indústria e serviços.

No quinquênio 1950/54, todos os setores básicos referidos expandiram sua produção, porém a ritmos diferentes. A agropecuária cresceu a uma taxa média de 4,3% ao ano, enquanto o ritmo de crescimento da indústria foi o dobro — 8,7% — e os serviços se expandiam a uma taxa média anual de 5,1%. Em princípio, o fato de a agricultura ter crescido menos que os outros dois setores não encerra nada de grave, pois o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, isto é, modificação da participação relativa dos setores da atividade econômica na produção; e a agricultura é o setor que tende a ter sua posição relativa deteriorada em benefício dos outros dois.

Os dados preliminares para 1955 indicam que, neste ano, a agricultura, tendo apresentado aumento de 5,3% em relação ao anterior, teria crescido a um ritmo mais rápido que o da indústria (5,2%) e os dos serviços (4,6%).

#### AGRICULTURA E PECUÁRIA

O volume físico da produção originada nas atividades agropecuárias e extrativa vegetal foi, em 1955, superior em 5,3% ao de 1954, apresentando, por conseguinte, um aumento ligeiramente maior que o da produção real global (5%). O acréscimo da produção agropecuária, no último ano, foi, ademais, superior à taxa média no período 1950/54, que não ultrapassou a 4,3% ao ano.

Dentro do setor agropecuário estão compreendidas a agricultura propriamente dita, a pecuária e as atividades extrativas vegetais. Das três, a agricultura foi a que apresentou, no último ano, maior progresso, pois expandiu sua produção em 6,1%, enquanto a produção de origem animal teria aumentado de 3,2% e a extrativa vegetal de apenas 1,6%.

Os resultados obtidos pelo setor agropecuário, em 1955, foram, sem dúvida, dos mais animadores. O aumento de 6,1% na produção das culturas agrícolas foi logrado em uma área cultivada apenas 1,1% maior, o que significou incremento substancial no rendimento médio do hectare cultivado. A área total cultivada com as 48 culturas, cuja apuração é feita pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, ascendeu a

21 165 mil hectares contra 20 944 mil hectares no ano anterior. O aumento do rendimento da maioria das culturas em 1955, se, em parte, pode ser atribuído a condições meteorológicas favoráveis e à abertura de terras virgens, está também relacionado com a melhoria efetiva da técnica agrícola, representada por métodos mais racionais de plantio, uso de sementes selecionadas, mecanização, emprêgo de fertilizantes etc.

Dentre as culturas que acusaram maior aumento da produção em 1955, vale a pena mencionar as principais. O maior aumento da produção coube ao arroz, com uma produção da ordem de 3 920 mil toneladas contra 3 367 mil no ano anterior, registrando, assim, um acréscimo de 16%. Aliás, trata-se de uma das culturas que vêm registrando, nos últimos anos, ritmo de expansão excepcional. De fato, antes da guerra, em 1938, a produção de arroz não ultrapassava 1 500 mil toneladas; 10 anos depois, em 1948, a produção já ultrapassava 2 500 mil toneladas, tendo em 1955 quase alcançado o nível de 4 milhões de toneladas.

Outro produto que experimentou, em 1955, grande expansão da produção foi o café; produziram-se 1 173 mil toneladas de café beneficiado contra 1 037 mil no ano anterior, registrando-se, assim, um aumento de 13%. Este aumento perde sua expressão porque a safra de 1954 foi excepcionalmente baixa, em virtude das fortes geadas que haviam prejudicado as plantações no ano anterior. A safra de café de 1955 conservou-se ligeiramente acima da média dos anos de após-guerra, mas situa-se num nível muito inferior ao de antes da guerra.

A produção de trigo, em 1955, teria quase alcançado a cifra de 1 milhão de toneladas. De fato, foram produzidas 980 mil toneladas contra 871 mil no ano anterior, com um aumento relativo de 13%. A cultura do trigo vem acusando, nos últimos anos, animadores índices de progresso, que podem ser aquilatados, se se considerar que a produção aumentou, de um nível pouco superior a 100 mil toneladas, antes da guerra, para 405 mil, em 1948, e, finalmente, 980 mil, em 1955. Na expansão da cultura do trigo, tiveram influência decisiva medidas de fomento representadas pela seleção e distribuição de sementes, financiamento, garantia de preços mínimos etc.

Na agricultura brasileira, o milho é o produto que ocupa a maior área cultivada. Em 1955 foram plantados com este cereal 5 553 mil hectares, numa área cultivada total de 21 165 mil hectares, representando, portanto, mais de 25%. Em valor da produção, porém, o milho ocupa o terceiro lugar, depois do café e do arroz. Em 1955 o País produziu 6 906 mil toneladas de milho contra 6 789 no ano anterior, registrando-se aumento de apenas 2%, o que reafirma a tendência para a estabilização que se nota na cultura. Em 1948, a produção já havia sido de 5 560 mil toneladas, só tendo atingido a casa dos 6 milhões em 1950, isto é, 12 anos depois.

Dos outros produtos da agricultura obtidos em grandes quantidades, acusaram progresso, em 1955, o algodão, a banana, a batata inglesa, a batata doce e a mandioca. Registraram-se decréscimos, porém, na produção de feijão, cacau, fumo e cana-de-açúcar. As pequenas culturas acusaram, em grau maior ou menor, aumento de produção de 1954 para 1955; excetuou-se apenas a soja, cuja produção caiu ligeiramente.

#### PROBLEMAS DO SETOR AGROPECUÁRIO

Conquanto não se possa negar que as atividades agropecuárias venham acusando índices de progresso animadores, força é reconhecer que a eficiência do setor ainda deixa muito a desejar. Conduzidas em sua quase totalidade por métodos antiquados de cultura ou de criação, as atividades agropecuárias apresentam índice baixíssimo de produtividade. A racionalização das nossas atividades campestres encontra obstáculos, não só na falta de capitais e de conhecimentos técnicos, como na resistência ou indiferença do homem do campo à aplicação de novas técnicas. Salvo em algumas regiões, onde a técnica moderna está sendo introduzida rapidamente, o nosso agricultor se atém a métodos de cultivo, herdados de seus antepassados, e demonstra certo preconceito contra os processos modernos.

Mas os empecilhos não são apenas estes, pois, em muitos casos, mesmo quando o agricultor é progressista, não encontra um ambiente propício à produção racional por falta de facilidades gerais, tais como: fornecimento de adubos, suprimento de sementes e

reprodutores selecionados, de um lado; e, de outro, transportes para o escoamento da produção para o mercado. A falta de facilidades de transporte e armazenamento para os produtos agrícolas e a deficiência de transporte adequado, matadouros e frigoríficos para a carne constituem dois problemas sérios com que se defronta a economia do País. Isso porque estas deficiências fazem que boa parte da produção se perca, o que significa menor quantidade de produtos a preços mais altos para os consumidores e um desestímulo aos produtores, que se desinteressam do aperfeiçoamento da produção.

A fim de que as atividades rurais possam desempenhar a contento o papel que lhes está reservado no desenvolvimento econômico do País, qual seja o de ceder mão-de-obra aos outros setores e expandir concomitantemente a sua produção, é necessário remover os entraves que estão estrangulando a sua mais rápida expansão e adotar uma política ativa de fomento.

Do programa do Governo, formulado em outra parte desta Mensagem, consta o reaparelhamento e expansão dos meios de transportes e a implantação de uma rede de silos e armazéns, capaz de proteger a nossa produção agropecuária das perdas a que está sujeita. Estas medidas, que em si mesmas já representarão um grande passo, serão complementadas por outras no sentido de proporcionar facilidades para a aquisição de equipamentos, adubos, inseticidas, sementes e reprodutores selecionados, sem esquecer o crédito rural e a garantia de preços compensadores. Para que o homem do campo possa tirar o máximo rendimento do seu esforço, é necessário que conheça e aplique as técnicas modernas de exploração agrícola, o que torna indispensável intensificar a difusão dos conhecimentos técnicos e dos resultados da experimentação.

#### INDÚSTRIA

É a indústria o setor da economia brasileira que mais se expandiu nos últimos anos, o que é natural, sabendo-se que a economia brasileira vem passando por uma fase de rápido desenvolvimento econômico e que, em economias do tipo da nossa, o desenvolvimento implica industrialização crescente. Entre 1939 e 1954, a produção industrial do País triplicou. De 1950 a 1954, foi registrado um aumento de 36%, o que dá uma taxa média anual de

crescimento de 8,7%, a qual contrasta com a de 4,3% para a agricultura e 5,1% para os serviços. Dentre os ramos industriais que mais se desenvolveram, destacam-se: a indústria da borracha, cuja produção aumentou em mais de dez vezes entre 1939 e 1954; a produção siderúrgica, que no mesmo período, se multiplicou por sete; a indústria do cimento, que aumentou de 500%, a de energia elétrica, de 230%; a de bebidas, 220%. Apenas 2 ramos, couros e peles e mineração, não tiveram sua produção pelo menos dobrada.

A julgar pelos dados estatísticos já disponíveis, o ritmo de expansão da produção industrial teria decrescido em 1955, registrando-se um aumento de apenas 5,2% sobre 1954, desfavorável em comparação com a taxa média de 8,7% ao ano, verificada no período 1950/54.

Não obstante a queda do ritmo da expansão industrial, registraram-se, em 1955, alguns fatos de grande significação para o desenvolvimento industrial do País. Um deles se refere ao início da refinação de petróleo em grande escala. Além da própria produção originada no processo de destilação do petróleo, a existência desta indústria no País abre novas perspectivas para o desenvolvimento da indústria química. Outra tendência favorável se refere à expansão da indústria mecânica. Embora não se disponha de dados precisos com relação a esta indústria, a impressão dos observadores é de que ela foi a que mais se desenvolveu nos últimos 2 anos, como conseqüência das dificuldades e do alto custo da importação de equipamentos. Dada a limitação da capacidade para importar do País, o seu desenvolvimento econômico a ritmo bastante rápido só se processará, se parcela considerável do equipamento para tanto necessário puder ser produzida internamente, reservando-se as escassas divisas para a importação daqueles equipamentos, cuja produção interna é ainda impossível ou economicamente contra-indicada. Percebe-se, assim, por que assume tamanha relevância o desenvolvimento da indústria mecânica.

#### SERVIÇOS

Entre 1950 e 1954, a produção real do setor serviços, que compreende as atividades de comércio, de transporte e comunicações, do Governo: os alugueis pagos ou atribuídos pela utilização

de imóveis e os serviços propriamente ditos, como as atividades de educação e saúde, de profissionais etc., cresceu essa produção a uma taxa média de 5,1 % por ano, bem menor que a da indústria (8,7 %), um pouco maior que a da agricultura (4,3 %) e um pouco menor que a produção real global. As estimativas preliminares indicam que, entre 1954 e 1955, a produção originada neste setor teria aumentado de 4,6 %.

Com o desenvolvimento econômico, a participação dos serviços na produção real tende a aumentar, em detrimento da agricultura e da indústria; por isso o ritmo de crescimento da produção no setor de serviços deve ser mais rápido do que o dos outros dois mencionados. Para o Brasil, entretanto, os dados indicam que, conquanto os serviços tenham crescido mais do que a agricultura, a sua taxa de crescimento foi bem menor do que a da indústria e um pouco menor que a da produção real global. Isso se explica pelo fato de, em sua fase atual, se basear o processo de desenvolvimento econômico do País na industrialização, tendendo, assim, este setor a se expandir rapidamente, não só para atender ao crescimento da demanda de produtos industriais, mas também para substituir importações desses produtos.

Tal como no caso dos bens, os serviços podem ser classificados em serviços de produção e serviços de consumo. Entre os últimos, incluem-se os serviços de educação, saúde e todos os serviços pessoais em geral. Os serviços de produção, também denominados serviços de base, incluem, principalmente, os transportes e comunicações, comércio etc.

Os serviços de transporte têm uma extraordinária significação econômica, e a sua deficiência prejudicou sensivelmente, nos últimos anos, o desenvolvimento da economia brasileira. Essa deficiência crescente dos serviços de transporte foi a ponto de criar sérios obstáculos à expansão da produção nacional.

Não obstante ter-se dado, no último ano, um acentuado aumento no volume de serviços ferroviários, cuja tonelagem/km superou em 9% a de 1954, a situação dos transportes de longa distância para as mercadorias de baixo valor unitário ainda é largamente inadequada para as necessidades da economia brasileira.

### Parte 3

## INFLAÇÃO

### 1. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

Persistiram, em 1955, as pressões inflacionárias que têm acompanhado o desenvolvimento econômico brasileiro. No quinquênio 1950/54, enquanto o produto real cresceu a uma taxa média de 5,6% ao ano, registrou-se uma alta média no nível geral dos preços de 12,6% por ano.

Comparando a evolução dos preços observada em 1955 com a dos anos anteriores, nota-se que ocorreu nesse ano um acréscimo superior à média do quinquênio, porém inferior à alta verificada nos dois últimos anos.

A situação em 1955 apresentou-se também mais favorável, relativamente aos dois anos anteriores, no que se refere à expansão dos meios de pagamento. De 1953 para 1954, estes experimentaram aumento de 27,4 bilhões de cruzeiros, enquanto, entre 1954 e 1955, o acréscimo foi da ordem de 26 bilhões de cruzeiros. Percentualmente, os acréscimos foram de 22,1% e 17,1%, respectivamente.

### 2. ALTA NO CUSTO DE VIDA

Obviamente, um dos negativos efeitos inflacionários é a distorção que se opera na estrutura dos rendimentos em prejuízo de alguns setores da comunidade. Não resta dúvida que a alta continuada de preços tem forte caráter regressivo, afetando mais penosamente as classes de mais baixas rendas. No ano findo, o índice do custo da vida subiu consideravelmente. No Distrito Federal, o aumento foi de 22,6% em relação ao ano de 1954. Tal cifra assinala um incremento superior ao da média do período 1950-54 (12,9%).

O índice de preços por atacado teve, no entanto, um aumento discreto de 12,7% em 1955, relativamente ao ano anterior. No quinquênio 1950-54, as variações anuais foram bem mais elevadas,

atingindo em média 17,8%. Aliás, convém ressaltar, este índice não é muito representativo porque sofre forte influência dos preços dos produtos de exportação.

### 3. PROCESSO INFLACIONARIO

As cifras acima referidas traduzem a intensidade do processo inflacionário que, persistindo durante anos consecutivos, provocou uma série de distorções na estrutura econômica. De fato, a economia brasileira passa atualmente por uma fase de inflação aberta, caracterizada, de um lado, por acirrada competição entre os agentes de produção, para aumentar ou manter a sua participação relativa na renda nacional, e, de outro, em vista da situação tendente a hiperemprego, por uma improdutiva concorrência pelos recursos disponíveis.

A alta geral de preços ora ocorrente torna mais agudas as tensões sociais e dificulta o planejamento econômico. É indispensável, pois, por motivos tanto sociais como econômicos, combater-las enérgicamente pelo ataque sistemático às fontes das pressões inflacionárias.

### 4. FONTES DE PRESSÃO INFLACIONARIA

As pressões inflacionárias a que esteve sujeita a economia brasileira, em 1955, se originaram, em parte, no curso do próprio ano e, em parte, constituem a repercussão de fatos ocorridos no ano anterior. As principais fontes inflacionárias imediatas foram:

- a) saldo negativo do orçamento público em seu conjunto;
- b) comportamento do sistema bancário, expandindo os meios de pagamento;
- c) saldo do balanço de pagamentos.

#### Parte 4

### FINANÇAS PÚBLICAS

#### I — Política Fiscal

Antes de examinar mais pormenorizadamente a influência do Setor Público e, principalmente, do orçamento da União na formação das pressões inflacionárias, convém referir a situação do

sistema tributário brasileiro e a política que vem sendo seguida no concernente aos gastos públicos.

## 1. SISTEMA TRIBUTARIO

O sistema tributário brasileiro é integrado por 18 impostos de competência da União, Estados e Municípios e de um grande número de taxas, além da contribuição de melhoria, de cobrança ainda incipiente.

As rendas tributárias elevaram-se, em 1955, a 92,8 bilhões de cruzeiros, assim distribuídos :

<i>Especificação</i>	<i>Impostos</i>	<i>% s/a Receita Geral</i>	<i>Taxas</i>	<i>% s/a Receita Geral</i>	<i>Tributária</i>	<i>% s/a Receita Geral</i>
União .....	47 969	86,2	399	0,7	48 368	86,9
Estados e D. Fed. (*).	36 403	87,1	1 332	3,2	37 735	90,3
Municípios (*) ....	5 227	48,0	1 550	14,3	6 777	62,3
	<u>89 599</u>	<u>82,7</u>	<u>3 281</u>	<u>3,0</u>	<u>92 880</u>	<u>85,7</u>

A multiplicidade de impostos distribuídos pelas três esferas do Governo impossibilita um exame de maior profundidade das características e tendências do regime fiscal brasileiro.

Todavia, para simplificação do problema, pode-se tomar, como expressão dessas características, a distribuição da carga realizada por meio de três grandes impostos.

Os impostos de renda, consumo e vendas e consignações, que, em 1940, representavam pouco mais de 40% da receita tributária do País, contribuem, hoje, com quase 70% desse total.

Estão sendo encaminhadas providências, objetivando simplificar e racionalizar a estrutura tributária do País e coordenar as diretrizes da política fiscal, nos três níveis de governo.

Condição indispensável ao êxito dessas providências, afigura-se ao Governo a aprovação do projeto de Código Tributário Nacional, ora em tramitação na Câmara dos Deputados.

(\*) Previsão Orçamentária.

Confrontando-se o desenvolvimento da arrecadação de três impostos — de renda, do consumo e de vendas e consignações — verifica-se que o sistema fiscal se torna de estrutura cada vez mais regressiva, estabilizando-se a proporção do imposto de renda no total, caindo a do imposto de consumo e aumentando, fortemente, a do imposto de vendas e consignações.

## 2. IMPOSTOS DA UNIÃO

O sistema fiscal da União é integrado, além das taxas e da contribuição de melhoria, por impostos que podem ser considerados em dois grupos distintos e que apresentam as seguintes previsões para o exercício de 1956, comparadas com as importâncias arrecadadas em 1955 :

	<i>Milhões de cruzeiros</i>	
	1955	1956
<i>I — Impostos Privativos.</i>		
Renda .....	19 259	25 032
Consumo .....	17 429	23 694
Selo .....	6 445	7 750
Importação .....	2 249	2 680
Transferência de fundos .....	1 684	2 000
Soma .....	<u>47 066</u>	<u>61 156</u>
<i>II — Impostos de Competência Concorrente.</i>		
	1955	1956
Combustíveis e Lubrificantes ..	3 620	3 840
Energia Elétrica .....	843	1 000
Minerais do País (Quota da União) .....	46	84
Soma .....	<u>4 509</u>	<u>4 924</u>
<i>III — Impostos de Competência Estadual, arrecadados pela União nos Territórios .....</i>		
	14	12
<i>IV — Taxas .....</i>		
	399	547
<i>V — Contribuição de Melhoria .....</i>		
	—	—
Receita Tributária .....	<u>51 988</u>	<u>66 639</u>

O imposto único sobre combustíveis e lubrificantes constou, pela primeira vez, da proposta orçamentária do Executivo relativa ao exercício de 1955. Todavia não figurou no Orçamento daquele exercício. Já em 1956 não foi sua estimativa incluída na proposta orçamentária.

Criado pela Lei nº 2 308, de 31 de agosto de 1954, o imposto único sobre a energia elétrica figura na estimativa da receita federal para o ano de 1956, com a previsão de 1 bilhão de cruzeiros.

Como imposto sobre minérios, figura, no quadro acima, a receita das taxas sobre o carvão e sobre a "produção efetiva das minas". Não obstante o preceito constante do Art. 15, § 2º, da Constituição, não foi providenciada até hoje a regulamentação do imposto único sobre os minérios do País.

Além dessa providência, o Governo está empreendendo o estudo da reforma dos principais impostos federais, não apenas com o fim de reforçar as rendas do Tesouro, mas, principalmente, objetivando ajustá-los melhor às imposições da nossa conjuntura econômica.

### 3. TARIFA ADUANEIRA

A Tarifa aduaneira, refletindo as condições do momento de sua última reforma, em 1934, perdeu todo o sentido econômico ou fiscal, superada inteiramente pela continuada queda do poder aquisitivo da moeda e conseqüente alta dos preços internos e externos das mercadorias.

Assim é que, desde 1939, pelos "certificados de necessidade" e, principalmente, pelas restrições quantitativas a importações, a proteção do trabalho nacional passou a ser feita através dos critérios seletivos de importação. Com a substituição do regime de licença prévia pelo sistema de leilões de divisas, continuou aquela proteção a exercer-se mediante os ágios das diferentes categorias de importação.

Impõe-se a reforma do sistema tarifário, reintegrando a Tarifa das Alfândegas em sua função de elemento essencial de proteção ao trabalho nacional, e, até certo ponto, de defesa do equilíbrio de nosso balanço de pagamentos.

A reforma da Tarifa das Alfândegas permitirá ainda participação mais vantajosa do Brasil no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), do qual somos Partes Contratantes.

A aprovação do projeto da Nova Tarifa das Alfândegas, remetido ao Congresso em 27 de dezembro último, armará o Govêrno de instrumento que muito contribuirá para facilitar as relações comerciais com o exterior, possibilitando ainda a simplificação dos contrôles cambiais vigentes.

#### 4. POLITICA DOS GASTOS PÚBLICOS

E' difícil efetuar uma análise econômica da despesa da União, dado o sistema de classificação adotado, até 1954, no Orçamento Federal. A partir do exercício de 1955, introduziu-se uma separação entre despesas ordinárias e despesas de investimentos, iniciativa esta bastante aperfeiçoada no Orçamento para o exercício corrente, no qual já se procura distinguir mais nitidamente os gastos correntes do Govêrno Federal, das despesas de transferência e de investimentos.

O estudo das verbas por que se distribuem os gastos da União mostra que as despesas tipicamente de custeio cresceram em ritmo mais lento que a Despesa Geral da União. O crescimento mais acentuado verificou-se na Verba Serviços e Encargos, na qual se concentram principalmente gastos de transferências. As despesas com obras e equipamentos, nos dois últimos exercícios, cresceram mais rapidamente do que a Despesa Geral, contrariando a tendência verificada nos exercícios de 1951 e 1952.

O aumento constante e acelerado dos chamados gastos de transferência tem diversas causas. Uma delas é a ampliação continuada dos encargos com o pessoal inativo, em consequência de diversas medidas legislativas que atribuíram vantagens a êsse pessoal e, em muitos casos, constituíram incentivo à prematura obtenção de reformas e aposentadorias. Bastará mencionar que, em 1955, foram despendidos 5 044 milhões de cruzeiros com o pagamento de inativos e pensionistas, ou seja, a metade da importância despendida com o pagamento de vencimentos e salários de pessoal em atividade. A êsse total devemos ainda adicionar os gastos da União resultantes de encargos no setor da previdência

e da assistência social e que atingiram 2 343 milhões de cruzeiros, em 1954. Assim, cerca de 10% das despesas do Governo Federal não correspondem a pagamentos de serviços e aquisição de mercadorias, mas a simples transferência de rendimentos em favor de grupos inativos da população.

Tal percentagem afigura-se excessiva em um País, como o Brasil, onde o esforço deve concentrar-se no aumento da renda real. Entre as despesas de transferência merecem também ser salientadas as correspondentes ao pagamento de auxílios e subvenções e que atingiram 2 373 milhões de cruzeiros, em 1955.

Todavia, a parcela da Despesa Geral da União que está a merecer a mais cuidadosa atenção é a que diz respeito às transferências de fundos feitas pelo Tesouro Nacional às chamadas autarquias e a certos serviços mantidos em regime de autonomia administrativa. Em 1955, essas despesas alcançaram 10 426 milhões de cruzeiros, total este que assim se discrimina:

	<i>Milhões de cruzeiros</i>
Pessoal .....	5 679
Material .....	464
Serviços e Encargos .....	1 359
Obras e Equipamentos .....	2 368
Despesas sem crédito .....	2 924

Cerca de dois terços desse total representam o *deficit* de exploração dos estabelecimentos industriais da União mantidos em regime autárquico e o terço restante corresponde a contribuições a favor de autarquias que não dispõem de receita própria, e a investimentos feitos pelo Governo Federal através das entidades autárquicas. Esta análise mostra ser condição essencial à estabilidade financeira da União o equilíbrio das finanças das autarquias. É imprescindível conduzir os estabelecimentos industriais do Governo Federal a um equilíbrio entre receitas e despesas correntes, limitando-se a participação da União às contribuições necessárias para o seu reaparelhamento, ampliação e modernização.

Será preocupação do Governo promover o saneamento financeiro dos estabelecimentos industriais da União mantidos em regime autárquico. No entanto, antes de medidas corretivas das situações

desfavoráveis da maioria dessas entidades, é indispensável realizar um amplo estudo das condições de operação de cada uma delas, a fim de conhecer, na devida extensão, os subsídios concedidos às tarifas dos serviços industriais prestados pelos estabelecimentos da União.

## 5. TÉCNICA ORÇAMENTARIA

A elaboração da Proposta do Orçamento Geral da União, confiada exclusivamente à responsabilidade do D. A. S. P., tem-se processado com o alheamento do Ministro da Fazenda.

Embora se justifique a continuidade da manutenção, no D. A. S. P., dos trabalhos de preparação do documento orçamentário, para os quais aquele Departamento está bem servido de técnicos e de uma comprovada experiência de vários anos, imperioso se torna que o titular da Fazenda assumira o comando direto da política orçamentária, com poderes para atuar diretamente durante a fase da elaboração no âmbito do Executivo. Essa participação permitirá melhor ajustamento dos gastos correntes à estimativa da Receita Ordinária, além de mais satisfatória disposição dos meios destinados a financiar os programas de investimentos.

Ainda no tocante à técnica orçamentária, especial consideração deve ser dada ao problema da proliferação dos fundos especiais extra-orçamentários e receitas com aplicação predeterminada. Quanto a esses fundos, desfiguram os mesmos o Orçamento da União, que se apresenta apenas como um quadro parcial das operações financeiras.

Quanto às receitas vinculadas, representando mais de trinta por cento da Receita Geral, visam a garantia de execução de certos programas específicos do Governo, mas tiram a flexibilidade do Orçamento, como instrumento de política econômica e social do Governo.

Com a elaboração da proposta orçamentária para 1957, procurou o Governo efetuar uma estimativa da totalidade das operações financeiras do setor público federal, no sentido de enviar ao Congresso Nacional um quadro realmente representativo dessas operações. Trabalho dessa natureza permitirá o conhecimento

da pressão tributária sobre a economia nacional, em consequência das atividades do Governo Federal, e a participação dêste na despesa total da Nação.

Além desses problemas de técnica orçamentária, ressalta-se o defeito com que é elaborada a proposta do Orçamento Geral da União, porquanto as estimativas de receita e despesa, feitas com a antecedência de um ano em período inflacionário, perdem a sua significação. Essa antecedência é, em grande parte, responsável pelas majorações de estimativa e previsões sofridas no Congresso Nacional, bem como pelo vulto dos créditos adicionais e de outras despesas extra-orçamentárias, durante a execução do Orçamento.

## II — Resultados Financeiros de 1955

### 1. PREVISÃO ORÇAMENTARIA

O Orçamento Geral da União para 1955 previa a receita em 53 482 milhões de cruzeiros e fixava a despesa em 56 695 milhões, registrando um *deficit* de 3 213 milhões.

Para atender a despesas não consignadas ou consignadas insuficientemente no Orçamento, especialmente as decorrentes de mais um abono provisório ao funcionalismo, foram abertos em 1955 e transferidos de 1954 créditos adicionais no montante de 14 212 milhões, elevando para 70 907 milhões o total das autorizações para o último exercício.

Dessa forma o *deficit* em perspectiva subia para 17 425 milhões de cruzeiros. Para enfrentá-lo, foi elaborado um Plano de Economia da ordem de 8 bilhões, o qual foi finalmente aprovado na base de 5 200 milhões, alterando da seguinte forma a estimativa do *deficit* de 1955:

	Milhões de Cruzeiros	
Despesa autorizada .....	70 907	
Menos: Plano de Economia .....	5 202	65 705
Receita prevista .....		53 482
<i>Deficit</i> .....		12 223

### 2. RECEITA ARRECADADA

A arrecadação da receita elevou-se, em 1955, a 55 671 milhões de cruzeiros, superando a previsão orçamentária em 2 189 milhões.

Os dois grandes impostos internos — consumo e renda — apresentaram um excesso da arrecadação da ordem de 3,5 bilhões

de cruzeiros; os tributos diretamente dependentes do comércio exterior — importação e transferência de fundos para o exterior — figuram com uma redução de 665 milhões, e ocorreu ainda uma queda sensível no grupo «diversas rendas», em decorrência do não recebimento das contribuições devidas pela Prefeitura do Distrito Federal.

### 3. DESPESA REALIZADA

A despesa realizada à conta dos créditos orçamentários e adicionais elevou-se a 63 287 milhões de cruzeiros, incluindo 3 milhões de despesas provenientes de exercícios anteriores, já registradas pelo Tribunal de Contas, porém não inscritas em Restos a Pagar.

Tendo sido de 70 907 milhões de cruzeiros a despesa total autorizada, houve uma economia de 7 620 milhões, sendo 4 598 milhões do Plano de Economia e 3 022 milhões de outros créditos orçamentários e adicionais não utilizados em 1955 e, em grande parte, transferidos para 1956.

Em resumo, foram as seguintes as parcelas componentes da despesa orçamentária da União em 1955:

Créditos Orçamentários e Suplementares .....	60 088
Créditos Especiais .....	3 196
Exercícios Anteriores .....	3
Despesa total .....	<u>63 287</u>

### 4. SALDO FINANCEIRO DA UNIÃO

Do confronto entre a receita e a despesa orçamentária, resultou um *deficit* de 7 616 milhões de cruzeiros. Esta cifra não representa, porém, o resultado negativo real verificado no exercício, a ela se devendo acrescentar a importância de 3 385 milhões de cruzeiros, referentes às despesas realizadas sem crédito ou além dos créditos autorizados, elevando-se o *deficit* financeiro total para 11 001 milhões de cruzeiros.

O resultado de «Caixa» difere, no entanto, do *deficit* financeiro. E, a propósito, convém anotar que, de acordo com a legislação vigente, as despesas orçamentárias da União se dividem em três grupos:

- a) despesas efetivamente pagas;

b) despesas empenhadas, porém não pagas e transferidas para «Restos a pagar», em consequência do regime de competência adotado para a despesa:

c) despesas resultantes de receitas vinculadas, cujos saldos se transferem para a conta de fundos especiais.

Do confronto da receita com o primeiro grupo de despesas resulta:

	Milhões de Cr\$	
Receita arrecadada .....	55 671	
Despesa efetivamente paga .....	54 719	
Superavit de «Caixa» .....	952	

Deduzindo-se do total das despesas a pagar o *superavit* de «Caixa», recompõe-se o *deficit* orçamentário do exercício, conforme demonstração a seguir:

Despesa a pagar

Restos a Pagar .....	4 739	
Fundos Especiais .....	3 829	8 568

Menos:

Superavit de «Caixa» .....	952	
<i>Deficit</i> orçamentário .....	7 616	

Pela ocorrência desse saldo de caixa de 952 milhões, conclui-se não serem os *deficits* orçamentários da União consequência inelutável de despesas imprescindíveis e inadiáveis. Basta assinalar que cerca de quase 4 milhões do *deficit* em 1955 resultaram do regime abusivo dos fundos especiais e das receitas vinculadas.

Todavia, a situação aparentemente lisonjeira do movimento de «Caixa» se limita apenas ao confronto das contas orçamentárias. Sem contar o montante de 8.5 bilhões de compromissos transferidos para 1956, a situação real pode ser assim demonstrada:

Superavit de «Caixa» .....	952	
Restos a Pagar dos exercícios anteriores liquidados em 1955	2 588	
Fundos especiais, <i>idem</i> , <i>idem</i> , .....	1 495	
Despesas sem crédito .....	3 385	7 468
<i>Deficit</i> coberto por utilização de saldo de Depósitos e Suprimentos do Banco do Brasil .....		6 516

Esta posição negativa das contas financeiras do Tesouro sobre o Banco do Brasil é agravada pela pressão de outros grupos de contas não orçamentárias.

O movimento global dessas contas aparece nos balancetes do Banco do Brasil com os seguintes saldos contra o Tesouro, em milhões de cruzeiros:

Anos	Receita e Despesa da União	Todas as Contas
1953 .....	5 143	5 827
1954 .....	3 975	9 921
1955 .....	5 691	7 593

O saldo negativo relativo a 1955 ter-se-ia elevado a 18,5 bilhões de cruzeiros, não fôra a encampação de 11 bilhões autorizada pela Lei n.º 2 426, de 16/2/1955, que determinou o cancelamento de débitos do Tesouro no Banco do Brasil, em quantia equivalente.

### 5. DEFICIT DO SETOR PÚBLICO

A situação financeira dos Estados e Municípios também não apresentava, ao encerrar-se o último exercício, perspectivas animadoras. O *deficit* previsto nos orçamentos estaduais para 1955 foi de 2,7 bilhões de cruzeiros. Todavia, um confronto com os anos anteriores leva-nos a concluir que os resultados negativos da execução orçamentária, quando vierem a ser conhecidos, se apresentarão ainda bem mais altos.

Os *deficits* efetivos dos Estados, no exercício de 1955, não serão, certamente, inferiores aos de 1953 e 1954. Assim sendo, o saldo negativo global do triênio deve ultrapassar a casa dos 40 bilhões de cruzeiros, tendo-se constituído, sem a menor dúvida, numa das causas propulsoras da inflação que aflige o País neste momento.

### 6. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Em 31/12/1954 era a seguinte a posição dos saldos em circulação da dívida interna da União, Estados e Municípios, expressos em bilhões de cruzeiros:

	Fundada	Flutuante	Total
União .....	10,5	30,6	41,1
Estados e Distrito Federal .....	17,6	43,0	60,7
Municípios .....	2,7	3,2	5,9
Total .....	30,8	76,8	107,6

Uma das características da composição da nossa dívida pública é a proporção atingida pelos compromissos prontamente exigíveis, representando mais de 70% dos saldos em circulação. Essa deformação seria ainda mais acentuada, se a União não se utilizasse da faculdade de eliminar, periodicamente, parte de seu passivo acumulado no Banco do Brasil, por meio da encampação de emissões da Carteira de Redescontos.

A dívida interna fundada, especialmente a da União, apresenta totais verdadeiramente insignificantes, comparados com o volume da receita orçamentária ou com os índices da renda nacional.

O que caracteriza, essencialmente, o mercado de títulos públicos no Brasil é a sua relativa estagnação. Nem se lançaram novas emissões, nem se promoveu o resgate dos empréstimos, alguns já vencidos há dezenas de anos.

Tal situação é devida, em primeiro lugar, ao prolongado surto inflacionário que torna desinteressantes as aplicações de dinheiro em títulos da dívida pública.

Fica assim o Governo impossibilitado de usar o crédito público como instrumento para obter a transferência de uma parte da poupança privada para o Tesouro e utilizá-la no financiamento de investimentos essenciais ao desenvolvimento econômico do País. Diante dessa impossibilidade, passam os investimentos governamentais a constituir uma das causas da inflação através do seu financiamento pela expansão dos meios de pagamento.

O fortalecimento do mercado de títulos públicos é uma necessidade imperiosa para o saneamento financeiro do País e depende, essencialmente, da estabilidade monetária. Não obstante, é certo que determinadas providências muito podem concorrer para despertar o interesse nas aplicações em títulos governamentais.

A fim de disciplinar o uso do crédito público o Governo apresentará, oportunamente, um anteprojeto de lei, com fundamento no art. 5.º, XV, da Constituição, o qual deverá dispor sobre juros, resgates, amortizações, aplicação dos empréstimos e organização do mercado nacional de valores.

## 7. DIVIDA FUNDADA

Ainda não se conhece a posição dos saldos em circulação da dívida estadual e municipal, relativos a 1955, podendo-se, contudo, afirmar terem sido pequenas as alterações feitas nos totais de 17,6 e 2,7 bilhões, apresentados em 31/12/1954.

A dívida fundada da União elevou-se, de 1954 para 1955, de 10,451 para 10,558 bilhões de cruzeiros.

Um exame da situação dos empréstimos fundados do Governo Federal não nos conduz a conclusões otimistas. De um total de mais ou menos 10 bilhões de cruzeiros de títulos em circulação — representando menos de 20% da receita orçamentária e pouco mais de 2% da renda nacional — quase a metade é constituída pelas Obrigações de Guerra.

Com o intuito de regularizar a situação dos empréstimos federais, o Congresso aprovou projeto de lei que prevê a instituição de um fundo cumulativo para atender ao serviço da dívida, mantidas as taxas contratuais dos juros e garantida a amortização, segundo percentagens determinadas, estabelecendo, ainda, princípios normativos de intervenção do Governo no mercado de títulos.

## 8. DIVIDA INTERNA FLUTUANTE

A composição da dívida flutuante federal, no período de 1951 a 1955, foi a seguinte, em milhões de cruzeiros:

	1951	1952	1953	1954	1955
Restos a Pagar .....	3 107	2 821	4 734	6 037	8 188
Depósitos .....	2 110	2 506	2 809	3 179	3 720
Fundos e Provisões ....	829	1 947	1 913	4 399	6 733
Banco do Brasil .....	3 421	4 041	2 679	15 590	15 143
Outros Bancos .....	11	11	4	7	0
Letras do Tesouro .....	2 012	1 648	2 570	3	0
Letras de Câmbio .....	—	—	—	74	1
Outras Dívidas .....	1 048	1 055	—	1 304	1 116
Total .....	<u>12 538</u>	<u>14 029</u>	<u>14 709</u>	<u>30 593</u>	<u>34 901</u>

Para eliminar parte dos 15 bilhões do saldo devedor no Banco do Brasil, está em discussão no Congresso um projeto de lei autorizando uma nova encampação de emissões no total de 12 075 milhões de cruzeiros.

Essa providência se afigura indispensável, a fim de evitar uma insuportável pressão de encargos sobre o Tesouro, num momento em que o aumento de vencimento do funcionalismo civil e militar determina nova e pesada sobrecarga de despesas.

## 9. DIVIDA EXTERNA

Durante o exercício de 1955, o serviço normal de juros e amortizações da dívida externa brasileira absorveu \$ 11 817,744 e £ 4 918,653, assim distribuídos:

Empréstimos	Juros	Amortizações
União .....	{ £ 348 262	3 040 572
	{ \$ 2 105 886	5 194 296
Estados .....	{ £ 361 122	1 073 111
	{ \$ 968 450	2 904 086
Municípios .....	{ £ 69 785	25 801
	{ \$ 160 258	484 768

Os resgates efetuados importaram em £ 4 445 653 e ..... \$ 10 754 360, assim discriminados:

União .....	£ 3 176 650	\$ 6 415 160
Estados .....	£ 1 192 858	\$ 3 693 450
Municípios .....	£ 41 480	\$ 639 250
Grau 8 .....	£ 34 665	\$ 6 500

Quando o Governo se vê na contingência de recorrer às fontes do capital estrangeiro para novos investimentos, sob as formas aconselhadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico, vale ressaltar o fato de que os compromissos nacionais externos têm sido atendidos com regularidade e pontualidade. Sob esse aspecto, oportuno é acenar que, em apenas 12 anos, conseguiu o Brasil liquidar 80,63% de sua dívida em libras e 65,39% do seu débito em dólares, conforme demonstra o confronto dos saldos em circulação, em 1º de janeiro de 1954, do plano de resgate e amortizações aprovado pelo Decreto-lei nº 6 019, de 23 de novembro de 1943, com os existentes no último dia do exercício passado.

Em 1956, o Brasil despenderá £ 4 589 370 e US\$ 11 817 744 nos seus serviços regulares de juros e amortizações dos empréstimos nacionais em libras e dólares.

Quanto aos empréstimos franceses, o Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro de 1956, em vias de conclusão, dispõe sôbre as soluções finais para os 30 casos que ainda dependiam de estudos e entendimentos. Com a execução dêsse Acôrdo, o Govêrno Brasileiro poderá anunciar, para breve, a liquidação final dêsses débitos, nos quais se incluem títulos de empréstimos que se acham em circulação desde 1888.

A execução dos Acôrdos de Resgate de 1946 e 1951 permitiu a liquidação de títulos correspondêntes a 91,11% da dívida em francos-ouro e 81,44% da em francos-papel dos empréstimos federais, estaduais e municipais que circulavam em 1945.

No que diz respeito ao pequeno saldo, ainda em circulação, no total de fls. 3 582 300, do único empréstimo emitido em florins (São Paulo — 1921), uma Comissão especial estuda o assunto.

### III — Perspectivas para 1956

#### 1. ORÇAMENTO PARA 1956

A proposta orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 1956 previa um *deficit* de 2 269 milhões de cruzeiros, resultante de uma Receita Geral, estimada em 62 673, e de uma Despesa Geral, calculada em 64 943 milhões de cruzeiros.

A lei orçamentária votada pelo Congresso Nacional elevou a estimativa da Receita Geral para 70 960 milhões de cruzeiros e fixou a Despesa Geral da União em 71 505 milhões, resultando, portanto, a previsão de um *deficit* de 545 milhões de cruzeiros.

A majoração da despesa, no valor de 6 562 milhões de cruzeiros, feita pelo Congresso Nacional, incidiu, quase que exclusivamente, sôbre os gastos de transferência, desenvolvimento econômico e social e investimentos. As despesas de custeio foram mantidas no nível proposto pelo Executivo e mesmo ligeiramente reduzidas. Todavia, dada a antecedência de mais de um ano, com

que são elaboradas as propostas de orçamento das diversas repartições, e as perspectivas de alta de preços das mercadorias e serviços, é bastante provável que, no decorrer da execução orçamentária, surjam necessidades incontornáveis de suplementação do orçamento.

Acontece, porém, que não estão previstas na lei orçamentária as despesas com o aumento dos vencimentos do pessoal militar e com o reajustamento das remunerações do funcionalismo civil. Aprovado esse reajustamento, nas mesmas bases do aumento concedido ao pessoal militar, e entrando a vigorar no exercício de 1956, pode-se concluir que as despesas de custeio previstas no atual orçamento, serão acrescidas, incluindo as despesas de transferência, referentes ao aumento dos proventos do pessoal inativo e gastos com o reajustamento de salários do pessoal das autarquias.

Como não consta da lei orçamentária dotação para a cobertura total do *deficit* de exploração das autarquias industriais da União, dever-se-á ainda prever uma quota de cerca de 4 bilhões de cruzeiros para esse fim, além de uma outra de cerca de 1 400 milhões de cruzeiros para fazer face às despesas com créditos especiais, transferidos de 1955 para 1956.

Outro aspecto do reajustamento de vencimentos do Serviço Público Federal decorre do provável surgimento de reivindicações correlatas do funcionalismo estadual e municipal que, em última análise, redundarão ou na redução da respectiva capacidade de investimentos ou em pressão sobre o Banco do Brasil e a Carteira de Redescontos ou, finalmente, em recurso desordenado ao mercado de capitais. Não se deve esquecer, a esse respeito, que o *deficit* previsto nos orçamentos estaduais para 1956 já se eleva a 5 683 milhões de cruzeiros.

Há, portanto, perspectiva de um *deficit* da União, no próximo exercício, da ordem de 26 400 milhões de cruzeiros. O resultado definitivo deverá ser menor, pois a experiência indica que, durante a execução orçamentária, há sempre uma parte substancial de dotações votadas que, por dificuldades técnicas ou administrativas, permanecem no todo ou em parte sem aplicação.

## 2. MEDIDAS DE CORREÇÃO DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

O *deficit previsível*, no corrente exercício financeiro, assume proporções desastrosas. Medidas drásticas se fazem necessárias, no sentido de reduzir o vulto desse desequilíbrio suscetível de determinar fortíssima pressão inflacionária. Impõe-se, pois, que o Governo apele para as seguintes providências :

1. Adiamento das despesas e postergação de investimentos. Ficarão essas medidas, porém, dependendo da melhoria da situação, contanto que nenhuma obra ou serviços indispensáveis ao nosso desenvolvimento econômico e bem estar fiquem prejudicados.

2. Rápida aprovação do projeto de reajustamento da tarifa aduaneira. Esse reajustamento, segundo estimativas feitas ao início deste exercício, poderá proporcionar ao Tesouro um acréscimo anual de receita na progressão de 13 a 15 bilhões de cruzeiros. Infelizmente esse reajustamento importaria numa redução correspondente ao volume dos âgios cambiais.

3. Os gastos dos Ministérios, não incluídos entre as despesas e investimentos adiados, devem ser distribuídos de forma que não crie, nos meses de menor arrecadação, grandes pressões sobre o Tesouro.

4. Não preenchimento, durante este exercício, de cargos e funções públicas, a não ser em casos excepcionais ou de aproveitamento de candidatos habilitados em concurso.

5. Intensificação da fiscalização das rendas públicas, com a qual se deverá proceder à melhoria dos processos de arrecadação, impondo-se, para isso, o reaparelhamento das repartições arrecadadoras.

6. Reajustamento de taxas e emolumentos dos serviços federais fixados há muitos anos em níveis que não mais refletem o valor econômico do serviço prestado ou o respectivos custo.

7. Revisão geral das tarifas em vigor nos serviços industriais da União. Essa revisão, que se impõe como providência inadiável, concorrerá para reduzir, ao mínimo, os *deficits* das autarquias a serem cobertos pelo Tesouro Nacional.

Medidas dessa natureza, a serem levadas avante no exercício em curso, são recomendadas pela própria necessidade da correção do desequilíbrio financeiro. Constituem o primeiro passo para execução de um programa de desenvolvimento econômico do País, considerando-se que, reduzidas as pressões inflacionárias, estará aberto o caminho para um crescimento econômico harmônico e equilibrado, livre das distorções a que vem sendo sujeita a economia brasileira.

## Parte 5

### POLITICA MONETARIA

#### 1. MOEDA E CRÉDITO

A expansão do crédito bancário em 1955 foi da ordem de 14,3% enquanto em 1954 havia sido de 28,1%; caiu, pois, o ritmo de crescimento dos empréstimos, em virtude da diminuição da expansão do crédito ao público e a governos estaduais e municipais pelas Autoridades Monetárias. Estas aumentaram os empréstimos de, aproximadamente, 17% sobre 31 de dezembro de 1954, utilizando principalmente os seguintes recursos: acréscimo do papel-moeda em circulação (9 269 milhões), aumento dos depósitos dos Bancos comerciais junto àquelas autoridades (3 385 milhões) e aumento do saldo disponível de ágios e bonificações (2 309 milhões). Os Bancos comerciais não basearam sua ampliação creditícia, que foi de 11,4%, em fundos supridos pelas Autoridades Monetárias, mas, preponderantemente, em depósitos derivados, propiciados pela expansão primária de crédito daquelas Autoridades.

Para expansão total dos meios de pagamento, no montante de 25 952 milhões de cruzeiros, os setores internos contribuíram com 23 706 milhões, enquanto o setor externo participou com 2 246 milhões, ou seja, respectivamente, 91% e 9%. Assim, o balanço de pagamentos que exercera, em 1954, na igualdade das demais condições, nítida influência deflacionária, no ano passado colaborou na intensificação das pressões inflacionárias. Não obstante, 1955, em vista do comportamento mais moderado dos

setores internos, foi, do ponto de vista da intensidade da inflação, mais favorável que 1954. Com efeito, a expansão dos meios de pagamentos, destinada a financiar o *deficit* da União, foi, em 1955, relativamente menor do que em 1954. O ritmo de crescimento dos empréstimos ao Tesouro Nacional e a outras entidades públicas declinou, diminuindo de 13,4 bilhões de cruzeiros para 11,1 bilhões de cruzeiros. No total dos meios de pagamentos, a moeda em poder do público aumentou, de 1954 para 1955, em 8 082 milhões de cruzeiros, isto é, 16,5%, enquanto a moeda escritural passava de 102,5 para 120,4 bilhões de cruzeiros, ou seja, 17,4% a mais em relação ao ano anterior.

## 2. MEDIDAS ANTIINFLACIONARIAS

Com o propósito de compensar os efeitos inflacionários provenientes do desequilíbrio financeiro do setor público, procurou o Governo, desde o fim de 1954, adotar medidas corretivas que em essência constaram:

- a) da elevação da taxa de redesconto;
- b) do aumento dos depósitos obrigatórios dos Bancos à ordem da SUMOC;
- c) da fixação de tetos para os empréstimos das Carteiras do Banco do Brasil.

Além dessas providências, com o objetivo de disciplinar a concorrência entre os Bancos, fixaram-se limites máximos para os juros abonados a depósitos.

## 3. TAXA DE REDESCONTO

A primeira medida monetária de caráter antiinflacionário foi a revisão das taxas para as operações de redescontos. A taxa vigente, que era de 6% aa. para as operações comuns em geral, foi elevada para 8% nas duplicatas e 10% nas promissórias. A taxa de redesconto de contratos de penhor agrícola e pecuário da Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil, que, pela legislação em vigor, deve situar-se pelo menos dois pontos abaixo da taxa vigente para as operações comuns de redesconto, passou de 4% para 5%. Por outro lado, foi reduzida de 6% para

3% a taxa de juros dos empréstimos da Carteira de Redesconto a Bancos, com garantia de Letras do Tesouro.

A elevação das taxas de redesconto, a par de seus efeitos diretos sobre a disposição dos Bancos de utilizarem o crédito das Autoridades Monetárias, representou um aviso destas últimas a todos os setores da economia nacional de que a orientação vigente era a de contenção do crédito.

A par da elevação acentuada das taxas de juros cobrados nas operações comuns, a Carteira de Redescontos passou a adotar normas mais rigorosas para a realização de novas operações e a discriminar contra os títulos representativos de créditos concedidos ao setor imobiliário.

Com o intuito de reduzir a capacidade de expansão de crédito dos bancos comerciais, em fins de 1954 o Governo estabeleceu, para os depósitos obrigatórios dos Bancos à ordem da SUMOC, as percentagens máximas que a lei permite.

Todavia, como o objetivo não era reduzir o nível de crédito, mas conter a sua expansão, ficou estabelecido que os novos limites de depósitos obrigatórios se aplicariam gradativamente e apenas aos bancos, que viessem a registrar, a partir de novembro, aumentos de depósitos em relação ao saldo máximo no fim do mês atingido no ano de 1954, até outubro. Dos aumentos de depósitos verificados segundo esse critério, 50% seriam recolhidos à SUMOC, até serem alcançadas as percentagens globais de 14% do total dos depósitos à vista e de aviso prévio até 90 dias e de 7% do total dos depósitos a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais. Para os Bancos situados no Estado de Sergipe e nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, a taxa de recolhimento foi fixada em 30%.

Estabeleceu-se, também, ainda, em 1954, que metade do valor dos recolhimentos mencionados podia ser efetuado em Letras do Tesouro, o que a um tempo reduzia o impacto desfavorável da medida sobre os custos de administração dos Bancos, aliviava temporariamente a pressão do Tesouro Nacional sobre o Banco do Brasil e preparava terreno para a adoção de um plano de

colocação permanente e em bases voluntárias de tais títulos junto aos Bancos e outras instituições financeiras. Contudo não foi possível pôr, ainda em 1954, Letras do Tesouro à disposição dos Bancos, porque o exercício financeiro estava terminando, e o Tesouro Nacional está obrigado por lei a resgatar dentro do mesmo exercício as letras emitidas; somente em 1955 puderam os Bancos adquirir as letras em aprêço.

Com a finalidade de obviar os inconvenientes da Legislação vigente sobre emissão de Letras do Tesouro, o Poder Executivo enviou ao Congresso, em março de 1955, projeto de lei autorizando o Tesouro a emitir letras vencíveis em prazos variáveis entre sessenta dias e três anos de data, podendo as emissões ser feitas em séries de tipos e juros diferentes, com a limitação máxima global de dez bilhões de cruzeiros. Até o presente, contudo, essa indispensável autorização não foi concedida pelo Congresso.

#### 4. LIMITAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Outro ponto básico da política monetária estabelecida no último trimestre de 1954 e continuada em 1955 foi a fixação de tetos para as operações de empréstimos das diversas Carteiras do Banco do Brasil, o qual se transformara no principal foco de expansão de crédito, não somente em decorrência das pressões sofridas por parte das entidades públicas, especialmente do Tesouro Nacional, mas também em virtude da expansão de empréstimos à produção e ao comércio.

Cabe registrar, para uma avaliação objetiva da política adotada, que a orientação aprovada para elevação das taxas de descontos e dos depósitos compulsórios dos Bancos à ordem da SUMOC foi revogada em maio de 1955, tendo vigorado pouco mais de seis meses.

Em compensação foram suspensas as compras de café pelo Governo e adotadas medidas ainda mais rígidas quanto à expansão de crédito do Banco do Brasil. Uma nova tentativa de elevar

as taxas de redescontos teve ainda menor êxito, pois, adotada em novembro de 1955, foi revogada no mês seguinte.

A política monetária, adotada em 1954 e 1955, com o objetivo de conter a inflação, embora não tenha logrado inteiramente a sua finalidade, encerra uma experiência de singular importância para a formulação de novas diretrizes.

O meu Governo atacará, sem vacilações, o problema da inflação e, no combate sistemático que lhe dará, terá, na devida conta, os ensinamentos dos dois últimos anos.

## Parte 6

### COMÉRCIO EXTERIOR E PAGAMENTOS INTERNACIONAIS

#### 1. ASPECTOS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O desequilíbrio do balanço de pagamentos vem constituindo, de par com a inflação, um fato persistente na economia brasileira. Se bem nesses desajustamentos atuem fatores circunstanciais, operam também outros de natureza antes estrutural ou institucional.

Aliás, entre as causas do desequilíbrio nas transações com o exterior, figura, destacadamente, a inflação. A sobrevalorização do cruzeiro, que nela encontra a sua origem e vigorou até fins de 1953, ainda subsistindo, embora em grau muito menor e apenas para alguns produtos, exerceu, sem dúvida, um papel relevante no aprofundamento desse desajuste. Por um lado, ela tornava, com efeito, as importações cada vez mais baratas, relativamente aos produtos nacionais e à renda dos consumidores, estimulando, destarte, as importações. Por outro lado, exercia um efeito desincentivador sobre as exportações.

Distinguem-se, no problema do balanço de pagamentos do Brasil, dois aspectos fundamentais. Impõe-se, sem dúvida, de uma parte, a necessidade de equilibrar as nossas transações com o exterior; mas, de outra, o equilíbrio puro e simples não será suficiente, se se efetuar de sorte que reduza as importações a um nível

incompatível com a manutenção da atividade interna a pleno emprego e com um ritmo satisfatório de desenvolvimento econômico.

Em vez da simples redução drástica das importações que, a longo prazo, constitui uma política contraproducente, a orientação certa em matéria de balanço de pagamentos consiste em objetivar o equilíbrio através do aumento das exportações, o que resulta também na ampliação da capacidade para importar, condição essencial para um alto ritmo de desenvolvimento econômico.

## 2. CAPACIDADE PARA IMPORTAR

A capacidade para importar é o resultado de três variáveis: o volume das exportações; a relação de trocas, isto é, a relação entre os preços dos bens e serviços exportados e os dos importados; e, finalmente, o afluxo líquido de capitais estrangeiros. Nos últimos anos, confirmando uma tendência histórica, a entrada de capitais não tem sido suficiente nem mesmo para cobrir os encargos que deles decorrem, isto é, as remessas de rendas de investimentos. Desta maneira, o poder de compra externo do País tem dependido unicamente do volume das exportações e da evolução da relação de trocas.

## 3. O QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES

O volume, ou melhor, o *quantum* das exportações declinou sensivelmente nos últimos anos, devido a fatores de natureza estrutural, atinentes a fenômenos de longo prazo, e a fatores de ordem conjuntural, referentes a fatos de curto prazo.

Quanto aos primeiros, basta assinalar a natureza da composição dos produtos da exportação brasileira, cuja demanda não cresce em proporção com a renda dos países que os importam. No que se refere aos segundos — mais importantes na fixação dos aspectos essenciais da atual situação econômica — a ação combinada de dois fatores exerceu influência decisiva na determinação do volume das exportações brasileiras. Em primeiro lugar, cabe mencionar a sobrevalorização do cruzeiro e, em segundo lugar, salienta-se a inflação, que dominou a economia brasileira durante todo o período e que, ao elevar os custos dos produtos nacionais, os

tornou, assim, incapazes de concorrer no mercado internacional, dada a estabilidade da taxa de câmbio. A atuação conjugada desses fatores fez que o índice do *quantum* das exportações baixasse de um nível 100 em 1948 para um mínimo de 64 em 1952, conservando-se em todos os outros anos abaixo de 90.

#### 4. A RELAÇÃO DE TROCAS

Dado o *quantum* das exportações, a capacidade para importar do País é determinada pela relação de preços de intercâmbio. Como se mencionou acima, a economia brasileira experimentou nos últimos anos uma sensível melhoria sob este aspecto. Tomando-se como base o ano de 1948, verifica-se que o índice de relação de trocas atingia quase 250 em 1954. Conquanto a tendência se tenha invertido em 1955, caindo o índice para um nível ligeiramente inferior a 200, verifica-se que a melhoria da relação de trocas compensou, por larga margem, a queda do *quantum* das exportações e proporcionou ao país, durante o período que vai de 1948 a 1954, um aumento contínuo da sua capacidade para importar.

Apesar do alto ritmo de crescimento da capacidade para importar, tem sido ela superada pelas importações efetivas, sendo o excesso financiado, quer pela liquidação de reservas acumuladas anteriormente, quer pelo maior endividamento no exterior, possibilitado pela acumulação de atrasados comerciais e sua posterior consolidação em empréstimos de prazo médio.

A manutenção da capacidade para importar em nível alto é condição indispensável ao prosseguimento do progresso da economia a um ritmo satisfatório. Durante os últimos anos, a deficiência do "quantum" das exportações foi mais do que compensada pela melhoria da relação de trocas. A tendência destas inverteu-se, porém, em 1955, e as perspectivas quanto à sua evolução no futuro não são animadoras. Assim, a manutenção da capacidade para importar vai exigir um grande esforço de exportação nos próximos anos, o que reclama várias medidas ora em estudo, em regime de urgência.

## 5. BALANÇO DE PAGAMENTOS EM 1955

As transações correntes do balanço de pagamentos apresentaram, em 1955, um resultado negativo da ordem de US\$ 86 milhões, sendo US\$ 112 milhões de *deficit* na área das moedas conversíveis e US\$ 22 milhões e US\$ 4 milhões de *superavit*, nas áreas de conversibilidade limitada e de moedas inconversíveis. Contudo a entrada de capitais privados, seja sob a forma de investimentos, seja sob a forma de empréstimos ou financiamentos, mais do que compensou o *deficit*, encerrando-se o balanço de pagamentos propriamente dito com um *superavit* de US\$ 65 milhões, como se demonstra a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	Unidade: US\$ 1 000 000			
	Conversíveis	Conversibilidade limitada	Inconversíveis	Total
Resultado das transações correntes ( <i>deficit</i> , —)	= 112	22	4	— 86
Operações de capitais privados a médio e longo prazo e erros e omissões .....	109	38	4	151
<i>Superavit</i> ou <i>deficit</i> (—)	— 3	60	8	65

O *deficit* registrado na área das moedas conversíveis foi coberto por operações de capital a longo e curto prazo, enquanto nas demais áreas os *superavits* ocorridos foram utilizados na liquidação de débitos diversos, verificando-se, ainda, aumento de disponibilidades nas áreas de moedas conversíveis e de conversibilidade limitada.

## A BALANÇA COMERCIAL

No que tange ao intercâmbio comercial, registrou-se, em relação a 1954, queda de US\$ 182 milhões nas exportações e redução nas importações de US\$ 240 milhões, resultando um saldo no balanço comercial de US\$ 212 milhões.

Não obstante o declínio do valor das nossas exportações, o saldo da balança comercial foi superior em US\$ 58 milhões ao registrado em 1954, devido à política de contenção das importações.

## CAPITAIS PARTICULARES E OFICIAIS

As entradas brutas de capitais particulares em 1955 totalizaram US\$ 96 milhões, compreendendo US\$ 36 milhões de investimentos diretos (US\$ 16 milhões em moedas conversíveis, US\$ 18 milhões em moedas de conversibilidade limitada e US\$ 2 milhões em moedas inconversíveis), US\$ 26 milhões de empréstimos e US\$ 34 milhões de capitais não especificados.

O movimento de capitais oficiais a longo prazo apresentou aumento de entradas em relação a 1954, resultante dos empréstimos contraídos do grupo de banqueiros norte-americanos (US\$ 200 milhões), do Eximbank (US\$ 75 milhões).

No período de 1947/55, à exceção de 1953, foi o ano em foco o de maiores entradas de capitais de empréstimos (US\$ 216 milhões). Em compensação, registraram-se, também, no período, as maiores amortizações desses capitais, no montante de US\$ 119 milhões.

## RESERVAS DE OURO E DIVISAS

As reservas, em ouro e divisas, ascendiam a US\$ 378 milhões em 31-12-55, registrando-se, portanto, um acréscimo de US\$ 49 milhões em relação a 31-12-54. Decompõe-se em acréscimos de US\$ 27 milhões na área das moedas conversíveis e de US\$ 30 milhões na de moedas de conversibilidade limitada e em decréscimo de US\$ 8 milhões em moedas inconversíveis.

## 6. POLÍTICA COMERCIAL

Como aspecto preponderante na evolução da política comercial e de pagamentos internacionais em 1955, ressalta a realização do acôrdo multilateral de pagamentos com a Alemanha, Reino Unido (área da libra esterlina), Países Baixos e União Belgo-Luxemburguesa, o qual objetiva dar maior flexibilidade ao comércio com esses países e corrigir distorções oriundas do regime bilateral. Esse acôrdo representa um passo auspicioso no sentido do multilateralismo e tende a aumentar o número de países participantes.

## 7. SISTEMA CAMBIAL

Durante o ano de 1955, as transações internacionais do Brasil foram efetuadas dentro dos princípios do sistema cambial de taxas múltiplas, estabelecido pela Instrução n.º 70, de outubro de 1953.

Essa instrução — é conveniente registrar — foi o primeiro passo decisivo, uma vez que o sistema criado com a Lei 1 807 não deu resultado, no sentido do reajustamento da taxa cambial a uma situação compatível com a alta ocorrida nos custos internos de produção.

O nível das sobretaxas e das bonificações estabelecidas pela instrução 70 não foi, entretanto, suficientemente alto para incentivar decisivamente a exportação e reduzir a importação aos limites impostos pela nossa capacidade de pagamentos no exterior.

Tornou-se, por isso, necessário expedir novas instruções, importando em reajustamentos sucessivos. Em 1955, as bonificações à exportação foram elevadas através das Instruções n.º 112, 114, 115, 117 e 121. Ao encerrar-se o ano, a bonificação mínima era de Cr\$ 17,19 e a máxima, de Cr\$ 31,70. As sobretaxas sobre a importação também experimentaram modificações em 1955, sendo aumentados os níveis mínimos das categorias e também elevadas as sobretaxas incidentes sobre o petróleo e derivados e sobre as importações governamentais.

## 8. O COMÉRCIO EXTERIOR EM 1955

De um modo geral, prevaleceram, em 1955, condições adversas para o comércio exterior do Brasil. O principal produto de exportação, o café, tornou a sofrer, pelo menos na maior parte do ano, a retração dos mercados consumidores, a qual se havia iniciado em 1954, quando os preços atingiram o máximo, havendo expectativa de queda em futuro próximo. Este fato foi ainda agravado pela queda drástica nos preços de cacau e do próprio café, de um lado, e pela instabilidade do mercado internacional de algodão, de outro; para os outros produtos de exportação prevaleceram, entretanto, condições favoráveis. A taxa de câmbio mais atrativa, que vigorou, principalmente a partir da Instrução n. 112,

de janeiro de 1955, incentivou sobretudo as exportações dos produtos marginais.

Do lado das importações as condições que vigoraram também não foram as melhores. A limitada capacidade para importar e a necessidade de equilibrar o balanço de pagamentos fizeram que as autoridades limitassem ao máximo as importações não sujeitas à licitação e reduzissem drasticamente a quantidade de divisas lançadas nos leilões.

#### EXPORTAÇÕES

Estima-se o valor em dólar das exportações brasileiras, em 1955, em US\$ 1 372 milhões, o que representa uma redução de cerca de US\$ 190 milhões sobre o nível atingido em 1954. A quantidade de mercadorias vendida ao exterior, entretanto, experimentou um pequeno aumento, passando o índice do *quantum* das exportações de 74, em 1954, (1948 = 100) para 79, registrando-se, por conseguinte, um acréscimo de 7%.

#### CAFÉ

Conquanto tenham aumentado, relativamente ao ano anterior, as exportações de café ainda se ressentiram em 1955 de grandes dificuldades, resultantes principalmente da retração dos importadores americanos, ante a perspectiva de baixa de preço decorrente de possível modificação da política cambial do Brasil. De fato, no primeiro semestre do ano as exportações de café foram excepcionalmente baixas, atingindo apenas 5 190 milhões de sacas contra 5 312 milhões de sacas no mesmo período do ano anterior. No segundo semestre, porém, foram exportadas 8 506 mil sacas contra 5 605 mil no mesmo período de 1954. Foi só a partir do mês de junho que se começaram a recuperar as exportações de café. O resultado da retração foi que a nova safra encontrou ainda grandes estoques que se achavam nas mãos do I.B.C. ou de particulares.

Em 30-6-55 as disponibilidades montavam a 6,5 milhões de sacas, o que representa um aumento de 3,2 milhões de sacas sobre o estoque existente na mesma data do ano anterior. Com a nova safra estimada em 17,7 milhões de sacas exportáveis, a disponibi-

lidade de café para exportação no período 30-6-55 a 30-6-56 se elevava a 24,2 milhões de sacas, ou 21,0 milhões, se não se consideram os estoques em poder do I.B.C. Essa quantidade é muito superior à capacidade de absorção do mercado internacional para os cafés brasileiros. Desenhava-se, pois, uma perspectiva pouco animadora para o café, e todos os países produtores se preocuparam com o problema, havendo várias tentativas para se chegar a um acôrdo internacional do café. A inquietação, entretanto, arrefeceu um pouco com as geadas que caíram sôbre os Estados do Paraná e São Paulo e que atingiram pesadamente os cafêzais do Paraná, o que fará com que a produção exportável do Brasil, na safra 1956/57, seja inferior em 4 ou 5 milhões de sacas à safra corrente. Com isso, foram afastadas, temporariamente, as perspectivas de agravamento da crise do café, pela acumulação de excedentes dificilmente controláveis.

#### CACAU

Ao contrário do café, o cacau experimentou, em 1955, uma queda substancial nas exportações, ainda agravada por uma brusca redução dos preços, de modo que a receita cambial dêste produto caiu de US\$ 135,6 milhões no ano anterior para US\$ 81,5 milhões.

#### ALGODÃO

Tal como aconteceu com o cacau, as exportações de algodão acusaram, em 1955, uma grande baixa em relação ao ano anterior, sendo porém que, neste caso, a baixa das quantidades exportadas não foi agravada pela queda nos preços. A receita cambial proporcionada pelas exportações de algodão, em 1955, foi de apenas US\$ 119,8 milhões contra US\$ 223,1 milhões no ano anterior.

A causa principal da redução nas nossas exportações de algodão foi o sensível declínio nas disponibilidades para exportação. As volumosas exportações de 1954 só foram possíveis por causa da existência de estoques de safras anteriores e que foram liquidados naquele ano. É verdade que a instabilidade do mercado internacional do algodão, ante a ameaça de liquidação de estoques por parte dos Estados Unidos, também influiu, porém em muito menor grau, para reduzir as exportações brasileiras. Como

conseqüência da pouca disposição dos importadores estrangeiros para adquirir o algodão brasileiro, e da retenção de estoques por parte dos exportadores, na expectativa do aumento da taxa efetiva de câmbio aplicável às vendas do produto para o exterior, as autoridades cambiais se viram na contingência de, por duas vezes no decorrer do ano, aumentar a bonificação para o produto: a primeira, com a Instrução nº 112, de fins de janeiro de 1955, que classificou o algodão na segunda categoria, com uma bonificação de Cr\$ 18,70 por dólar; a segunda, com a Instrução nº 115, de maio, que transferiu o produto da segunda para a terceira categoria, sendo, conseqüentemente, aumentada a sua bonificação de Cr\$ 18,70 para C\$ 24,70.

#### OUTROS PRODUTOS

Se a posição do Brasil em 1955 com referência aos três principais produtos de exportação piorou sensivelmente em relação aos anos anteriores, a exportação dos outros produtos acusou aumentos substanciais que fazem prever uma recuperação e diversificação no *quantum* das exportações brasileiras.

Se a recuperação do nível global do *quantum* da exportação não deixa de ser animadora, a análise do *quantum* relativo a grupos de produtos revela uma tendência ainda mais favorável.

Parece, portanto, que a tendência declinante do *quantum* das exportações — que atingiu o mínimo em 1952 e que nos dois anos seguintes permaneceu indecisa — apresentou em 1955 inversão auspiciosa, sendo de esperar que, estabelecidas condições favoráveis de política comercial e cambial, a orientação positiva se mantenha nos próximos anos.

#### IMPORTAÇÕES

O valor C.I.F. da importação elevou-se, em 1955, a 1 361,3 milhões de dólares, contra 1 633,5 milhões, em 1954, registrando-se, assim, uma redução de 272,2 milhões de dólares, ou seja, 16,7% em relação ao ano anterior. O *quantum* das mercadorias importadas também sofreu forte decréscimo. Efetivamente, o índice com base em 1948 = 100, que havia alcançado 212 em 1954, baixou,

em 1955, para apenas 198, o que significa redução relativa de 7%, comparativamente ao ano anterior.

Não se deve a redução das importações, em 1955, a uma diminuição efetiva da demanda por mercadorias importadas ou ao decréscimo no nível da atividade econômica. Relaciona-se, exclusivamente, de um lado, com um maior rigor das autoridades no que se refere ao licenciamento daquelas importações não sujeitas a licitação, e, de outro, à redução no valor de divisas oferecidas em leilão.

A queda na importação atinge principalmente as matérias-primas e os bens de equipamento. O índice do *quantum* das importações de matérias-primas caiu de 38% e o de equipamentos, de 17,4%, em relação a 1954.

No entanto, as importações de combustíveis e de trigo apresentaram ainda aumentos substanciais em relação ao ano anterior. O valor das importações de petróleo e derivados acusou em 1955 um pequeno aumento sobre o ano anterior. Em 1954, as importações deste grupo haviam alcançado 259,2 milhões de dólares, aumentando em 1955 para cerca de 271,8 milhões.

A redução na importação de matérias-primas em 1955 não terá sido de ordem que prejudique seriamente o funcionamento normal da indústria nacional, isto porque, no ano anterior, as importações haviam sido excepcionalmente volumosas, tudo indicando que tenha havido uma formação considerável de estoques utilizados em 1955 em complemento às importações correntes do ano

## 9. A DETERIORAÇÃO DA RELAÇÃO DE TROCAS E A CAPACIDADE PARA IMPORTAR

A economia brasileira, como disse, experimentou em 1955 uma deterioração substancial de sua relação de trocas com o exterior. Em consequência, a capacidade para importar declinou sensivelmente. O índice da relação de trocas baixou de 247 (1948 = 100) para 194, caindo 21%. Regrediu, assim, o índice da relação de trocas ao nível de 1951. Esta é a situação para a média geral do ano. Como, porém, o declínio dos preços, tanto

para o café, quanto para o cacau, se foi acentuando no decorrer do ano, nos últimos meses de 1955, o índice da relação de trocas já havia descido a um nível bem inferior ao da média do ano. Em virtude desse comportamento, a capacidade para importar diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior, embora o *quantum* das exportações tenha aumentado de 7%.

#### 10. PERSPECTIVAS PARA 1956

As perspectivas relativas ao comércio exterior e ao balanço de pagamentos para 1956 não são animadoras. Os preços mais baixos que vigorarão para o café e para o cacau, a redução das quantidades exportáveis deste último produto e a instabilidade do mercado internacional do algodão tornam difícil que a receita com-bial proveniente desses três produtos iguale o nível de 1955. Compensar esta perda requer incremento substancial na exportação dos outros produtos.

Tendo em conta estas perspectivas desfavoráveis e considerando a necessidade de manter a capacidade para importar em nível satisfatório, o govêrno está estudando as medidas que adotará para promover o aumento do *quantum* das exportações e para a defesa dos preços dos principais produtos de exportação.

**Capítulo Sexto**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO**

## Parte 1

# DIRETRIZES E BASES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## I — Diretrizes e Bases

### 1. INTRODUÇÃO

Durante a campanha de candidato à Presidência da República, à medida que auscultava os anseios de progresso de tôdas as regiões do País, procurei assentar as linhas mestras de uma política de desenvolvimento econômico que me propus liderar na Chefia do Executivo.

Essa política, formulada no clima dos comícios eleitorais e homologada pelo Povo na manifestação livre das urnas, está sendo melhor definida e elaborada desde que assumi a responsabilidade do Governo.

O processo de tradução do esquema político enunciado em programas de ação e atos administrativos, exige um esforço vigoroso que vem sendo despendido, com entusiasmo e eficiência, desde os primeiros momentos da minha alta investidura.

Processa-se com rapidez o amadurecimento de planos e propósitos, aumentando, dia a dia, a confiança do Governo na realização de seus objetivos, não obstante as graves dificuldades da situação econômica e financeira do País.

Ainda não é possível apresentar, nesta primeira Mensagem ao Legislativo, com o grau de exatidão que se espera atingir em breve, o plano de ação do Governo nos vários setores de sua responsabilidade. É possível, entretanto, enunciar, em linhas gerais,

alguns dos programas de maior importância e atualidade, que já vêm sendo desenvolvidos pela administração.

Acredito oportuno resumir, neste ensejo, as teses principais da política de desenvolvimento econômico, expondo a atitude do Governo em relação ao tratamento de algumas questões essenciais à definição do espaço econômico no qual o País deverá viver, trabalhar e produzir.

Faço questão de acentuar que, em suas grandes linhas, as teses, esquemas e projetos enunciados neste capítulo da Mensagem constituíram os temas reiterados de minha campanha de candidato. Os problemas integrantes de uma política de desenvolvimento econômico têm sido a preocupação absorvente de todos os meus instantes como administrador, como político, como cidadão. O Povo brasileiro conhece o meu pensamento a respeito desse agregado de problemas e sabe do meu empenho em resolvê-los.

Não me seria lícito deixar de renovar e repetir conceitos, sugestões, pontos de vista, sobre os quais me coube a satisfação de emitir pronunciamentos.

## 2. A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Caracteriza-se a situação brasileira pela transformação que experimenta a estrutura econômico-social do País, ao passar da fase de subdesenvolvimento e de semicolonialismo para a do pleno desenvolvimento e completa emancipação. Como não podia deixar de ocorrer, essa transformação se opera através de profundos desequilíbrios estruturais, que se manifestam, particularmente, na crise do intercâmbio exterior e na dos serviços de infra-estrutura, como os de transporte e energia. Demais, essa transformação repercute, perturbadoramente, no sistema da moeda e do crédito e nos padrões de vida da população.

Nada é mais falso, todavia, do que equiparar tais crises de transformação às crises de exaustão ou de decadência. Embora estas apresentem, freqüentemente, sintomas iguais, decorrem sempre de causas diversas e produzem efeitos opostos. A crise de transformação é fenômeno de crescimento. Por um lado, decorre

ela do progresso nacional, revelado, aliás, pela taxa vertiginosa de expansão; e, por outro lado, representa uma condição para que possa o País ser conduzido à etapa superior do pleno desenvolvimento.

Pretender solucionar a crise nacional com remédios prescritos para o único fim da estabilidade, como se fôsse o Brasil uma terra exausta e um povo cansado, necessitando de equilibrar as poucas forças que ainda lhe restassem, seria semelhante ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude, malgrado as deformações que tôdas as analogias acarretam.

Isso não deve, entretanto, levar ao extremo oposto de confundir inflação com desenvolvimento, presumindo que somente através de uma expansão inflacionária é que o Brasil poderá crescer e avançar. Muito pelo contrário, ainda que possa dar sensação temporária de euforia e prosperidade, a inflação estrangula o desenvolvimento econômico, pela distorção de investimentos que provoca e pelas tensões sociais que deflagra.

As dificuldades decorrentes do progresso nacional só podem ser superadas por um esforço contínuo para aumentar a capacidade nacional de investimento, orientado segundo as linhas de sua essencialidade, de sorte que se compensem as deficiências atuais da nossa infra-estrutura, mediante um incremento mais do que proporcional ao das atividades da superestrutura.

### 3. EXPANSÃO E DESEQUILÍBRIO

Se, por um lado, não é mais o Brasil uma nação puramente subdesenvolvida e semicolonial, por outro, sua economia ainda não é plenamente desenvolvida e emancipada. A atual estrutura econômica do Brasil se caracteriza pela sua transitoriedade.

Na fase de transformação por que passa, tem o Brasil revelado acentuado incremento da renda nacional e nitidas transformações estruturais.

O produto real cresceu, no período de 1939 a 1954, na proporção de 4,3% ao ano, e a população, em cerca de 2,5%. A produção agrícola aumentou na mesma proporção da popu-

lação, 2,5% ao ano, enquanto a produção industrial cresceu de 7,3% ao ano e os serviços, de 4,5% no mesmo período. A produção, que era representada quase inteiramente, antes de 1930, por produtos primários, tornou-se cada vez mais diferenciada e elaborada, de tal sorte que, em 1954, 28,9% correspondem à agricultura, 21,6% à indústria e os restantes 49,5% aos serviços, considerando-se a produção real.

Essa vertiginosa expansão econômica, que abrange setores tão amplos e se realiza em taxa tão acelerada, suscitou em contrapartida o crescente desnível que se observa entre a nossa capacidade de importação, cada vez menor, e a progressiva demanda de equipamento e de matérias-primas, destinados ao suprimento da indústria nacional. Isto provoca um desequilíbrio ainda mais grave entre a oferta de bens e serviços infra-estruturais e a procura cada vez mais acentuada de tais bens e serviços.

Como decorrência desses dois desequilíbrios e de outros fatores já examinados nesta Mensagem, desencadeou-se um surto inflacionário que tornou impossível a estabilidade dos custos e prejudicou o poder aquisitivo da população, cujos reajustamentos salariais, sempre em atraso em relação ao aumento dos preços, são logo anulados por nova carestia.

#### 4. A PRESENÇA DO ESTADO

O desenvolvimento econômico do Brasil só pode ser promovido por uma contínua e eficaz assistência do Estado às necessidades da produção, do empresário e do trabalhador nacionais. Entregue ao seu próprio destino, não conseguirá expandir-se, em virtude da heterogeneidade e descontinuidade do meio econômico, nem logrará vencer a competição internacional, dadas as circunstâncias em que sobressaem a deficiência de capitais e a incipiência dos recursos tecnológicos.

A assistência constante e eficaz que o Estado deve prestar ao empresário e ao trabalhador nacionais, se quiser, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico do País e incentivar o regime da iniciativa privada, tem de se traduzir primeiramente por um esforço de planejamento, no sentido de orientar a economia brasileira para a sua expansão. Basta atentar para

a circunstância de que até hoje não foi possível estabelecer, entre nós, de forma permanente, o hábito do planejamento, como o fazem as grandes nações subdesenvolvidas, — e numa época em que até os países de capitalismo adiantado se valem dessa técnica para defender seus interesses.

A presença do Estado, na batalha do desenvolvimento econômico de países retardatários, é uma condição de vitória no mundo de hoje.

A ação orientadora do Estado deve procurar eliminar as influências nocivas dos ciclos de prosperidade e depressão, que ocasionam imensos desperdícios de esforços, pela adoção de medidas que facilitem as transformações estruturais da economia.

Creio que o desenvolvimento orientado de nossa economia não deve decorrer do propósito único de aumentar o grau de intervenção do Estado, devendo, pelo contrário, substituir a intervenção esporádica e descoordenada pela formulação de um programa orgânico, dentro do qual a iniciativa privada conheça as metas gerais que o desenvolvimento econômico exige e os incentivos que o Estado está disposto a proporcionar.

Para esse fim, o programa de governo que me proponho realizar prevê, inicialmente, a adoção de um plano nacional de desenvolvimento, no qual se fixem os objetivos e as condições necessárias, para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa do progresso e emancipação do Brasil.

Não se trata de um plano global e rígido de economia nacional, mas de uma programação metódica de medidas governamentais, de objetivos e de metas para a iniciativa privada.

## 5. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na história do desenvolvimento econômico dos povos, há sempre um momento em que se ultrapassa a fase de consumo imediato da maior parte de bens produzidos, para se ingressar no ciclo em que um excedente de riquezas se acumula sob a forma de instrumentos de trabalho, de máquinas, de fábricas e de grandes empresas agrícolas. Principia, então, um processo de acelera-

ração do desenvolvimento econômico e verifica-se um enriquecimento cumulativo, com o adicionamento contínuo de novas fábricas e bens de produção. A concentração cumulativa de recursos, sob a forma de investimentos reprodutivos, tem-se mostrado, todavia, um processo moroso e muitas vezes marcado por inegáveis injustiças sociais. A intervenção do Estado, visando a provocar o aceleramento de investimentos reprodutivos e criar uma austera disciplina de consumo, torna-se uma imposição lógica nas regiões que, como o Brasil, estão hoje na fase inicial do processo de desenvolvimento econômico. Sua atuação é essencial, no sentido de atrair poupanças externas, em forma de capitais estrangeiros, que auxiliem a romper o conhecido círculo vicioso de uma renda baixa que não permite aumentar a capitalização, e uma capitalização que é reduzida pela renda, insuficiente para cobrir os consumos imediatos.

Cumprir que o Estado, de início, atue no sentido de aumentar os investimentos reprodutivos, incentivando ou impondo maior coeficiente de poupanças aos grupos de alta renda, propensos geralmente a consumos hedonísticos e ostentatórios, e à imitação dos padrões de consumo de povos que já alcançaram altos níveis de prosperidade.

A austeridade de gastos ou consumos das classes mais favorecidas não é apenas uma condição essencial ao aceleramento da capitalização e um exemplo para as classes que ascendem na escala social; é, também, um objetivo político capaz de fortalecer a doutrina da liberdade e da iniciativa privada. A disparidade de padrões de consumo no seio de uma sociedade pode ser um estímulo à ascensão social, quando não exagerada, mas será, certamente, um fermento de lutas de classes quando levada a extremos, freqüentes em países pouco desenvolvidos. Um clima de austeridade de gastos, de poupanças e de investimentos reprodutivos depende da clarividência das classes de alta renda, e, se esta não se manifestar, de uma ação decidida do Estado, educativa e impositiva.

Quando o mecanismo da acumulação de capitais é ainda primário, o pequeno acervo de disponibilidades para investimento

ração do desenvolvimento econômico e verifica-se um enriquecimento cumulativo, com o adicionamento contínuo de novas fábricas e bens de produção. A concentração cumulativa de recursos, sob a forma de investimentos reprodutivos, tem-se mostrado, todavia, um processo moroso e muitas vezes marcado por inegáveis injustiças sociais. A intervenção do Estado, visando a provocar o aceleramento de investimentos reprodutivos e criar uma austera disciplina de consumo, torna-se uma imposição lógica nas regiões que, como o Brasil, estão hoje na fase inicial do processo de desenvolvimento econômico. Sua atuação é essencial, no sentido de atrair poupanças externas, em forma de capitais estrangeiros, que auxiliem a romper o conhecido círculo vicioso de uma renda baixa que não permite aumentar a capitalização, e uma capitalização que é reduzida pela renda, insuficiente para cobrir os consumos imediatos.

Cumprido que o Estado, de início, atue no sentido de aumentar os investimentos reprodutivos, incentivando ou impondo maior coeficiente de poupanças aos grupos de alta renda, propensos geralmente a consumos hedonísticos e ostentatórios, e à imitação dos padrões de consumo de povos que já alcançaram altos níveis de prosperidade.

A austeridade de gastos ou consumos das classes mais favorecidas não é apenas uma condição essencial ao aceleramento da capitalização e um exemplo para as classes que ascendem na escala social; é, também, um objetivo político capaz de fortalecer a doutrina da liberdade e da iniciativa privada. A disparidade de padrões de consumo no seio de uma sociedade pode ser um estímulo à ascensão social, quando não exagerada, mas será, certamente, um fermento de lutas de classes quando levada a extremos, freqüentes em países pouco desenvolvidos. Um clima de austeridade de gastos, de poupanças e de investimentos reprodutivos depende da clarividência das classes de alta renda, e, se esta não se manifestar, de uma ação decidida do Estado, educativa e impositiva.

Quando o mecanismo da acumulação de capitais é ainda primário, o pequeno acervo de disponibilidades para investimento

exterior, em busca de situações que permitam ou facilitem o seu desenvolvimento.

Os países retardados são geralmente exportadores de matérias-primas ou produtos primários e importadores de produtos industriais. Acontece normalmente que a procura de produtos primários pelos países desenvolvidos cresce com menor intensidade, que a de produtos industriais, pelos países subdesenvolvidos, quando em ambos aumenta a renda por habitante. Há uma tendência persistente de desequilíbrio da balança de pagamentos, desfavorável para os países subdesenvolvidos, que, para ser corrigida, exige a atuação do Estado.

Essa atuação tem de se processar na limitação das importações, orientando-as para os setores de maior essencialidade e para os bens de capital, e no fomento das exportações. A limitação das importações se realizará de forma menos nociva, se resultar de um esforço interno de produção de substitutivos de importações, o qual deve ser um dos objetivos da política de desenvolvimento. O fomento às exportações e a eliminação das flutuações cíclicas dos mercados exteriores têm de ser perseguidos com o aumento da produtividade e a diversificação dos produtos oferecidos à exportação.

Já tive oportunidade de acentuar que a industrialização é a diretriz aconselhada para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial, e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Convém ainda repetir que a industrialização determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias-primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão-de-obra que se formam nos campos.

Outra política fundamental para acelerar o desenvolvimento econômico é a da distribuição e orientação do crédito, em termos de suplementação das poupanças privadas no quadro dos investimentos reprodutivos. Cabe ao Estado não só criar condições

que permitam os financiamentos a médio e longo prazo, mas ainda prover o sistema bancário de recursos adequados nos momentos próprios. Deverá promover-se, com determinação e segurança, o encaminhamento de poupanças coletivas para o financiamento de investimentos privados de relevante interesse nacional e para investimentos governamentais de base.

Compete ao Estado o dever de incentivar o aperfeiçoamento tecnológico e o aumento de produtividade dos investimentos, propiciando meios para a divulgação de novas técnicas e para a manutenção de escolas, laboratórios e centros de pesquisas, onde se possa formar uma inteligência apta a enfrentar os problemas complexos de criação, construção, controle e direção das entidades industriais e econômicas que caracterizam os países desenvolvidos.

Compete, ainda, ao Estado a missão de árbitro no livre jogo da economia para impedir o abandono das regras de moral e de justiça social que fundamentam a estabilidade de uma economia sólida e sadia. O processo do desenvolvimento econômico deve ser realizado sem sacrifícios exclusivos das classes trabalhadoras, mas, ao contrário, com a transformação dessas em participantes diretas dos benefícios do progresso. A margem de poupanças da coletividade dependerá, em última análise, de um progressivo acréscimo de produtividade do trabalhador, e isto se dará na medida em que o trabalho deixar de ser castigo e desalento, para se tornar uma esperança de melhores dias.

É ponto pacífico, segundo a demonstração dos mais eminentes economistas, que o desenvolvimento econômico não pode resultar unicamente de espontâneas combinações de forças econômicas. Importa conjugar-se nêle a iniciativa privada com uma firme política estatal, com um tipo de intervenção que se determine promover o desenvolvimento, criando condições que orientem e estimulem em vários sentidos a ação do empresário, sem tentar regular de forma alguma suas decisões individuais. Para fazê-lo, o Estado apelará para os instrumentos da política monetária, cambial, fiscal e alfandegária e para os próprios investimentos básicos.

A ação fiscal e econômica do Estado tem de coordenar suas várias atitudes ou pronunciamentos, orientando-as para

o fim primordial do desenvolvimento, com a maior unidade possível, e eliminando as contradições que com freqüência diminuem sua eficiência. A consideração de que o aumento da produtividade e da taxa de inversões condiciona todo o desenvolvimento econômico deve ter consequência para a política monetária, o regime tributário, os sistemas de crédito e os gastos do Tesouro, e para alcançar uma alta taxa de capitalização, não somente no setor público, mas também no setor privado.

A execução de uma política multiforme de desenvolvimento econômico deve ser orientada por um plano nacional, que estabeleça metas e linhas de ação coordenadas para o Governo e a iniciativa privada. Não devemos esquecer, todavia, que o segredo de um plano de desenvolvimento destinado a vencer será desencadear as forças do processo natural de acumulação econômica e limitar ao mínimo a intervenção estatal, sem fugir às circunstâncias impositivas dessa intervenção.

## 6. DIRETRIZES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Sou decididamente pelo princípio da livre empresa, consagrado no regime constitucional vigente. Tudo farei de minha parte para que o progresso do Brasil resulte principalmente da atividade incessante, inteligente e dedicada dos homens de empresa, onde quer que se encontrem, na lavoura, na indústria e no comércio, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

É meu propósito constante lutar pela criação do clima político, social e financeiro, indispensável à multiplicação e frutificação das empresas necessárias ao desenvolvimento do Brasil e ao êxito das realizações que os homens empreendedores tenham em mira. O Estado deve proteger a atividade privada, tendo em vista o bem-estar social, porque, como dizia Hamilton: «quem ajuda os negócios, ajuda a Nação». Esta minha convicção baseia-se em que, nesta altura de nossa vida econômica, o Estado já participa anualmente com a contribuição mais importante dos investimentos diretos da Nação; mesmo que o desejássemos, não poderia o Governo abalançar-se a participar deles mais profundamente, dado o elevado montante que se faz necessário para operar a

máquina governamental e o enorme *deficit* orçamentário. Assim, durante o meu Governo, aos homens de empresas de todas as nacionalidades que trabalham no Brasil confio o sagrado encargo de desenvolver o País, pedindo-lhes que apelem para suas poupanças, para o seu engenho, talento gerencial, conhecimentos técnicos e capacidade de produção, a fim de que se acelere o surto nacional de progresso, como jamais se fez.

Estou convencido, entretanto, de que a atitude do Governo no campo econômico não deve ser a da expectativa passiva, mas a de intervenção em apoio da iniciativa privada, orientando-a e suplementando-lhe os esforços, no sentido de acelerar-se o processo de acumulação de riquezas da coletividade e de divisão eqüitativa dos bens e benefícios do progresso.

Todavia, deverá essa intervenção processar-se no quadro de um plano de desenvolvimento, em que se defina, de forma clara, o campo de ação da iniciativa privada e se delimite objetivamente o âmbito de atuação direta do Estado, coordenando-se estes dois setores, de modo que se evitem atritos, inibições ou excessos de investimentos simultâneos a absorverem fatores de produção limitados, os quais infalivelmente geram pressões inflacionárias.

Um plano dessa natureza tem de ser um balanço cuidadoso de nossas necessidades em confronto com os recursos disponíveis. Tem de cingir-se a uma solução prioritária de objetivos, porque é preciso fazer primeiro as coisas primárias, isto é, as que fundamentam novos passos futuros. Deve ser, entretanto, um plano objetivo, realista, capaz de conduzir-nos a resultados positivos e não apenas a iniciar dezenas de projetos e não os concluir.

Não devemos, porém, desconhecer que um plano não é um fim, senão um meio para atingir objetivos desejáveis e um processo contínuo de previsão e programação que se adapta às condições emergentes. Planejamento é um processo progressivo, que se desenvolve de degrau em degrau — não é um quadro ou uma visão de Utopia, para usar a expressão do sociólogo.

Dentro da realidade atual de nossa situação econômica e financeira, a muitos parece inútil tentar um planejamento para nosso desenvolvimento econômico. De fato, a crise inflacionária, a

máquina governamental e o enorme *deficit* orçamentário. Assim, durante o meu Governo, aos homens de empresas de todas as nacionalidades que trabalham no Brasil confio o sagrado encargo de desenvolver o País, pedindo-lhes que apelem para suas poupanças, para o seu engenho, talento gerencial, conhecimentos técnicos e capacidade de produção, a fim de que se acelere o surto nacional de progresso, como jamais se fez.

Estou convencido, entretanto, de que a atitude do Governo no campo econômico não deve ser a da expectativa passiva, mas a de intervenção em apoio da iniciativa privada, orientando-a e suplementando-lhe os esforços, no sentido de acelerar-se o processo de acumulação de riquezas da coletividade e de divisão eqüitativa dos bens e benefícios do progresso.

Todavia, deverá essa intervenção processar-se no quadro de um plano de desenvolvimento, em que se defina, de forma clara, o campo de ação da iniciativa privada e se delimite objetivamente o âmbito de atuação direta do Estado, coordenando-se estes dois setores, de modo que se evitem atritos, inibições ou excessos de investimentos simultâneos a absorverem fatores de produção limitados, os quais infalivelmente geram pressões inflacionárias.

Um plano dessa natureza tem de ser um balanço cuidadoso de nossas necessidades em confronto com os recursos disponíveis. Tem de cingir-se a uma solução prioritária de objetivos, porque é preciso fazer primeiro as coisas primárias, isto é, as que fundamentam novos passos futuros. Deve ser, entretanto, um plano objetivo, realista, capaz de conduzir-nos a resultados positivos e não apenas a iniciar dezenas de projetos e não os concluir.

Não devemos, porém, desconhecer que um plano não é um fim, senão um meio para atingir objetivos desejáveis e um processo contínuo de previsão e programação que se adapta às condições emergentes. Planejamento é um processo progressivo, que se desenvolve de degrau em degrau — não é um quadro ou uma visão de Utopia, para usar a expressão do sociólogo.

Dentro da realidade atual de nossa situação econômica e financeira, a muitos parece inútil tentar um planejamento para nosso desenvolvimento econômico. De fato, a crise inflacionária, a

situação do comércio exterior e o clima de expectativa dos capitais estrangeiros que poderão auxiliar nosso trabalho, são elementos graves de indeterminação de nossa evolução econômica. Sou de opinião, entretanto, que essas mesmas condições impõem um esforço de ordenamento de programas e de atos, do Governo e da iniciativa privada. A descoordenação de investimentos e suas distorções podem ser parcialmente corrigidas, e incentivos podem ser criados para um trabalho mais produtivo.

Se nossa atitude, ao lutar pela realização de um plano de desenvolvimento, estiver marcada pela plena consciência das dificuldades econômicas do momento; se nossos planos de ação forem realistas e buscarem soluções economicamente acertadas para superação dos pontos críticos de nossa economia; se nos cingirmos e realizar apenas as obras e os programas de rentabilidade econômica imediata, atendidas as peculiaridades das várias regiões; se lutarmos contra os desperdícios, os gastos fantásticos e os desacertos na execução dos orçamentos públicos — acreditamos firmemente será possível a concretização de um plano de ampla e profunda significação para o nosso desenvolvimento econômico.

Uma análise minuciosa dos investimentos realizados pelo Poder Público nos últimos anos revela uma falta de orientação econômica realmente impressionante. Temos construído, sem plano e sem objetivo, numa escala inconcebível. A dispersão de recursos, numa multidão de empreendimentos mal concebidos e o início simultâneo de um número excessivo de obras estão a explicar, em inúmeros investimentos, a escassa ou nula eficácia dos dinheiros públicos empregados. De modo geral, as obras públicas consomem um tempo excessivo para sua realização. As pequenas verbas que resultam da pulverização dos orçamentos não permitem um ritmo satisfatório de construção, immobilizando investimentos por longos anos, até que se conclua o empreendimento programado e se comece a colher dele os resultados esperados. São conhecidos os exemplos de ramais ferroviários, de portos ou de açudes que absorvem verbas e mais verbas, por dezenas de anos, até que possam ser concluídas e tornar-se úteis.

Estou certo de que não nos faltarão recursos para a realização de um amplo programa de obras públicas, se soubermos aplicar bem o que já vimos gastando desordenadamente. Insisto em que a idéia geral do plano de desenvolvimento é acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas. O objetivo final do plano é aumentar o padrão de vida do Povo, abrindo-lhe oportunidades de melhor futuro.

Para atingir essas finalidades, é necessário um trabalho coordenado do Governo e da iniciativa privada. Ao Governo deve caber a realização de um certo número de objetivos que escapam ao âmbito da iniciativa privada, assim como lhe incumbe a função de criar condições que permitam ao investidor particular realizar empreendimentos de maior interesse para o conjunto da economia do país.

Os setores fundamentais do plano a realizar-se foram definidos, sinteticamente, no trinômio *energia, transporte e alimentação*. Um quarto setor, onde se atribui a maior parte do esforço à iniciativa privada, é o da *industrialização de base* que, além de fortalecer a longo prazo a estrutura da nossa economia, tem o sentido de contribuir para a melhoria imediata de nossa balança de pagamentos, com a expansão das indústrias substitutivas de importações.

Durante a fase preliminar de elaboração do plano, fixou-se como método de trabalho, a definição, sempre que possível de metas numéricas setoriais, a serem atingidas durante o quinquênio governamental. O estudo de um calendário, para a realização do plano, demonstrou que o primeiro ano de trabalho, isto é, 1956, deveria ser um período de preparação, com o estudo pormenorizado não somente de projetos, de elaboração legislativa e de decisões administrativas indispensáveis à obtenção de financiamentos, mas ainda de fixação de programas de gastos. Neste primeiro ano, não poderia o Governo fazer outra coisa senão aplicar o orçamento votado no ano anterior, que apenas em parte atende aos pontos fundamentais do plano. Além disso, ter-se-á de sustentar, neste primeiro ano, uma severa luta contra a infla-

ção, sendo, pois, desaconselhável, logo de início, uma expansão imediata de investimentos governamentais.

Sòmente a partir de 1957 tornar-se-á possível a metódica realização do plano, que em 1958, 1959 e 1960 deverá adquirir o ritmo indispensável à sua conclusão.

A idéia de fixar metas claramente definidas envolve a intenção de permitir a concentração de esforços nos setores que nos importa desenvolver com caráter prioritário, por serem pontos de estrangulamento da economia ou de germinação de atividades econômicas. Evidentemente, concentrar recursos e energias em determinados setores não significa o intuito de total abandono dos demais. O plano de desenvolvimento econômico não será a única e absorvente preocupação do Govêrno, que não pode esquecer as missões sociais e políticas que lhe impõe a condução de um Estado moderno. Será, todavia, o mais freqüente objeto de sua atividade.

Nossa tarefa mais urgente é a do enriquecimento coletivo. Na medida em que aumentarmos nossa produção *per capita* poderemos ampliar nossos serviços sociais, nossas universidades, escolas, hospitais, museus, centros de arte, entre tantos empreendimentos necessários e tornar estas conquistas da civilização acessíveis à classe média e aos trabalhadores. No momento, ainda temos de dedicar a maior parte de nossos esforços à criação da estrutura básica de nossa economia, de estradas, portos, usinas, indústrias de base, indústrias complementares da agricultura.

Um extenso trabalho de análise continuará a se processar, nos próximos meses, no aperfeiçoamento dos programas dos vários setores.

## II — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Compete ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, nos têrmos da sua legislação orgânica, conceder financiamentos ou garantias para empréstimos destinados, uns e outras, à execução de projetos que contribuam para o desenvolvimento da economia brasileira. Mais especificamente deve o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concentrar-se na execução de um programa de reaparelhamento dos sistemas de transportes,

aumento da capacidade de armazenamento, frigorificação e manutenção de gado, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e da agricultura.

Vem o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desdobrando normalmente suas atividades, desde o início de suas operações, em fins de 1952. A partir dessa época até dezembro de 1955, foram concedidos financiamentos que ascendem à importância de 8 152 milhões de cruzeiros. A este total devem ser adicionados perto de 2 bilhões de cruzeiros, correspondentes a projetos que se encontravam em fase final de encaminhamento em dezembro de 1955. Achavam-se devidamente contratados, ao encerrar o exercício, 47 financiamentos, vinculando compromissos que atingem perto de 6,7 bilhões de cruzeiros. Os financiamentos aprovados pelos órgãos deliberativos do Banco até 31 de dezembro assim se distribuíam, segundo os setores de atividade beneficiados (em Cr\$ 1 000) :

Armazenagem .....	73 000
Energia .....	2 661 503
Ferrovias .....	6 441 759
Indústrias básicas .....	754 316
Portos e navegação .....	128 835
Transportes diversos .....	76 000

Cêrca de 85 % do valor total dos financiamentos aprovados correspondem a empreendimentos cuja execução foi recomendada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

Durante o ano de 1955 observou-se apreciável expansão da atividade promocional do Banco, que conseguiu contratar 25 novas operações. Tais contratos envolvem responsabilidade da ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros. É evidente que o trabalho executado não deve ser mensurado apenas em função dos projetos aprovados, embora essa indicação seja a mais representativa das atividades do Banco. Dever-se-ia computar, ainda, o trabalho despendido na análise dos pedidos de crédito que foram denegados e na efetivação e fiscalização dos próprios financiamentos concedidos.

Forçoso é assinalar, porém, que a atividade promocional do B.N.D.E. não está sendo exercida na extensão e com a profundidade exigida pela pronta necessidade, que existe, de anular

os pontos de estrangulamento que entorpecem o desenvolvimento econômico do País. Contribuem para a ocorrência, sobretudo, de um lado, a insuficiência dos recursos financeiros colocados à disposição da entidade e, de outro, as dificuldades que vêm sendo observadas nos últimos tempos, no que concerne à mobilização de capitais em moeda estrangeira. O primeiro fator, evidentemente, tem influência direta, forçando a limitação da colaboração financeira do B.N.D.E. a uns poucos empreendimentos, selecionados mediante aplicação de critérios mais restritivos; o segundo elemento impede ou torna difícil a efetivação de iniciativas interessantes, já porque eleva o custo do equipamento além dos limites razoáveis, já porque demanda uma aplicação compensatória em moeda nacional, em volume mais elevado.

A principal fonte de recursos do B.N.D.E., como é sabido, tem origem na arrecadação, durante o quinquênio 1952/1956, do adicional ao imposto de renda, criado pela Lei nº 1 474, de 26 de novembro de 1951. Esses fundos, na conformidade de legislação posterior, são suplementados por depósitos compulsórios das caixas econômicas, institutos de previdência e companhias de seguro e capitalização. A previsão dos recursos de uma ou de outra forma colocados sob a administração do B.N.D.E. ascendia, segundo estudos efetuados quando da sua criação, a 17,3 bilhões de cruzeiros. Ocorre, entretanto, que não se tornou possível, em virtude da orientação geral seguida pelo Governo quanto à política financeira e de outras circunstâncias supervenientes, recorrer a todas as fontes originariamente previstas para a constituição dos recursos da entidade. Daí o fato de o B.N.D.E. ter tido à sua disposição, no quadriênio 1952/1955, apenas 3,7 bilhões de cruzeiros, incluindo-se neste total recursos provenientes de outras origens que não as de início previstas.

Enquanto, porém, as disponibilidades do B.N.D.E. decresciam, em termos absolutos e relativos, a demanda de financiamentos aumentava de ano para ano. Os pedidos de crédito, com efeito, atingiram perto de 34 bilhões de cruzeiros, em 1955, sendo que somente durante o exercício foram recebidas solicitações em importância correspondente a quase o dobro dos recursos efetivamente entregues à entidade. Ainda permaneciam em estudo, em 31 de dezembro, processos relativos a pedidos de financiamento

no montante de mais de 17 bilhões de cruzeiros, ou seja, o correspondente a toda a receita que o B.N.D.E. deveria arrecadar no quinquênio.

Está o Governo vivamente interessado em assegurar ao B.N.D.E. os recursos mínimos indispensáveis para que a sua ação de fato se torne uma força propulsora do desenvolvimento econômico do País. Providências têm sido tomadas nesse sentido, sobressaindo entre as mesmas a proposta para que sejam prorrogadas as medidas de ordem financeira, estabelecidas na legislação básica da entidade. O projeto de lei que consubstancia essa providência já está sendo considerado, havendo sido encaminhado ao Congresso Nacional em junho de 1955. A sua aprovação, além de proporcionar recursos para a realização de um programa mais extenso de desenvolvimento econômico, evitará solução de continuidade ou queda do ritmo de execução nos empreendimentos em curso de realização, que poderá determinar graves conseqüências para a economia brasileira, em geral, e para o B.N.D.E., em particular.

## Parte 2

### POLÍTICA DE AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

#### I — Agricultura e Alimentação

##### 1. SITUAÇÃO BRASILEIRA

O desenvolvimento econômico, em país como o Brasil, supõe gradual transferência de parte da população rural para os centros urbanos, onde nascem e crescem as indústrias e os serviços. Isto, entretanto, deve ser feito sem que diminua a produção de bens agrícolas, pois a sua procura aumenta com a renda social.

Como pode o setor agrícola da economia resolver esse problema, é assunto polêmico. Não há dúvida, porém, que não o fará sem a mudança da estrutura econômica, técnica e jurídica da atividade rural: não há industrialização, sem um processo qualquer de reforma agrária.

· Não raro com duvidosa finalidade, a reforma agrária tem sido associada a um tipo específico: o do parcelamento da terra.

Esse, porém, não é o único caminho para criar as condições agrícolas imprescindíveis à industrialização. O Brasil tomou o caminho do desenvolvimento industrial, independentemente de medidas daquela natureza. Estamos fazendo, pois, nossa reforma agrária, embora em termos que não correspondem à expectativa de muitos de seus apregoadores.

Cumprido reconhecer que a agricultura brasileira tem respondido satisfatoriamente ao duplo desafio da industrialização: a liberação de mão-de-obra em ritmo e medida suficientes para assegurar a oferta elástica de força de trabalho aos setores não agrícolas, e a expansão do suprimento de bens agrícolas aos mesmos setores. Esse ajustamento, entretanto, tem-se feito ao acaso, sob o influxo de violentas flutuações nos preços, alternando-se a escassez com a superabundância antieconômica, pressionando-se o sistema de transportes, os serviços básicos, as indústrias de bens de capital e o balanço de pagamentos. Noutros termos, o conjunto de transformações que corresponde à nossa reforma agrária ocorre como resultado de uma crise continuada, que só se resolve num ponto para renascer, sob outra forma, adiante. Ao Estado compete facilitar a transição e intensificá-la, rompendo os pontos de estrangulamento que inevitavelmente gera, na agricultura propriamente dita e fora dela.

Os principais dentre esses pontos de estrangulamento são : os transportes; os meios de armazenamento e ensilagem; o suprimento de fertilizantes e inseticidas; os meios de trato mecânico da terra; finalmente, a preparação de pessoal qualificado.

#### DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

A caracterização do Brasil como país essencialmente agrícola já não se ajusta à realidade econômica com a antiga precisão. A indústria está-se expandindo com tão vigoroso impulso que, a cada ano, conquista mais destacada posição no quadro da riqueza nacional. Mesmo em volume físico, o crescimento da produção industrial sobrepassa muitas vezes o ritmo evolutivo da produção agrária, a ponto de inquietar alguns observadores. No que pese a opinião desses estudiosos, o Governo não vê naquele desequilíbrio uma ameaça ao desenvolvimento harmônico do País. O processo da industrialização parece-lhes artificioso porque estão

imbuidos de pontos de vista que não vacilo em qualificar de pessimistas e até desfavoráveis ao progresso nacional. Se uma tradição secular define este País, no campo internacional, como fornecedor de matérias-primas, no campo nacional é dever de seus cidadãos envidar esforços para modificar esta situação de inferioridade. Não somos produtores de bens primários por inelutável vocação hereditária. As contingências que têm obstado a mais rápida superação desse estágio econômico devem ser caracterizadas, para o êxito de uma política de desenvolvimento ajustada às aspirações nacionais.

#### FOMENTO DA PRODUÇÃO

A justificação do desajustamento agrícola-industrial não implica aceitação pacífica das condições em que se desenvolve a lavoura no Brasil. Reconhece-se que o crescimento da produção rural está retardado, tanto mais que o progresso industrial impõe maiores contingentes de matérias-primas, e a expansão urbana, cada vez mais abundantes gêneros de alimentação. Tem sido tão forte a pressão dos mercados consumidores, que a indústria de produtos alimentares passou, ultimamente, a constituir o ramo de maior expressão dentre as manufaturas brasileiras, assinalando aumento de valor da produção superior ao da sólida e tradicional indústria têxtil. O abastecimento da população urbana em progressão, e o atendimento da crescente demanda industrial, exigem, conseqüentemente, redobrado esforço dos produtores rurais, para que não sobrevenha o colapso dos suprimentos.

Não se pode perder de vista, por outro lado, o problema da exportação, que se alia ao alimentar para dar ênfase à importância da atividade agrícola, na vida nacional. Estou certo de que, na fixação da política econômica e da orientação cambial-tarifária brasileiras, cumpre ter sempre presente o fato de que os produtos agrícolas, de tipo tropical, constituem praticamente a única fonte de recursos para a sustentação do intercâmbio com o exterior.

#### PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

A assistência à produção primária de bens de exportação precisa alcançar resultados positivos em duas frentes distintas, embora relacionadas: a manutenção dos preços na paridade in-

ternacional, e o incremento das transações. É óbvio que a expansão dos negócios depende fundamentalmente do acerto de uma política de preços que impossibilite a formação de «gravosos» dificilmente vendáveis. Admite, contudo, outros fatores de não menor importância, dentre os quais devo salientar a conquista de novos mercados e a diversificação da pauta de produtos exportáveis.

A política de contenção dos preços agrícolas de exportação deve traduzir-se em providências que reduzam os custos da produção, afigurando-se de natureza marcadamente econômica, em vez de financeira ou cambial. Depara-se, assim, com a alternativa que está impressionando vivamente o Governo: ou se adotam providências para racionalizar a agricultura, aumentando-lhe a produtividade, sobretudo no setor de exportação, ou a debilidade progressiva do comércio exportador, limitando cada vez mais os meios externos de pagamento, infletirá sobre o próprio desenvolvimento da indústria, com reflexos negativos ao progresso nacional.

É sintomático o gradativo decréscimo dos índices produtivos das lavouras de exportação. Nos últimos quinze anos, o ritmo de crescimento das três principais culturas de exportação tem-se descompassado rapidamente, em relação ao desenvolvimento demográfico do País, de forma que, a cada ano, diminui a quota *per capita* da produção exportável.

A quantidade de café produzido em 1940 — quando a crise da lavoura cafeeira já inquietava os círculos econômicos — correspondia à média de 24,4 quilos por habitante, assinalando, aliás, grande redução sobre o nível alcançado dois anos antes (35,6 quilos). Desde então, apesar da ascensão dos preços e das condições favoráveis do mercado, esta quota tem decrescido ainda mais, atingindo 20 quilos por habitante, em 1955. Com o algodão, os índices de produção *per capita* revelaram igual tendência, embora na última etapa do período se tenham timidamente revigorado. Entre 1940 e 1955, a quantidade produzida de algodão em pluma baixou de 11,4 para 7 quilos por habitante. Oscilações para mais, eventualmente registradas na produção *per capita* do

cacau, não mascaram a propensão para o declínio: da ordem de 3,1 quilos por habitante em 1940, a produção caíra para 2,6 quilos em 1944, e ainda menos, nos anos subseqüentes.

#### PRODUTOS DE CONSUMO INTERNO

O volume da produção agrícola, destinada ao consumo interno, denota, ao contrário, paulatino crescimento, em confronto com a população. Nos três últimos lustros, multiplicou-se três vezes mais rapidamente do que os efetivos demográficos. Assim, a produção *per capita* das principais culturas alimentícias experimentou apreciável aumento, a exemplo da cana-de-açúcar, que passou de 541 para 689 quilos por habitante; do arroz, de 38 para 67 quilos; da batata, de 10 para 15 quilos; da mandioca, de 173 para 249 quilos; ou do trigo, de 2,5 para 17 quilos. Certos setores da lavoura de nutrição, entretanto, não acompanharam a ascensão geral. Entre eles, encontram-se duas culturas básicas para a alimentação do nosso povo — o feijão e o milho — o primeiro, com índices praticamente estacionários, e o segundo, em franco decurso de produtividade *per capita*.

Por animadoras que sejam as conclusões decorrentes do quadro anterior, não posso considerar satisfatório o desenvolvimento da agricultura destinada ao mercado interno, desde que o volume global da produção ainda é manifestamente inferior à demanda nacional. Os problemas agudos do abastecimento não se circunscrevem ao campo da distribuição, embora aí se localizem fatores preponderantes de desorganização.

Acredito que, no campo da produção, também há muito que ativar, para ajustá-la, quantitativa e qualitativamente, aos padrões ideais de consumo, ainda não atingidos em nossa terra. Se for conseguido, até 1960, o aumento global de 30% — um dos objetivos da política econômico-social do Governo —, ter-se-á obtido, àquela data, substancial acréscimo dos quantitativos *per capita* da produção primária, destinada à alimentação, considerando que, no mesmo quinquênio, o efetivo demográfico nacional deverá aumentar apenas de 12 a 13%.

## PERSISTÊNCIA DOS MÉTODOS EXTENSIVOS

O crescimento da produção agrícola, de modo geral, continua a dever-se ao alargamento das áreas de cultivo, característica irrecusável de agricultura tipicamente extensiva. As estatísticas referentes ao exercício de 1955 atribuem, para as 48 mais importantes culturas rurais, a área de 21,2 milhões de hectares, e a produção de 81,3 milhões de toneladas. A simples divisão revela que o rendimento médio das terras cultivadas não ia além de 3,8 toneladas anuais. Ora, cinco anos antes, a produção global das mesmas 48 culturas atingira 66,6 milhões de toneladas, obtidas em uma área de 17,9 milhões de hectares — o que indicava o rendimento médio de 3,7 toneladas anuais por hectare cultivado. Como se vê, a produtividade da terra manteve, praticamente, os mesmos níveis quantitativos, no mesmo quinquênio em que o rendimento da indústria experimentou apreciável incremento.

Também por esse motivo, o desenvolvimento da agricultura brasileira não entusiasma o observador prevenido. Em época que se define, no campo da produção, pela concentração de esforços tendentes a multiplicar os índices de rendimento, é inaceitável a situação rotineiramente estacionária, peculiar à lavoura brasileira. A ampliação das fronteiras econômicas do País, pelo aproveitamento de novas áreas geográficas, não se deve realizar como decorrência do declínio da produtividade nas zonas mais antigamente cultivadas. A conquista de solos virgens terá tanto maior significação econômico-social, quanto mais substancialmente contribuir para o aumento real da riqueza agrária, em vez de simplesmente suplementar deficiências decorrentes da exaustão das terras.

O clima de euforia econômica, típico das zonas pioneiras, deve-se obviamente às condições de fertilidade comuns aos terrenos recém-incorporados. Não perdura, contudo, por período dilatado. Logo sobrevém o esgotamento dos solos avarentamente explorados — e o círculo vicioso completa mais um elo, na sua marcha imprevidente. Uma das mais modernas e férteis regiões agrícolas do Brasil, o Norte do Paraná, já possui zonas perfeitamente caracterizadas, do ponto de vista da produtividade da

terra: na zona «velha» — que conta somente três décadas de exploração — os rendimentos agrícolas correspondem algumas vezes a menos da terça parte dos índices alcançados na zona «nova», ainda em desbravamento.

## 2. PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O incremento da produção agrícola, nos dois setores tradicionais — exportação e abastecimento interno — pressupõe medidas consubstanciadas, em linhas gerais, no plano de Racionalização da Agricultura, que apontei como ponto básico do programa de desenvolvimento nacional. A racionalização da agricultura, como entende o Governo, deve fundar-se em um complexo de fatores de natureza científica, técnica, industrial e comercial. Sintetiza programas específicos de aperfeiçoamento e modernização dos métodos de cultivo, mecanização, conservação e enriquecimento do solo, irrigação e drenagem, defesa sanitária, racionalização dos processos distributivos dos produtos rurais.

### APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS DE CULTIVO

As conquistas da ciência agrônômica dificilmente penetram o meio rural, onde se fazem necessárias. Grande parte dos agricultores opõe-se à introdução dos métodos racionais de cultivo, cujos resultados, aparentemente, lhes contrariam os interesses. Ao ônus decorrente da adubação, da defesa contra a erosão, da rotação de culturas, da mecanização ou irrigação, preferem, com intuítos imediatistas, ampliar a área de trabalho, pela incorporação de terras ainda virgens. É uma praxe agrícola, no Brasil, a manutenção de áreas incultivadas, a título de reserva, para a transposição das culturas, quando sobrevier o esgotamento dos terrenos cultivados; a área de «terras incultas» correspondia a sexta parte da extensão dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950.

O aperfeiçoamento dos processos agrícolas há de fundamentar-se na educação adequada do trabalhador rural e na melhoria dos conhecimentos técnicos de fazendeiros e capatazes. A intervenção do Estado deve traduzir-se na persuasão, no convencimento, na demonstração material. Exige a formação de grande número de agrônomos, veterinários, químicos, botânicos,

devotados tanto à pesquisa, nos laboratório, quanto à prática e ao ensinamento, nos campos.

Quando candidato à Presidência da República, esbocei um plano destinado a complementar a ação dos campos de demonstração e fazendas experimentais do Governo, que tenho a honra, como Chefe do Executivo, de apresentar à consideração dos especialistas. Consistiria na seleção, dentro de cada município agrícola do País, de estabelecimentos agropecuários, onde seriam introduzidas as modernas técnicas agrônômicas e zootécnicas, mediante prévio planejamento. Os técnicos oficiais estudariam os métodos de cultura ou criação adequados a condições ecológicas e à situação financeira mediana da região. Patrocinariam a obtenção de financiamentos e acompanhariam o trabalho programado, de modo que se transforme cada fazenda em estabelecimento modelar, preservando-lhe as características de livre empresa.

#### ENTROSAMENTO ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS

O êxito desse programa de Racionalização da Agricultura não depende exclusivamente da ação federal. Requer estreita cooperação entre a União e as Unidades Federadas, mediante íntimo entrosamento dos órgãos executores da política agrária, nas diferentes esferas de governo. Considerarei, durante a campanha presidencial, a necessidade de se ajustarem o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados, para a elaboração de um plano conjunto de trabalho, que elimine a multiplicidade de serviços congêneres e a desarticulação das atividades. Partindo desse esquema de colaboração administrativa, poderiam ficar a cargo da União os serviços de pesquisa, ensino e experimentação agrônômica e veterinária, de padronização de produtos, de fiscalização sanitária animal e vegetal. As Unidades Federadas caberia o fomento da produção, através de campos de demonstração ou cooperação, os serviços de assistência agrônômica e veterinária aos fazendeiros, a manutenção de hortos florestais, campos de sementeira, tanques de piscicultura, estações de monta, escolas de formação de capatazes rurais e técnicos agrícolas de nível médio.

## FERTILIZAÇÃO DO SOLO

A par da maior difusão de técnicas racionais de cultura, estribadas no conhecimento científico do solo e na aplicação dos modernos conhecimentos agrônômicos, compete ao Poder Público estimular a produção nacional de adubos e fertilizantes, como meta preliminar para o lançamento, em proporções nacionais, de uma campanha sistemática de defesa do patrimônio rural e pela recuperação dos terrenos que sistemas empíricos de exploração levaram ao esgotamento. Acredito que a mentalidade progressista da maioria dos nossos agricultores facilmente admitirá a fertilização como corretivo para a esterilidade dos terrenos, se lhes forem proporcionados adubos em condições e por preços vantajosos. O sucesso, que as experiências de adubação invariavelmente têm alcançado, criou, a meu ver, um clima psicologicamente favorável ao seu mais largo emprêgo, que no entanto esbarra com dificuldades de outra natureza: altos preços e escassez dos produtos importados.

Tornam-se urgentes medidas enérgicas para atender a essa exigência daqueles setores de nossa população agrícola. Para isso, meu Governo tenciona impulsionar ao máximo a produção nacional de fertilizantes e corretivos, cuja demanda está crescendo com rapidez: em 1919, o consumo aparente foi de apenas 8 000 toneladas de adubos importados, ao passo que, nos últimos anos, quando importamos cerca de 350 000 toneladas anuais, já produzíamos 220 000 toneladas, o que corresponde ao consumo aparente de 570 000 toneladas.

Cerca de 20 empresas industriais operam no ramo. Em processo de construção, além de alguns empreendimentos de menor vulto, contam-se três grandes fábricas: a de Cubatão, que está sendo levantada pela Petrobrás e deverá produzir adubos azotados, na razão de 100 000 toneladas anuais; a «Fertiza», que lancei quando à frente do Governo de Minas Gerais — não obstante a fatalidade que a atingiu, cumprirá sua missão de industrializar o fosfato de Araxá e as rochas potássicas de Poços de Caldas, devendo produzir anualmente 100 000 toneladas de fosfatos pulverizados, 200 000 toneladas de superfosfatos e 25 000 tone-

ladas de fosfato cobaltado; e a «Fosforita de Olinda», em Pernambuco, que explora magnífica jazida de fosfato sedimentar e produzirá anualmente 250 000 toneladas de fosfato natural.

#### MECANIZAÇÃO

A melhoria da produtividade agrícola decorrerá também da mecanização da lavoura, que no País se está processando com lentidão. Posso testemunhar a receptividade dos meios rurais nesse sentido e o interesse em substituir o trabalho muscular pela máquina. Limitações de toda sorte dificultam, porém, a implantação de um parque mecanizado à altura das necessidades da agricultura, a começar pela absoluta dependência das importações, no que concerne às mais importantes máquinas motrizes e seus implementos. Mesmo assim, os programas de importação governamental de tratores, para revenda a preços de custo, têm superado as melhores expectativas. Empresas privadas, que atuam no mesmo setor, também registram movimentos de vendas excepcionais. Enquanto a indústria nacional não tiver capacidade para prover o mercado, penso que se deverá estimular enérgicamente a importação maciça dessas máquinas agrícolas e seus implementos, a fim de permitir a crescente e racional utilização nas lides da lavoura. É provável que estejam sendo empregados, atualmente, mais de 40 mil tratores nos estabelecimentos agropecuários de todo o Brasil (o Recenseamento de 1950 registrou pouco mais de 7 milhares). A ampliação para 75 000 unidades, que o Governo propõe alcançar em 1960, não será de difícil consecução, desde que se reservem quotas regulares do orçamento cambial para a aquisição de novas máquinas.

Como providência imediata, urge organizar a importação, de modo que defenda o agricultor da especulação de certos representantes comerciais, que absorvem até 40% do preço final da máquina. Em segundo lugar, é preciso propiciar o maior rendimento do material existente, dando ênfase à sua concentração em organizações especializadas, dotadas de pessoal qualificado.

## IRRIGAÇÃO

A área irrigada representa fração mínima da superfície agrícola do Brasil. Mesmo em regiões, como o Polígono das Sêcas, de condições climáticas impróprias à lavoura, pela escassez e irregularidade das precipitações pluviais, a irrigação é técnica praticamente desconhecida. Com exceção do café, em São Paulo, e do arroz, no Rio Grande do Sul, pode-se dizer que as demais culturas agrícolas brasileiras carecem dos tratos irrigatórios mais elementares.

A ativação dos programas oficiais de estímulo, mediante a construção pelo Estado de campos de irrigação em cooperação com particulares, é tarefa relevante, em que o Governo pretende concentrar esforços, no desenvolvimento do plano de Racionalização da Agricultura.

## 3. ATIVIDADES EM 1955

Quer através de ação direta do Ministério da Agricultura, ou por meio de convênios com Estados, Municípios e entidades autárquicas ou privadas, o Governo tem executado a política de fomento e defesa da produção vegetal, objetivando a maior disseminação das práticas modernas de conservação e preparo do solo, irrigação e drenagem, mecanização, a difusão de técnicas de cultivo, condizentes com as condições ecológicas, e o combate às pragas e moléstias.

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O processo tradicional de demonstrações de campo e cooperação com os lavradores interessados teve seguimento normal, em 1955. Mais de dois mil campos de demonstração foram instituídos, em toda a extensão do território nacional, totalizando a área cultivada, para fins de experimentação, mais de trinta mil hectares. A cooperação com particulares traduziu-se, materialmente, na distribuição gratuita de 3,8 milhões de quilos de sementes selecionadas, e de 4,2 milhões de mudas para plantio ou enxertia; 130 720 agricultores foram beneficiados nesse programa assistencial, cumprindo, ainda, registrar a distribuição de 125 363 quilos de inseticidas e 1 165 958 quilos de adubos.

Mantém o Ministério da Agricultura 246 postos agropecuários, disseminados no território nacional, e destinados tanto à experimentação ou aclimação de culturas, como à produção de sementes e mudas selecionadas. A área cultivada nessas unidades experimentais atingiu, no exercício de 1955, perto de 10 000 hectares, obtendo-se produção superior a 2 600 toneladas de sementes e 2,4 milhões de mudas.

Uma rede de campos experimentais de irrigação, para demonstração objetiva aos lavradores dos resultados positivos das práticas irrigatórias, funciona em próprios da União, principalmente no Nordeste. Promove, também, o Ministério da Agricultura, em regime de cooperação com particulares, a construção de campos de irrigação, dos quais mais nove entraram em funcionamento, em 1955. Um convênio com a Comissão do Vale do São Francisco possibilitou recursos para a difusão da pequena irrigação ao longo da bacia sanfranciscana. O método adotado, com êxito, consiste na venda de rodas d'água e grupos motor-bomba de aspersão, por preços de custo e a prazo, entre as populações ribeirinhas.

#### MOTOMECANIZAÇÃO

Patrulhas motomecanizadas, que operam em quase tôdas as Unidades da Federação, cumprem a importante missão de cooperar com os produtores rurais de insuficiente capacidade econômica, não só no preparo do solo arável, como na execução de outras tarefas importantes, como abertura de canais de irrigação e drenagem, terraceamento e terraplenagem, construção de barragens, etc. O material disponível para a realização de tão vasto programa é, contudo, insuficiente, de modo que nem sempre tem sido possível atender com presteza às solicitações dos agricultores. No ano de 1955 pôde-se cobrir uma área de 26 692 hectares, exclusivamente com trabalhos de preparo para cultivo.

O programa de incentivo da iniciativa privada, mediante a revenda, a prazo, de máquinas agrícolas pelo preço do custo, continua a registrar animadores índices numéricos. As transações concluídas em 1955 elevaram-se a 63 milhões de cruzeiros.

## DEFESA SANITÁRIA

O Ministério da Agricultura desenvolveu, eficientemente, em 1955, a política de defesa sanitária vegetal que lhe incumbe, na esfera federal. As condições sanitárias das lavouras, de modo geral, são satisfatórias. Surto inevitáveis de pragas ou doenças atingem, eventualmente, determinadas regiões, mas têm sido rapidamente debelados, a exemplo da praga de gafanhotos que afligiu o Nordeste, no início de 1955.

Nos pontos mais vulneráveis, tradicionalmente constituídos pela "broca do café, a "podridão parda" do cacau, o "piolho branco" dos cítricos, intensifica-se a ação ministerial a fim de ajustar-se ao vulto do problema. Processos modernos de polvilhamento de inseticidas por via aérea estão sendo empregados com sucesso, para combate à broca do café. Em 1955, cerca de 700 milhares de cafeeiros foram assim polvilhados.

Cuidados especiais estão sendo dispensados à lavoura ca-caueira, atacada pela "podridão parda". Mais de um milhão de árvores foram tratadas, em 1955, conseguindo-se resultados altamente compensadores. Calcula-se que o programa de defesa sanitária, levado a termo em 1955, em colaboração com o Instituto do Cacau da Bahia, é responsável por um acréscimo da ordem de 30% na produção da lavoura, o qual, traduzido em termos monetários, ultrapassa meio bilhão de cruzeiros.

No combate ao "piolho branco", trataram-se diretamente pelos serviços ministeriais mais de 800 milhares de laranjeiras; 3 milhões de árvores, assistidas pelos próprios lavradores, receberam tratamento tecnicamente orientado pelo órgão oficial.

## 4. PRODUTOS

## CAFÉ

A erradicação da desconfiança e a diminuição da instabilidade do preço são elementos fundamentais na orientação que se deseja imprimir à política do café. Como providência básica, considera o Governo necessário um entendimento entre os países

produtores e o principal consumidor — os Estados Unidos — para estabelecimento de um acôrdo que, não conduzindo à valorização artificial do produto, permita a estabilização dos preços em nível capaz de estimular o consumo, sem afetar a economia dos países produtores. Meios eficazes de propaganda devem igualmente ser adotados, não só para aumentar o consumo no mercado norte-americano, como para expansão do mercado europeu.

A restauração da confiança na estabilidade dos preços e na fidelidade dos tipos exportados — desvirtuados a fim de permitir artificios de faturamento — é indispensável para o aumento substancial das vendas. De outra parte, impõe-se a melhoria da qualidade do produto, como outro meio capaz de possibilitar a expansão das exportações do produto.

#### POSIÇÃO ESTATÍSTICA

Ao iniciar-se o ano de 1955, o mercado cafeeiro estava sofrendo as conseqüências desfavoráveis da fixação de preço-mínimo elevado. Medidas corretivas de rebaixa repentina dos preços-ouro causaram, posteriormente, graves prejuízos ao desenvolvimento dos negócios. A retração do consumo, a utilização dos estoques nos países consumidores e a adoção de inadequada política de compras reduziram as exportações, em 1954, a 10 916 976 sacas, contra 15 558 445 em 1953. Para 1955, a perspectiva de uma safra volumosa foi em parte confirmada. Uma política mais liberal possibilitou últimamente a melhoria da posição brasileira nos mercados mundiais: as vendas para o exterior estão retomando ritmo mais intenso.

#### TRIGO

O estímulo à produção de trigo será constante preocupação do meu Governo; não só pelo que esse cereal representa na alimentação dos brasileiros, como pelo papel que desempenha no comércio importador do País.

Dispondo de áreas apropriadas a essa cultura, e de um parque moageiro cuja deficiente distribuição geográfica de certo modo é compensada pela alta capacidade de moagem, não pode o Brasil continuar a despender grande parcela de sua receita.

cambial na aquisição do produto, cujo consumo interno tende a aumentar com o correr dos anos.

Assim, impõe-se o estabelecimento de uma política de fomento à produção triticea de maneira que se possa obter, em 1960, um volume de grãos da ordem de 1 500 000 toneladas, aproximada do consumo previsto para a época. As estatísticas da produção são animadoras. Em 1954, a safra negociada alcançou 470 mil toneladas; a de 1955 baixou para 399 mil; mas as perspectivas para este ano, com base no plantio de 1955, elevam até 750 mil toneladas o volume das colheitas comerciáveis.

A atuação do Estado devem-se em grande parte êsses resultados. Assegurou-se, em primeiro lugar, a colocação comercial do produto, estabelecendo quotas obrigatórias de moagem aos estabelecimentos industriais do ramo. Em segundo lugar, garantiram-se preços compensadores ao lavrador, periodicamente reajustados.

A assistência técnica, e o controle comercial da produção, a cargo do Serviço de Expansão do Trigo, têm-se conduzido acertadamente. No primeiro caso, a política seguida é a de colocar ao alcance do triticultor, sobretudo sob a forma de revenda e com as facilidades previstas em lei, elementos primordiais ao exercício de suas atividades: semente sã e pura, adequada ao meio, oriunda da multiplicação de variedades criadas pelas estações experimentais do País e preconizadas pela Comissão Técnica do Trigo; máquinas agrícolas condizentes com as condições técnicas e econômicas das regiões produtoras; adubos e corretivos indispensáveis à melhoria do rendimento; inseticidas e fungicidas; depósitos metálicos para estocagem do produto, e sacaria.

O fornecimento de maquinaria exige mão-de-obra especializada no seu manejo. Para formá-la, o Serviço de Expansão do Trigo fundou em Catanduvas, Estado de Santa Catarina, uma Escola de Tratoristas, com regime de internato e matrícula gratuita; em 1955, quando entrou em funcionamento, foram expedidos 62 certificados de habilitação de aradores tratoristas.

Iniciativa de alta significação, no exercício de 1955, o acôrdo estabelecido entre o S.E.T. e o Governo do Estado de Santa Catarina abriu perspectivas mais promissoras ao desenvolvimento

da triticultura no Estado. Em decorrência do convênio, organizou-se o Núcleo Tritícola de Curitiba, distribuindo-se até o fim do ano 90 lotes a colonos. Além da facilidade de terra aos lavradores, o Núcleo promove experiências agrotécnicas de grande interesse regional, em cooperação com o Instituto Agrônomo do Sul.

As realizações projetadas pelo Serviço de Expansão do Trigo para a ampliação da capacidade produtora nacional encontrarão, de parte do Governo, decidido apoio. Saliente, a propósito, o programa de estocagem, mediante a construção de silos e armazéns especiais, cuja capacidade deverá alcançar 10 000 toneladas.

No setor industrial há que destacar, em 1955, a instalação de moinhos em três Estados que os não possuíam: Pará, Ceará e Espírito Santo. Verificou-se nesse exercício um aumento de capacidade, no parque moageiro do País, de 3 519 530 quilos por 24 horas de trabalho; e um acréscimo de 153 moinhos, em relação ao total registrado no Serviço em 1954. Atualmente, o parque moageiro dispõe de 575 moinhos inscritos no Serviço de Expansão do Trigo, com capacidade para moer, em 24 horas, 18 073 540 quilos de grão.

#### CANA-DE-AÇÚCAR

A produção de cana-de-açúcar mantém-se, ultimamente, em altos níveis, notando-se ao mesmo tempo crescente melhoria da utilização industrial, em consequência da modernização e ampliação do parque açucareiro.

Os esforços empreendidos, através de estações experimentais, no sentido de proporcionar espécies mais resistentes às pragas e de mais alto rendimento, começam a surtir efeito. Em alguns centros produtores do Nordeste e do Sul, observa-se a introdução de práticas eficientes de cultivo destacando-se a irrigação e o emprêgo racional de fertilizantes, bem como o uso mais intensivo da mecanização.

Estas observações, no entanto, são válidas apenas com referência às áreas onde a presença da grande indústria do açúcar e do álcool assegura o emprêgo da matéria-prima a preços estáveis. Nas demais zonas produtoras, persistem os processos de produção

extensiva, alimentada pela tradição dos velhos «bangüês» de rapadura e aguardente.

Fenômenos climáticos que atingiram a produção do Sul, especialmente São Paulo, determinaram sensível quebra na produção em 1955, prevendo-se para este ano dificuldades no abastecimento normal do mercado interno. Estão sendo adotadas medidas para evitar o sacrifício do consumidor nacional.

A assistência aos produtores, da competência do Instituto do Açúcar e do Alcool, tem-se traduzido sob a forma de financiamentos de entre-safra, para aquisição de adubos, reequipamento industrial de usinas, montagem de destilarias, aquisição de material de transporte e construção de armazéns, além da assistência técnica, agrônômica e industrial dispensada pelos serviços próprios.

A produção de açúcar em 1955 elevou-se a 33 549 410 sacos que, somados aos remanescentes de 1954, totalizavam um disponível de 47 597 297 sacos. O consumo nacional aparente foi de 31 590 492 sacos, exportando-se 9 874 955. Essas exportações proporcionaram ao País uma receita cambial de 23 milhões de dólares e 7,5 milhões de esterlinos.

#### ARROZ

A lavoura rizícola brasileira tem experimentado extraordinário desenvolvimento. A expansão da cultura em áreas novas do Maranhão, Pará, Minas Gerais e São Paulo, assim como a racionalização do cultivo, sobretudo no Rio Grande do Sul — para o que contribuiu, de forma inegável, a atuação do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) — vêm situando este cereal como um dos gêneros alimentícios de maior consumo no Brasil.

É de assinalar, ademais, sua participação como criador de divisas, mercê de exportações já processadas em anos de safras mais favoráveis.

Sem descuidar dos produtos alimentícios fornecedores de proteínas, o Governo prosseguirá na política de incentivo à produção do arroz, reconhecendo nêle um dos gêneros agrícolas fundamentais na dieta brasileira. A introdução de técnicas avançadas nas zonas de menor desenvolvimento da cultura, de acôrdo com o plano

geral de melhoria da produtividade agrícola, poderá ter resultados excelentes, a exemplo do que operou a irrigação no rio Grande do Sul.

#### MILHO

É de inegável importância o incentivo da produção de milho, que há vários anos se mantém no mesmo nível. Esta situação estacionária tem contribuído para encarecer a alimentação de animais, para o que esse cereal concorre em grande parte. A repercussão sobre a pecuária, que as oscilações da produção de milho determinam, encarece o significado econômico de sua expansão, e justifica plenamente o empenho do Estado, no sentido de promovê-la.

#### FEIJÃO

Tradicional componente da alimentação diária do povo brasileiro, o feijão sofreu ultimamente extraordinária alta de preços, com natural sacrifício das classes sociais de menor renda. O declínio da produção constitui o fator aparente. Há motivo para crer que não seja o único: manipulações comerciais pouco recomendáveis têm contribuído para agravar a crise.

Nesse sentido, as dificuldades do transporte também pesam bastante: pois se em regiões, como o Triângulo Mineiro, as últimas colheitas não foram favoráveis, verificaram-se safras satisfatórias em outras zonas produtoras. Recai-se, dêsse modo, nos agravantes tão discutidos do abastecimento de gêneros alimentícios: a desorganização dos transportes e a deficiência do sistema de armazenamento e silagem.

Medidas planejadas, dentro do esquema geral de amparo aos produtores agrícolas, devem fazer retornar o preço do feijão a nível acessível à bolsa do povo, reconduzindo esse produto à sua tradicional posição de destaque na alimentação brasileira.

#### MADEIRAS

Graças à abundância e variedade das nossas essências vegetais, o País não despende divisas com a importação de madeiras. Esse produto representa, pelo contrário, um item importante na pauta da exportação, distinguindo-se nas nossas relações de troca

com as vizinhas Repúblicas do Sul. Nem sempre tem sido fácil colocar os grandes excedentes exportáveis de madeira. Não só o pinho nacional é qualitativamente inferior ao produto escandinavo ou canadense, como não tem atendido, de modo geral, às especificações tradicionalmente impostas pelos mercados consumidores.

A indústria madeireira, das mais antigas atividades econômicas do País, está praticamente concentrada na Região Sul, que, no entanto, possui reservas florestais sensivelmente inferiores às da Região Norte. A atuação governamental acompanha, naturalmente, essa tendência, fazendo-se sentir com maior intensidade nas mais importantes regiões madeireiras. Através do Instituto Nacional do Pinho, exerce-se fiscalização e presta-se assistência técnico-financeira a mais de 2 700 serrarias de pinho, e quase 2 500 serrarias de madeiras duras, só nos Estados do Sul.

Para fazer face aos desgastes da matéria-prima consumida pelas serrarias, mantém o Instituto Nacional do Pinho 11 Parques e Hortos Florestais, disseminados nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os efetivos resultantes dos plantios já ultrapassaram 20 milhões, em 1955. Nesse sentido, ainda sob o patrocínio da autarquia madeireira, processam-se trabalhos relativos à execução dos acórdos mantidos com os Governos dos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A produção brasileira de pinho serrado expressa-se em torno de 3 milhões de metros cúbicos. Dêsse volume, a quarta parte foi entregue à exportação, em 1955, gerando divisas estimadas em cerca de um bilhão e meio de cruzeiros.

Tem-se exercido a disciplina dos mercados externos, tanto pela fiscalização e controle técnico dos embarques, como pela fixação de preços mínimos que assegurem a regularização do ritmo produtivo. No que concerne ao principal mercado importador, que é a República Argentina, o intercâmbio obedeceu, até o fim de 1955, ao protocolo firmado entre o Instituto Nacional do Pinho e as competentes entidades governamentais daquele país. Os termos do convênio facilitaram sensivelmente as transações, contribuindo para melhorar as relações comerciais entre os dois países. Novos

entendimentos serão estabelecidos para a renovação do acôrdo, com base nos resultados da comissão mista que estudará o novo Convênio Comercial argentino-brasileiro.

#### ERVA-MATE

A produção dos quatro Estados ervateiros — Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso — obteve, em 1955, colocação satisfatória, tanto no País, como no mercado externo. O consumo nacional foi estimado em 22 500 toneladas, enquanto a exportação superou a casa das 50 mil toneladas. Os tradicionais mercados importadores — Uruguai e Argentina — absorveram a maior parcela dos embarques. A Alemanha, entretanto, adquiriu quantidade expressiva, colocando-se em quarto lugar entre os países compradores. O fato abre perspectivas animadoras para a maior colocação do mate nos mercados externos, objetivo de persistente campanha publicitária promovida pelo Instituto Nacional do Mate, em colaboração com as Embaixadas e os Escritórios Comerciais do Brasil em diversos países.

Graças aos preços compensadores, o interêsse pela produção vem sendo estimulado. Intenso trabalho de assistência técnica aos produtores e industriais está em curso, com estudos para construção de barbaquás coletivos e armazéns de depósitos do produto a ser exportado em tôdas as áreas ervateiras.

Foi estabelecida em 1955 a padronização dos engenhos de beneficiamento do mate, bem assim a padronização dos tipos de exportação e consumo nacional, com o fim de melhorar a qualidade do produto.

O Govêrno incentivarã a obra da autarquia ervateira na conclusão dos trabalhos de construção dos barbaquás coletivos, para a melhoria do produto, construção de armazéns e sedes das Delegacias Regionais, bem como assistência técnica aos produtores e engenhos de industrialização.

#### 5. REFLORESTAMENTO

Embora considerãvel parcela do território nacional seja coberta de florestas naturais, o desmatamento intensivo nas áreas de exploração agrícola está criando problemas de crescente complexidade. Aos métodos empíricos das "queimadas" conjuga-se a ex-

ploração predatória das madeiras, como fatores do desordenado aniquilamento das reservas florestais, de conseqüências nocivas tanto pelas modificações climáticas que ocasiona, como pela facilitação dos processos erosivos. A imprudente exploração madeireira, de indiscriminado aproveitamento das essências de lei, sem o necessário replantio, por outro lado, está reduzindo as riquezas florestais do País em escala alarmante. O problema, que não é só brasileiro, foi equacionado no âmbito mundial, pela Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas, como dos mais agudos e difíceis, exigindo rápida solução.

Cifras elaboradas por estudiosos indicam que, em pouco mais de 20 anos, a devastação das matas atingiu quase a terça parte das primitivas florestas que cobriam o Estado do Paraná — onde se passa, na atualidade, o fenômeno de imprevidência e desorientação que esgotou as outrora elevadas reservas florestais do Nordeste Ocidental, de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro. Se a destruição continuar no mesmo ritmo, é provável que dentro dos próximos quarenta anos tenham desaparecido as matas que ainda cobrem cerca de 90 mil quilômetros quadrados em território paranaense.

Uma política eficaz de defesa florestal deve prever, não só o reflorestamento de áreas selecionadas, como a formação de grandes reservas de matas virgens e a introdução de métodos racionais na exploração madeireira. Está o Governo decidido a enfrentar com firmeza o complexo problema, intervindo pela delimitação de novas reservas federais e mais rigoroso policiamento fiscalizador, bem como incentivando o replantio industrial das essências melhor adaptadas às nossas condições ecológicas. A expansão dos atuais programas de reflorestamento deverá garantir o plantio anual de mais de dez milhões de árvores, de forma que se obtenha o total de 60 milhões, fixado como uma das metas do programa quinquenal de desenvolvimento planejado.

#### *Atividades em 1955*

Mantém o Ministério da Agricultura oito inspetorias regionais do Serviço Florestal, além de onze Hortos Florestais. O número de Postos de Reflorestamento alcançou em 1955 mais de uma cen-

tena, distribuídos por 17 Unidades Federadas. A produção de mudas obtidas nesses postos montou a 12 milhões.

Compete ainda ao Serviço Florestal dar execução ao Código Florestal, mantendo para isso um corpo de funcionários, cuja atividade de fiscalização das matas e de preservação e combate aos incêndios, tem sido de modo geral satisfatória.

## 6. ARMAZENAMENTO E ENSILAGEM

Desastrosos efeitos econômicos à nossa produção agrícola é ao abastecimento dos centros consumidores são causados pela falta de uma rede de armazéns e silos, que receba, beneficie e conserve cereais e grãos leguminosos deterioráveis e facilite a sua distribuição. É sabido que uma parcela considerável dos bens produzidos pelo agricultor se perde por falta de conservação e escoamento adequados.

Dado o caráter estacional da produção agrícola, o rendimento do sistema de transportes pode ser melhorado, se houver uma rede de silos e armazéns que regule o fluxo dos produtos a distribuir. Sob este aspecto, construir silos e armazéns tem efeito comparável ao da ampliação das estradas de ferro, da tonelageamento mercante, da rede e do parque rodoviários.

A ampliação do parque de armazéns propiciará, ademais, o desenvolvimento do crédito agrícola, através do instituto do "warrant", libertando a agricultura dos ônus e das incertezas do crédito pessoal. Constitui, outrossim, fator direto de expansão da produção rural, por determinar sensível redução das perdas.

Nas soluções para o problema, estudadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, consideraram-se os múltiplos aspectos da questão, tais como localização adequada, especificação e capacidade das unidades, entrosamento com o sistema ferroviário e rodoviário, índices do consumo nacional, fatores climáticos, características técnicas, equipamento e aparelhagem.

Para executar o plano, constituiu-se a Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos (C.E.R.N.A.S.), que estabeleceu diretrizes de ação dentro do esquema seguinte:

1 — Estabelecimento de garantia para créditos bancários, com a construção de novos armazéns e silos e entrosamento das unidades particulares e oficiais já existentes;

2 — Instituição de organismos estaduais filiados à C.E.R.N.A.S. e estabelecimento de crédito bancário, com garantia das safras retidas pacificamente;

3 — Manipulação das safras retidas, mediante distribuição eqüitativa pelos órgãos armazenadores, e correção das carências das diversas zonas do País e da definição das safras para o mercado exportador, resultante de estatística sempre atualizada dos volumes armazenados.

De acôrdo com êsse programa, serão construídas em todo o território nacional 155 unidades, com a tonelagem total de . . . . . 781 180, distribuídas por dezoito Unidades Federadas.

Em face da importância do programa de armazenamento e silagem, agiu o meu Govêrno com presteza, já tendo completado os estudos para o financiamento da rede de silos do Estado do Rio Grande do Sul, constituída de 11 grandes unidades. Da mesma forma, autorizou o início da construção de 9 armazéns metálicos ao longo das linhas das Estradas de Ferro Paraná-Santa Catarina, Goiás e Mogiana, com a capacidade global de 90 mil toneladas.

## 7. CRÉDITO COOPERATIVO

A assistência financeira ao pequeno produtor rural toma a forma, geralmente, do crédito cooperativo. Estimular a expansão do cooperativismo agrário, como medida paralela para o fomento da produção, é ponto básico do programa de desenvolvimento econômico nacional, a que o Govêrno pretende dar maior impulso.

Uma das características do crédito cooperativo, a maior disseminação entre um maior número de beneficiados, é fator decisivo de expansão da produção rural. Agindo por intermédio das cooperativas, que congregam muitas vêzes milhares de associados, o crédito cooperativo assiste, às vêzes, com uma só operação, a considerável número de produtores. Outra característica, a grande capacidade de penetração, torna-o indubitavelmente o meio de financiamento rural melhor ajustado às condições da economia agrária.

O desenvolvimento alcançado pelo crédito cooperativo nos últimos anos está a indicar o acerto da política adotada pelo Banco Oficial especializado. Dada, no entanto, a progressão da economia em regime de cooperação, para o que muito contribuíram os financiamentos proporcionados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, é forçoso reconhecer que o capital de que dispõe esse estabelecimento é insuficiente para a consecução dos seus fins.

#### *Atividades em 1955*

Em 1953, as aplicações do Banco Nacional de Crédito Cooperativo montaram a Cr\$ 388 330 678,40 (trezentos e oitenta e oito milhões trezentos e trinta mil seiscentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta centavos); em 1954, atingiram Cr\$ 334 193 040,20 (trezentos e trinta e quatro milhões cento e noventa e três mil quarenta cruzeiros e vinte centavos); e em 1955, alcançaram a importância de Cr\$ 452 966 903,50 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões novecentos e sessenta e seis mil novecentos e três cruzeiros e cinquenta centavos).

Operou o Banco, de preferência, com auxílios creditícios às cooperativas de produção de gêneros alimentícios, que, direta ou indiretamente, pudessem influenciar na baixa do custo de vida; e às que, em virtude da exportação de produtos, contribuíssem para a coleta de divisas. Em 1955 efetuaram-se financiamentos num total de Cr\$ 452 966 903,50 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões novecentos e sessenta e seis mil novecentos e três cruzeiros e cinquenta centavos).

## **II — Produção Animal**

### **1. PECUARIA**

A elevação da produtividade rural, no setor da pecuária, depende não somente da melhoria qualitativa dos rebanhos, como da racionalização dos processos de distribuição de produtos derivados.

## MELHORIA DOS REBANHOS

Os baixos padrões genéticos da maior parcela do rebanho nacional, traduzindo-se em termos comerciais pelo apoucamento do pêsso, restringem o rendimento da criação, contrabalançando os elevados níveis numéricos que a definem. Sabe-se que o rebanho bovino brasileiro está colocado entre os quatro maiores do mundo. Acusa este País índices considerados satisfatórios na relação entre a população humana e a pecuária.

Dados do Recenseamento Geral de 1950 permitem apreciar, sem otimismo exagerados, a posição do rebanho bovino em confronto com os efetivos demográficos do País, repondo, nas suas verdadeiras proporções, a respectiva relação numérica. Não há, a rigor, o proclamado equilíbrio, visto como, para 52 milhões de habitantes, contavam-se menos de 45 milhões de bovinos. Considerando-se a situação, segundo regiões geográficas, acentua-se em algumas delas o desajustamento, a exemplo do Nordeste, que contava com mais de dois habitantes por bovino.

O crescimento do rebanho nacional, embora desarmônico e irregular, assinala no conjunto taxas animadoras, destacando-se as regiões do Centro-Oeste e do Sul. Entretanto, as favoráveis condições naturais, que propiciam essa expansão, constituem, até certo ponto, um obstáculo à melhoria das espécies bovinas, estimulando a persistência de processos extensivos de criação, quase de caráter extrativista, em vez da adoção de métodos racionais, mediante a seleção e o aprimoramento das raças, as práticas zootécnicas de assistência sanitária e combate sistemático às zoonoses, o aperfeiçoamento e homogeneidade das forragens .

Uma mentalidade progressista está, contudo, empolgando grupos consideráveis de pecuaristas, que têm envidado grandes esforços para dotar o Brasil de raças bovinas de elite, a exemplo da iniciativa, tantas vèzes louvada, dos criadores de zebu do Triângulo Mineiro. Em todos os quadrantes do território nacional, pode sentir que grande parte dos criadores comungam em idênticos propósitos, e, para levá-los a têrmo, esperam poder contar com a decidida ação dos poderes públicos.

A inexistência de uma rede articulada de silos e armazéns acarreta tantas dificuldades à distribuição dos produtos da lavoura, quanto a falta de um adequado sistema de frigoríficos à comercialização dos produtos animais. Dos poucos matadouros frigoríficos existentes no País, os de maior capacidade de produção preocupam-se tradicionalmente com a exportação. O mercado interno desperta-lhes o interesse até o ponto em que não prejudique os negócios que mantêm com o exterior. Premidos pela crise de abastecimento de carne, os grandes frigoríficos voltaram-se ultimamente para o mercado nacional, que já está absorvendo a maior parte da respectiva produção. Falta-lhes, no entanto, capacidade para acompanhar o ritmo de expansão do consumo, além do que a concentração geográfica, em determinadas áreas regionais, obsta à sua melhor utilização como centros distribuidores de âmbito nacional.

Quinze, dos dezenove maiores matadouros frigoríficos existentes no País, localizam-se na Região Sul; dos quatro restantes, dois estão situados no Rio de Janeiro e dois em Minas Gerais. A capacidade global de frigorificação alcança cerca de 43 000 toneladas, correspondendo, só a São Paulo e Rio Grande do Sul, mais de 40 000. Todo o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além da maior parte de Leste, carecem de instalações industriais do gênero, embora possuam 45% do rebanho bovino brasileiro. Eis porque, enquanto no Sul — inclusive no Rio de Janeiro e no Distrito Federal — o volume das carnes frigorificadas representa cerca da metade do total entregue ao consumo, nas demais regiões a quase totalidade da produção, que atingiu 333 milhares de toneladas em 1954, é obtida em matadouros municipais, cujas notórias deficiências técnicas e incapacidade de aproveitamento dos subprodutos determinam um desperdício que já foi avaliado em quatro bilhões de cruzeiros por ano.

A intervenção do Estado, para promover a multiplicação das instalações frigoríficas, bem como a sua localização conveniente às necessidades do mercado, é de premente atualidade. O Governo espera pôr em execução um plano de construções e ampliações

que assegure substancial aumento da capacidade de frigorificação dos matadouros. Estudos, da iniciativa do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, concluem pela necessidade de instalar com a máxima urgência — dentro do quinquênio de meu Governo, segundo desejo — 8 armazéns frigoríficos e 8 matadouros frigoríficos. A capacidade programada quanto aos primeiros atinge 100 000 toneladas de carne e outros produtos perecíveis; para os segundos, expressa-se pelas cifras de 2 800 bovinos e 2 200 suínos abatidos, com câmaras de congelamento para 12 000 toneladas, e de refrigeração para 3 100 toneladas.

#### ATIVIDADES EM 1955

##### *Fomento*

Realiza-se a ação governamental de assistência, orientação e defesa da pecuária, através do Departamento Nacional da Produção Animal, órgão do Ministério da Agricultura. A competência desse Departamento estende-se à fiscalização e incentivo das indústrias de derivados de produtos animais, bem como à regulamentação e fomento da caça e da pesca.

No setor do fomento da pecuária, uma rede de inspetorias regionais mantém 37 fazendas-modelo e postos de criação de gado fino, cujos plantéis acusam perto de quatro mil cabeças de bovinos, 1 188 suínos e 664 eqüídeos, além de reprodutores caprinos, ovinos e avícolas.

Reprodutores de alta classe foram, em 1955, adquiridos em países da Europa e na Argentina, para aprimorar esses plantéis. Destinados à revenda aos criadores, a longo prazo, importaram-se da Argentina e do Uruguai 287 reprodutores bovinos. Além disso, assegurou-se financiamento para a compra, no País, de 4 232 reprodutores bovinos, sendo contemplados 602 criadores e aplicados Cr\$ 49 606 806,00 nos contratos de financiamento.

O registro genealógico de animais de raça, com a colaboração das competentes associações especializadas, processou-se com regularidade, distribuindo-se, entre criadores que satisfizeram os requisitos de praxe, subvenções no valor de Cr\$ 1 280 000,00.

Para melhoria e racionalização das forragens, distribuíram-se 3 234 646 mudas de plantas forrageiras, suficientes para o plantio de 500 hectares, e 17 122 kg de sementes, que permitiriam o cultivo de 1 140 hectares.

Foram promovidas, assistidas e auxiliadas 53 exposições regionais e locais de pecuária, além da grande Exposição de Animais e Produtos Derivados, em cuja realização se despenderam . . . Cr\$ 5 195 200,00.

#### *Estudos Zootécnicos*

O aperfeiçoamento do gado leiteiro é providência do mais alto interesse econômico e social; encareço as dificuldades, no setor alimentar, que acarretam os baixos rendimentos da produção de leite.

Da colaboração governamental nesse domínio da economia criatória, destaco os estudos, iniciados desde 1948, para a seleção de espécies zebuínas com aptidão leiteira. Em 1955, experiências acusaram resultados auspiciosos, registrando-se médias de produção, superiores às obtidas nas estações experimentais da Índia, com raças zebuínas especializadas para leite.

A formação de uma raça leiteira adaptada à zona tropical, partindo de cruzamento entre espécies mestiças comuns e raças européias de alta produtividade, também tem sido ensaiada com animadoras perspectivas.

Trabalhos de pesquisa científica, para melhor fundamentar a defesa sanitária dos rebanhos, devem ainda ser arrolados entre as mais importantes atividades do Governo, nesse setor. Enumero, dentre os de maior significação, as investigações sobre a ocorrência de salmonelas em animais domésticos, pelas quais foram isolados tipos pela primeira vez assinalados no Brasil; as pesquisas sobre morcegos transmissores de raiva; a determinação da etiologia de uma série de doenças que ocorrem em bezerros, bem como da afecção dos bovinos vulgarmente denominada «oca»; e o estudo patogenético do chamado «mal de caroço» dos caprinos do Nordeste.

### Combate às Zoonoses

A luta contra a febre aftosa, dentre os problemas concernentes a diversas doenças, assume especial projeção. Nesse sentido, programou-se, em 1955, a instalação de uma rede de «bancos de epitélio», dos quais entraram em funcionamento os de João Pessoa, Maceió, Guarulhos e Rio Prêto, os dois últimos em São Paulo. A inauguração do laboratório de aftosa de Barretos, nesse Estado, representou um grande passo para a solução do problema daquela zoonose, numa região de grande concentração pecuária. Espera-se, para o ano em curso, a instalação de laboratórios idênticos em Salvador, Florianópolis, Fortaleza e Porto Alegre.

Mantém o Ministério da Agricultura laboratórios especializados para a experimentação e produção industrial de vacinas, principalmente do tipo «a virus», de difícil e onerosa elaboração pelos laboratórios privados e, conseqüentemente, de escassa fabricação no País.

Sòmente o Instituto de Biologia Animal produziu 6 599 881 doses em 1955, o maior volume até então alcançado. Dêsse total, quase todo representado por vacinas «a virus», merecem menção 1 407 660 doses de vacina antiaftosa, 2 401 700 doses anti-Newcastle e 944 794 doses contra a encefalomielite eqüina. Computada a produção dos laboratórios regionais de defesa sanitária animal, alcança 11 633 685 o total de doses fabricadas durante o ano.

Êsses números, embora assinalem récordes para determinados produtos, estão aquém das reais necessidades dos criadores nacionais. Considero, assim, de tãda conveniência a fixação de um plano nacional de produção de vacinas, antígenos e soros, congregando-se neste sentido laboratórios oficiais e indústria privada, de modo que se discipline economicamente a produção, em benefício da economia pecuária.

## 2. CAÇA E PESCA

### CAÇA

A atividade concernente à caça traduziu-se, principalmente, no ano de 1955, na exportação de couros e peles de animais silvestres, no valor de Cr\$ 20 156 634,40.

Disciplinando a exploração desse patrimônio natural, cuja preservação não pode ser descurada, cabe ao Governo, além das providências de ordem fiscal ou repressiva, empenhar-se em ampla campanha educativa e na realização de estudos e pesquisas sobre a biologia das espécies de maior valor econômico, visando ao estabelecimento de oportunas e adequadas medidas de proteção das mesmas.

#### PESCA

Está-se criando, lenta mas firmemente, uma nova mentalidade pesqueira no Brasil. Iniciativas governamentais de caráter assistencial e educativo, e também empreendimentos privados de envergadura modificam, de ano para ano, o quadro estatístico dessa indústria, assinalando constantes aumentos na produção do pescado, que alcançou mais de 200 000 toneladas em 1955.

À frota pesqueira nacional têm-se incorporado novas unidades dotadas de todos os modernos recursos técnicos que condicionam maior volume de captura. Na esfera governamental, assinala-se, também, uma série de oportunas medidas em relação a instalações terrestres, como a construção de entrepostos em Belém do Pará, Recife, Vitória e Santos, e de órgãos assistenciais dos pescadores, como ambulatórios médicos instalados em vários Estados. Dentre as iniciativas de repercussão econômico-social que mais impressionam, saliento a criação, em Tamandaré, Estado de Pernambuco, da primeira escola federal para formação de pescadores, que entrou em funcionamento em 1955.

A racionalização e o incentivo da indústria da pesca devem constituir metas preferenciais para o equacionamento do problema alimentar em determinadas regiões, como a Amazônia, por exemplo. O Governo apoiará e estimulará os empreendimentos tecnicamente bem orientados que possam enquadrar-se nesse programa.

### 3. BATALHA DA ALIMENTAÇÃO

A produção insuficiente, a defeituosa conservação, a insegurança e a escassez do transporte criam, em nosso País, condições desfavoráveis ao perfeito abastecimento de gêneros alimentícios.

Somos, assim, um povo mal alimentado. Inquéritos promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (F.A.O.) colocam o Brasil entre países de regime alimentar deficiente, tanto quantitativa como qualitativamente. O valor energético dos gêneros alimentícios de produção interna regulava 2 300 calorias diárias por habitante, na mesma época em que atingia 3 200 calorias na Argentina e ultrapassava essa média nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia. Da constituição da dieta alimentar diária, participavam escassamente as proteínas de origem animal. Os cereais e tubérculos forneciam a metade do valor energético total dos alimentos, determinando exagerada elevação da quota de calorias provenientes de hidratos de carbono.

Para agravar o problema, a incapacidade de importar os alimentos complementares necessários à melhoria da dieta alia-se às deficiências da produção nacional. Em fase de expansão industrial, temos necessariamente de frear a tendência para importar gêneros de alimentação, o que se tem limitado praticamente ao trigo. Ao Estado compete, atendendo a esse imperativo do desenvolvimento econômico, promover o reequilíbrio da situação alimentar da população, tendo em vista os reflexos sociais e econômicos da subnutrição.

Um povo que ainda não pode satisfazer à necessidade, entre todas fundamentais, de alimentação, também não alcançará as condições de saúde, vitalidade, capacidade empreendedora, imprescindíveis ao progresso econômico. Em última análise, pode-se, portanto, dizer que às carências alimentícias se deve, não só a baixa produtividade do trabalhador médio nacional, como a sua proclamada indolência e desambição. É a pobreza alimentar que propicia o surto e a manutenção de doenças responsáveis por tal estado de apatia física e mental.

Reconhecendo que o modelo alimentar de uma nação não pode ser determinado a não ser pela própria estrutura econômico-social, acredito que a mudança dessa estrutura é que determinará as modificações do regime de nutrição imprescindíveis ao adiantamento nacional. Sobre esta premissa devem traçar-se as coordenadas do programa de alimentação que o Governo elabora, para

imediate execução. O trinômio — *produção, armazenagem, transportes* — sintetiza as condições fundamentais de êxito da grande batalha que me propus levar a têrmo, contra a insatisfação alimentar, a desnutrição, a fome. Cada aspecto do programa de base em que está empenhado o Govêrno foi, ou será analisado nos capitulos competentes desta Mensagem. Da conjugação dos resultados que se obtiverem, particularmente, em cada setor, advirão os fatores que hão de assegurar o êxito da campanha alimentar.

### Parte 3

## POLITICA DE ENERGIA

### I — Balanço Energético

O consumo de energia elétrica, ou dos combustíveis, é um índice de desenvolvimento econômico dos mais precisos. O balanço energético, isto é, o quadro das disponibilidades e consumos de energia sob suas diferentes formas, caracteriza e define a estrutura econômica de um país.

Os estágios mais avançados de progresso assinalam-se pelos mais vultosos consumos de energia *per capita*, a qual, acionando as máquinas, vem substituir e multiplicar o esforço humano pelo rendimento mecânico mais produtivo.

A mecanização, elemento essencial do processo de desenvolvimento econômico, só pode efetuar-se com o uso crescente e racional das diversas formas de energia. Da mesma forma, a quantidade e o tipo da energia são fatores condicionantes da produtividade em qualquer setor da produção e do trabalho.

Nos países em fase inicial de desenvolvimento econômico, verifica-se uma alteração fundamental na estrutura de seu balanço energético. Com a incorporação de populações ao processo de produção industrial e à economia de trocas, reduz-se a importância dos consumos de energia primária, muscular ou dos combustíveis, para ampliar-se o uso de formas mais nobres de energia, especialmente da eletricidade.

O desenvolvimento econômico cria condições favoráveis à exploração de grandes reservas de combustíveis e de outras fontes naturais de energia. A exploração e o comércio das várias formas de energia fazem surgir grandes estruturas industriais, indispensáveis ao barateamento dos custos e à regularidade dos fornecimentos.

Em consequência, grandes empresas e conjuntos industriais, característicos dos Estados modernos, exigem consideráveis investimentos de capital, quer na exploração, quer no transporte, distribuição e venda das disponibilidades de energia.

Na evolução dos consumos energéticos de um país de desenvolvimento econômico incipiente, é inevitável a substituição de um tipo de energia por outro, simultaneamente com progressivos aperfeiçoamentos nos métodos tecnológicos de sua utilização.

Esses aperfeiçoamentos também exigem crescentes investimentos de capitais, embora ocasionem diminuição nos custos unitários da energia consumida.

O problema energético no Brasil é o de ampliação dos consumos de tipos nobres de energia. Temos não só possibilidades excepcionalmente favoráveis para desenvolver novo potencial hidrelétrico, mas ainda melhores perspectivas para a exploração do petróleo, do carvão e dos minerais usados para a produção de energia atômica. Pretende o Governo realizar uma clarividente política de incentivo às inversões no campo básico de energia, tendo em vista um crescimento, mais rápido do que o atual, das indústrias de eletricidade, carvão, petróleo e iniciativas pioneiras de energia atômica.

Os estudos mais recentes sobre o nosso balanço energético mostram que, pôsto de lado o esforço humano e dos animais, para um consumo global, sob suas diferentes formas, de cerca de 35 bilhões de unidades energéticas (equivalentes ao kwh no ponto de consumo), 14,5 bilhões provieram de combustíveis líquidos, na sua quase totalidade importados; 14 bilhões procederam de combustíveis sólidos, dentre os quais a lenha; outros combustíveis de origem vegetal contribuíram com cerca de 10 bilhões; o carvão mineral estrangeiro, com 1 bilhão e 900 milhões de unidades energéticas. Apenas cerca de 6,5 bilhões se originaram de fontes hidrelétricas, justamente aquelas que deveriam desempenhar o

papel principal na produção de energia, na fase atual do nosso desenvolvimento econômico.

A descoberta, exploração, transporte e distribuição das várias formas de energia, bem como o desenvolvimento de uma tecnologia de alto padrão no setor energético constituem imperativo da nossa política de desenvolvimento econômico planejado. Todos os esforços devem ser empregados pelo Governo no sentido de multiplicar e diversificar o consumo nacional de combustíveis e energia.

## II — Energia Elétrica

Grande esforço vem sendo desenvolvido, nos últimos anos, tanto pelos Governos da União e dos Estados como pela iniciativa privada a fim de aumentar a capacidades geradora de eletricidade do País. Todavia ainda não se conseguiu superar a crise de produção que se agravou no após-guerra com a ocorrência de intensos surtos industriais. A energia elétrica constitui um dos grandes pontos de estrangulamento de nossa economia e um dos mais críticos problemas de base a serem resolvidos. Em consequência, encontra-se tolhido o desenvolvimento industrial, exatamente nas áreas de maior potencialidade econômica e concentração demográfica do País. Grandes massas de nossa população estão privadas desse mínimo de progresso e conforto que a civilização moderna requer, tanto nas aglomerações urbanas como nas zonas rurais.

A intensificação da produção de bens de consumo não é possível sem um paralelo desenvolvimento da indústria da energia elétrica. Destarte, impõe-se o aumento rápido da capacidade geradora de eletricidade do País, mormente naqueles pontos onde possa ter efeitos imediatos uma adequada mobilização de fatores de produção indispensável a um vigoroso desenvolvimento econômico. É propósito do Governo enfrentar este problema por todos os seus ângulos, com o máximo de prioridade compatível com a conjuntura econômica geral e com as disponibilidades de investimentos.

O consumo de energia elétrica vem crescendo, ultimamente, na proporção de cerca de 10% por ano, taxa essa bastante elevada em relação à maioria dos outros países, mas que se explica

como conseqüência do acúmulo de demandas proteladas, desde a última guerra, com o nosso surto industrial posterior. Não há absolutamente razões para se supor que esse ritmo de consumo tenda a diminuir no futuro próximo, havendo até, pelo contrário, condições propícias, em várias regiões do País, para absorção imediata, em proporções bastante maiores, dos acréscimos de potência instalada.

#### AUMENTO DE POTÊNCIA INSTALADA

Em fins de 1955 a potência instalada no Brasil era de aproximadamente 3 000 000 kW. É propósito do atual Governo propiciar condições, para que, no quinquênio que ora se inicia, esse algarismo seja elevado para 5 000 000 kW, isto é, fazer com que, pela ação conjugada do Governo Federal, Governos Estaduais e da iniciativa privada, sejam instalados nesse período 2 000 000 kW adicionais. Este acréscimo é o mínimo necessário para que se mantenha um ritmo razoável de expansão industrial. Além disso, durante o quinquênio, devem ser estudadas obras que permitam elevar-se a 8 000 kW a potência instalada em 1965. Com a potência instalada de 5 milhões de quilowatts de 1960, deveremos produzir cerca de 22 bilhões de quilowatts-hora a partir desse ano, o que elevará o nosso consumo anual *per capita* ao nível de 340 kW, que, embora ainda baixo, representará mais do dobro do índice de 160 kWh verificado em 1950.

A distribuição desse total pelas diferentes regiões do território brasileiro deve obedecer a um método racional condizente com os prementes problemas econômicos da nação. É assim que deve prevalecer um critério menos pioneiro, que propicie o fomento da produção onde se possa processar desde logo, dando-se preferência àquelas obras que proporcionem resultados imediatos em termos de aumento da produção de bens de consumo para que se neutralize rapidamente, com esses resultados, o efeito inflacionário dos grandes investimentos necessários para sua consecução. A perspectiva de grave *deficit* de energia elétrica na regiões mais industrializadas do País exige atenção especial do Governo em face dos prejuízos econômicos e tensões sociais

que provocam a paralização de indústrias e a redução de horas de trabalho por falta de eletricidade.

Votado por um imperativo natural que decorre, de um lado, da escassez de combustíveis fósseis, e, de outro, da riqueza do seu potencial hidráulico, o Brasil terá de recorrer ainda, por muito tempo, à exploração da energia hidrelétrica, para expandir a sua indústria de eletricidade.

Já se esboça, todavia, entre nós, o advento do uso normal e generalizado da energia térmica, não só como complemento lógico de grandes aproveitamentos hidrelétricos, mas como fonte de energia autônoma, à medida que, com o desenvolvimento da exploração do nosso petróleo e da refinação de petróleo, importado, se produza no País o óleo combustível necessário a esse tipo de instalação. Aproxima-se a era das usinas atômicas, para cuja utilização o País se deve preparar desde já, incluindo no programa de expansão da indústria da eletricidade algumas usinas atômicas, embora de pequeno porte, a fim de que os nossos engenheiros se possam familiarizar com essa nova técnica e estejam preparados para os grandes projetos que fatalmente surgirão em futuro não muito remoto. No mínimo uma usina atômica experimental de 10 000 kW terá sua construção apoiada pelo Governo, até 1960.

É pensamento do Governo solicitar ao Congresso Nacional, dentro de algumas semanas, a alteração do projeto de lei destinado a instituir o Plano Nacional de Eletrificação, ora em curso no Parlamento, no sentido de fixar novas prioridades e substituir alguns planos de obras originalmente propostos, já superados à luz de novos e mais recentes estudos, por outros que se enquadrem melhor dentro dos critérios acima mencionados.

O problema de suprimento de energia elétrica não se resume em potência instalada. Em quase todos os centros consumidores do País existe hoje sensível defasagem entre a potência das estações geradoras e a capacidade das redes de transmissão e distribuição para chegar a energia aos consumidores em condições satisfatórias de utilização. Existem inúmeras regiões e localidades, dentro do raio de ação de usinas já construídas, que ainda não puderam gozar dos benefícios dessas instalações por

que provocam a paralização de indústrias e a redução de horas de trabalho por falta de eletricidade.

Votado por um imperativo natural que decorre, de um lado, da escassez de combustíveis fósseis, e, de outro, da riqueza do seu potencial hidráulico, o Brasil terá de recorrer ainda, por muito tempo, à exploração da energia hidrelétrica, para expandir a sua indústria de eletricidade.

Já se esboça, todavia, entre nós, o advento do uso normal e generalizado da energia térmica, não só como complemento lógico de grandes aproveitamentos hidrelétricos, mas como fonte de energia autônoma, à medida que, com o desenvolvimento da exploração do nosso petróleo e da refinação de petróleo, importado, se produza no País o óleo combustível necessário a esse tipo de instalação. Aproxima-se a era das usinas atômicas, para cuja utilização o País se deve preparar desde já, incluindo no programa de expansão da indústria da eletricidade algumas usinas atômicas, embora de pequeno porte, a fim de que os nossos engenheiros se possam familiarizar com essa nova técnica e estejam preparados para os grandes projetos que fatalmente surgirão em futuro não muito remoto. No mínimo uma usina atômica experimental de 10 000 kW terá sua construção apoiada pelo Governo, até 1960.

É pensamento do Governo solicitar ao Congresso Nacional, dentro de algumas semanas, a alteração do projeto de lei destinado a instituir o Plano Nacional de Eletrificação, ora em curso no Parlamento, no sentido de fixar novas prioridades e substituir alguns planos de obras originalmente propostos, já superados à luz de novos e mais recentes estudos, por outros que se enquadrem melhor dentro dos critérios acima mencionados.

O problema de suprimento de energia elétrica não se resume em potência instalada. Em quase todos os centros consumidores do País existe hoje sensível defasagem entre a potência das estações geradoras e a capacidade das redes de transmissão e distribuição para chegar a energia aos consumidores em condições satisfatórias de utilização. Existem inúmeras regiões e localidades, dentro do raio de ação de usinas já construídas, que ainda não puderam gozar dos benefícios dessas instalações por

que provocam a paralização de indústrias e a redução de horas de trabalho por falta de eletricidade.

Votado por um imperativo natural que decorre, de um lado, da escassez de combustíveis fósseis, e, de outro, da riqueza do seu potencial hidráulico, o Brasil terá de recorrer ainda, por muito tempo, à exploração da energia hidrelétrica, para expandir a sua indústria de eletricidade.

Já se esboça, todavia, entre nós, o advento do uso normal e generalizado da energia térmica, não só como complemento lógico de grandes aproveitamentos hidrelétricos, mas como fonte de energia autônoma, à medida que, com o desenvolvimento da exploração do nosso petróleo e da refinação de petróleo, importado, se produza no País o óleo combustível necessário a esse tipo de instalação. Aproxima-se a era das usinas atômicas, para cuja utilização o País se deve preparar desde já, incluindo no programa de expansão da indústria da eletricidade algumas usinas atômicas, embora de pequeno porte, a fim de que os nossos engenheiros se possam familiarizar com essa nova técnica e estejam preparados para os grandes projetos que fatalmente surgirão em futuro não muito remoto. No mínimo uma usina atômica experimental de 10 000 kW terá sua construção apoiada pelo Governo, até 1960.

É pensamento do Governo solicitar ao Congresso Nacional, dentro de algumas semanas, a alteração do projeto de lei destinado a instituir o Plano Nacional de Eletrificação, ora em curso no Parlamento, no sentido de fixar novas prioridades e substituir alguns planos de obras originalmente propostos, já superados à luz de novos e mais recentes estudos, por outros que se enquadrem melhor dentro dos critérios acima mencionados.

O problema de suprimento de energia elétrica não se resume em potência instalada. Em quase todos os centros consumidores do País existe hoje sensível defasagem entre a potência das estações geradoras e a capacidade das redes de transmissão e distribuição para chegar a energia aos consumidores em condições satisfatórias de utilização. Existem inúmeras regiões e localidades, dentro do raio de ação de usinas já construídas, que ainda não puderam gozar dos benefícios dessas instalações por

absoluta falta ou deficiência das r edes de transmissão e distribui es existentes.

Este fen meno acarreta não são m as condi oes de serviço, como excessivas perdas de energia, o que, em última instância, significa investimento improdutivo. Paralelamente, portanto, ao programa de novas instala oes, deve executar-se o reaparelhamento e expansão das r edes de transmissão e distribui o, para que a energia disponível possa ser efetivamente utilizada em condi oes adequadas.

Na base dos preços atuais de constru o e importa o de equipamentos, estima-se que um programa de 2 000 000 kW de novas usinas geradoras, com a expansão correspondente dos sistemas de transmissão, importa num investimento da ordem de 40 bilhões de cruzeiros, para despesas no País, mais uma parcela em moeda estrangeira de 400 milhões de dólares, para importa o de equipamentos de gera o, transforma o e transmissão, materiais de constru o, pagamentos de fretes, seguros e outros serviços necessários no exterior.

Não são para o financiamento desse programa como para a sua execu o   essencial a conjug o de esforços da iniciativa privada e da governamental.

O problema das necessidades em moeda estrangeira terá que ser resolvido, em parte, com o fomento da nossa indústria de material elétrico, se bem que, dado o estágio ainda muito incipiente da mesma, seja pouco provável que durante êste quinq nio ela possa influir ponderavelmente na redu o das necessidades de divisas para a indústria da eletricidade.

Quanto às despesas em moeda nacional, os fundos públicos disponíveis no próximo quinq nio, provenientes de taxas e impostos vinculados aos diferentes programas de eletrifica o da União e dos Estados, montar o a cêrca de 20 bilhões de cruzeiros, isto  , a apenas 50% das necessidades para despesas no País. Estes recursos se compõem do Fundo Federal de Eletrifica o, da quota dos Estados e Municípios, do Impôsto  nico da eletricidade e de recursos provenientes de diversas taxas estaduais de eletrifica o. A não ser, portanto, que se faça uma revisão urgente na Legisla-

ção da União e dos Estados no sentido de se obter um aumento drástico nas arrecadações supramencionadas, os apelos à iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, bem como a obtenção de financiamento a longo prazo nos estabelecimentos de crédito nacionais e estrangeiros, tornar-se-ão indispensáveis.

O Governo acompanha com o máximo interesse a lei, ora em discussão no Congresso, que cria a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás, a qual constituirá peça vital do aparelhamento administrativo no setor de Eletrificação.

Embora tenha sido auspiciosa a experiência, nos últimos anos, da ação governamental de vários Estados da União no estabelecimento de empresas de economia mista e construção de sistemas elétricos, não devemos ter a ilusão de que as organizações governamentais poderão, sôzinhas, no estado incipiente em que se encontram, atender, de imediato, a tôdas as necessidades do País. A organização das empresas privadas, quer nacionais, quer estrangeiras, e a experiência técnica de suas equipes, adquirida através de várias décadas de trabalho, são hoje um patrimônio técnico e administrativo do País. Urge, pois, estimulá-las e proporcionar-lhes meios, para que a sua experiência possa ser utilizada no interesse geral.

#### INDÚSTRIA DA ELETRICIDADE

Os problemas econômicos da indústria da eletricidade merecem análise mais cuidadosa, porque são influenciados diretamente pela concepção política que o Estado adota no trato da questão.

O problema da formação e estruturação de seu capital é dos mais complexos. É uma indústria de alta capitalização e de baixa rotação de capital. Fatura por ano importância equivalente a um quarto apenas de sua inversões.

Por ser de extrema importância para a coletividade, é por igual um serviço de utilidade pública. As condições técnicas de sua implantação exigem que ela opere em regime de monopólio em sua área de influência. Tem, por isso, lucros limitados por lei e está sujeita a uma série de normas regulamentares que lhe impõe o Poder Público em troca da concessão. Como pode cobrar, teóri-

camente, tarifas que lhe garantam um lucro certo e não ocorre o risco de sensíveis flutuações de mercado para sua produção, é uma indústria estável, que oferece segurança aos capitais nela investidos. Nos países desenvolvidos, é o campo predileto de inversões para as companhias de seguro, caixas econômicas e instituições de beneficência ou culturais.

A limitação de lucros pelo Poder Público, apesar de justificada, determina, entretanto, o desinteresse de grandes massas de capitais que em países, como o Brasil, em franca expansão econômica, buscam setores mais especulativos, onde esperam rendimentos substancialmente maiores. A fim de que a indústria de eletricidade atraia os recursos indispensáveis à sua expansão, é necessário que a atuação governamental se exerça com um alto grau de discernimento, assegurando-lhe condições mínimas de rentabilidade e segurança.

Outros problemas complexos ocorrem na política do Governo relativa à eletricidade. A legislação sobre as concessões tem sido desestimulante para a iniciativa privada, porque, garantindo nominalmente uma margem razoável de lucros, não encontrou um mecanismo capaz de corrigir os efeitos da desvalorização gradativa da moeda. Presume-se que o futuro da iniciativa privada no campo da energia elétrica, em nosso País, dependerá de uma regulamentação e fiscalização que defendam com justiça os interesses da coletividade. Como serviço de utilidade pública, tem de viver às claras, dentro do quadro de deveres e garantias fixado pelo Poder Público, para que conte com o respeito e a compreensão do Povo. Deve armar-se de órgãos fiscalizadores, que não somente sejam incorruptíveis, mas ainda possuam capacidade técnica e recursos efetivos para uma fiscalização completa da vida econômica das empresas de eletricidade.

É propósito do Governo propor alterações na legislação vigente, no sentido de parantir justa remuneração dos capitais investidos na indústria, criar clima propício a maiores investimentos e armar os órgãos fiscalizadores de elementos que permitam uma completa e eficaz fiscalização dos concessionários, criando a in-

dispensável confiança do público, que deve sentir-se protegido contra abusos e especulações, para que possa confiar na ação do capital privado na indústria de eletricidade.

Durante o ano de 1955, desenvolveram-se normalmente os trabalhos do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, órgãos responsáveis pelo problema da energia elétrica.

A Divisão de Águas prosseguiu no estudo de novos potenciais em várias regiões do País, destacando-se os que resultarão da regularização do rio Paraíba, os dos rios Paraibuna, Peixe-Grande, Itapocu-Negrinho, além do estreito do rio Uruguai. Também prosseguiram com regularidade os trabalhos de hidrologia, irrigação e fiscalização das entidades concessionárias de energia elétrica.

### III — Carvão Mineral

O Governo vem amparando a indústria de mineração do carvão e adotando medidas para racionalizá-la através da aplicação de legislação especial — a Lei nº 1 886, de 11/6/55, que aprovou o «Plano do Carvão Nacional» e criou a Comissão Executiva do referido Plano.

Dificuldades e retardamento criaram embaraços à Comissão Executiva que não encontrou, de um modo geral, condições adequadas para efetivação imediata das medidas preconizadas pelo Plano do Carvão. Além disso, a adaptação aos processos mecanizados de lavra vem apresentando consideráveis dificuldades técnicas. A fim de saná-las dentro do menor prazo, o Governo fez vir técnicos estrangeiros ao País e está provendo os meios materiais necessários à execução de providências urgentes. As encomendas do material necessário já estão colocados no estrangeiro.

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, procurando resolver o problema do transporte da produção carbonífera do Rio Grande do Sul, contratou a construção de uma ponte e um ramal para ligação das ferrovias que servem às minas de Arroio dos Ratos, Butiã e Leão. Em Santa Catarina, contratou o levantamento aerofotogramétrico de toda a região carbonífera, cobrindo

uma área de cerca de 4 500 quilômetros quadrados. Quanto aos transportes, no mesmo Estado, vem coordenando, com outros órgãos federais, as medidas necessárias à reparação de vagões da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, empenhando, nesse trabalho, dez milhões de cruzeiros.

No setor de estudos especiais, a Comissão realizou exaustivos levantamentos das condições econômico-financeiras de diversas empresas, necessários ao completo esclarecimento dos argumentos invocados a propósito de reivindicações de aumento de preço do carvão; realizou estudos prévios, destinados a adaptar as medidas preconizadas pelo Plano do Carvão a condições criadas pelas atividades industriais previstas na Lei 1 886.

A produção de carvão alcançou, em 1955, o total de 2 349 562 toneladas, assim distribuídas, segundo os Estados produtores: Rio Grande do Sul, 950 423 toneladas; Santa Catarina, 1 325 512 toneladas, e Paraná, 73 627 toneladas.

Reconhecendo a capital importância do carvão nacional, fonte de carvão metalúrgico indispensável aos novos empreendimentos siderúrgicos e extraordinário manancial de energia, até hoje escassamente aproveitado, procurará o Governo estender à indústria carbonífera todo o apoio que se fizer necessário.

#### PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO

Em 1960, o Estado do Rio Grande do Sul deverá estar produzindo 1 300 000 toneladas anuais de carvão bruto. Destinar-se-á o produto beneficiado ao consumo ferroviário e industrial, e os combustíveis secundários, à geração de eletricidade, junto às próprias minas, que naquele Estado ocupam posição particularmente favorável com relação aos centros consumidores. É pensamento do Governo levar a pronta conclusão os serviços em andamento na central de Candiota e conceder efetiva ajuda, não só aos empreendimentos em curso, tendentes a aproveitar os combustíveis secundários no próprio lugar de produção, mas ainda às outras termelétricas em construção.

Com referência a Santa Catarina, seu carvão constitui a única fonte conhecida, em nosso território, de combustível capaz de ser utilizado na fabricação do coque metalúrgico. O incremento da

produção carbonífera, naquele Estado, deve condicionar-se às necessidades nacionais em matéria de carvão metalúrgico. Nas atuais condições de utilização do coque para produção de gusa em alto forno, dada a situação geográfica das jazidas de carvão e a concepção do projeto da usina que deve consumi-lo, não é econômico utilizar coque fabricado exclusivamente com o nosso carvão. O carvão metalúrgico nacional é por isso utilizado em conjunto com carvões importados, contendo a mistura de 30 a 40% de produto nacional.

A expansão de nossa capacidade de produção de laminados impõe considerável acréscimo na produção de carvão metalúrgico nacional, podendo-se adotar como meta, para 1960, a produção de 700 000 toneladas de tal carvão, o que exigirá a produção de 2 000 000 de toneladas de carvão do atual tipo lavador.

Por contingências técnicas, a produção de carvão metalúrgico é acompanhada da produção de considerável quantidade de combustíveis intermediários.

Havendo consumo para grandes volumes desses combustíveis intermediários, torna-se possível separar deles certa fração de melhores características e que se destinará ao emprêgo nas ferrovias, na navegação e em indústrias diversas.

A utilização dos produtos residuais na geração de eletricidade, em usinas situadas na própria zona de produção, elimina as despesas de transporte e de manuseio, pois o combustível será transferido, em fluxo contínuo, da própria usina de beneficiamento para a central termelétrica. Será possível, assim, programar o tratamento do carvão bruto, com o máximo de recuperação da energia contida no carvão inicial, isto é, de modo que se eliminem resíduos que contenham o mínimo de substâncias combustíveis.

Não existe, porém, mercado imediato para grandes quantidades de energia na região carbonífera de Santa Catarina. Para utilização local do combustível residual, duas hipóteses se apresentam: ou a transmissão da energia para centros industriais em que haja franco consumo, ou o estabelecimento de indústrias, na própria zona carbonífera, capazes de consumir a energia produzida.

A Comissão Executiva do Plano de Carvão estuda a possibilidade de instalação de uma usina electro-siderúrgica, com capacidade de 200 000 toneladas de laminados, que seria articulada a uma usina termelétrica de 150 000 kW, e permitiria, ainda, a produção de cerca de 55 000 toneladas de enxôfre, resultante do tratamento da pirita que acompanha o carvão. Este assunto merecerá cuidadoso exame do Governo, que está convencido da necessidade de superar as dificuldades de expansão da indústria carbonífera de Santa Catarina, e já dispõe de instrumentos legais que lhe permitirão enfrentar o problema.

No Estado do Paraná poder-se-á atingir a produção anual de 200 000 toneladas, em 1960, especialmente com a construção da usina termelétrica de Figueira e melhoria dos transportes locais.

Deverá, assim, elevar-se a produção bruta de carvão nacional ao nível de 4 000 000 de toneladas anuais, das quais 2 500 000 toneladas se destinariam ao comércio e 1 500 000 toneladas ao consumo local.

Em face, entretanto, das incertezas que o problema envolve, não fixaremos meta definitiva no momento.

#### IV — Petróleo

##### 1. CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Transferidos para a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), de conformidade com a Lei nº 2 004, de 3 de outubro de 1953, os trabalhos de pesquisa e lavra de petróleo e demais serviços industriais que se achavam a cargo do Conselho Nacional do Petróleo, passaram a caber a este, como órgão de orientação e fiscalização, não só a supervisão dos empreendimentos executados por aquela empresa, mas também a superintendência das medidas concernentes ao abastecimento nacional do petróleo, ou seja, a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, e dos seus derivados.

A análise da situação econômica do País, em face do problema do petróleo, indica que, em 1955, com o início de funcionamento das novas refinarias nacionais (Presidente Bernardes, Ca-

puava e Manguinhos), houve certo desfôgo no dispêndio de divisas com a importação de derivados do petróleo, uma vez que, no ano em aprêço, a importação efetiva teve o valor de 180 milhões de dólares, quando, em 1954, essa despesa ascendera a 258 milhões de dólares. A quantidade importada de combustíveis líquidos que, no ano anterior, fôra de 8 531 930 800 litros, baixou, em 1955, para 6 062 352 500 litros, com um decréscimo de cêrca de 40%.

Por outro lado, o funcionamento das novas refinarias exigiu maior importação de petróleo bruto, tendo entrado no País, em 1955, 25 899 300 barris (4 117 989 000 litros), no valor total C.I.F., de US\$ 77 070 134, quando, no ano anterior, a importação fôra apenas de 1 049 800 barris (166 919 000 litros), no valor total, C.I.F., de US\$ 3 776 984.

O consumo de combustíveis líquidos no Brasil, durante o ano de 1955, foi de cêrca de 10 452 400 000 litros, ou seja, 13% a mais sôbre 1954, ano em que as necessidades nacionais ascenderam a 9 282 457 000 litros.

Para êsse consumo, as refinarias nacionais contribuíram com 38%, apesar de terem as três novas refinarias operado no primeiro semestre ainda em caráter experimental. A produção das sete refinarias instaladas no Brasil foi, em 1955, de 3 956 900 000 litros de derivados do petróleo (gasolina comum, querosene, óleo «diesel», óleo combustível, solventes e gás liquefeito), contra 406 741 400 litros no ano anterior.

Dessas sete refinarias, três, conforme se assinalou, começaram a funcionar em 1955; a localização e a capacidade de cada refinaria brasileira são dadas a seguir: Presidente Bernardes (Petrobrás) — Cubatão, São Paulo — 45 000 barris/dia; União — Capua-va, São Paulo — 20 000 barris/dia; Manguinhos — Distrito Federal — 10 000 barris/dia; Mataripe (Petrobrás) — Bahia — 5 000 barris/dia; Ipiranga — Rio Grande, Rio Grande do Sul — 5 000 barris/dia; Matarazzo — São Paulo — 500 barris/dia; Destilaria Riograndense — Uruguaiana, Rio Grande do Sul — 300 barris/dia.

#### PREVISÃO PARA 1956: IMPORTAÇÃO

Considerando a atual produção nacional de derivados do petróleo que, em 1956, deverá ser aumentada com o próximo funcionamento da Refinaria de Manaus, cuja capacidade é de 5 000

barris/dia de óleo bruto, a ser importado do Peru, a importação de derivados do petróleo pelo País apresentará, este ano, sensível redução. Ainda assim, se forem mantidas as atuais condições de consumo, necessitaremos importar cerca de cinco bilhões e duzentos milhões de litros, e isso porque as refinarias nacionais ainda não produzem dois derivados de grande consumo: gasolina de aviação e óleos lubrificantes.

O primeiro desses refinados está incluído no esquema de produção futura da Refinaria Presidente Bernardes; o segundo deverá ser suprido pela Refinaria de Matarípe, de cuja expansão consta a montagem de uma unidade para a produção desses óleos.

Além da citada importação de derivados, o País terá de importar cerca de 36 000 000 (trinta e seis milhões) de barris, no valor aproximado de US\$ 110 000 000 (cento e dez milhões de dólares), a fim de atender às refinarias nacionais, que, com exclusão da de Matarípe, que trata exclusivamente petróleo extraído dos poços da Bahia, operam com petróleo estrangeiro.

#### PRODUÇÃO NACIONAL

A produção das refinarias nacionais em 1956 é estimada em 5 655 800 000 litros de derivados do petróleo.

Assim, para o consumo previsto, de onze bilhões e trezentos milhões de litros, a produção nacional contribuirá com cerca de 50%, ou sejam, mais 12% do que em 1955.

## 2. A PETROBRÁS — SITUAÇÃO, OPERAÇÕES E PROGRAMAS

#### ORGANIZAÇÃO

O ano de 1955 foi profícuo às atividades do programa nacional de petróleo, estabelecido pela Lei nº 2 004, de 3 de outubro de 1953.

Embora durante todo o período a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás — tenha devotado, ainda, grande parte de suas atenções a problemas de sua institucionalidade, ou a aspectos de sua organização interna — os resultados colhidos de suas missões específicas podem ser considerados entre os mais promissores para o desenvolvimento da economia nacional.

A Petrobrás consolidou a sua situação como sociedade anônima de capital misto, realizando, em 20 de dezembro passado, uma Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, para a qual foram convocados a União, os Estados e o Distrito Federal.

A empresa estruturou, também, os seus setores principais, cujas unidades, ou não existiam, ou funcionavam segundo padrões vigentes no serviço público federal, donde provinham. A execução dessa tarefa importou no emprêgo de largo tempo no estudo e na formulação de normas que se coadunassem com a situação especial de empresa estatal regida, primordialmente, pela lei das sociedades anônimas.

Buscou-se criar as condições necessárias à formulação e execução do amplo programa de produção de petróleo nacional. Deu-se, também, adequado tratamento aos setores de refinação, transportes e indústrias petroquímicas, cujo desenvolvimento interessa àquele programa, inclusive como fontes de recursos adicionais para as inversões de reprodutividade mais demorada.

O esforço desenvolvido no sentido de reunir e ajustar técnicos, em geral, ao trabalho de uma companhia, dedicada a atividades petrolíferas, deve ser mencionado entre os que merecem maior relêvo.

No exterior foram recrutados especialistas em petróleo e adquiridos ou contratados equipamentos. Por outro lado, procurou-se ampliar a equipe nacional de técnicos, seja concedendo-se a profissionais, com alguma experiência, a oportunidade de aperfeiçoamento fora do País, seja oferecendo-se o ensejo de trabalho na empresa sob condições adequadas de treinamento. Esse programa foi conduzido com as indispensáveis precauções. Não se improvisa o treinamento de profissionais em especializações que demandam tempo.

A Petrobrás tem a sua situação consolidada como empresa, embora não possua experiência acumulada e ainda se preocupe em aperfeiçoar sua organização.

As suas unidades se acham em pleno desenvolvimento. Os órgãos dirigentes, por sua vez, se encontram em condições de planejar e de acionar serviços.

A 20 de dezembro reuniu-se a assembléia geral da Sociedade. Ela se fez preceder da distribuição de ações ordinárias à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

De acôrdo com os levantamentos efetuados — e prèviamente aprovados pelo Conselho Nacional do Petrôleo, na forma do inciso II do art. 8º dos Estatutos da Petrobrás — o capital realizado até 31 de dezembro de 1954 elevou-se a ..... Cr\$ 5 516 581 297,70, sendo distribuídas 21 357 668 ações ordinárias à União, no valor de Cr\$ 4 271 533 600,00, e 4 980 180 ações ordinárias aos Estados e ao Distrito Federal, representando Cr\$ 996 036 000,00, na proporção da participação de cada um na arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, conforme estabelecem os Arts. 3º e 13, respectivamente, das Leis ns. 1 749, de 28 de novembro de 1952, e 2 004, de 3 de outubro de 1953.

Do capital de Cr\$ 4 271 533 728,40, realizado pela União, Cr\$ 3 899 269 859,40 provêm da versão inicial de bens e direitos relacionados com o petrôleo, de saldos de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Petrôleo e de crédito especial aberto ao mesmo Conselho; Cr\$ 181 331 712,90 correspondem a saldo da quota da União na arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, concernente aos exercícos de 1952, 1953 e 1954, e Cr\$ 190 932 156,10 referem-se à quota do impôsto sôbre a remessa de valores para o exterior, alusivo à importação de veículos automóveis, suas peças e acessórios.

A participação dos Municípios na arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, no total de ..... Cr\$ 249 009 513,90, será objeto de plano de distribuição de ações a ser submetido pròximamente ao Conselho Nacional do Petrôleo.

Concorreram, também, para formar as disponibilidades da Petrobrás as contribuições dos proprietários de veículos, previstas no art. 15 da Lei nº 2 004. O valor líquido dessas contribuições, registrado em 1954, totalizou a importância de ..... Cr\$ 401 704 976,20; êsse valor elevou-se a Cr\$ 418 503 696,90, no exercíco de 1955.

Na citada sessão, a assembléia geral de acionistas da empresa elegeu dois representantes das entidades de direito público

no Conselho de Administração e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Na mesma sessão, a assembléia geral aprovou o aumento do capital da Petrobrás para Cr\$ 6 000 000 000,00 e a emissão de obrigações ao portador, no total de ..... Cr\$ 400 000 000,00, a serem atribuídas aos proprietários de veículos automóveis pelas contribuições, na forma do Art. 15 da Lei nº 2 004. Essas obrigações ao portador, que vencerão os juros de 7% ao ano, contados desde 1º de janeiro de 1955, serão distribuídas a partir de abril próximo e corresponderão, em sua primeira série, às contribuições referentes ao exercício de 1954. Os portadores de obrigações da Petrobrás terão opção para trocá-las por ações preferenciais da empresa.

No que diz respeito às atividades específicas, a Petrobrás procurou realizar, nos seus diversos setores, o programa de desenvolvimento que é descrito a seguir.

#### EXPLORAÇÃO

O Departamento de Exploração da Petrobrás, organizado nos moldes das grandes companhias internacionais, completou a sua equipe supervisora e reestruturou suas turmas de trabalho de campo. Foram contratados e entraram em atividade 25 técnicos estrangeiros, geólogos e geofísicos. Ainda 25 técnicos brasileiros passaram a servi-lo. As atividades de exploração dispõem, também, da colaboração técnica de firmas especializadas, com suas equipes, tais como a "Geophysical Service Inc.", a "Seismographic Service Co.", a "Askania Werke", a "United Geophysical Co." e a "Drilling and Exploration Co."

Os programas de exploração, com a finalidade de localizar novas reservas e fontes de produção de petróleo no território nacional e que abrangem os estudos preliminares de geologia e geofísica, bem como as perfurações pioneiras, desenvolvem-se, no momento, em seis grandes áreas ou bacias sedimentares.

#### *Pesquisas Geológicas*

Acham-se em trabalhos de campo sete turmas de geologia. Duas estão operando na Bacia Amazônica, no Rio Maués e no Rio Urubu. Na Bahia, encontram-se duas turmas em serviços

de detalhes e revisões de levantamentos anteriores. As outras três turmas estão operando na Bacia Sedimentar do Paraná, (em Reserva, Marechal Mallet) e em Lajes (Santa Catarina).

Essas pesquisas devem prosseguir por alguns meses, estando já programadas novas tarefas para as turmas existentes, durante o ano de 1956. Providencia-se a constituição de, pelo menos, mais cinco turmas para intensificar os trabalhos, principalmente na Bacia Amazônica, na Costa Nordeste, na Bacia Sergipe-Alagoas e no sul do País.

#### *Pesquisas Geofísicas*

Seis equipes de geofísica, pelo método sísmico, encontram-se em operação e mais três estão em preparativos finais para entrar em atividade. Duas acham-se atuando na Bacia Amazônica e as outras duas novas também se destinam a essa região, para operar, inicialmente, nas áreas de Axinim e Canumã. Outra equipe vem operando em Bequimão, próximo a São Luís do Maranhão, outras duas em São Miguel dos Campos e Fernão Velho, na Bacia Sergipe-Alagoas, e uma outra em Catu, no Recôncavo Baiano. Está em organização uma equipe sismográfica para pesquisas sobre água, cujo programa para todo o ano abrange várias áreas, começando pela Baía de Todos os Santos, prosseguindo em outra tarefa no litoral de Alagoas e Sergipe, no do Rio Grande do Norte, em São Luís do Maranhão e, por fim, nas proximidades da Ilha de Marajó.

As pesquisas pelo método gravimétrico contam, no momento, com seis equipes, operando duas na região do Rio Madeira, na Bacia Amazônica, duas na região Alagoas-Sergipe e outras duas no Recôncavo Baiano.

Os programas para 1956, dessas turmas e equipes de trabalho de campo, e mais as que deverão ser organizadas durante o ano, prevêem a realização de 27 tarefas de geologia, cobrindo as regiões mais importantes de cinco das principais bacias que a Petrobrás vem explorando. Trabalhos de igual magnitude deverão executar as equipes sismográficas. Oito áreas diferentes serão cobertas pelas turmas gravimétricas.

*Perfurações Pioneiras*

Encontram-se em pleno funcionamento, nas atividades de perfuração de poços pioneiros, sete sondas. Duas estão operando na Amazônia, uma perfurando o segundo poço de Nova Olinda (NO-2-Az) e outra na região do Rio Abacaxis (RX-1-Az). Uma outra sonda está em operação em Testa Branca, no interior do Maranhão. Em Gangorra, no Rio Grande do Norte, encontra-se outra sonda em atividade. No Recôncavo Baiano, há, no momento, três sondas em perfurações para localização de novos campos, estando as demais ocupadas no trabalho de desenvolvimento dos campos existentes.

Além das sete sondas em atividade, três outras estão em fase de montagem, devendo iniciar brevemente seus trabalhos. Destas, uma deverá perfurar o 3º poço de Nova Olinda (NO-3-Az); outra iniciará as perfurações na costa do Maranhão, em Mocambo; e a terceira principiará a perfuração em Cândido de Abreu, no Paraná.

Conta ainda o Serviço Regional da Amazônia com mais três sondas, além das outras três em funcionamento. Dessas unidades, uma está sendo transportada para a boca do rio Cupari, afluente do Rio Tapajós; outra, em fase de desmonte e reparos; e a terceira aguarda resultados dos trabalhos de geologia e geofísica para nova locação.

Em resumo, são 13 as unidades de perfuração pioneira de que dispõe, no momento, o setor de exploração da Petrobrás, as quais deverão executar, segundo os programas para 1956, cerca de 70 000 metros de perfuração.

Determinei à administração da Petrobrás que adotasse as providências necessárias, no sentido de que, sem quebra do padrão técnico das pesquisas e sem perder de vista o rendimento econômico dos trabalhos, fossem ampliadas, de imediato, essas atividades, que constituem o objetivo primordial da política nacional do petróleo.

## PERFURAÇÃO

Embora operando com os mesmos equipamentos de perfuração que o Conselho Nacional do Petróleo lhe transferira, logrou a Petrobrás terminar, no ano transato, 55 poços, inclusive exploratórios, contra o total de 47 poços no ano anterior. Dos referidos 55 poços, 28 se revelaram produtores de óleo e 5 produtores de gás; 5 poços destinaram-se aos trabalhos de recuperação secundária em campos produtores do Recôncavo.

A utilização mais intensa, pela Petrobrás, dos equipamentos de sondagem existentes revela-se, outrossim, na profundidade total das perfurações, a qual foi de 49 595 metros em 1954 e de 56 891 metros em 1955, com um acréscimo, portanto, de 14,7%.

Convém assinalar que esses resultados ainda não espelham o desenvolvimento do novo programa de exploração de petróleo, traduzindo, tão-somente, a estrita continuidade dos trabalhos iniciados pelo Conselho Nacional do Petróleo, aos quais a Petrobrás imprimiu um ritmo mais rápido.

O plano de trabalho elaborado pela empresa terá, em 1956, seu primeiro ano de execução. A Petrobrás fará operar mais oito novos equipamentos de sondagem, recentemente importados, os quais, juntamente com os preexistentes, deverão terminar, segundo programas já em execução, cerca de 100 novos poços, ou seja, praticamente, o dobro dos do ano precedente. Desses poços, 70 serão poços de desenvolvimento de campos produtores do Recôncavo Baiano e 29 serão poços exploratórios (pioneiros), sendo 8 na região do médio Amazonas — Nova Olinda e áreas adjacentes — 4 no Maranhão, 2 no Rio Grande do Norte, 13 na Bahia e 2 no Paraná. Neste número não se incluem as perfurações de diâmetro reduzido *slim holes*, a serem realizadas para fins de estudo geológico.

O programa das novas perfurações está vinculado ao andamento das pesquisas geológicas e geofísicas, necessárias à localização das estruturas passíveis de acumulação de petróleo, de modo que as três fases de trabalho exploratório se articulem harmoniosamente.

## PRODUÇÃO

Os campos petrolíferos do Recôncavo Baiano apresentaram, em 1955, a produção total de 2 021 900 barris de petróleo bruto, ou seja, mais do dobro da produção de 992 409 barris alcançada em 1954.

Com a execução do plano elaborado pela Petrobrás, deverá verificar-se o incremento da produção de petróleo bruto, a partir da média diária de 6 800 barris, assinalada em dezembro do ano passado, podendo-se prever, ao findar-se 1956, o nível de 20 000 por dia.

A Petrobrás tem por objetivo proporcionar ao Brasil, ao término do próximo quinquênio, uma produção da ordem de 40 000 barris/dia, proveniente apenas dos referidos campos — produção esta a ser aproveitada pela Refinaria de Mataripe, com sua ampliação.

O programa de produção, ora em andamento, fundamenta-se no fato de as reservas recuperáveis de petróleo, nas jazidas já prospectadas no Estado da Bahia, totalizarem 250 milhões de barris, que representam o quintuplo da avaliação realizada por consultores técnicos do Conselho Nacional do Petróleo, há cinco anos. O progresso assinalado nesse sentido resulta, não só do desenvolvimento dos campos produtores do Recôncavo, no qual sobressaem as prospecções submarinas do campo de D. João — mas também dos trabalhos de recuperação secundária, executados e por executar nos referidos campos, em futuro imediato.

A produção de gás natural dos campos petrolíferos do Recôncavo, principalmente de Aratu, em 1955, manteve-se no nível da do ano anterior. O gás natural extraído foi utilizado como combustível no funcionamento da fábrica de cimento de Aratu, da usina termelétrica de Cotegipe, da refinaria de Mataripe e ainda de equipamentos dos campos produtores.

O aumento da produção nacional de petróleo dependerá dos resultados das perfurações em andamento na Bahia, nas regiões de Nova Olinda e Abacaxis, bem assim dos poços pioneiros em execução em outras bacias sedimentares, possivelmente produtoras, localizadas em vários pontos do País.

## REFINARIA

A Refinaria Presidente Bernardes iniciou o processamento de petróleo bruto a 30 de janeiro de 1955. Logo nos primeiros dias de funcionamento, ultrapassou o nível de 45 000 barris por dia, estabelecido como capacidade nominal de operação. Atendendo ao objetivo de ampliar a refinação da empresa e do País, a Petrobrás fez introduzir na refinaria as modificações que lhe permitissem processar 65 000 barris por dia de operação, o que se efetivou a partir de 24 de dezembro último, sem que se interrompesse o funcionamento do conjunto industrial.

Nos 11 meses de atividades, em 1955, a Refinaria Presidente Bernardes proporcionou a seguinte produção vendável:

	Barris
Gasolina comum .....	4 592 771
Óleo "diesel" .....	1 797 362
Óleo combustível .....	5 336 085
Gás liquefeito .....	102 204
Solventes .....	10 748

Com esta produção e refinando petróleo importado, propiciou ao País uma economia de divisas da ordem de US\$ 9,5 milhões. Em 1956, operando em condições normais, na base de 65 000 barris de processamento diário, a Refinaria Presidente Bernardes beneficiará o Brasil com a economia de divisas de US\$ 23 milhões, aproximadamente.

A Refinaria de Mataripe, de 5 000 barris/dia de capacidade de processamento, operou satisfatoriamente, no transcurso de 1955, tendo apresentado a seguinte produção vendável:

	Barris
Gasolina comum .....	912 170
Querosene .....	3 683
Óleo "diesel" .....	108 944
Óleo combustível .....	463 826
Gás liquefeito .....	47 859
Solventes .....	40 913

A economia de divisas proporcionada ao País pela operação da Refinaria de Mataripe, que utiliza exclusivamente petróleo dos campos do Recôncavo, totalizou, no ano findo, US\$ 6,8 milhões

— o que demonstra a importância da produção nacional de óleo cru para o desfôgo da balança cambial.

A 4 de janeiro do corrente ano começou a operar a unidade de produção de asfalto da Refinaria Presidente Bernardes, que poderá produzir 116 000 toneladas por ano. Esta unidade permitirá a economia de divisas de US\$ 7,3 milhões por ano, oferecendo-lhe asfalto em quantidade superior à importada em qualquer outra época.

A fim de atender ao objetivo de auto-suficiência nacional, no tocante à refinação de petróleo, a Petrobrás está promovendo a ampliação da refinaria de Mataripe para 37 000 barris/dia, encontrando-se em estudo a ampliação, na medida adequada, da capacidade da Refinaria Presidente Bernardes, e a construção, na região do Rio de Janeiro, de uma refinaria de grande porte. Com a execução desse programa, o Brasil possuirá, em 1960, um parque de refinação de petróleo superior a 200 000 barris/dia de capacidade de processamento, com o qual atenderá, praticamente, ao consumo nacional de derivados do petróleo. Estará o País importando, então, apenas certos produtos especiais, de reduzida demanda, cuja produção no País ainda não se torna aconselhável do ponto de vista econômico.

A Petrobrás está adotando as providências necessárias para que a indústria nacional venha a ter, nesse programa de construção, o máximo de participação, de maneira que se reduzam, quanto possível, os investimentos em moedas estrangeiras.

#### INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS

Durante o ano de 1955, a Petrobrás intensificou os trabalhos de construção da fábrica de fertilizantes nitrogenados de Cubatão, a qual deverá iniciar suas atividades de produção no segundo semestre do ano em curso. Trata-se do mais importante estabelecimento de indústria petroquímica do País e que utilizará como matéria-prima gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes. Essa fábrica produzirá, por dia, 340 toneladas de mistura fertilizante e, ainda, 40 toneladas de nitrato de amônio. A capacidade de produção da fábrica é superior ao consumo nacional de fertilizantes nitrogenados, verificado em qualquer data, até o

presente. A economia de divisas que a fábrica proporcionará ao País elevar-se-á US\$ 12 milhões por ano.

Em prosseguimento ao programa de aproveitamento dos gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes, a Petrobrás instalará ali, no corrente ano, uma unidade de recuperação de eteno, para fornecimento do produto a estabelecimentos industriais que estão sendo montados em Cubatão por iniciativa de capitais privados. Essa nova unidade industrial terá a capacidade de produção, por ano, de 14 000 toneladas de eteno, 40 000 toneladas de etano e 4 500 toneladas de propeno.

A Petrobrás estuda, no momento, a instalação, junto à Refinaria Presidente Bernardes, de outras unidades industriais de aproveitamento de subprodutos, para a obtenção de enxófre negro de fumo (*carbon black*), uréia e outros elementos da já extensa série petroquímica.

#### XISTO BETUMINOSO

Tiveram prosseguimento satisfatório, no ano que se findou, os trabalhos de pesquisa de jazidas de xisto, notadamente na área de Tremembé, Estado de São Paulo, onde se concentram, no momento, as principais atividades da Petrobrás nesse domínio.

Uma iniciativa de caráter decisivo, por largo período, em matéria de aproveitamento do xisto existente no vale do Paraíba, foi concretizada pela Petrobrás, em 13 de dezembro próximo passado, com a inauguração, na referida cidade, da estação experimental de processamento. Dos resultados que forem obtidos com o funcionamento da estação, dependerá a elaboração de mais amplo programa de recuperação de óleo do xisto brasileiro.

#### FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

Com a entrada em funcionamento das grandes refinarias nacionais, 1955 marcou o início de nova fase das atividades da Frota Nacional de Petroleiros. Assim, 11 dos 16 navios de longo curso passaram a servir no transporte do petróleo bruto importado da Venezuela e da Arábia Saudita para a Refinaria Presidente Bernardes. Os navios de pequena tonelagem, destinados ao transporte de derivados do petróleo entre portos nacionais, tiveram mais intensa utilização, sobretudo a partir do segundo semestre, com a

exportação de gasolina comum produzida pela mencionada refinaria e transferida para consumo nas regiões abastecidas por intermédio dos portos de Paranaguá e Rio Grande. Teve início, igualmente, a exportação regular de derivados produzidos pela refinaria de Mataripe, com destino ao porto de Vitória, e, em alguns casos, ao do Rio de Janeiro. Nesse transporte de cabotagem, a Frota Nacional de Petroleiros recebeu a colaboração da Marinha de Guerra, por intermédio dos navios-tanque "Raza" e "Rijo".

A intensificação das atividades de transporte marítimo da Frota Nacional de Petroleiros traduziu-se no aumento da carga total transportada, de 2 618 960 toneladas, em 1954, para 2 761 621 toneladas, em 1955, e do número de milhas navegadas, de 1 114 309, em 1954, para 1 221 621 em 1955. O incremento do transporte de cabotagem realizado pelos navios da Petrobrás revelou-se no confronto entre 233 788 toneladas, transportadas em 1954 e 575 481, em 1955, tendo duplicado, praticamente, a *performance* dos navios de pequena tonelagem. Esses resultados são muito significativos por haverem sido alcançados com os mesmos navios em operação.

A ampliação da Frota Nacional de Petroleiros foi iniciada com a recente aquisição, pela Petrobrás, de dois navios especiais para o transporte de gás liquefeito, de 1 100 a 1 200 toneladas de capacidade de carga, construídos na Alemanha, segundo os mais avançados requisitos técnicos. A incorporação desses navios à Frota Nacional de Petroleiros verificou-se este ano, quando se iniciou a viagem inaugural dos mesmos para o Brasil, com carga recebida nos Estados Unidos. Trata-se de navios que podem operar satisfatoriamente no transporte transoceânico, graças à sua velocidade, e que, pelo calado, podem ter acesso a diferentes portos nacionais e servir, assim, na cabotagem.

Ainda no ano em curso a Frota Nacional de Petroleiros será enriquecida de nova unidade, o navio-tanque "Aroldo Bastos", em final de construção na Inglaterra, o qual se destina especialmente ao transporte de óleos lubrificantes.

O programa de ampliação da Frota compreende a aquisição subsequente de nova unidade especializada no transporte de óleos lubrificantes e de novos navios petroleiros de grande tonelagem.

somando cerca de 180 000 toneladas (*dead weight*), de modo que se possa manter, em adequada proporção com as necessidades nacionais de transporte marítimo de petróleo e derivados, a capacidade de carga dos navios-tanques da empresa.

A Frota proporcionou ao País, no ano transato, economia de divisas da ordem de US\$ 6,5 milhões, correspondente à carga transportada na importação de petróleo.

#### OLEODUTOS

Transcorreu satisfatoriamente, no ano findo, a movimentação de petróleo bruto e de derivados, através das linhas do sistema de oleodutos Santos/São Paulo. Destacaram-se nessa movimentação as transferências de óleo cru importado, de Santos para as refinarias de Cubatão e Capuava, e as de derivados, de Santos para Utinga e para a usina termelétrica de Piratininga, quanto a produtos ainda importados, bem assim das refinarias para Utinga e Santos, quanto aos produtos a serem consumidos na região de São Paulo e aos destinados à exportação para o sul do País. O departamento competente da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí estuda, presentemente, o prolongamento do oleoduto até Campinas, em uma primeira etapa.

A Petrobrás examina, no momento, os projetos de construção dos oleodutos Paranaguá/Curitiba e Rio de Janeiro/Belo Horizonte, visando a habilitar o Governo e o Congresso Nacional a fixarem o grau de prioridade que lhes cabe no conjunto do plano nacional de transporte de petróleo.

#### PROGRAMAS DA PETROBRÁS

As realizações da Petrobrás, durante os próximos cinco anos, dependem, essencialmente, do grau de sucesso dos trabalhos que objetivam novas descobertas, ou seja, de suas perfurações pioneiras.

É possível programar para dentro de dois ou três anos uma produção mínima de 40 000 barris/dia na área do Recôncavo Baiano. As perfurações ora em andamento no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, no sul do país, e outras que serão realizadas, dirão da possibilidade de, em prazo relativamente curto, atingirmos produção ao nível do consumo do Brasil.

Assim, recomendei à Petrobrás providências no sentido de intensificar os trabalhos de exploração. O Governo espera, como resultado dessas providências, obter, no decorrer de 1956, elementos que definam, com mais precisão, as metas a serem atingidas no que toca à produção até o fim do quinquênio.

Em relação ao refino, é programa ampliar a capacidade das refinarias brasileiras, para, pelo menos, 200 000 barris/dia, de modo que se atenda a 70% do consumo atualmente previsto para 1960.

A Petrobrás contempla, também, o aproveitamento do óleo contido no xisto, dependendo a elaboração de programa definitivo, nesse domínio, dos resultados colhidos nas experiências em curso na estação de processamento recentemente inaugurada em Tremembé.

A Frota Nacional de Petroleiros será também ampliada, tomando-se em consideração as peculiaridades de abastecimento que começam a surgir como resultado do desenvolvimento da produção nacional.

O transporte por oleodutos será ampliado no País, à medida que as características econômicas regionais o forem exigindo.

O orçamento global da Petrobrás, para 1956, de acordo com os programas mencionados, prevê uma receita de operações de Cr\$ 8 796 milhões e uma receita administrativa, inclusive recursos de capital, de Cr\$ 2 437 milhões, perfazendo o total de . . . . Cr\$ 11 233 milhões. A despesa de operações totalizará, segundo as previsões, Cr\$ 6 874 milhões, sendo de Cr\$ 149 milhões os gastos administrativos da sede da empresa, inclusive o custo dos serviços relacionados com as contribuições dos proprietários de veículos automóveis.

O programa de investimentos novos da Petrobrás, em 1956, alcança o valor total de Cr\$ 3 358 milhões, sendo Cr\$ 1 276 milhões em exploração e produção de petróleo, Cr\$ 1 354 milhões em refinação, Cr\$ 351 milhões em transporte, Cr\$ 335 milhões em indústrias petroquímicas e Cr\$ 42 milhões em imóveis, equipamentos para instalação da Administração e programas novos de formação de pessoal técnico.

Os gastos cambiais previstos para 1956, conforme os programas atuais da Petrobrás, totalizarão 96 (noventa e seis) milhões de dólares, sendo 49 milhões para petróleo bruto e outros produtos destinados à operação das refinarias. A Petrobrás realiza o máximo de esforços no sentido de reduzir, quanto possível, os dispêndios em moedas estrangeiras, como contribuição adicional ao alívio do balanço de pagamentos do País.

## V — Energia Atômica

### 1. COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA

Tôdas as atividades, referentes ao aproveitamento da energia atômica, foram subordinadas, pela Lei nº 1 310, de 15/1/51, ao contrôle direto do Estado, cabendo ao Conselho Nacional de Pesquisas, órgão orientador do Govêrno, papel da maior relevância na execução dêsse contrôle.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES

A 27 de janeiro de 1955 foi instituída a Comissão de Energia Atômica que, integrada na estrutura do Conselho Nacional de Pesquisas, se incumbe de equacionar e resolver os problemas relativos à investigação e à utilização da energia atômica. A referida Comissão desenvolveu amplo programa de trabalho, colimando os seguintes objetivos principais: 1) pesquisa e avaliação de reservas de minérios atômicos; 2) estudo pormenorizado de métodos de tratamento dos minérios atômicos brasileiros; 3) instalação de fábricas de sais de urânio e tório e de urânio e tório metálicos; 4) instalação de reatores de pesquisa e de reatores industriais.

#### PROSPECÇÃO

Os trabalhos de localização das áreas, potencialmente capazes de conter reservas de urânio e tório, vêm sendo realizados, há quatro anos. Essa fase preliminar de prospecção está a cargo de duas companhias nacionais, equipadas com moderna aparelhagem: a Levantamentos Aéreos Ltda. e a PROSPEC.

Levantamentos aerocintilométricos e aeromagnetométricos permitiram assinalar a existência de doze áreas merecedoras de minucioso estudo geológico, com possibilidades de produção econômica de urânio e tório. Dentre elas, foram selecionadas, como mais promissoras, as seguintes: 1) jazidas de zircônico uranífero e de tório e terras raras, do planalto de Poços de Caldas, em Minas Gerais; 2) jazidas estano-tântalo-uraníferas e de minérios de lítio, do Vale do Rio das Mortes, com base na cidade de São João del Rei, em Minas Gerais; 3) depósitos de areias monaziticas e terras raras, do litoral da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro; 4) pegmatitos, jazidas filonares e depósitos do Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará).

Para o melhor conhecimento das disponibilidades de recursos minerais radioativos, foram realizados estudos geoquímicos e petrográficos dos depósitos já localizados nas áreas de São João del Rei, Poços de Caldas e Araxá e na bacia do Ribeirão Jaburu, no Estado de Minas Gerais.

#### INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINÉRIOS ATÔMICOS

A doutrina, sempre defendida pelo CNPq, tem sido a da industrialização, no território nacional, dos minérios de interesse atômico. Nesse sentido, realizaram-se os estudos indispensáveis à produção de urânio metálico nuclearmente puro, contratando-se com firma francesa a elaboração dos projetos de duas usinas: uma para a obtenção de uranato de sódio, a partir dos minérios zircono-uraníferos do planalto de Poços de Caldas; e outra, para a metalurgia do urânio, a partir do uranato de sódio, e obtenção do combustível nuclear, com o grau de pureza necessário à sua utilização em reatores atômicos. Tais projetos foram elaborados com a colaboração de químicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, e do Instituto de Tecnologia Industrial, de Minas Gerais, que estudaram um novo processo de tratamento químico industrial, especialmente adaptado ao tipo de minério zircono-uranífero daquela região do Estado de Minas Gerais.

Com o propósito de incrementar a industrialização dos minérios atômicos vêm sendo apoiadas as iniciativas particulares de aprovei-

tamento de monazita, com a separação de sais de cério e terras raras e a produção de sais de tório e urânio, a partir do tratamento químico daquele minério.

No momento, encontra-se interdita a exportação de urânio, havendo a Comissão de Energia Atômica adquirido e estocado toda a sua produção. Em relação ao tório, não há a preocupação de manter estoques no Brasil, porque a indústria tem capacidade para produzir a quantidade requerida, logo que necessário. A exportação de minério ou produtos de tório, todavia, não deve ser compensada, apenas, pelo pagamento da base do seu valor comercial. O CNPq tem sempre insistido em que se obtenha, paralelamente, a colaboração necessária ao desenvolvimento do programa de energia atômica do Brasil.

A fim de dar prosseguimento às investigações que vêm sendo realizadas, a Comissão de Energia Atômica empenhou-se na aquisição de uma instalação-piloto para experiências de enriquecimento isotópico, pelo método de ultracentrifugação, já estando ultimadas as negociações empreendidas com esse objetivo.

#### REATOR EXPERIMENTAL

Procedeu-se, igualmente, à elaboração de especificações e à realização de concorrência para a instalação do primeiro reator atômico experimental a ser adquirido e montado no Brasil. O local para a instalação desse reator atômico foi objeto de acurados estudos, considerando-se principalmente os seguintes fatores: 1) existência do maior número possível de técnicos especializados nos diferentes ramos de conhecimentos correlatos com o funcionamento de reatores, de preferência já ligados a algum instituto de pesquisas; 2) existência, nesse local de laboratórios bem equipados para trabalhos de física experimental geral, física nuclear, oficinas mecânicas adequadas e laboratórios químico-tecnológicos; 3) nível de remuneração conveniente, de modo que atraia e mantenha os pesquisadores em seus serviços, em regime de tempo integral; 4) facilidades oferecidas pelos governos locais.

A escolha fixou-se, finalmente, no Departamento de Física, da Universidade de São Paulo, com a qual foi estabelecido convênio, criando-se o Instituto de Energia Atômica.